

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Individuais e Consolidadas



2025



Mensagem aos acionistas,

Senhoras e senhores acionistas,

Ao longo de nossa trajetória, mantivemos firme o compromisso de servir com excelência, fortalecendo a marca e reafirmando a relação de parceria e confiança com milhões de brasileiros. Em 2025, um ano marcado por um ambiente econômico ainda desafiador e por transformações constantes no mercado, nossa capacidade de adaptação, resiliência e foco estratégico se mostraram essenciais.

Com o empenho e a dedicação das equipes, avançamos com consistência no cumprimento dos objetivos, preservando a solidez das operações e ampliando iniciativas que contribuem para o desenvolvimento sustentável do País. Acreditamos no potencial do Brasil e na força de sua gente, que, com determinação, segue impulsionando o crescimento econômico e social.

Em linha com o compromisso com a transparência e a democratização da informação, apresentamos neste relatório uma visão detalhada das principais evoluções e resultados alcançados no exercício, reforçando nossa postura ética e responsabilidade corporativa.

Aos nossos acionistas, clientes e parceiros, agradecemos pelo apoio contínuo, pela confiança depositada em nossas decisões e pela preferência que nos motiva a seguir adiante, sempre com foco em entregar valor e construir um futuro ainda mais promissor.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. relativas ao exercício de 2025. Seguimos as práticas do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Comentário Econômico

A economia brasileira desacelerou no segundo semestre de 2025. O consumo das famílias perdeu tração ao longo do ano, respondendo à política monetária restritiva. Fatores pontuais podem levar a alguma reaceleração do PIB neste início de ano, mas nossas projeções indicam um crescimento mais fraco em 2026.

A inflação encerrou 2025 dentro do intervalo da meta após dois anos acima dele, com contribuições importantes da valorização cambial e da acomodação da atividade econômica. Acreditamos que a desinflação continuará nos próximos meses, permitindo ao Banco Central começar a cortar a taxa básica de juros ainda neste trimestre.

As incertezas seguem elevadas no cenário internacional. Ainda que a economia americana se mantenha resiliente, as dúvidas sobre a política econômica dos EUA representam um importante vetor de risco para a economia global. Esse contexto é agravado por disputas geopolíticas ao redor do mundo.

Destaques 4T25

Em novembro de 2025, o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") publicou aos seus acionistas e ao mercado em geral o Comunicado ao Mercado que a Atlântica Hospitais e Participações S.A., companhia voltada ao investimento em hospitais, controlada indireta do Bradesco e da Bradseg Participações S.A., celebrou um Acordo de Investimento com o Grupo Rede D'Or São Luiz S.A. para inclusão da Maternidade São Luiz Star, expandindo assim a parceria celebrada com a Rede D'Or. A expansão da Parceria está alinhada com a estratégia da Atlântica de investir na cadeia de valor do setor de saúde por meio de parcerias com *players* estabelecidos na operação de hospitais.

No mês de dezembro de 2025, o Bradesco comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, através de um Fato Relevante, que aprovou a proposta da Diretoria da Sociedade para o pagamento de juros sobre o capital próprio complementares, no valor total de R\$3,9 bilhões, sendo R\$0,351190748 por ação ordinária e R\$0,386309823 por ação preferencial.

Também foram divulgados o Calendário Anual de Eventos Corporativos para 2026 e, por meio de um Aviso aos Acionistas, o cronograma previsto de pagamento de juros sobre o capital próprio mensais para o exercício de 2026, em conformidade com a Sistemática de Pagamento Mensal de Juros sobre o Capital Próprio. A divulgação de ambos os documentos reforça o compromisso do Bradesco com a transparência, a previsibilidade e o alinhamento estratégico junto aos acionistas e demais *stakeholders*.



informações selecionadas 2025

LUCRO LÍQUIDO CONTÁBIL

R\$ 23,9 bi

△ +36,4 % a/a

LUCRO POR AÇÃO

R\$ 2,13 ON

R\$ 2,35 PN

VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO

R\$ 16,87

VALOR DE MERCADO

R\$ 178,7 bi

ÍNDICE DE CAPITAL - NÍVEL I

13,2%

△ +0,8 p.p. a/a

PATRIMÔNIO LÍQUIDO ⁽¹⁾

R\$ 178,4 bi

△ +5,9% a/a

JCP R\$ 14,5 bi (bruto)

CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA

(Dez25 vs. Dez24)

R\$ 1.089,2 bi (+11,0%)

PESSOAS FÍSICAS: R\$ 466,5 bi (+12,7%)

PESSOAS JURÍDICAS: R\$ 622,7 bi (+9,7%)

DEPÓSITOS TOTAIS

(Dez25 vs. Dez24)

R\$ 728,0 bi (+12,2%)

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

(Dez25 vs. Dez24)

R\$ 925,4 bi (+19,4%)

VJR: R\$ 526,9 bi (+49,7%)

VJORA: R\$ 139,0 bi (-11,1%)

Custo Amortizado: R\$ 259,5 bi (-2,8%)

PROVISÃO PARA PERDA ESPERADA

(Dez25 vs. Dez24)

R\$ 56,8 bi (-2,6%)

(1) Atribuído aos controladores.



Tecnologia e Inovação

Em dois anos de transformação, a tecnologia se tornou alavanca central de valor no Bradesco, proporcionando experiência do cliente mais fluida e personalizada, eficiência operacional escalável com agilidade, segurança com resiliência cibernética e prevenção em tempo real. Com *Agile@Scale*, tribos co-gerenciadas entre negócio e TI ampliaram eficiência, qualidade e entregas de valor. No período, reduzimos o *lead time* em 43% e elevamos a produtividade incrementando o volume de entregas ao negócio em 118% (vs. Dez/2023).

A execução do plano *AI First* e a consolidação da plataforma *Bridge* democratizaram o uso de *GenAI* em produtos e canais, com governança, segurança e eficiência em escala. A BIA Clientes está 100% disponível para clientes e não clientes no app e WhatsApp, com ~87% de resolutividade no *chat*, expandindo jornadas como Pix Inteligente e suporte a crédito e investimentos; a BIA Corporativa apoia 100% dos colaboradores; e a BIA *Tech* sustenta produtividade com 70% de eficiência na escrita de histórias e mais de mil revisões automáticas de código por mês. Além disso, vemos a expansão do uso de IA por diversas áreas de negócios e de suporte, com cases que demonstram real benefício.

No *mobile* PF, evoluímos jornadas de autonomia e conveniência. Entregamos o novo buscador de boletos, aprimoramos navegação e a área Saldo/Extrato, lançamos o pagamento com saldo de outros bancos sem sair do app através do *Open Finance* e integramos a *My Account* às carteiras digitais. Atribuímos mais precisão às interações com o Perfil Digital (algoritmo que identifica o canal preferencial do cliente PF com metodologia de recência, frequência e volume, considerando contratações de crédito), preparando ofertas e atendimento *omnichannel* com CRM + BIA. No crédito imobiliário pelo app, temos múltiplos cenários de simulações para a amortização e débito em conta.

O Pix por aproximação e o Pix Automático reduziram fricção no dia a dia. O Pix com cartão de crédito viabiliza transferências com uso do limite do cartão, crédito na hora para o recebedor e cobrança na fatura seguinte, com janela de segurança no período de 22h–6h e reforço da proteção. Na gestão de cartões pelo app, disponibilizamos parcelamento pós-compra, antecipação de fatura, rastreo da data de entrega e consulta de pontos.

Em cartões, reforçamos controle digital. O cartão virtual foi ampliado para American Express® e Mastercard (além de Visa e Elo), com CVV rotativo a cada 48h (mantido para recorrências) e identificação de compras na fatura pelos 4 últimos dígitos. No app, a contratação teve a análise de crédito antecipada e aceite digital.

Em investimentos, ampliamos autonomia e sofisticação, disponibilizando diversos produtos da Ágora no aplicativo do Bradesco. A nova *home* traz carteira sempre atualizada, metas por objetivos e simulações inteligentes; contas abertas pelo app passam a ter *Invest Fácil* automático, e o extrato de investimentos foi aprimorado. Para nossos assessores, o *Cockpit 360* oferece visão unificada de carteiras, gestão integrada via WhatsApp e suporte especializado. Para clientes PJ, estendemos horários de aplicações e resgates (CDB DI, Baixa Automática, CDB Fácil) no Net Empresa.

A plataforma Empresas e Negócios, em nuvem, consolida pagamentos, agendamentos, ajuste de limites, compartilhamento de comprovantes e débito automático, com a BIA integrada ao atendimento. Evoluímos o *onboarding* de MEI em Android/iOS com mais agilidade e segurança. O *Tap* Bradesco transforma o celular em maquininha Cielo com segurança equivalente; o *Net* Empresa conta com procuração digital para gestão de permissões e perfis aprovadores (não substitui a cartorial), e a BIA passou a gerar boletos pelo WhatsApp com compartilhamento imediato.

Em câmbio, o app oferece transferência internacional, recebimento de remessas, compra de dólar/euro em espécie e alerta de cotação e a *My Account* segue como conta internacional com cartão de débito aceito em 195 países, painel multimoedas e conversão automática. Em ativos digitais, conduzimos piloto de remessas com stablecoins e ofertamos fundos de criptoativos na Ágora.

Para sustentar o ritmo de entregas, fortalecemos nossa comunidade *techbra*, que integra o *Tech Academy* (plataforma de desenvolvimento com trilhas de *upskilling* e *reskilling*, conteúdo *hands-on*, mentoria, certificações e comunidades técnicas), o Bradesco.io, blog que compartilha o conhecimento técnico dos times com o mercado, e uma agenda contínua de *Meetups* com profissionais especialistas. Em paralelo, reforçamos parcerias estratégicas com DIO e *The Developer's Conference* para atração de novos talentos. Foram mais de 2,9 mil contratações, com reforço no *pool* de desenvolvedores.

Fechamos o último trimestre de 2025 com reconhecimentos que refletem consistência e liderança: “Vencedor nas Américas” no *Gartner Eye on Innovation Awards for Banking & Investing* e 1º lugar no *Qorus*



Banking Innovation Awards, ambos com o IDBra, nossa identidade digital descentralizada baseada em blockchain, além do destaque “Campeão da Década no Setor Bancário” no *100 Open Startups*. Para 2026, seguimos evoluindo junto ao movimento de transformação: um Bradesco *AI Powered*, mais ágil, seguro e centrado nas pessoas.

Produtos e Serviços para o Poder Público

Para atender o setor público, possuímos estruturas exclusivas em todo o território nacional, com gerentes de negócios capacitados para ofertar produtos, serviços e soluções com qualidade e segurança aos poderes executivo, legislativo e judiciário federais, estaduais e municipais, além de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e de economia mista e as forças armadas e auxiliares. Mensalmente, mais de 10,8 milhões de aposentados e pensionistas do INSS recebem seus benefícios no Bradesco, sendo o maior pagador dentre todos os bancos no país.

Dispomos de 12 estruturas especializadas no atendimento aos governos, capitais, tribunais, assembleias, ministérios públicos, defensorias públicas, além dos maiores municípios do PIB brasileiro e, também, 26 estruturas de varejo para atender as demais prefeituras e órgãos. Saiba mais em: bradescopoderpublico.com.br.

Pessoas, Cultura & Performance

O Capital Humano é um dos pilares estratégicos da Organização, sendo um importante alicerce para realização dos negócios. O nosso modelo de Gestão de Capital Humano é pautado no respeito, na transparência e no contínuo investimento no desenvolvimento dos funcionários. Mantemos nossas equipes motivadas por meio de oportunidades de crescimento na carreira, reconhecimentos, capacitação, remuneração e benefícios diferenciados, além da valorização da diversidade e do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

Ao final do período, a Organização contava com 82.095 funcionários, sendo 70.550 do Banco Bradesco, 10.730 de Empresas Ligadas e 815 do exterior. A quantidade e a proporção de mulheres no Conselho de Administração da companhia permaneceram estáveis, com 2 mulheres (18,2%) ocupando esses cargos, tanto em 2025, quanto em 2024.

Muito mais do que políticas e práticas, consolidamos uma cultura de respeito disseminada pela consciência do valor das pessoas, de suas identidades e competências.

Em linha com as recentes alterações na legislação societária, reforçamos nosso compromisso com a transparência e equidade de gênero, apresentando informações detalhadas sobre a representatividade feminina em nossa estrutura organizacional e a evolução dos indicadores de diversidade.

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	Total	%	Total	%
Conselho de Administração e Diretoria	28	17,7	22	15,1
Superintendência	100	24,0	86	26,5
Gerência	2.192	33,4	3.480	34,2
Coordenação/Supervisão	2.014	43,1	2.651	47,8
Administrativo	22.914	49,3	22.594	50,7
Operacional	12.789	56,7	12.742	57,5
Aprendiz	341	56,8	367	69,9
Estagiário	1.112	49,2	1.253	49,2



Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Conselho de Administração e Diretoria	0,77	0,78
Superintendência	0,91	0,96
Gerência	0,89	0,90
Coordenação/Supervisão	0,96	0,89
Administrativo	0,86	0,88
Operacional	0,96	0,97
Aprendiz	1,00	1,00
Estagiário	1,00	1,00

Nota: Em observação à lei nº 15.177, que estabelece a demonstração da proporcionalidade da remuneração entre homens e mulheres, informamos:

(I) A remuneração total de 2025 reflete valores estimados para a remuneração variável a ser atribuída;

(II) As razões calculadas consideram o total da remuneração por nível hierárquico, em conformidade com os componentes de remuneração exigidos pela legislação;

(III) A proporção de remuneração apresentada reflete a composição atual do quadro de colaboradores, que varia entre áreas, níveis hierárquicos e funções. Assim, as diferenças observadas podem decorrer dessa distribuição, não permitindo conclusões isoladas sobre tratamento desigual, em linha com o compromisso da companhia com equidade e transparência; e

(IV) Foi realizada uma adequação da carga horária de aprendizes e estagiários, a fim de possibilitar uma avaliação mais precisa da disparidade entre os gêneros.

Para mais informações sobre Pessoas, Cultura & Performance, acesse o Relatório de Capital Humano, disponível no site: bradescori.com.br.

Sustentabilidade para o Bradesco

A Sustentabilidade é um dos nossos direcionadores estratégicos, expressa também em nossa Declaração de Propósito. Acreditamos que uma atuação consistente em governança, gestão e engajamento nos aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) é fundamental para o crescimento sustentável e para a perenidade das nossas operações, contribuindo para a geração de valor de longo prazo para todos os nossos stakeholders.

Nossa estratégia de sustentabilidade está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU) e é pautada pela integração dos temas ASG à gestão dos negócios, à transparência e à tomada de decisões.

Seguimos comprometidos com o financiamento de negócios sustentáveis e com o apoio aos nossos clientes na transição para uma economia mais verde e inclusiva, acompanhando riscos e oportunidades associados. A meta corporativa de direcionar R\$ 350 bilhões para setores e atividades com benefícios socioambientais de 2021 e 2025 foi superada, alcançando 109% de execução ao término do período, com o direcionamento de R\$ 381,9 bilhões, o que reflete a escala e continuidade dessa agenda. Em 2026, assumimos o compromisso de direcionar R\$ 450 bilhões até dezembro de 2026, considerando o volume acumulado desde 2021.

Anunciamos, durante a COP30, a criação da Ecora, certificadora brasileira de créditos de carbono, em parceria com o BNDES e fundo EcoGreen, com apoio técnico da Aecom. A iniciativa representa um investimento em capacidade futura, voltado ao fortalecimento da infraestrutura do mercado de carbono no Brasil.

Nossa atuação em sustentabilidade tem sido reconhecida por índices e *ratings* nacionais e internacionais de referência, como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Valores de Nova York e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Esses índices refletem nossa gestão e desempenho em critérios econômicos, ambientais e sociais de longo prazo.

Para acompanhar nossas iniciativas, acesse: bradescori.com.br / bradescosustentabilidade.com.br.



Governança Corporativa

O Banco observa e estimula as boas práticas de governança corporativa, fundamentando-se, principalmente, nas demandas legais e de mercado, de modo a zelar pelos interesses dos acionistas e demais *stakeholders*. Nossa estrutura é bem definida, possibilitando a garantia e viabilidade da adoção das melhores práticas. Assim, entregamos os melhores esforços para sempre estarmos em conformidade com tais padrões, buscando a geração de valor sustentável para nossa Organização.

A Assembleia Geral é o mais importante evento societário de nossa governança. Nela, os acionistas elegem os membros do Conselho de Administração, os quais possuem um mandato único de 2 (dois) anos. Constituído por 11 (onze) membros, dentre os quais há 4 (quatro) membros independentes, o órgão tem como principais atribuições estabelecer, supervisionar e monitorar a estratégia corporativa do Banco Bradesco, cuja responsabilidade de implementação é da Diretoria, além de revisar os planos de ação e políticas de negócios. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente, conforme devidamente previsto no Estatuto Social da Companhia, não são cumulativos.

Assessorado pela área de Governança Corporativa, o Conselho de Administração reúne-se ordinariamente 12 (doze) vezes ao ano e, extraordinariamente, quando os interesses da Companhia assim o exigirem. Com Regimento Interno próprio, o Órgão possui, ainda, um calendário anual de reuniões fixado pelo seu Presidente.

Contamos, ainda, com a Auditoria Interna Global, a qual é subordinada ao Conselho de Administração, além de 7 Comitês também a ele subordinados. Destes, 2 (dois) são estatutários (Comitês de Auditoria e de Remuneração) e 5 (cinco) não-estatutários (Comitês de Integridade e Conduta Ética, Riscos, Sustentabilidade e Diversidade, Nomeação e Sucessão e Estratégico).

A Diretoria do Banco Bradesco é o órgão responsável por representar a Organização, cabendo à Diretoria Executiva coordenar a execução da estratégia aprovada pelo Conselho de Administração. Ela realiza reuniões ordinárias quinzenalmente e extraordinárias sempre que necessário, deliberando sobre todos os assuntos e matérias essenciais para o cumprimento de nossos objetivos e atribuições. Comitês Executivos auxiliam nas atividades da Diretoria Executiva, todos normatizados por regimentos próprios.

Na função de Órgão Fiscalizador dos atos dos Administradores e com atuação permanente, temos o Conselho Fiscal, também eleito pelos acionistas e com mandato único de 1 (um) ano. É composto por 5 (cinco) membros efetivos, sendo 2 (dois) eleitos por acionistas minoritários, com número igual de suplentes.

Nossa Organização está listada no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, e nossas práticas atestam o compromisso com a geração de valor para acionistas, funcionários e a sociedade em geral.

Demais informações sobre a Governança Corporativa do Banco Bradesco estão disponíveis no site de Relações com Investidores (bradescori.com.br – Seção Governança Corporativa).

Auditoria Interna

Compete à Auditoria Interna Global, que está subordinada e reporta funcional, administrativa e operacionalmente ao Conselho de Administração, considerar, no escopo de seus exames/análises, a efetividade da governança corporativa e do gerenciamento de riscos e controles; a confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais e operacionais; a observância ao arcabouço legal, infralegal, regulatório, normas e códigos de conduta internos aplicáveis aos membros do quadro funcional da Organização; e à salvaguarda dos ativos frente às suas metas e objetivos estratégicos.

A atuação está pautada, prioritariamente, na aderência aos elementos mandatórios das Normas Internacionais para a Prática de Auditoria (IPPF – *International Professional Practices Framework*), do *The Institute of Internal Auditors* (IIA), do Código de Conduta Ética Setorial dos Auditores Internos da Organização Bradesco e das diretrizes internas definidas pela Auditoria Interna no âmbito da Organização Bradesco e, quando aplicável, de terceiros/fornecedores.



Política de Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A título de dividendo mínimo obrigatório, aos acionistas é assegurado 30% do lucro líquido após as deduções legais, além do *Tag Along* de 100% para as ações ordinárias e de 80% para as ações preferenciais. Ainda, são conferidos às ações preferenciais dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ordinárias.

As ações Bradesco, com elevado nível de liquidez (BBCD4), representavam 3,9% do Ibovespa em 31 de dezembro de 2025. As nossas ações também são negociadas no exterior, na Bolsa de Valores de Nova York, por meio de ADR – *American Depositary Receipt* – Nível 2, e na Bolsa de Valores de Madrid, Espanha, por meio de DR, onde integram o Índice Latibex.

Os papéis do Bradesco ainda participam de diversos importantes índices, como o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e os Índices Brasil (IBrX50 e IBr100). A presença nesses índices reforça nossa constante busca pela adoção de boas práticas de governança corporativa, eficiência econômica, ética e responsabilidade socioambiental.

Gestão Corporativa de Riscos

A Gestão Corporativa de Riscos é exercida de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Os impactos desfavoráveis podem ocorrer de múltiplos fatores e são minorados por meio do *framework* de riscos e uma sólida estrutura de governança, que envolve o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

A Organização, tendo ampla atuação em todos os segmentos de mercado e, como toda grande instituição, está sujeita a diversos riscos. Assim, a atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e, também, da globalização dos nossos negócios. Adotamos, constantemente, mecanismos de identificação e monitoramento, possibilitando antecipar o desenvolvimento e implementação de ações que mitiguem eventuais impactos adversos.

De acordo com a biblioteca de riscos, os riscos relevantes para a Organização são solvência e rentabilidade, liquidez, crédito, mercado, operacional, compliance, segurança cibernética, estratégia, social, ambiental, climático, modelo, contágio, reputação e subscrição. Na tentativa de precipitar ou reduzir efeitos, caso ocorram, procuramos, ainda, identificar e monitorar eventuais riscos emergentes, entre eles, assuntos relacionados ao crescimento global, questões geopolíticas internacionais e a situação econômica e fiscal brasileira. Também, consideramos os riscos representados pela inovação tecnológica em serviços financeiros.

Avaliação Independente de Modelos

Modelos são ferramentas quantitativas que proporcionam sintetização de assuntos complexos, padronização e automatização da tomada de decisões e possibilidade de reaproveitamento das informações internas e externas. Isso traz melhoria da eficiência tanto pela redução dos custos associados à análise e à decisão julgamental como pela maior precisão. Seu uso é uma prática cada vez mais difundida, sobretudo pelos avanços tecnológicos e pelas novas técnicas de inteligência artificial.

Nós utilizamos modelos no apoio à tomada de decisão e para o fornecimento de informações preditivas em várias áreas do negócio, como gerenciamento dos riscos, cálculo de capital, teste de estresse e precificação, além de outras estimativas oriundas de modelos para avaliar impactos financeiros ou de reputação.

Em se tratando de simplificações da realidade, os modelos são sujeitos a riscos, que podem desencadear consequências adversas devido a decisões baseadas em estimativas incorretas ou obsoletas ou, ainda, uso inapropriado. Para identificar e mitigar esses riscos, a área de Avaliação Independente de Modelos (AVIM), com subordinação ao *Chief Financial Officer* (CFO), acompanha as limitações e fragilidades dos modelos e respectivos planos de ação. Realiza reportes aos respectivos gestores, à Auditoria Interna, à



Comissão de Risco de Modelo e aos Comitês de Riscos. Em paralelo, atua efetivamente no fortalecimento do uso de modelos, realizando ações de acultramento e disseminando as boas práticas em modelagem.

Compliance, Integridade, Ética e Concorrencial

Alicerces dos nossos valores e direcionadores de interações e decisões diárias, os programas de compliance, integridade e concorrencial abrangem toda a Organização Bradesco, estendendo-se aos fornecedores, prestadores de serviços, parceiros de negócios, correspondentes no país e sociedades controladas, tornando explícitos os nossos princípios de altos padrões de compliance, integridade e conduta ética.

Esses princípios estão registrados em políticas, normas internas e programas de capacitação dos profissionais, reforçando os princípios e valores éticos e comportamentais, agregando excelência nos procedimentos e controles, buscando prevenir, detectar e reportar o risco de compliance e eventuais ações que se configurem como violação ao Código de Conduta Ética da Organização Bradesco e/ou indícios de atividades ilegais, visando à adoção de ações cabíveis. As metodologias e procedimentos de controle são objetos de avaliação e aperfeiçoamento constante, em conformidade com as legislações e regulamentações vigentes e aplicáveis, com o apoio do Conselho de Administração da Organização e alinhados às melhores práticas de mercado.

Auditoria Independente

Em conformidade com o disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 162/22, a Organização Bradesco possui política de contratação de auditoria independente com diretrizes alinhadas às legislações e as regulamentações aplicáveis.

A Organização Bradesco contratou serviços da KPMG Auditores Independentes Ltda., não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Estes serviços de não auditoria não configuram conflito de interesse e nem perda da independência na execução dos trabalhos de auditoria das Demonstrações Financeiras, de acordo com as políticas internas da Organização, assim como, com as regras de independência do auditor. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência.

Investimentos Sociais

FUNDAÇÃO BRADESCO

Constituída em 1956, a Fundação Bradesco é o maior projeto de investimento social privado do País. Desde sua formação, investe em educação como alicerce do desenvolvimento integral de crianças e jovens em todo o território nacional, por meio da promoção de ensino gratuito e de excelência em diversas frentes de atuação.

Todas as 40 unidades escolares são próprias e estão distribuídas nos 26 estados brasileiros e Distrito Federal, instaladas prioritariamente em regiões onde há acentuada vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para o desenvolvimento da região a partir do impacto transformacional na vida dos alunos e nas comunidades ao seu entorno, mudando a realidade educacional de todo o país.

A Fundação Bradesco acompanha cada um de seus alunos da Educação Básica por, aproximadamente, 13 anos, suportando-os com todos os itens necessários para garantir aprendizado igualitário em todas as regiões do Brasil.

R\$ 1,4 bilhão

de investimento realizado em
2025

R\$ 1,2 bilhão destinados ao custeio das despesas de atividades.

R\$ 258 milhões para investimentos em Infraestrutura e tecnologia educacional.



Esses Investimentos permitiram:

REDE DE ESCOLAS

Mais de 42 mil alunos foram beneficiados prioritariamente na educação básica – Educação Infantil ao ensino médio e educação profissional técnica de nível médio em todo território nacional.

ESCOLA VIRTUAL

Mais de 2,0 milhões de usuários concluíram, ao menos, um dos cursos rápidos e gratuitos disponíveis no portal.

Reconhecimentos 4T25

- Bradesco Asset é a única gestora tripremiada pela FGV, nas categorias: Melhor gestora do Brasil, Melhor banco para investir em fundos e Melhor gestora de previdência privada.
- Bradesco é o banco mais bem avaliado na categoria gestão de fundos, pelo Guia FGV de Fundos de investimentos.
- O Bradesco, a 3ª empresa brasileira a ser reconhecida pelo ranking global da Forbes, foi destaque como *World's Top Companies For Women*, que reconhece as empresas com o maior compromisso com a equidade de gênero.
- O Bradesco foi reconhecido como destaque nacional no Prêmio Transformação Digital Brasil – Ozires Silva, conquistando a categoria Ouro em Desempenho com o case “IA e agilidade ampliam a centralidade no cliente”.
- Pela 6ª vez, e a segunda consecutiva, a Bradesco Asset Management foi eleita a melhor gestora de fundos, pela FGV.
- O Bradesco foi reconhecido pelo *Banking Innovation Awards 2025* na categoria *Products & Services*. O prêmio destaca iniciativas consistentes e inovadoras.
- O Teatro Bradesco foi reconhecido pela Folha de S.Paulo como o teatro mais confortável da cidade.
- O Bradesco foi eleito como um Lugares Mais Incríveis para Trabalhar pela FIA *Business School* e pelo ESTADÃO.
- O Bradesco foi o vencedor da edição 2025 do *Gartner Eye on Innovation Awards for Banking & Investing*, conquistando o primeiro e segundo lugar entre as 74 soluções inovadoras selecionadas em todo o continente americano.
- Pelo segundo ano consecutivo, a Bradesco Vida e Previdência conquistou o primeiro lugar na categoria Seguradora da premiação do Guia de Previdência Valor/FGV.
- Pela sétima vez, somos o 1º colocado no ranking “Banking of the Year Awards 2025” da revista The Banker, a premiação reconhece os bancos que mais se destacam pela geração de valor e evolução em pilares estratégicos de inovação tecnológica, práticas sustentáveis, atendimento de excelência e desempenho financeiro.

Agradecimentos

Os resultados apresentados no quarto trimestre confirmam que a estratégia da Organização Bradesco está alinhada com os desafios e transformações do mercado atual. Cada conquista alcançada é fruto da dedicação de nossos colaboradores e da confiança de nossos acionistas e clientes. É essa parceria sólida que nos impulsiona a seguir em frente, com responsabilidade, inovação e compromisso com a excelência. Agradecemos a todos.

Cidade de Deus, 04 de fevereiro de 2026

Conselho de Administração e Diretoria

(Esta página foi deixada em branco propositalmente).

Demonstrações Financeiras Individuais

de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil
aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo
Banco Central do Brasil



2025

Apresentamos as Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas distribuídas da seguinte forma:

Sumário

Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇO PATRIMONIAL	15
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	16
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	17
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	19
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	20

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

1)	INFORMAÇÕES GERAIS	21
2)	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	21
3)	NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS	37
4)	USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS	39
5)	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	41
6)	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	42
7)	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	43
8)	ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	51
9)	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO	52
10)	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	53
11)	DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	54
12)	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	55
13)	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	62
14)	INVESTIMENTOS	63
15)	IMOBILIZADO DE USO	64
16)	INTANGÍVEL	65
17)	OUTROS ATIVOS	65
18)	RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	66
19)	RECURSOS DE CLIENTES	68
20)	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS	68
21)	DÍVIDAS SUBORDINADAS	69
22)	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	70
23)	PROVISÕES	71
24)	PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	71
25)	OUTROS PASSIVOS	74
26)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)	74
27)	RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	76
28)	DESPESAS DE PESSOAL	77
29)	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	77
30)	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	77
31)	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	77
32)	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	78
33)	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	78
34)	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	78
35)	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	81
36)	GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL	84
37)	BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	106
38)	OUTRAS INFORMAÇÕES	109

Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, bem como suas Notas Explicativas, Demonstrações do Resultado Abrangente, Mutações do Patrimônio Líquido, Valor Adicionado e os Fluxos de Caixa (Banco Bradesco Múltiplo) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO – R\$ mil		
	Nota	2025
Ativo		
Disponibilidades	5	12.020.632
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		184.967.305
- Títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros	6a	163.773.659
- Instrumentos financeiros derivativos	7b	21.193.646
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		66.475.923
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8a	66.475.923
Ativos financeiros ao custo amortizado		1.363.726.902
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	238.075.097
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	10	353.983.208
- Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	11	121.460.804
- Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12	527.828.977
- Outros ativos financeiros	13	122.378.816
Ativos não financeiros mantidos para venda	17a	905.361
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	14	98.840.570
Imobilizado de uso, líquido de depreciações	15	6.654.330
Intangíveis e ágio, líquidos de amortizações	16	12.474.956
Impostos a compensar		7.848.096
Créditos tributários	34c	102.297.222
Outros ativos	17	9.393.553
Total do Ativo		1.865.604.850
Passivo		
Passivos financeiros ao custo amortizado		1.622.713.137
- Recursos de instituições financeiras	18	480.405.504
- Recursos de clientes	19	694.748.422
- Recursos de emissão de títulos	20	324.689.775
- Dívidas subordinadas	21	54.714.526
- Outros passivos financeiros	22	68.154.910
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6b e 7b	17.312.624
Provisão para perda esperada	36b	2.729.847
- Compromissos de empréstimos e créditos a liberar	36c	1.449.466
- Garantias financeiras	36c	1.280.381
Outras provisões	23	21.749.591
Impostos diferidos	34e	639.314
Outros passivos	25	28.221.298
Total do passivo		1.693.365.811
Patrimônio líquido		
Capital social		87.100.000
Ações em tesouraria	26d	(168.625)
Reservas de capital		11.441
Reservas de lucros	26b	91.064.887
Outros resultados abrangentes		(5.768.664)
Total do Patrimônio Líquido		172.239.039
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.865.604.850

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO – R\$ mil			
	Nota	2º semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Receitas da Intermediação Financeira		119.744.336	217.623.566
Operações de crédito e arrendamento mercantil		56.502.476	106.121.232
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7f III	52.400.245	97.936.244
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e	2.066.161	3.071.617
Resultado de operações em moeda estrangeira		1.594.560	(3.701.805)
Resultado das aplicações compulsórias	11b	6.479.457	11.951.100
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		701.437	2.245.178
Despesas da Intermediação Financeira		(86.786.664)	(151.796.870)
- Operações de captações no mercado	18e	(82.065.272)	(147.247.125)
- Operações de empréstimos e repasses	18d	(4.721.392)	(4.549.745)
Resultado da Intermediação Financeira		32.957.672	65.826.696
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	12f	(15.873.955)	(30.350.425)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Líquido de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros		17.083.717	35.476.271
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(9.042.553)	(21.028.182)
- Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	27	11.727.707	22.882.184
- Despesas de pessoal	28	(10.775.961)	(21.029.412)
- Despesas administrativas	29	(10.383.515)	(19.838.769)
- Despesas tributárias	30	(2.477.517)	(5.150.457)
- Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	14	9.092.470	16.471.637
- Outras receitas operacionais	31	3.987.814	7.266.298
- Outras despesas operacionais	32	(8.421.384)	(15.540.317)
- Provisão fiscal, cível, trabalhista e outras		(1.792.167)	(6.089.346)
Resultado operacional		8.041.164	14.448.089
Resultado não operacional	33	14.368	64.714
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação de não controladores		8.055.532	14.512.803
Imposto de renda e contribuição social	34	4.624.640	10.036.286
Lucro Líquido		12.680.172	24.549.089
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R\$ por ação):			
- Lucro por ação ordinária	26e i	1,14	2,21
- Lucro por ação preferencial	26e i	1,26	2,43

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO – R\$ mil		
	2º Semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Lucro Líquido	12.680.172	24.549.089
Participação de acionistas não controladores	-	-
Lucro Líquido do período atribuível aos Acionistas	12.680.172	24.549.089
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(43.832)	774.675
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(60.491)	989.116
- Próprios	(237.785)	(682.407)
- De controladas, coligadas e controladas em conjunto	117.150	2.373.284
- Efeito dos impostos	60.144	(701.761)
Operações de Hedge	(58.653)	(41.749)
Hedge de fluxo de caixa	47.242	(388.872)
Hedge de investimento no exterior	(161.127)	328.790
Efeito dos impostos	55.232	18.333
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior	75.312	(172.692)
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	(54.030)	(54.773)
Avaliação atuarial	(54.030)	(54.773)
Total dos ajustes não incluídos no Lucro Líquido	(97.862)	719.902
Total do Resultado Abrangente	12.582.310	25.268.991

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais.

	R\$ mil							
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	A��es em Tesouraria	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		��gio por Subscri��o de A��es	Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	87.100.000	11.441	14.294.978	70.658.011	(11.008.993)	(568.728)	-	160.486.709
Ajustes Iniciais na Ado��o das Resolu��es n�� 4.966/21 e 4.975/21	-	-	-	-	4.520.427	-	(3.315.194)	1.205.233
Saldos em 1�� de janeiro de 2025	87.100.000	11.441	14.294.978	70.658.011	(6.488.566)	(568.728)	(3.315.194)	161.691.942
Cancelamento de a��es em Tesouraria	-	-	-	(622.724)	-	622.724	-	-
Aquisi��o de a��es em Tesouraria	-	-	-	-	-	(222.621)	-	(222.621)
Ajustes de Avalia��o Patrimonial (1)	-	-	-	-	719.902	-	-	719.902
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	24.549.089	24.549.089
Destina��es:								
- Reservas	-	-	1.061.695	5.672.927	-	-	(6.734.622)	-
- Juros sobre o capital próprio pagos e/ou provisionados	-	-	-	-	-	-	(14.499.273)	(14.499.273)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	87.100.000	11.441	15.356.673	75.708.214	(5.768.664)	(168.625)	-	172.239.039
Saldos em 30 de junho de 2025	87.100.000	11.441	14.888.424	74.466.719	(5.670.802)	(168.625)	(3.315.194)	167.311.963
Ajustes de Avalia��o Patrimonial (1)	-	-	-	-	(97.862)	-	-	(97.862)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	12.680.172	12.680.172
Destina��es:								
- Reservas	-	-	468.249	1.241.495	-	-	(1.709.744)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	(7.655.234)	(7.655.234)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	87.100.000	11.441	15.356.673	75.708.214	(5.768.664)	(168.625)	-	172.239.039

(1) Inclui os efeitos da varia  o cambial referente a conversão de investimentos no exterior.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra  es Financeiras Individuais.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO – R\$ mil		
	2º Semestre de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	8.055.532	14.512.803
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos	16.971.804	34.384.194
- Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	15.873.955	30.350.425
- Constituição/reversão e atualização monetária com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	1.982.858	6.547.004
- Constituição/reversão de perdas por redução ao valor recuperável de ativos	25.632	25.632
- Depreciação e amortização	2.891.692	6.030.773
- Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	(9.092.470)	(16.471.637)
- (Ganho)/perda na venda de ativos não financeiros mantidos para venda	(88.818)	(213.914)
- (Ganho)/perda na venda de imobilizado de uso	9.619	25.959
- Variação cambial de ativos e passivos no exterior e outros	5.435.914	8.025.591
- Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(66.578)	64.361
(Aumento)/redução nas variações em ativos	(180.282.522)	(198.709.213)
- Depósitos compulsórios no Banco Central	(1.849.877)	(1.723.179)
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	(44.893.123)	(55.860.998)
- Operações de crédito e de arrendamento mercantil	(54.520.048)	(99.970.781)
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(67.465.363)	(89.645.344)
- Impostos diferidos	1.164.286	2.689.999
- Outros ativos financeiros	(12.000.160)	25.241.778
- Outros ativos	(718.237)	20.559.312
(Redução)/aumento nas variações em passivos	143.893.957	109.304.156
- Depósitos e demais instrumentos financeiros	153.456.261	112.625.262
- Impostos diferidos	(774.486)	(749.500)
- Provisões	(2.947.681)	(5.371.616)
- Outros passivos	(5.500.953)	3.197.920
- Imposto de renda e contribuição social pagos	(339.184)	(397.910)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais	(11.361.229)	(40.508.060)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(70.675.740)	(86.854.808)
Alienação, vencimentos e juros de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	61.274.303	110.134.896
Vencimentos e juros de ativos financeiros ao custo amortizado	69.534.205	144.555.323
Aquisição de ativos financeiros ao custo amortizado	(57.336.127)	(113.613.006)
Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	433.856	582.382
Aquisição de investimentos	(2.531.153)	(2.531.153)
Alienação de investimentos	115.044	115.044
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	2.453.197	3.412.296
Aquisição de imobilizado de uso	(1.139.609)	(5.485.705)
Alienação de imobilizado de uso	503.769	763.881
Aquisição de intangível	(2.966.551)	(4.829.378)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimentos	(334.806)	46.249.772
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Recursos de emissão de títulos	90.941.502	160.458.235
Liquidação e pagamentos de juros de recursos de emissão de títulos	(88.489.350)	(156.630.734)
Emissão de dívidas subordinadas	2.503.500	8.059.200
Liquidação e pagamentos de juros de dívidas subordinadas	(12.280.917)	(19.200.639)
Pagamento de arrendamento	(932.971)	(1.826.681)
Juros sobre o capital próprio/dividendos pagos	(5.759.364)	(11.834.032)
Aquisição de ações em tesouraria	-	(222.621)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamento	(14.017.600)	(21.197.272)
Aumento/(redução) líquido, de caixa e equivalentes de caixa	(25.713.635)	(15.455.560)
Caixa e equivalentes de caixa - Início do período	220.561.356	210.434.220
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	66.578	(64.361)
Caixa e equivalentes de caixa - Fim do período	194.914.299	194.914.299
Aumento/(redução) líquido, de caixa e equivalentes de caixa	(25.713.635)	(15.455.560)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO – R\$ mil				
Descrição	2º semestre de 2025	%	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025	%
1 – Receitas	109.397.297	512,3	195.875.762	480,3
1.1) Intermediação Financeira	119.744.336	560,8	217.623.566	533,6
1.2) Prestação de Serviços	11.727.707	54,9	22.882.184	56,1
1.3) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(15.873.955)	(74,3)	(30.350.425)	(74,4)
1.4) Outras	(6.200.791)	(29,0)	(14.279.563)	(35,0)
2 – Despesas de Intermediação Financeira	(86.786.664)	(406,4)	(151.796.870)	(372,2)
3 – Insumos Adquiridos de Terceiros	(7.202.171)	(33,7)	(13.483.691)	(33,1)
Serviços de Terceiros	(1.987.689)	(9,3)	(3.770.076)	(9,2)
Processamento de Dados	(1.496.660)	(7,0)	(2.429.211)	(6,0)
Comunicação	(263.175)	(1,2)	(514.795)	(1,3)
Manutenção e Conservação de Bens	(569.193)	(2,7)	(1.149.462)	(2,8)
Serviços do Sistema Financeiro	(622.021)	(2,9)	(1.207.052)	(3,0)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(698.918)	(3,3)	(1.139.100)	(2,8)
Segurança e Vigilância	(221.011)	(1,0)	(462.519)	(1,1)
Transporte	(278.196)	(1,3)	(570.337)	(1,4)
Materiais, Água, Energia e Gás	(168.428)	(0,8)	(355.951)	(0,9)
Viagens	(82.829)	(0,4)	(141.342)	(0,3)
Outras	(814.051)	(3,8)	(1.743.846)	(4,3)
4 – Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	15.408.462	72,2	30.595.201	75,0
5 – Depreciação e Amortização	(3.147.242)	(14,7)	(6.286.323)	(15,4)
6 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	12.261.220	57,4	24.308.878	59,6
7 – Valor Adicionado Recebido em Transferência	9.092.470	42,6	16.471.637	40,4
Resultado de Participações em Coligadas e de Controle Compartilhado	9.092.470	42,6	16.471.637	40,4
8 – Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	21.353.690	100,0	40.780.515	100,0
9 – Distribuição do Valor Adicionado	21.353.690	100,0	40.780.515	100,0
9.1) Pessoal	9.330.426	43,7	18.193.434	44,6
Proventos	5.618.347	26,3	10.983.088	26,9
Benefícios	2.246.790	10,5	4.354.385	10,7
FGTS	549.172	2,6	1.093.216	2,7
Outros	916.117	4,3	1.762.745	4,3
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	(701.587)	(3,3)	(2.049.850)	(5,0)
Federais	(1.097.004)	(5,1)	(2.856.962)	(7,0)
Municipais	395.417	1,9	807.112	2,0
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	44.679	0,2	87.842	0,2
Aluguéis	44.679	0,2	87.842	0,2
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	12.680.172	59,4	24.549.089	60,2
Juros sobre o Capital Próprio	7.655.234	35,8	14.499.273	35,6
Lucros Retidos	5.024.938	23,5	10.049.816	24,6

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais.

1) INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco Bradesco S.A. (o “Bradesco”, o “Banco”, a “Companhia” ou a “Organização”) é uma companhia aberta de direito privado, sua matriz está localizada na Cidade de Deus, s/n, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil, que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em todas as modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor e de crédito imobiliário. Por intermédio de suas controladas, atua direta e indiretamente, em diversas outras atividades, com destaque para Arrendamento Mercantil, Banco de Investimentos, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Administração de Consórcios, Gestão de Recursos, Cartões de Crédito, Empreendimentos Imobiliários, Seguros, Previdência e Capitalização. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas da Organização Bradesco (Organização), atuando no mercado de modo integrado.

2) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais do Bradesco (Banco Múltiplo) abrangem as demonstrações financeiras do Bradesco e suas agências no exterior.

Estas demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), que incluem a Resolução CMN nº 4.818/20, a Resolução BCB nº 2/20, as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras, ágios apurados nas aquisições de investimentos em empresas coligadas/controladas e empresas de controle compartilhado estão apresentados em investimentos (Nota 14).

As demonstrações financeiras individuais apresentam todas as informações relevantes para a compreensão das mudanças na situação patrimonial e financeira da Organização, no seu desempenho e nos seus fluxos de caixa ocorridas desde o término do exercício social mais recente, incluindo, no mínimo, o saldo de cada um dos grupos e subgrupos de contas que estiverem incluídos nas demonstrações financeiras completas mais recentes.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais do Bradesco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial.

A Organização optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras individuais, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários e os ganhos e perdas não realizados registrados no Patrimônio Líquido na conta Outros Resultados Abrangentes – ORA, foram ajustados em contrapartida ao valor do ativo em 1º de janeiro de 2025.

O Bradesco e suas empresas do conglomerado optaram por utilizar a faculdade, do parágrafo 5º, da Resolução CMN nº 4.975/21, de tal forma, que os saldos de estoque referentes a operações anteriores a 1º de janeiro de 2025 serão tratados como se a norma tivesse sido aplicada desde o ano de 2019 (data na qual para fins de demonstrações financeiras em IFRS a respectiva normativa de operações de arrendamentos foi adotada).

As demonstrações financeiras individuais incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente: a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras individuais do Bradesco foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de fevereiro de 2026.

As políticas contábeis significativas aplicadas para elaboração das demonstrações financeiras individuais estão apresentadas a seguir.

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras Individuais estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Bradesco. As agências e empresas controladas no exterior adotam o Real como suas moedas funcionais, exceto a controlada do México que adota o Peso Mexicano como moeda funcional e o Bradesco Bank cuja moeda funcional é Dólar.

As operações das agências e de empresas controladas no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto, esses investimentos são ajustados às práticas contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local da data do fechamento.

b) Apuração do resultado

As receitas dos ativos financeiros e as despesas de juros de passivos são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado. Com relação aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA e as despesas de juros de passivos classificados ao custo amortizado a Organização utiliza o método da taxa efetiva de juros, com exceção de instrumentos de patrimônio.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Bradesco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

d) Ativos e passivos financeiros**I) Ativos financeiros**

A Organização classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual.

A Organização classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Modelo de negócio:** configura a maneira pela qual a Organização administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

- **Teste SPPJ:** O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo no balanço, sendo os custos de transação e as respectivas modificações subsequentes reconhecidas imediatamente no resultado.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em "Ganhos /(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado". As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários". Para mais detalhes sobre o tratamento de derivativos ativos, veja Nota 7f III).

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais as receitas ou custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" quando a Organização passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificadas como VJORA são reconhecidas na demonstração do resultado. Veja Nota 7f (III) para mais detalhes sobre o tratamento de perdas de crédito esperada.

A Organização pode adicionalmente designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para os quais não exista a estratégia de negociação para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Neste caso, não há registro de quaisquer efeitos na Demonstração do Resultado de eventos subsequentes relativos a este ativo, com exceção de dividendos que representam o próprio resultado do investimento.

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração do resultado.

II) Passivos financeiros

A Organização classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto para os passivos financeiros para negociação.

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Organização são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

A Organização não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

Para mais detalhes sobre o tratamento de derivativos, veja Nota 7.

III) Instrumentos financeiros derivativos e operações de "hedge"

Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição global do Bradesco, bem como para atender às

solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas posições.

As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Bradesco, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre *hedge* contábil e suas categorias.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos de exposições em moedas, índices, preços, taxas ou indexadores, são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*), cujos objetivos são: (i) controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes; (ii) alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e (iii) reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* são classificados de acordo com a sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado;
- *Hedge* de fluxo de caixa - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado; e
- *Hedge* de investimento líquido em operação no exterior - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm como objetivo proteger a variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, sendo contabilizados de acordo com os procedimentos contábeis aplicáveis à categoria de *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, com a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, e a parcela não efetiva reconhecida em resultado do período.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na Nota 7.

IV) Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Organização efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas.

V) Reestruturação

Os ativos financeiros reestruturados são aqueles em que há concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

A movimentação da carteira de reestruturação está apresentada na Nota 12e.

VI) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

Para outros instrumentos mais comumente tratados, a Organização utiliza modelos de avaliação conhecidos, que consideram dados observáveis no mercado, a fim de determinar o valor justo de instrumentos financeiros.

Para instrumentos mais complexos, a Organização utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

Os ajustes de avaliação são registrados levando-se em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de crédito e liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial.

Uma descrição detalhada da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros está apresentada na Nota 36i.

VII) Perdas de créditos esperadas

Em relação a provisão para perdas de crédito, as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 estabelecem critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros, inclusive às operações de arrendamento mercantil, garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e créditos a liberar.

A Organização apura o risco de crédito e as perdas esperadas de forma coletiva, agrupando os instrumentos financeiros, gerenciados de forma massificada, em grupos homogêneos de risco conforme sua política de crédito. Adota-se a metodologia completa de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, definida no

artigo nº 44 das resoluções supracitadas, sendo obrigatória para instituições do Segmento 1 (S1).

As perdas esperadas são apuradas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais), ativos financeiros mensurados a VJR no nível 1 da hierarquia de valor justo que sejam títulos privados ou operações com característica de concessão de crédito, garantias financeiras, compromissos de crédito e créditos a liberar.

Constituição de Provisão

A provisão para perdas esperadas é constituída em seu reconhecimento inicial com base no estágio de risco de crédito do instrumento financeiro, como despesa do período e em contrapartida à adequada conta do ativo para ativos financeiros e arrendamentos mercantis ou do passivo para garantias financeiras, compromissos de crédito, créditos a liberar e contraprestações vincendas de operações de arrendamento mercantil operacional.

A provisão é constituída sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros, o qual inclui a apropriação de juros e encargos (*accrual*) pela taxa efetiva de juros até o momento que se torne um ativo com problemas de recuperação de crédito.

O Bradesco constitui provisão para perdas esperadas para compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis sobre o valor presente da estimativa da utilização de recursos dos compromissos de crédito e o valor presente dos créditos a liberar.

Quanto a garantias financeiras prestadas, a provisão é constituída sobre o valor presente dos desembolsos futuros estimados de responsabilidade da instituição vinculados a contratos de garantias financeiras prestadas considerando a probabilidade de desembolsos futuros no caso da contraparte garantida não honrar a obrigação de acordo com as disposições contratuais vigentes.

A provisão para perda é revista mensalmente, sempre que há alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio do instrumento.

Alocação em Estágios

Os instrumentos financeiros são alocados em um de três estágios, desde seu o reconhecimento inicial e serão realocados entre eles à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua, considerando o surgimento de fatos novos relevantes.

Primeiro estágio: Instrumentos que não sejam caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente. Considera-se que há aumento significativo do risco de crédito quando ocorrer atraso superior a 30 dias no pagamento do principal ou de encargos. Em casos específicos, admite-se considerar atraso de até 60 dias, conforme evidências consistentes e verificáveis.

Para os instrumentos alocados no primeiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 meses.

Segundo estágio: Instrumentos cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente ou que deixarem de ser caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito.

Para os instrumentos alocados no segundo estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.

Terceiro estágio: Instrumentos com problema de recuperação de crédito.

No terceiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

São classificados neste estágio: os ativos financeiros inadimplidos (mais de 90 dias de atraso), aqueles que tenham indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais e os ativos financeiros reestruturados.

Estes instrumentos têm seu reconhecimento de receitas suspenso (*stop-accrual*), sendo contabilizadas apenas no seu recebimento, pelo regime de caixa. Essa abordagem também se aplica a possíveis ganhos obtidos nas reestruturações.

Além disto, para ativos inadimplidos (atraso maior que 90 dias) que fazem parte do estágio 3, é constituída provisão para perdas incorridas, como um componente da provisão para perdas esperadas. Essa provisão é calculada com base em percentuais, de acordo com as carteiras (C1 à C5) e as faixas de atraso estipuladas na Resolução BCB nº 352/23.

Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cura), resultando no retorno do reconhecimento de receitas (*accrual*) para os instrumentos do estágio 3 e reversões de provisão.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação. O registro correspondente é efetuado em contas de compensação e controles de identificação mantendo-se até o esgotamento de todos os procedimentos de cobrança por um prazo mínimo de 5 anos. No caso de recuperações subsequentes ou reestruturações de ativos financeiros previamente baixados, os valores recuperados são creditados na demonstração do resultado até o limite do valor baixado anteriormente. Os ativos são então alocados no terceiro estágio, com provisão para perdas esperadas igual a totalidade do valor do instrumento.

Os eventuais ganhos provenientes da reestruturação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos, independentemente de serem operações ativas ou recuperadas de prejuízo.

A alocação em estágios é revista minimamente: mensalmente, no caso de atrasos de pagamento de principal e encargos; a cada 6 meses para instrumentos de uma mesma contraparte cujo montante seja superior a 5% do patrimônio líquido da instituição; uma vez a cada 12 meses para os demais instrumentos, sempre que novos fatos indicarem

alteração significativa da qualidade de crédito; e quando o instrumento for reestruturado.

Apuração

O Bradesco avalia a perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros baseando-se em critérios consistentes e verificáveis, utilizando técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros.

A apuração do risco de crédito e da perda esperada associada ao risco de crédito pode ser realizada de forma coletiva mediante utilização de modelo adequado ao tratamento de risco de crédito por carteira. São agrupados instrumentos financeiros que pertençam ao mesmo grupo homogêneo de risco, definidos na política de crédito e nos procedimentos de gestão de crédito da instituição como operações de varejo.

Considera-se minimamente os seguintes parâmetros, em termos percentuais:

- **Probabilidade de se caracterizar com Problema de Recuperação de Crédito:** Avaliada com base no prazo esperado do instrumento financeiro e na situação econômica corrente, além de previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado.
- **Expectativa de Recuperação:** Considera os custos de recuperação, características de garantias ou colaterais, taxas históricas de recuperação, concessão de vantagens à contraparte e previsões econômicas.

A expectativa de recuperação corresponde ao quociente entre o valor presente dos fluxos de caixa esperados durante o processo de recuperação do crédito e o valor da base de cálculo definida.

Ao estimar a expectativa de recuperação, o Bradesco observa critérios específicos, como a utilização da taxa de juros efetiva do instrumento no reconhecimento inicial e a consideração dos fluxos de caixa esperados, tanto positivos quanto negativos.

As metodologias e premissas são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

e) Juros

A Organização optou pela utilização da metodologia diferenciada proporcional para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado, conforme facultado pelo artigo nº 75 da Resolução BCB n.º 352/23.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos da transação, descontos ou prêmios que a compõem. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Adicionalmente a Organização optou para alguns componentes na utilização da materialidade para fins de taxa efetiva de juros, conforme artigo nº 13 da Resolução BCB nº 352/23.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder o limite legal. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é apurada conforme a natureza da empresa: para bancos, aplica-se a alíquota de 20%; para demais instituições financeiras, equiparadas e seguradoras, a alíquota é de 15%; e para outras pessoas jurídicas, a alíquota é de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 34.

g) Investimentos**i. Aquisição de Investimentos**

O registro contábil é realizado pelo custo de aquisição, desdobrado em: I - valor do patrimônio líquido na época da aquisição; e II - ágio ou deságio na aquisição do investimento, que é a diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações.

Para os investimentos adquiridos a partir de 2022 o registro contábil será realizado pelo valor de aquisição, segregando-se os seguintes itens:

I – valor contábil do patrimônio líquido; II – diferença entre o valor justo e o valor contábil de ativos e passivos, se houver; III – ativos identificáveis e passivos assumidos mensuráveis com confiabilidade, não registrados na contabilidade da investida; e IV – ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), se houver.

ii. Coligadas, Entidades Controladas em Conjunto e Controladas

Os investimentos em empresas coligadas, com influência significativa, controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

O valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) para empresas coligadas e empresa controladas em conjunto é apresentado junto com o

respectivo Investimento enquanto que para empresas controladas é apresentado no Intangível

A composição das empresas coligadas e de controle compartilhado está apresentada na Nota 14.

h) Imobilizado de Uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, estão apresentadas na Nota 15.

Os direitos de uso relativos a imóveis e equipamentos de processamento de dados são registrados como edificações e equipamentos arrendados no ativo imobilizado.

i. Arrendamentos da Organização (Arrendatário)

Como arrendatário, a Organização avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Organização aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

No início de um arrendamento, a Organização reconhece um “passivo de arrendamento” para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

O prazo do arrendamento é definido como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com (i) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (ii) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção. A Organização possui política descritiva para os prazos de arrendamentos de Imóveis, que considera o plano de negócio e premissas da administração, opções de prorrogação e as leis e normas locais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados da data inicial,

descontados pela taxa incremental aplicada a cada contrato de acordo com o prazo do **arrendamento**.

Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber e pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

A taxa incremental aplicada pela Organização leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo *spread* de crédito.

Subsequentemente, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os juros incidentes sobre os fluxos de pagamento, remensurado para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento e reduzido para refletir os pagamentos efetuados.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo dos contratos, considerando a taxa nominal de desconto.

Os contratos e arrendamentos de imóveis com prazo indeterminado não foram considerados no escopo da Resolução CMN nº 4.975/21, pois trata-se de locações nas quais o contrato pode ser rescindido a qualquer momento sem multa significativa. Dessa maneira, o contrato de aluguel não foi considerado como executável.

ii. Arrendamento de curto prazo e baixo valor

A Organização aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Aquisição de direito para prestação de serviços bancários: são registradas e amortizadas, quando aplicável, pelo período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro, e ajustadas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável;
- *Software*: são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente

atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados; e

A composição dos ativos intangíveis, incluindo a movimentação desses direitos por classe, está apresentada na Nota 16.

j) Outros ativos

Em outros ativos estão classificados:

- Tributos a compensar: referentes a crédito de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e antecipações não compensados no próprio exercício;

- Despesas antecipadas: representam as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros;

- Ativos não financeiros mantidos para a venda: referentes a bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso e bens de uso próprio que serão realizados pela sua venda, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano. Os bens recebidos estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução. Os bens próprios estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o seu valor contábil, líquido das provisões para perdas por redução ao valor recuperável e da depreciação ou amortização acumulada; e

- Propriedades para investimento: são propriedades mantidas para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital, para ambos ou para fins ainda não determinados, mas não para utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos bens. A estimativa da vida útil das propriedades para investimento é revisada a cada 3 (três) anos.

Adicionalmente, em outros ativos também estão demonstrados, de maneira aglutinada, itens de menor materialidade.

A composição dos Outros Ativos está apresentada na Nota 17.

k) Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro-rata*.

l) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros**i. Captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de clientes, recursos de emissão de títulos e valores mobiliários e dívida subordinada**

São mensurados ao custo amortizado, descontado pela taxa efetiva de juros e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

As captações com operações compromissadas, realizadas com acordo de livre movimentação, são ajustadas pelo seu valor de mercado, pois são classificadas como valor justo no resultado.

A composição das operações está apresentada nas Notas 18, 19, 20 e 21.

ii. Despesas associadas às captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a

taxa efetiva de juros pelo método diferenciado proporcional, sendo a composição dos respectivos saldos dessas captações estão apresentados na Nota 18e.

m) Provisões

Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, pela Deliberação da CVM nº 594/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- **Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza, está apresentada na Nota 24.

n) Benefícios a Empregados

O reconhecimento, mensuração e divulgação dos benefícios a empregados são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/20.

Planos de Contribuição Definida

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Organização, na qualidade de empregadora, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

Planos de Benefício Definido

A obrigação líquida da Organização, em relação aos planos de benefício definido, é referente exclusivamente aos planos de instituições adquiridas, e é calculada separadamente para cada plano, estimando-se o benefício definido futuro que os empregados farão jus pós emprego no desligamento da Organização ou momento da aposentadoria.

A obrigação líquida do Bradesco para os planos de benefício definido é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado conforme requerido pela norma contábil.

As remensurações da obrigação líquida incluem: os ganhos e perdas atuariais, a diferença do retorno sobre os ativos do plano com o valor líquido do passivo de benefício definido (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes.

Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

O detalhamento dos benefícios a empregados, está apresentado na Nota 37.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 38 e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/20.

p) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão apresentados na Nota 38a.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS**a) Normas, alterações e interpretações de normas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2025**

Resolução CMN nº 4.975/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

Em 16 de novembro de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.467, que estabelece novas regras para a dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas regras impactam as bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, a partir de 1º de janeiro de 2025. A principal regra é a aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operações com atraso superior a noventa dias).

Com a publicação da Lei nº 15.078, em 27 de dezembro de 2024, as perdas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data (estoque), somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de um oitenta e quatro avos ou cento e vinte avos, para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026. Esta Lei vetou a dedução das perdas incorridas no ano de 2025 que excedam o lucro real do exercício. As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do estoque de 1º de janeiro de 2025.

I) Classificação de risco no exercício social anterior e a sua nova classificação, conforme regulamentação vigente:

Conforme artigo nº 105 da Resolução BCB nº 352/23, segue abaixo a classificação de risco no exercício social anterior bem como o respectivo nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, conforme regulamentação anterior:

Modalidades e Níveis de Risco – Conforme Regulamentação Anterior	R\$ mil									
	Níveis de risco									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da carteira em 31 de dezembro de 2024
Total da carteira em 31 de dezembro de 2024	223.914.552	189.635.003	96.843.115	30.435.060	12.129.399	18.730.640	4.979.906	4.491.108	21.395.809	602.554.592
Saldo de perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito em 31 de dezembro de 2024	-	1.086.536	1.001.811	1.193.004	2.831.887	7.630.954	3.230.272	4.216.915	21.395.809	42.587.188

Conforme artigo nº 105 da Resolução BCB nº 352/23, abaixo a classificação de risco no exercício vigente bem como o respectivo nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, conforme nova regulamentação:

Instrumentos Financeiros e Estágios de Risco – Conforme Nova Regulamentação (Exercício Atual)	R\$ mil			
	Níveis de risco			Total da carteira em 1º de janeiro de 2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Total da carteira em 1º de janeiro de 2025	525.535.127	23.764.568	53.305.147	602.604.842
Saldo de perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito em 1º de janeiro de 2025	8.764.546	3.508.927	31.745.347	44.018.820
Provisão para limites de créditos concedidos	1.322.922	32.298	209.529	1.564.749
Demais	183.497	28.143	6.719	218.359
Saldo de perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito em 1º de janeiro de 2025	10.270.965	3.569.368	31.961.595	45.801.928

II) Categorias de *Hedge Accounting* no exercício social anterior e a sua nova classificação, conforme regulamentação vigente:

Conforme artigo nº 106 da Resolução BCB nº 352/23, não houve reclassificações de categorias de estruturas de *Hedge Accounting* existentes na data do balanço do exercício social anterior e as suas novas classificações bem como não houve descontinuações de estruturas de *Hedge Accounting*, conforme regulamentação vigente.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Em 2023 foram emitidas a Resolução CMN nº 5.100 e a Resolução BCB nº 352, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, as quais postergaram a vigência do Capítulo V, que trata da Contabilidade de *Hedge*, para 1º de janeiro de 2027.

Em 2024 foram emitidas a Resolução CMN nº 5.146 e a Resolução BCB nº 397, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, que facultaram o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

Em 2024, foram emitidas as Resoluções CMN nº 5.185/24 e BCB nº 435/24, que dispõem sobre a as instituições elaborarem o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, a partir do exercício social de 2026.

Em setembro de 2025, o Banco Central publicou a Resolução CMN nº 5.252, que estabelece os conceitos e critérios contábeis para mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de ativos e passivos de sustentabilidade. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027.

O Banco vem analisando a aplicação das referidas normas, e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

A Organização adota estimativas e julgamentos que podem afetar o valor reportado de ativos e passivos no próximo exercício, sendo as melhores premissas determinadas de acordo com o padrão aplicável.

São avaliados continuamente, baseados em nossa experiência histórica e entre outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

Em decorrência da adoção das Resoluções do CMN nº 4.966/21 em 1º de janeiro de 2025, as estimativas e julgamentos relativos à Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito sofreram alterações e os efeitos podem ser verificados na nota 3(a)I.

As estimativas e julgamentos que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, com a possibilidade dos resultados efetivos serem diferentes daqueles estabelecidos anteriormente estão divulgadas a seguir e são relacionadas com as seguintes notas:

Estimativas e julgamentos contábeis	Nota
• Valor justo dos instrumentos financeiros	8 e 36
• Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12
• Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	16
• Impostos sobre os lucros	34
• Provisões contingentes	24

I. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas Demonstrações Financeiras Individuais consistem, principalmente, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Esses instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, temos que usar uma quantidade significativa do nosso próprio julgamento para chegar a mensuração do valor justo de mercado. Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos.

A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação.

II. Provisão para Perdas Esperadas associadas ao Risco de Crédito

A mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito requer o uso de modelos quantitativos e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento dos instrumentos financeiros.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da provisão, tais como:

- Determinar critérios para classificação dos instrumentos financeiros;
- Agrupar instrumentos financeiros com perfil de riscos semelhantes;
- Selecionar modelos quantitativos e pressupostos apropriados; e
- Estabelecer diferentes cenários prospectivos e suas ponderações.

O processo para determinar o nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

III. Impostos sobre os lucros

A determinação do valor de nosso imposto de renda passivo (incluindo contribuição social) é complexa e a nossa avaliação está relacionada à análise de nossos impostos diferidos ativos e passivos e do imposto de renda a pagar. Em geral, a nossa avaliação exige que estimemos os valores futuros de imposto de renda corrente e diferido. A nossa avaliação da possibilidade de realização de um imposto diferido é subjetiva e envolve avaliações e premissas, que são inerentemente incertas. O suporte para nossas avaliações e premissas pode mudar ao longo do tempo e é resultado de eventos ou circunstâncias não previstos, que afetam a determinação do valor de nosso passivo de impostos.

É necessário julgamento significativo para determinar se é provável que uma posição de imposto de renda seja sustentada com base em exame, mesmo após o resultado de qualquer procedimento administrativo ou judicial com base em méritos técnicos. Também, é necessário julgamento para determinar o valor de um benefício elegível para reconhecimento em nossas Demonstrações Financeiras.

Adicionalmente, monitoramos a interpretação da legislação tributária e as decisões de autoridades fiscais e judiciais, para que possamos ajustar qualquer julgamento anterior de imposto de renda acumulado. Esses ajustes também podem resultar de nosso planejamento de imposto de renda ou resolução de controvérsias de imposto de renda e pode ser significativo para os nossos resultados operacionais em qualquer período.

IV. Provisões contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a fase processual, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Disponibilidades em moeda nacional	9.564.035
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.456.597
Total de disponibilidades (caixa)	12.020.632
Aplicações voluntárias no Banco Central	10.300.000
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	172.593.667
Total de caixa e equivalentes de caixa	194.914.299

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

a) Títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil							
	Em 31 de dezembro de 2025							
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Valor justo	Valor de custo atualizado	Ganhos/Perdas não realizadas
Letras do tesouro nacional	42.400.321	1.181.979	118.756	7.835.254	-	51.536.310	51.567.784	(31.474)
Notas do tesouro nacional	-	39.112	10.046.454	37.794.272	-	47.879.838	47.901.141	(21.303)
Ações	-	-	-	-	14.926.105	14.926.105	15.113.277	(187.172)
Letras financeiras do tesouro	-	3.294.303	3.181.294	9.550.571	-	16.026.168	16.025.579	589
Outros	38.558	2.870.363	793.324	12.038.484	17.664.509	33.405.238	33.407.807	(2.569)
Total Geral	42.438.879	7.385.757	14.139.828	67.218.581	32.590.614	163.773.659	164.015.588	(241.929)

b) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Instrumentos financeiros derivativos	17.312.624
Total	17.312.624

7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Bradesco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas exposições.

Essas operações abrangem diversos tipos de derivativos, como *swaps* de taxas de juros e de moeda, futuros, opções, contratos a termo, derivativos de crédito e contratos de câmbio com liquidação pronta e futura, contabilizados e divulgados como derivativos, conforme Resolução CMN nº 4.966/2021.

A política de gestão de riscos do Bradesco fundamenta-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações realizadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo e classificados na categoria de valor justo no resultado (VJR) conforme demonstrado no balanço patrimonial individual.

O valor justo é, geralmente, determinado com base em cotações ou preços de mercado aplicáveis a ativos ou passivos que possuam características semelhantes. Quando essas cotações não estão disponíveis, o valor justo é estimado com base em informações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou outras técnicas similares. Nesses casos, a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

O valor justo dos *swaps* é determinado por meio de técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, utilizando curvas de rendimento que refletem os fatores de risco adequados. Estas curvas são aplicadas na precificação dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco. As informações utilizadas para construção de curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 e no mercado secundário doméstico e internacional.

O valor justo dos contratos futuros e dos contratos a termo é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou por meio de metodologias similares às utilizadas na precificação para *swaps*.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black-Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

O valor justo dos derivativos de crédito é determinado com base em cotações de mercado ou obtido junto a entidades especializadas. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, as operações da carteira de câmbio devem ter o tratamento contábil como derivativos. Nesse sentido, os valores registrados como direitos e obrigações da carteira de câmbio (valor nominal) são registrados em contas de compensação e a variação do valor justo em contas de resultado.

Para estimar o valor justo dos derivativos de balcão, é levado em consideração a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de *swaps*, opções e futuros, sendo registradas na B3. Já os derivativos realizados no Exterior referem-se a operações de *swaps*, termos, opções, derivativos de crédito e futuros efetuadas, substancialmente, nas Bolsas de Chicago e Nova York, bem como no mercado de balcão.

As macros estratégias de atuação são delimitadas pelas carteiras *Trading* (proprietária) e *Banking*. As operações da Carteira *Trading*, inclusive derivativos são realizadas com o objetivo de aproveitar movimentos direcionais de preços e/ou taxas, estratégias de arbitragem, *hedge*, *market maker*, podendo ser liquidadas total ou parcialmente antes do vencimento contratado originalmente. As operações da Carteira *Banking* são compostas por operações comerciais e os seus respectivos *hedges*.

Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco e a gestão eficiente dos riscos destas carteiras requer o uso conjunto de operações de derivativos e demais instrumentos, dentre eles, os títulos e valores mobiliários.

a) Valor dos instrumentos financeiros derivativos por indexador

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	
	Valor de referência	Valor justo
Contratos futuros		
Compromissos de compra:	145.254.755	(500.096)
- Mercado interfinanceiro	81.112.407	(3.338)
- Moeda estrangeira	52.068.249	(496.349)
- Outros	12.074.099	(409)
Compromissos de venda:	165.612.193	571.080
- Mercado interfinanceiro (1)	111.724.128	12.273
- Moeda estrangeira (2)	30.741.161	537.923
- Outros	23.146.904	20.884
Contratos de opções		
Posição comprada:	32.838.734	1.600.210
- Moeda estrangeira	9.608.849	1.121.107
- Outros	23.229.885	479.103
Posição vendida:	45.941.781	(2.459.622)
- Moeda estrangeira	15.888.242	(947.295)
- Outros	30.053.539	(1.512.327)
Contratos a termo		
Compromissos de compra:	77.537.638	(1.505.997)
- Moeda estrangeira	72.456.226	(1.459.785)
- Outros	5.081.412	(46.212)
Compromissos de venda:	64.635.335	1.317.555
- Moeda estrangeira (2)	59.830.114	484.760
- Outros	4.805.221	832.795
Contratos de Câmbio		
Compromissos de compra:	24.877.800	(57.213)
- Moeda estrangeira	24.877.800	(57.213)
Compromissos de venda:	6.878.489	(110.916)
- Moeda estrangeira	6.878.489	(110.916)
Contratos de swap		
Posição ativa:	157.486.949	11.340.133
- Mercado interfinanceiro	69.396.117	4.678.501
- Prefixados	8.813.727	336.246
- Moeda estrangeira	63.787.694	4.402.308
- IGP-M	31.221	29.994
- Outros	15.458.190	1.893.084
Posição passiva:	67.364.376	(6.314.112)
- Mercado interfinanceiro	28.051.998	(1.362.651)
- Prefixados	8.705.954	(501.522)
- Moeda estrangeira	15.314.548	(2.728.947)
- IGP-M	103.000	(116.300)
- Outros	15.188.876	(1.604.692)
Total	788.428.050	3.881.022

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

(1) Inclui: (i) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 100.113.669 mil; e (ii) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção das aplicações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 10.625.523 mil (Nota 7f II); e

(2) Inclui *hedge* específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior. Os investimentos no exterior totalizam o montante de R\$ 39.781.569 mil.

b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrada pelo seu valor de custo atualizado, valor justo e prazos

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo
Ajuste a receber – swap	558.765	267.137	923.180	9.591.051	11.340.133
Ajuste a receber - futuro	153.153	30.833	21.119	450.491	655.596
Compras a termo a receber	1.299.477	99.018	129.384	1.625.307	3.153.186
Vendas a termo a receber (1)	1.457.186	1.164.011	979.776	717.904	4.318.877
Compras de moedas estrangeira a receber	58.426	41.045	-	23.518	122.989
Vendas de moedas estrangeira a receber	2.655	-	-	-	2.655
Prêmios de opções a exercer	1.344.156	30.445	70.037	155.572	1.600.210
Total do ativo (A)	4.873.818	1.632.489	2.123.496	12.563.843	21.193.646
Ajuste a pagar - swap	(682.562)	(515.470)	(463.303)	(4.652.777)	(6.314.112)
Ajuste a pagar - futuro	(358.534)	(98.103)	(17.426)	(110.549)	(584.612)
Compras a termo a pagar	(1.874.780)	(710.009)	(439.442)	(1.634.952)	(4.659.183)
Vendas a termo a pagar	(228.002)	(1.006.328)	(994.900)	(772.092)	(3.001.322)
Compras de moedas estrangeira a pagar	(53.290)	(98.942)	(27.970)	-	(180.202)
Vendas de moedas estrangeira a pagar	(112.651)	-	(920)	-	(113.571)
Prêmios de opções lançadas	(1.165.743)	(20.528)	(1.105.366)	(167.985)	(2.459.622)
Total do passivo (B)	(4.475.562)	(2.449.380)	(3.049.327)	(7.338.355)	(17.312.624)
Efeito Líquido (A-B)	398.256	(816.891)	(925.831)	5.225.488	3.881.022

(1) Inclui ajustes a receber relativo ao *hedge* de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

c) Contratos futuros, de opções, de termo, de câmbio e de swap - (Valor de Referência)

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Contratos futuros (1)	88.430.613	15.386.120	18.322.100	188.728.115	310.866.948
Contratos de opções	38.982.388	21.791.811	10.471.095	7.535.221	78.780.515
Contratos a termo (1)	61.636.513	29.282.209	21.617.374	29.636.877	142.172.973
Contratos de câmbio	21.048.669	6.698.976	3.821.250	187.394	31.756.289
Contratos de swap	17.886.196	10.148.881	22.113.641	174.702.607	224.851.325
Total	227.984.379	83.307.997	76.345.460	400.790.214	788.428.050

(1) Inclui contratos relativo ao *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

d) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Títulos públicos	
Notas do tesouro nacional	6.392.456
Letras do tesouro nacional	7.516.255
Total	13.908.711

e) Valores das receitas e das despesas líquidas

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2º semestre	2025
Contratos futuros (1)	2.380.364	6.375.305
Contratos de opções	(189.804)	(387.662)
Contratos a termo (1)	(1.341.349)	(3.500.931)
Contratos de câmbio	80.887	1.613.985
Contratos de swap	1.136.059	(1.029.080)
Total (Nota 7f III)	2.066.157	3.071.617

(1) Inclui, o resultado e o respectivo ajuste ao valor justo do *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior.

f) Valores de referência dos instrumentos financeiros derivativos, separados por local de negociação e contrapartes

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
B3 (bolsa)	327.673.726
B3 (balcão)	316.160.219
- Instituições financeiras	53.181.154
- Empresas	261.158.880
- Pessoas físicas	1.820.185
Exterior (bolsa) (1)	47.986.685
Exterior (balcão) (1)	96.607.420
Total	788.428.050

(1) Compreendem operações realizadas nas Bolsas de Chicago e Nova York e no mercado de balcão.

I) Derivativos de crédito (*Credit Default Swap – CDS*)

Representam, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito ("*default*"), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Risco recebido de Swaps de créditos:	1.840.305
- Títulos de dívidas emitidas por empresas	1.195.369
- Títulos públicos brasileiros	644.936
Risco transferido de Swaps de créditos:	(137.560)
- Derivativos de títulos de empresas	(137.560)

Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos até 2032. Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

II) *Hedge* contábil

A contabilidade de *hedge* é uma prática que utiliza instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de reduzir ou eliminar as assimetrias contábeis existentes em uma relação de proteção, entre um instrumento de *hedge* e um item protegido. Em outras palavras, essa metodologia busca compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições a fatores específicos que possam afetar o resultado ou os outros resultados abrangentes da instituição.

A efetividade do *hedge* pode ser afetada principalmente quando, durante o período da relação de proteção, alterações no cenário de risco de mercado ou no risco de crédito da contraparte ocorrerem.

Em 31 de dezembro de 2025, o Bradesco mantinha *hedge*, em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen, composto por:

Hedge de fluxo de caixa – Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros e no câmbio. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos, é avaliada pela metodologia de comparação do ajuste a valor justo dos instrumentos e é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*.

Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria, utilizam-se de contratos de DI Futuro na B3, Swaps e FED *funds*, sendo os prazos de vencimentos até 2032 tornando o fluxo de caixa prefixado. A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor.

Estratégia	Em 31 de dezembro de 2025 - R\$ mil			
	Objeto	Instrumento		
	Objeto de <i>hedge</i> (valor contábil)	Instrumento de <i>hedge</i> (valor nominal)	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido* (parcela efetiva)	Ajuste a valor justo no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Ativo				
Hedge de Títulos - recebimentos de juros	11.034.575	10.625.523	(39.611)	(21.786)
Passivo				
Hedge de Captações - pagamentos de juros	102.370.447	100.113.669	(238.820)	(131.650)

* Bruto dos efeitos fiscais.

As alterações no valor do item objeto de *hedge* utilizado como base para reconhecer a inefetividade de *hedge* do período são refletidas no valor justo do instrumento por meio de teste de efetividade.

A parcela não efetiva é reconhecida diretamente em conta de resultado. No exercício em questão não houve parcela não efetiva.

Não houve ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado no período findo em 31 de dezembro de 2025.

Hedge de valor justo – Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de *hedge*. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações do instrumento, é avaliada pela metodologia de comparação do ajuste a valor justo dos instrumentos sendo reconhecida em conta de resultado, líquida dos efeitos tributários.

Referente ao risco de Captações Pré-fixadas, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria, utilizam-se contratos de DI Futuro, sendo os prazos de vencimentos até 2032. A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor.

Estratégia	R\$ mil				
	Instrumento		Objeto		
	Instrumento de hedge (valor de mercado)	Ajuste a valor justo	Objeto de hedge (valor contábil)	Ajuste a valor justo registrado no resultado* (parcela efetiva)	Ajuste a valor justo no resultado (líquido dos efeitos fiscais)
Ativo					
Hedge letra financeira	79.938	(1.405)	79.857	1.489	819
Total em 31 de dezembro de 2025	79.938	(1.405)	79.857	1.489	819

(*) Bruto dos efeitos fiscais.

A parcela não efetiva do objeto de *hedge* é mantida em conta de patrimônio líquido. No exercício em questão não houve parcela não efetiva.

Hedge de investimentos no exterior – Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição à variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, a qual impacta o resultado da organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos, é avaliada pela metodologia de comparação de variação cambial do objeto e instrumento de *hedge*, sendo reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) inefetividade do *hedge*; ou (ii) na alienação ou alienação parcial da operação no exterior.

Referente ao risco de moeda, cuja moeda funcional é diferente do real, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria, utilizam-se de contratos *Forward* e Futuros de Dólar, tendo como objeto de *hedge* o investimento no exterior referenciado a MXN (Peso Mexicano) e USD (Dólar Americano).

A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor.

Estratégia	R\$ mil			
	Objeto	Instrumento		
	Objeto de hedge (valor contábil)	Instrumento de hedge (valor nominal)	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido* (parcela efetiva)	Ajuste a valor justo no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Ativo				
Hedge de variação cambial de investimento no exterior	5.177.416	5.876.575	(1.207.436)	(633.209)
Total em 31 de dezembro de 2025	5.177.416	5.876.575	(1.207.436)	(633.209)

* Bruto dos efeitos fiscais.

As alterações no valor do item objeto de *hedge* utilizado como base para reconhecer a inefetividade de *hedge* do período são refletidas no valor justo do instrumento por meio de teste de efetividade.

A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

III) Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2º semestre	2025
Receita de juros com aplicações em títulos e valores mobiliários	25.537.180	49.916.101
Ganho/(perda) ao valor justo por meio do resultado	(1.102.124)	(1.846.571)
Ganho/(perda) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	135.348	238.114
Ganho/(perda) ao custo amortizado	(48.871)	(185.340)
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 10b)	27.878.712	49.813.940
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	52.400.245	97.936.244
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 7e)	2.066.161	3.071.617
Total	54.466.406	101.007.861

8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES**a) Títulos e valores mobiliários por meio de outros resultados abrangentes**

Títulos	R\$ mil							
	Em 31 de dezembro de 2025							
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Valor justo	Valor de custo atualizado	Ganhos/Perdas não realizadas
Letras do tesouro nacional	-	8.444.631	1.268.672	12.226.686	-	21.939.989	22.057.929	(117.940)
Letras financeiras do tesouro	-	1.761.396	-	10.205.813	-	11.967.209	11.956.950	10.259
Títulos de governos estrangeiros	2.293.672	4.407.823	1.157.457	-	-	7.858.952	7.847.111	11.841
Notas do tesouro nacional	-	-	1.188.057	10.379.278	-	11.567.335	11.807.530	(240.195)
Debêntures	-	336.672	-	6.868.149	-	7.204.821	7.244.236	(39.415)
Outros	-	318.872	-	5.559.231	59.514	5.937.617	5.910.580	27.037
Total geral	2.293.672	15.269.394	3.614.186	45.239.157	59.514	66.475.923	66.824.336	(348.413)

Os ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao VJORA consistem, principalmente, do registro das variações no valor justo de ativos financeiros quando estes são vendidos, sendo substancialmente títulos de renda fixa. Os ganhos e as perdas reconhecidos no resultado decorrente da baixa destes ativos totalizaram no período R\$ 238.114 mil.

b) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a VJORA:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 1º de janeiro de 2025	11.179	1.565	-	12.744
Transferidos para o Estágio 1	-	-	-	-
Transferidos para o Estágio 2	-	-	-	-
Transferidos para o Estágio 3	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 1	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 2	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 3	-	-	-	-
Novos ativos originados, adquiridos/liquidados ou pagos	10.446	(1.565)	-	8.881
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2025	21.625	-	-	21.625

9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO

	R\$ mil						
	Em 31 de dezembro de 2025						
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de custo atualizado	Valor justo	Ganhos/Perdas não realizadas (1)
Debêntures	145.670	2.151.204	1.000.017	42.165.075	45.461.966	42.523.624	(2.938.342)
Notas do tesouro nacional	-	-	7.403.613	53.645.422	61.049.035	57.982.451	(3.066.584)
Letras do tesouro nacional	16.216.599	-	5.178.487	27.841.105	49.236.191	48.870.121	(366.070)
Cédula do Produto Rural	644.115	4.235.448	4.073.388	27.617.601	36.570.552	36.913.914	343.362
Notas promissórias	712.862	4.292.967	4.309.825	17.233.127	26.548.781	26.606.230	57.449
Títulos da dívida externa brasileira	-	502.553	-	7.951.077	8.453.630	8.423.119	(30.511)
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	4.184.746	4.184.746	4.033.255	(151.491)
Outros	84.264	3.451.199	542.966	2.491.767	6.570.196	6.599.350	29.154
Total Geral	17.803.510	14.633.371	22.508.296	183.129.920	238.075.097	231.952.064	(6.123.033)

(1) Os ganhos e perdas não são registrados contabilmente.

a) Reconciliação de perdas esperadas de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (1)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 1º de janeiro de 2025	711.909	50.705	5.408.826	6.171.440
Transferidos para o Estágio 1	-	(1.776)	(5.022)	(6.798)
Transferidos para o Estágio 2	(13.651)	-	(60.106)	(73.757)
Transferidos para o Estágio 3	(104.427)	(20.750)	-	(125.177)
Oriundos do Estágio 1	-	13.651	104.427	118.078
Oriundos do Estágio 2	1.776	-	20.750	22.526
Oriundos do Estágio 3	5.022	60.106	-	65.128
Novos ativos originados, adquiridos/liquidados ou pagos	37.896	156.320	(2.767.853)	(2.573.637)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2025	638.525	258.256	2.701.022	3.597.803

(1) O saldo da perda esperada está registrado como "Perda esperada de Ativos Financeiros" na Demonstração do Resultado.

10) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição e prazos**

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações em operações compromissadas:					
Posição bancada	21.074.590	9.918.469	117.930	-	31.110.989
• Notas do tesouro nacional	6.771.141	280.306	-	-	7.051.447
• Letras do tesouro nacional	4.218.893	9.070.230	-	-	13.289.123
• Letras financeiras do tesouro	6.434.887	304.987	-	-	6.739.874
• Outros	3.649.669	262.946	117.930	-	4.030.545
Posição financiada	143.592.964	512.770	-	-	144.105.734
• Notas do tesouro nacional	48.400.219	-	-	-	48.400.219
• Letras do tesouro nacional	49.971.528	-	-	-	49.971.528
• Letras financeiras do tesouro	45.216.118	283.890	-	-	45.500.008
• Outros	5.099	228.880	-	-	233.979
Posição vendida	18.594.104	24.377.665	-	-	42.971.769
• Letras financeiras do tesouro	18.594.104	24.377.665	-	-	42.971.769
Subtotal	183.261.658	34.808.904	117.930	-	218.188.492
Aplicações em depósitos interfinanceiros:					
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.725.092	56.829.893	19.100.821	52.581.213	135.237.019
Subtotal	6.725.092	56.829.893	19.100.821	52.581.213	135.237.019
Aplicações em moedas estrangeiras:					
• Aviso prévio	46.590	-	-	-	46.590
• Prazo Fixo	511.107	-	-	-	511.107
Subtotal	557.697	-	-	-	557.697
Total	190.544.447	91.638.797	19.218.751	52.581.213	353.983.208
%	53,8	25,9	5,4	14,9	100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2º semestre	2025
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
• Posição bancada	1.028.848	1.496.321
• Posição financiada	15.170.660	27.405.147
• Posição vendida	2.104.089	2.770.565
Subtotal	18.303.597	31.672.033
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros/Outros	9.575.115	18.141.907
Total (Nota 7f III)	27.878.712	49.813.940

11) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL**a) Créditos vinculados e outros depósitos**

	Remuneração	R\$ mil
		Em 31 de dezembro de 2025
Compulsório sobre depósitos à vista	Não remunerado	9.266.319
Compulsório sobre depósitos de poupança	Índice da poupança	18.374.413
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa selic	83.520.072
Aplicações voluntárias no Banco Central	Taxa selic	10.300.000
Total		121.460.804

b) Resultado das aplicações compulsórias

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2º semestre	2025
Créditos vinculados ao Bacen (depósito compulsório)	6.440.055	11.899.092
Créditos vinculados ao SFH (1)	39.402	52.008
Total	6.479.457	11.951.100

(1) Os depósitos vinculados ao SFH (Sistema Financeiro de Habitação) estão registrados na rubrica "Outros ativos".

12) OPERAÇÕES DE CRÉDITO**a) Operações de crédito por tipo de produto**

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	302.258.359
- Financiamentos e repasses	100.848.060
- Financiamento à exportação	34.476.858
- Financiamento imobiliário	25.189.198
- Repasses BNDES/Finame	24.475.073
- Financiamento de veículos	5.304.082
- Importação	11.402.849
- Empréstimos	184.422.443
- Capital de giro	132.561.479
- Crédito rural (b)	13.324.492
- Outros	38.536.472
- Operações com limites (1)	16.987.856
Pessoa Física	366.919.843
- Financiamentos e repasses	124.474.370
- Financiamento imobiliário	107.280.789
- Financiamento de veículos	10.317.351
- Repasses BNDES/Finame	6.616.649
- Outros	259.581
- Empréstimos	168.827.409
- Crédito pessoal	147.724.054
- Crédito rural (b)	17.680.946
- Outros	3.422.409
- Operações com limites (1)	73.618.064
Total da carteira	669.178.202
Perda por redução ao valor recuperável de operação de crédito	(40.980.367)
Total de operações de crédito, líquido (2)	628.197.835

(1) Refere-se a operações com limites preestabelecidos em aberto vinculados à conta corrente e ao cartão de crédito, cujos limites de crédito são recompostos automaticamente à medida que os valores utilizados são pagos; e

(2) Composto por Operações de crédito - R\$ 527.828.977 mil e Outros ativos financeiros - R\$ 100.368.858 mil, líquidos de provisões para perdas esperadas.

b) Crédito Rural (Direcionamento de Recursos)

Para o Plano Safra 2025/2026, projeta-se o direcionamento de crédito rural de R\$ 43.271.452 mil, correspondendo a soma da exigibilidade sobre o VSR - Valor Sujeito ao Recolhimento (31,5%) e LCA - Letra de Crédito do Agronegócio (60%). A título de cumprimento destas obrigações o Bradesco se utiliza dos seguintes instrumentos: Crédito Rural; DIR - Depósitos Interfinanceiros Rurais; CPR - Cédula de Produtor Rural e CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio.

Os custos diretos e indiretos para atender a essa exigibilidade são os custos normais atrelados as operações de crédito. Não há previsão de custos por descumprimento das exigibilidades.

c) Reconciliação do valor contábil bruto de operações de crédito

Estágio 1	R\$ mil						
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados / (Liquidados)	Saldo em 31 de dezembro de 2025 (1)
Pessoa Jurídica	234.568.463	(3.811.288)	(3.435.370)	562.837	350.007	41.234.559	269.469.208
- Financiamentos	91.399.992	(843.392)	(480.905)	63.812	69.199	4.431.319	94.640.025
- Empréstimos	130.784.494	(2.688.526)	(2.826.893)	437.973	261.287	34.554.695	160.523.030
- Rotativos	12.383.977	(279.370)	(127.572)	61.052	19.521	2.248.545	14.306.153
Pessoa Física	290.966.664	(6.452.072)	(4.785.448)	2.559.744	1.857.394	35.112.875	319.259.157
- Financiamentos	103.520.420	(2.827.036)	(1.230.536)	1.095.798	302.435	12.558.422	113.419.503
- Empréstimos	132.784.657	(2.364.371)	(3.443.442)	1.036.249	1.168.193	15.130.220	144.311.506
- Rotativos	54.661.587	(1.260.665)	(111.470)	427.697	386.766	7.424.233	61.528.148
Total	525.535.127	(10.263.360)	(8.220.818)	3.122.581	2.207.401	76.347.434	588.728.365

(1) Do total de ativos alocados no primeiro estágio, R\$ 1.001.401 mil possuem atraso superior a 30 dias.

Estágio 2	R\$ mil						
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados / (Liquidados)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	6.141.391	(562.837)	(847.467)	3.811.288	1.024.825	1.084.285	10.651.485
- Financiamentos	1.123.669	(63.812)	(110.217)	843.392	6.648	(191.788)	1.607.892
- Empréstimos	4.296.374	(437.973)	(698.686)	2.688.526	996.198	1.233.894	8.078.333
- Rotativos	721.348	(61.052)	(38.564)	279.370	21.979	42.179	965.260
Pessoa Física	17.623.177	(2.559.744)	(1.593.992)	6.452.072	1.382.254	(959.342)	20.344.425
- Financiamentos	6.553.957	(1.095.798)	(687.271)	2.827.036	186.838	(459.668)	7.325.094
- Empréstimos	7.701.978	(1.036.249)	(821.612)	2.364.371	1.076.229	(363.952)	8.920.765
- Rotativos	3.367.242	(427.697)	(85.109)	1.260.665	119.187	(135.722)	4.098.566
Total	23.764.568	(3.122.581)	(2.441.459)	10.263.360	2.407.079	124.943	30.995.910

Estágio 3	R\$ mil							
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados / (Liquidados)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025 (1) (2)
Pessoa Jurídica	25.014.294	(350.007)	(1.024.825)	3.435.370	847.467	4.179.043	(9.963.676)	22.137.666
- Financiamentos	4.943.517	(69.199)	(6.648)	480.905	110.217	(436.106)	(422.543)	4.600.143
- Empréstimos	18.671.123	(261.287)	(996.198)	2.826.893	698.686	3.098.245	(8.216.382)	15.821.080
- Rotativos	1.399.654	(19.521)	(21.979)	127.572	38.564	1.516.904	(1.324.751)	1.716.443
Pessoa Física	28.290.853	(1.857.394)	(1.382.254)	4.785.448	1.593.992	15.823.192	(19.937.576)	27.316.261
- Financiamentos	3.022.835	(302.435)	(186.838)	1.230.536	687.271	(266.392)	(455.204)	3.729.773
- Empréstimos	16.854.261	(1.168.193)	(1.076.229)	3.443.442	821.612	9.543.037	(12.822.792)	15.595.138
- Rotativos	8.413.757	(386.766)	(119.187)	111.470	85.109	6.546.547	(6.659.580)	7.991.350
Total	53.305.147	(2.207.401)	(2.407.079)	8.220.818	2.441.459	20.002.235	(29.901.252)	49.453.927

(1) Do total de ativos alocados para o terceiro estágio, R\$ 18.696.755 mil são decorrentes de operações reestruturadas; e

(2) Não possuímos contratos que não foram alocadas no Estágio 3, em razão do risco de crédito ser significativamente inferior frente aos demais instrumentos da mesma contraparte caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito.

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Originados /(Liquidados)	(Write-off) (1)	Saldo em 31 de dezembro de 2025 (1)
Pessoa Jurídica	265.724.148	46.497.887	(9.963.676)	302.258.359
- Financiamentos	97.467.178	3.803.425	(422.543)	100.848.060
- Empréstimos	153.751.991	38.886.834	(8.216.382)	184.422.443
- Rotativos	14.504.979	3.807.628	(1.324.751)	16.987.856
Pessoa Física	336.880.694	49.976.725	(19.937.576)	366.919.843
- Financiamentos	113.097.212	11.832.362	(455.204)	124.474.370
- Empréstimos	157.340.896	24.309.305	(12.822.792)	168.827.409
- Rotativos	66.442.586	13.835.058	(6.659.580)	73.618.064
Total	602.604.842	96.474.612	(29.901.252)	669.178.202

(1) Do total das operações, R\$ 588.728.365 mil possuem baixo risco de crédito em relação ao total da carteira, além disso 58% das operações possuem garantia.

d) Reconciliação de perdas esperadas de operação de crédito

Estágio 1	R\$ mil						
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	3.192.377	(110.497)	(123.076)	50.008	182.561	(400.544)	2.790.829
- Financiamentos	807.192	(17.505)	(12.573)	3.311	33.736	(210.616)	603.545
- Empréstimos	2.066.142	(84.275)	(104.979)	44.603	142.008	(228.514)	1.834.985
- Rotativos	319.043	(8.717)	(5.524)	2.094	6.817	38.586	352.299
Pessoa Física	4.742.198	(154.650)	(181.615)	250.085	913.255	(573.150)	4.996.123
- Financiamentos	277.486	(16.679)	(13.180)	27.399	69.133	(75.958)	268.201
- Empréstimos	3.074.395	(101.775)	(164.997)	205.479	696.152	(454.132)	3.255.122
- Rotativos	1.390.317	(36.196)	(3.438)	17.207	147.970	(43.060)	1.472.800
Total	7.934.575	(265.147)	(304.691)	300.093	1.095.816	(973.694)	7.786.952

Estágio 2	R\$ mil						
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	835.708	(50.008)	(130.149)	110.497	614.352	(156.486)	1.223.914
- Financiamentos	103.247	(3.311)	(13.987)	17.505	2.973	17.508	123.935
- Empréstimos	601.475	(44.603)	(111.272)	84.275	604.099	(231.726)	902.248
- Rotativos	130.986	(2.094)	(4.890)	8.717	7.280	57.732	197.731
Pessoa Física	2.673.219	(250.085)	(324.707)	154.650	751.820	135.958	3.140.855
- Financiamentos	204.887	(27.399)	(42.960)	16.679	45.335	9.539	206.081
- Empréstimos	2.019.558	(205.479)	(268.381)	101.775	659.572	35.138	2.342.183
- Rotativos	448.774	(17.207)	(13.366)	36.196	46.913	91.281	592.591
Total	3.508.927	(300.093)	(454.856)	265.147	1.366.172	(20.528)	4.364.769

Estágio 3	R\$ mil							
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Constituição / (Reversão)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	14.314.781	(182.561)	(614.352)	123.076	130.149	7.733.346	(9.963.676)	11.540.763
- Financiamentos	1.881.855	(33.736)	(2.973)	12.573	13.987	138.590	(422.543)	1.587.753
- Empréstimos	11.571.946	(142.008)	(604.099)	104.979	111.272	5.973.675	(8.216.382)	8.799.383
- Rotativos	860.980	(6.817)	(7.280)	5.524	4.890	1.621.081	(1.324.751)	1.153.627
Pessoa Física	17.430.566	(913.255)	(751.820)	181.615	324.707	20.953.646	(19.937.576)	17.287.883
- Financiamentos	971.631	(69.133)	(45.335)	13.180	42.960	867.649	(455.204)	1.325.748
- Empréstimos	11.612.159	(696.152)	(659.572)	164.997	268.381	13.156.644	(12.822.792)	11.023.665
- Rotativos	4.846.776	(147.970)	(46.913)	3.438	13.366	6.929.353	(6.659.580)	4.938.470
Total	31.745.347	(1.095.816)	(1.366.172)	304.691	454.856	28.686.992	(29.901.252)	28.828.646

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição / (Reversão) (1)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	18.342.866	7.176.316	(9.963.676)	15.555.506
- Financiamentos	2.792.294	(54.518)	(422.543)	2.315.233
- Empréstimos	14.239.563	5.513.435	(8.216.382)	11.536.616
- Rotativos	1.311.009	1.717.399	(1.324.751)	1.703.657
Pessoa Física	24.845.983	20.516.454	(19.937.576)	25.424.861
- Financiamentos	1.454.004	801.230	(455.204)	1.800.030
- Empréstimos	16.706.112	12.737.650	(12.822.792)	16.620.970
- Rotativos	6.685.867	6.977.574	(6.659.580)	7.003.861
Total	43.188.849	27.692.770	(29.901.252)	40.980.367

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

e) Operações de crédito reestruturadas

No total de “Operações de crédito com perda esperada associada ao risco de crédito”, onde estão incluídas as reestruturações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

Reestruturações podem ocorrer tanto em função de atrasos nos pagamentos ou de percepção de que a qualidade do crédito se deteriorou fortemente. O objetivo das reestruturações é adequar as operações à nova capacidade do cliente de pagar seu débito.

A tabela a seguir demonstra as mudanças efetuadas e a nossa análise da carteira de operações de crédito reestruturadas:

	R\$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	32.102.101
Reestruturação (1)	16.496.465
Recebimento/Outros (2)	(11.931.446)
Baixas	(12.033.531)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	24.633.589
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(13.026.679)
Total de operações de crédito reestruturadas, líquido de perda esperada	11.606.910
Perda esperada sobre as operações de crédito reestruturadas como percentual do total das operações de crédito reestruturadas	52,9%
Total das operações de crédito reestruturadas como percentual do portfólio de crédito total	3,7%
Total das operações de crédito reestruturadas como percentual do portfólio de crédito total, líquido de perda esperada	3,9%

(1) A Organização optou pela utilização do Artigo 71-A previsto na Resolução CMN nº 5.146 de 26 de junho de 2024, que faculta as instituições a utilização até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados; e

(2) Contempla a liquidação de contratos reestruturados por meio da realização de novas operações.

No momento em que o empréstimo é modificado, a Administração considera as condições do novo empréstimo e o vencimento reestruturados, e não mais o considera vencido. A partir da data da modificação, os juros reestruturados começam a acumular, utilizando o método da taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos negociados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir desse ponto.

Adicionalmente, quaisquer saldos relativos a empréstimos e adiantamentos a clientes reestruturados, que já tenham sido baixados e registrados em contas fora do balanço patrimonial, bem como quaisquer ganhos de reestruturações, são reconhecidos apenas quando recebidos.

f) Perda esperada líquida de recuperações

Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito líquida da recuperação de créditos baixados ("Write-off").

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2º semestre	2025
Constituição	15.873.955	30.350.425
Recuperações	(2.672.586)	(5.041.054)
Despesas com perdas esperadas líquidas de recuperações (1)	13.201.369	25.309.371

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve cessões de crédito de operações já baixadas para prejuízo no montante de R\$ 805.872 mil, cujo valor de venda foi de R\$ 116.665 mil e cessão de crédito de operação ativa no montante de R\$ 69.939 mil, cujo valor de venda foi de R\$ 18.383 mil, sem retenção de riscos e benefícios.

g) Itens não registrados no balanço

O quadro abaixo, demonstra os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off-balance*):

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Compromissos de valores de crédito a liberar (1)	333.153.781
Beneficiários e garantias prestadas (2)	127.966.268
Créditos abertos para importação	356.071
Total	461.476.120

(1) Inclui, limites a liberar de cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário, conta garantida e cheque especial; e

(2) Referem-se a garantias prestadas, que em sua maior parte são realizadas com clientes Corporate.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Segundo essas garantias, geralmente, possuímos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos.

Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito. As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avaliar acordos públicos e privados de emissão de dívida, incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da Administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos para garantir a *performance* de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar o beneficiário de um terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito.

13) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Valores a receber relativos a transações de pagamento	61.654.168
Títulos e créditos a receber	25.711.776
Adiantamentos de contrato de câmbio	12.094.380
Rendas a receber	10.491.491
Devedores por depósitos em garantia	10.009.552
Negociação e intermediação de valores	1.332.649
Outros	1.084.800
Total	122.378.816

14) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica “Resultado de participações em controladas e coligadas” e, estão demonstrados abaixo:

Empresas	Em 31 de dezembro de 2025 - R\$ mil								
	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Participação Direta no Capital Social	Participação Consolidada no Capital Social	Valor Contábil	Resultado Ajustado Acumulado		Ajuste decorrente de avaliação acumulada (2)	
						2º semestre	2025	2º semestre	2025
A) Ramo financeiro					34.512.430			3.084.215	5.074.494
Banco Bradesco BBI S.A. (1) (3)	4.120.000	5.694.805	100,00%	100,00%	5.694.805	914.686	1.371.330	914.686	1.371.330
Banco Bradesco Europa S.A. (1)	1.476.569	2.162.520	100,00%	100,00%	2.162.520	66.357	148.432	66.382	148.432
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (1)	499.300	625.580	100,00%	100,00%	625.580	79.331	199.012	79.331	199.012
Kirton Bank S.A. (1) (4)	8.778.882	11.558.715	100,00%	100,00%	11.558.715	545.134	821.004	545.134	821.004
Ágio Kirton Bank S.A. (1)	-	-	-	-	202.619	-	-	-	-
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (1) (3)	2.800.000	7.524.903	100,00%	100,00%	7.524.903	1.388.530	2.586.329	1.388.530	2.586.329
Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (1)	2.312.267	4.484.090	100,00%	100,00%	4.484.090	251.998	447.557	251.998	447.557
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. (1)	276.000	580.299	99,97%	99,97%	580.125	32.382	54.963	32.373	54.947
Demais empresas financeiras (1)	-	-	-	-	1.679.074	-	-	(207.695)	(241.761)
Ganho/perda cambial das empresas no exterior	-	-	-	-	-	-	-	13.476	(312.356)
B) Ramo Segurador e Previdência (5)					43.274.487			4.933.546	9.498.777
Bradseg Participações S.A. (1) (3)	19.352.673	42.499.945	100,00%	100,00%	42.499.945	4.767.581	9.181.766	4.767.581	9.181.766
Bradesco Seguros S.A. (1)	8.096.445	12.392.664	6,25%	99,96%	774.541	2.655.440	5.072.176	165.965	317.011
C) Outras atividades					21.053.652			1.074.709	1.898.366
Serel Participações em Imóveis S.A. (1) (3)	240.000	1.679.245	48,98%	100,00%	822.494	79.122	145.425	38.754	71.229
Bankpar Consultoria e Serviços Ltda (1) (3)	811.000	2.350.072	100,00%	100,00%	2.350.072	60.971	105.069	60.971	105.069
Demais empresas controladas	-	-	-	-	17.881.086	-	-	974.984	1.722.068
Total					98.840.570			9.092.470	16.471.637

(1) Dados relativos a 31 de dezembro de 2025;

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(3) Contempla aumento no Capital Social em 2025;

(4) Contempla redução no Capital Social em 2025; e

(5) As provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e de previdência privada em empresas controladas do ramo de Segurador e Previdência, representam o montante de R\$ 435.727.256 mil em 31 de dezembro de 2025.

15) IMOBILIZADO DE USO**a) Composição por classe de imobilizado de uso**

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	Vida útil estimada	Custo	Depreciação acumulada	Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	Custo líquido de depreciação
Edificações	4%	610	(204)	(233)	173
Terrenos	-	1.188	-	-	1.188
Instalações, móveis e equipamentos de uso (2)	10%	4.310.413	(2.416.220)	(934)	1.893.259
Direitos de uso (1)	-	3.637.545	(891.624)	-	2.745.921
Sistemas de segurança e comunicações (2)	10% a 20%	382.383	(259.791)	(2.319)	120.273
Sistemas de processamento de dados (2)	20% a 40%	6.143.572	(4.629.866)	(7.876)	1.505.830
Sistemas de transportes	10% a 20%	307.186	(134.905)	-	172.281
Imobilizações em curso	-	215.405	-	-	215.405
Total (1)		14.998.302	(8.332.610)	(11.362)	6.654.330

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da Resolução nº 4.975/21; e

(2) Em 31 de dezembro de 2025, foram registradas constituição de *impairment* na rubrica de "Outras Despesas Operacionais" no montante de R\$ 1.391 mil.

Celebramos contratos de arrendamento mercantil, basicamente, para imóveis e equipamentos de processamento de dados, que são registrados como edificações e equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Veja Nota de Outros Passivos Financeiros para a divulgação da obrigação.

b) Movimentação líquida do imobilizado de uso por classe

	R\$ mil							
	Edificações	Terrenos	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistema de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transporte	Outros (1)	Total (2)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	177	1.188	1.844.889	120.061	1.803.389	203.528	439.578	4.412.810
Adições/Reduções	-	-	417.066	28.465	391.528	519	3.858.288	4.695.866
Depreciação	(4)	-	(368.696)	(28.253)	(689.087)	(31.766)	(1.336.540)	(2.454.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	173	1.188	1.893.259	120.273	1.505.830	172.281	2.961.326	6.654.330

(1) Contempla Imobilizado em Curso e Direitos de Uso; e

(2) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da Resolução 4.975/21.

O índice de imobilização em relação ao patrimônio de referência do "conglomerado prudencial" foi de 26,9%, sendo o limite máximo de 50,0% conforme Resolução CMN nº 4.957/21.

16) INTANGÍVEL**a) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	Taxa Amortização (1)	Custo	Amortização	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido de amortização
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros (2)	Contrato	8.536.484	(3.377.336)	(63.671)	5.095.477
Software (2) (3)	Até 10%	19.739.507	(12.371.465)	(3.932)	7.364.110
Outros	Contrato	15.369	-	-	15.369
Total		28.291.360		(67.603)	12.474.956

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico e contabilizada nas rubricas "outras despesas administrativas" e "outras despesas operacionais", quando aplicável;

(2) Em 31 de dezembro de 2025, houve perdas por *impairment*/baixa em: (i) Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros, no valor de R\$ 22.470 mil e (ii) *Software* R\$ 1.772 mil ; e

(3) *Software* adquirido e/ou desenvolvido por empresas especializadas.

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	R\$ mil			
	Em 1º de janeiro de 2025	Adições/ (baixas)	Amortização do período	Em 31 de dezembro de 2025
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	4.923.465	1.891.805	(1.719.793)	5.095.477
Software	6.218.161	3.249.994	(2.104.045)	7.364.110
Outros	69.324	(34.212)	(19.743)	15.369
Total	11.210.950	5.107.587	(3.843.581)	12.474.956

17) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Relações interfinanceiras e interdependências	159.192
Devedores diversos	3.174.970
Despesas antecipadas	2.675.274
Outros Valores e Bens	1.050
Outros (1)	3.383.067
Total	9.393.553

(1) Inclui, R\$ 2.060.445 mil de ações de companhias abertas recebidas em dação de pagamento, registradas como investimentos mantidos para venda, conforme Resolução nº 4.817/20, e que estão avaliadas por laudo de avaliação independente.

i. Despesas antecipadas

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Comissão na colocação de empréstimos e financiamentos (1)	6.035
Despesas de propaganda e publicidade (2)	135.435
Contrato na prestação de serviços financeiros (3)	1.402.550
Outras (4)	1.131.254
Total	2.675.274

(1) Comissões pagas a lojistas e revendedores de veículos e para correspondentes - crédito consignado;

(2) Despesas de propaganda e publicidade pagas antecipadamente, cuja veiculação na mídia ocorrerá em períodos futuros;

(3) Valores desembolsados para aquisição de direito para prestação de serviços financeiros, apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas no intangível (Nota 16); e

(4) Inclui basicamente: (i) despesas pela emissão de cartões; e (ii) despesa de infraestrutura de TI.

a) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2025		
	Custo	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido de provisão
Imóveis	1.848.647	(1.038.688)	809.959
Veículos e afins	261.829	(168.170)	93.659
Máquinas e equipamentos	4.073	(2.330)	1.743
Total	2.114.549	(1.209.188)	905.361

18) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista - instituições financeiras	1.640.698	-	-	-	1.640.698
Depósitos interfinanceiros	4.330.285	1.542.892	2.919.664	1.863.109	10.655.950
Captações no mercado aberto (a)	366.425.770	31.214.807	6.658	1.846.496	399.493.731
Obrigações por empréstimos (b)	5.250.728	19.563.343	10.447.930	1.644.504	36.906.505
Obrigações por repasses (c)	1.175.067	4.086.293	7.310.814	19.136.446	31.708.620
Total	378.822.548	56.407.335	20.685.066	24.490.555	480.405.504
%	78,9	11,7	4,3	5,1	100,0

a) Captações no mercado aberto

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Carteira própria	204.300.436	5.905.616	6.658	1.846.496	212.059.206
• Títulos públicos	166.251.509	613.764	-	-	166.865.273
• Títulos privados	28.885.976	425.375	3.942	-	29.315.293
• Exterior	9.162.951	4.866.477	2.716	1.846.496	15.878.640
Carteira de terceiros (1)	143.427.155	972.203	-	-	144.399.358
Carteira livre movimentação (1)	18.698.179	24.336.988	-	-	43.035.167
Total	366.425.770	31.214.807	6.658	1.846.496	399.493.731
%	91,7	7,8	-	0,5	100,0

(1) Representada por títulos públicos.

b) Obrigações por empréstimos

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
No Exterior	5.250.728	19.563.343	10.447.930	1.644.504	36.906.505
Total	5.250.728	19.563.343	10.447.930	1.644.504	36.906.505
%	14,2	53,0	28,3	4,5	100,0

c) Obrigações por repasses ⁽¹⁾

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Do País	1.175.067	4.086.293	7.310.814	19.136.446	31.708.620
- FINAME	570.206	2.762.830	3.784.962	12.455.940	19.573.938
- BNDES	481.680	1.323.463	2.944.037	6.411.333	11.160.513
- Tesouro nacional	-	-	481.783	-	481.783
- Outras instituições	123.181	-	100.032	269.173	492.386
Total	1.175.067	4.086.293	7.310.814	19.136.446	31.708.620
%	3,7	12,8	23,1	60,4	100,0

(1) As obrigações por repasses consistem em recursos para repasses locais, em que tomamos emprestado de entidades e órgãos governamentais nacionais para conceder empréstimos a empresas brasileiras, para investimentos em instalações, equipamentos, agricultura, entre outros.

d) Despesas de operações de empréstimos e repasses

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2º semestre	2025
Empréstimos:		
- No País	54.995	139.384
- No Exterior	655.627	(1.182.501)
Subtotal de empréstimos	710.622	(1.043.117)
Repasses do País:		
- BNDES	345.854	664.260
- FINAME	1.606.240	2.652.006
- Tesouro nacional	24.996	40.114
- Outras instituições	6.303	11.087
Repasses do Exterior:		
- Obrigações com banqueiros no exterior	2.027.377	2.225.395
Subtotal de repasses	4.010.770	5.592.862
Total	4.721.392	4.549.745

e) Despesas com operações de captações no mercado

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2º semestre	2025
Depósitos de poupança	4.596.820	9.041.498
Depósitos a prazo	25.581.717	46.490.153
Captações no mercado aberto	25.769.784	46.678.189
Recursos de emissão de títulos (Nota 20a)	21.460.719	36.051.727
Dívidas subordinadas (Nota 21b)	4.238.325	8.397.038
Outras despesas de captação	417.907	588.520
Total	82.065.272	147.247.125

19) RECURSOS DE CLIENTES

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista - clientes (1)	35.940.865	-	-	-	35.940.865
Depósitos de poupança (1)	124.461.404	-	-	-	124.461.404
Depósitos a prazo (2)	21.217.262	65.349.493	101.920.314	345.859.084	534.346.153
Total	181.619.531	65.349.493	101.920.314	345.859.084	694.748.422
%	26,1	9,4	14,7	49,8	100,0

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e

(2) Consideram os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

20) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos e valores mobiliários – País:					
- Letras de crédito imobiliário	3.259.746	6.846.721	6.361.886	58.855.417	75.323.770
- Letras de crédito do agronegócio	4.973.449	5.838.311	4.260.171	39.259.413	54.331.344
- Letras financeiras	6.295.748	10.987.359	31.938.304	105.817.526	155.038.937
- Letras imobiliárias garantidas (1)	453.098	1.049.026	2.531.384	19.593.290	23.626.798
Subtotal	14.982.041	24.721.417	45.091.745	223.525.646	308.320.849
Títulos e valores mobiliários – Exterior:					
- MTN Program Issues (2)	285.910	37.964	2.997	10.087.635	10.414.506
Subtotal	285.910	37.964	2.997	10.087.635	10.414.506
Certificados de operações estruturadas	33.706	323.448	350.632	5.246.634	5.954.420
Total	15.301.657	25.082.829	45.445.374	238.859.915	324.689.775
%	4,7	7,7	14,0	73,6	100,0

(1) Captações garantidas pela carteira de créditos imobiliários, no montante de R\$ 29.496.034 mil, que cumpre todos os requisitos determinados pela Resolução CMN nº 5.001/22, sendo:

Requisito de suficiência, requisito de liquidez, requisito de prazo. Os programas 2 e 3 de emissão de LIG, tem respectivamente, prazo médio ponderado da carteira de ativos de 219 e 240 meses sendo a emissão das LIGs com prazo de 53 e 28 meses, não havendo vencimento de LIGs nos próximos 180 dias, os direitos creditórios corresponde a 1,58% do total de ativos e 33,78% do valor de garantia dos imóveis. Adicionalmente, o Termo de Emissão de LIG e a política de gestão da carteira de ativos seguem na forma do artigo 11 da Resolução CMN nº 5.001/22; e

(2) Emissão de títulos no mercado internacional para aplicação em operações comerciais de câmbio, pré-financiamento à exportação, financiamento à importação e financiamento de capital de giro, substancialmente, a médio e longo prazo. Em janeiro de 2026, houve a emissão de US\$ 750 milhões de dívida sênior no exterior, com prazo de 60 meses e cupom de 5,375% ao ano.

a) Movimentação de recursos de emissão de títulos

	R\$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	283.267.802
Emissões	160.458.235
Juros	36.051.727
Liquidação e pagamentos de juros	(156.630.734)
Variação cambial	1.542.745
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	324.689.775

21) DÍVIDAS SUBORDINADAS**a) Composição por vencimento**

Vencimento	R\$ mil		
	Prazo original em anos	Valor da operação	Em 31 de dezembro de 2025
No País:			
Letras Financeiras:			
2027	7	13.000	24.005
2026	8	694.800	1.380.842
2030	8	2.368.200	3.923.963
2027	9	89.700	187.469
2026	10	196.196	655.486
2027	10	256.243	586.866
2028	10	248.300	567.279
2030	10	124.500	213.615
2031	10	7.270.000	13.246.380
2032	10	5.378.500	8.884.021
2033	10	531.000	700.964
2035	10	2.503.500	2.519.653
2026	11	2.500	4.531
2027	11	47.046	118.795
2028	11	74.764	176.548
Perpétua		19.064.300	21.524.109
Total (1) (2)			54.714.526

(1) Inclui o montante de R\$ 50.648.748 mil, referente as dívidas subordinadas registradas como "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" para fins de capital regulamentar; e

(2) As informações de resultado estão apresentadas na Nota 18e, despesas com operações no mercado e atualização de juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização.

b) Movimentação das dívidas subordinadas

	R\$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	57.458.927
Emissões	8.059.200
Juros	8.397.038
Liquidação e pagamentos de juros	(19.200.639)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	54.714.526

22) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Relações interfinanceiras e interdependências	45.981.279
Passivo financeiro de arrendamento (a)	3.781.101
Negociação e intermediação de valores	14.904.051
Obrigações por operações vinculadas a cessão	3.488.479
Total	68.154.910

a) Passivo de arrendamento

	R\$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	3.014.544
Remensuração e novos contratos	2.122.194
Pagamentos	(1.826.681)
Apropriação de encargos financeiros	471.044
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	3.781.101

Vencimento dos arrendamentos

O vencimento destes passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025 está dividido da seguinte forma: R\$ 1.042.154 mil até 1 ano, R\$ 2.784.485 mil entre 1 à 5 anos e R\$ 526.310 mil com mais de 5 anos.

Impactos no resultado

O impacto no resultado no acumulado em 31 de dezembro de 2025 foi de: Despesas de depreciação – R\$ 1.336.540 mil e Despesas financeiras R\$ 471.044 mil.

23) PROVISÕES**a) Outras provisões**

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Provisão para contingências (Nota 24)	9.272.567
Outras (1)	12.477.024
Total	21.749.591

(1) Inclui, basicamente, provisão para pagamentos a efetuar relativos a obrigações com os funcionários e outras provisões administrativas.

24) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**a) Ativos contingentes**

A Organização Bradesco mantém discussões, administrativas e judiciais, referentes a eventuais pagamentos a maior ou indevidos de tributos e contribuições federais. Os ativos contingentes, relativos aos tributos em discussão, bem como a estimativa dos valores a serem recuperados, quando aplicável, somente são reconhecidos quando o ganho da ação e o respectivo crédito forem praticamente certos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

I) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprimorados os parâmetros de mensuração para o registro da provisão, que é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, propensão a perda e correção monetária das médias apuradas, além da avaliação individual em casos específicos.

II) Processos cíveis

São pleitos de indenização referentes a produtos e serviços bancários e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas, conforme, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprimorados os

parâmetros de mensuração para o registro da provisão, cujo os critérios próprios aplicados a cada tipo específico, os quais podem envolver o valor médio dos processos ou avaliação individual, sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Em relação as ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate à inflação nas décadas de 80 e 90, o Bradesco, embora tenha cumprido a legislação e regulamentação vigente à época, provisionou referidos processos, considerando as ações em que foi citado e as correspondentes perspectivas de perdas de cada demanda, tendo em vista as decisões e as matérias ainda em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em dezembro de 2017, com mediação da Advocacia Geral da União (AGU) e interveniência do Banco Central do Brasil (BCB), as entidades representativas dos bancos e dos poupadores, firmaram acordo relacionado aos litígios de planos econômicos, com a finalidade de encerramento dessas ações, no qual foram estabelecidos condições e cronograma para os poupadores exercerem o direito a adesão. O referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1º de março de 2018. Em 11 de março de 2020 as entidades signatárias celebraram aditivo prorrogando o acordo coletivo pelo prazo de 5 (cinco) anos, o Supremo Tribunal Federal homologou a prorrogação do acordo por 30 meses. Em 16 de dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou o pedido de prorrogação do acordo por mais 30 meses. Em 23 de maio de 2025, o STF proferiu decisão reconhecendo a constitucionalidade dos planos econômicos, mas também validou o acordo firmado entre poupadores, bancos e entidades para o pagamento das diferenças de correção monetária, prorrogando o período para adesão em mais 24 meses a contar a partir do julgamento. Considerando tratar de acordo voluntário, o qual não obriga o poupador a adesão, não existe estimativa de quantos o farão. Destaca-se que, o Bradesco entende que possui provisionamento para cobrir os processos elegíveis ao referido acordo.

III) Provisão para riscos fiscais

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas, dos quais destacamos:

- Contribuições Previdenciárias - R\$ 11.293 mil: relativas às contribuições previdenciárias sobre aportes em planos de previdência privada, referentes aos períodos anteriores, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias. No período, os processos de anos anteriores a 2023, foram incluídos no Programa de Transação Integral (PTI) criado pela Portaria MF nº 1.384/24.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV) Movimentação das provisões segregadas por natureza

	R\$ mil			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	2.123.343	5.962.941	2.025.123	10.111.407
Atualização monetária	175.443	284.881	112.424	572.748
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	4.953.947	1.135.172	(114.863)	5.974.256
Pagamentos	(3.243.376)	(2.826.292)	(1.316.176)	(7.385.844)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.009.357	4.556.702	706.508	9.272.567

Adicionalmente, o Bradesco também possui provisões dos passivos contingentes em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 352.295 mil, R\$ 2.362.156 mil e R\$ 6.043.334 mil por meio dos investimentos em controladas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram em 31 de dezembro de 2025 R\$ 1.316.136 mil para processos trabalhistas, R\$ 5.453.899 mil para os processos cíveis e R\$ 23.030.878 mil para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2012 a 2015 – R\$ 11.141.274 mil: glosa de despesas operacionais de captação (CDI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas da Organização;
- COFINS – Anos bases de 2001 a 2005 – R\$ 5.397.336 mil: autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98);
- Autuação de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2005 a 2017 – R\$ 2.757.281 mil: relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos; e
- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2009 e 2014 – R\$ 792.237 mil: relativas às glosas de despesas e exclusões sobre receitas de superveniência de depreciação, despesas de insuficiência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal.
- Juros Sobre Capital Próprio (TJLP) – Ano base 2019 e 2021 – R\$ 716.235 mil: autuações de IRPJ/CSLL relativas aos anos de 2019 e 2021 questionando a dedutibilidade nas bases de cálculo dos tributos acima da despesa relativa ao Juros Sobre Capital Próprio (TJLP).

25) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil Em 31 de dezembro de 2025
Credores diversos	6.129.015
Sociais e estatutárias	8.798.153
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	698.922
Fiscais e previdenciárias	2.149.287
Obrigações por aquisição de bens e direitos	608.724
Outros (1)	9.837.197
Total	28.221.298

(1) Inclui, basicamente, créditos por recursos a liberar e obrigações por recursos de pagamentos.

26) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)**a) Composição do capital social em quantidade de ações**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro de 2025
Ordinárias	5.303.870.781
Preferenciais	5.288.141.247
Subtotal	10.592.012.028
Em tesouraria (ordinárias) (1)	(7.500.000)
Em tesouraria (preferenciais) (1)	(7.500.000)
Total em circulação	10.577.012.028

(1) Em janeiro de 2025 houve aquisição de 4.970.900 ações em Tesouraria. Em 07 de fevereiro de 2025, foi aprovado o cancelamento de 50.158.200 ações mantidas em Tesouraria de emissão da Companhia (item d). No 1º trimestre houve aquisição de 15.000.000 para serem mantidas em Tesouraria.

b) Reservas de lucros

	R\$ mil Em 31 de dezembro de 2025
Reservas de lucros	
- Reserva legal (1)	15.356.673
- Reserva estatutária (2)	75.708.214
Total	91.064.887

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Organização, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A política de remuneração do capital adotada pelo Bradesco visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Em reunião do Conselho de Administração de 20 de março de 2025, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro trimestre de 2025, no valor de R\$ 2.300.000

mil, sendo R\$ 0,207112492 por ação ordinária e R\$ 0,227823742 por ação preferencial, cujo pagamento ocorreu em 31 de outubro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração de 18 de junho de 2025, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro semestre de 2025, no valor de R\$ 3.000.000 mil, sendo R\$ 0,270146729 por ação ordinária e R\$ 0,297161402 por ação preferencial, cujo pagamento ocorreu em 30 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração de 18 de setembro de 2025, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao segundo semestre de 2025, no valor de R\$ 3.000.00 mil, sendo R\$ 0,270146729 por ação ordinária e R\$ 0,297161402 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 30 de abril de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração de 18 de dezembro de 2025, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio complementares, relativos ao segundo semestre de 2025, no valor de R\$ 3.900.000 mil, sendo R\$ 0,351190748 por ação ordinária e R\$ 0,386309823 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 31 de julho de 2026.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do período	24.549.089	
(-) Reserva legal (2)	1.061.695	
Base de cálculo ajustada	23.487.394	
Juros sobre o capital próprio (bruto) mensais pagos	2.299.273	
Juros sobre o capital próprio (bruto) intermediários pagos	5.300.000	
Juros sobre o capital próprio (bruto) intermediários provisionados	3.000.000	
Juros sobre o capital próprio (bruto) complementares provisionados	3.900.000	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(2.174.891)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 31 de dezembro de 2025	12.324.382	52,47

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo ajustada; e

(2) Considera a absorção dos efeitos da Adoção Inicial das Resoluções nº 4.966/21 e nº 4.975/21, em 1º de janeiro de 2025.

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio, conforme segue:

Descrição	Por ação (bruto) - R\$				R\$ mil
	Ordinárias	Preferenciais	Valor pago / provisionado	IRRF (15%)	Valor pago / provisionado líquido
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,206998	0,227698	2.299.273	(344.891)	1.954.382
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos (2)	0,477259	0,524985	5.300.000	(795.000)	4.505.000
Juros sobre o capital próprio intermediários provisionados (1)	0,270147	0,297161	3.000.000	(450.000)	2.550.000
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados	0,351191	0,386310	3.900.000	(585.000)	3.315.000
Total acumulado em 31 de dezembro de 2025	1,305595	1,436154	14.499.273	(2.174.891)	12.324.382

(1) A serem pagos em 30 de abril de 2026; e

(2) Pagos em 31 de outubro de 2025 e 30 de janeiro de 2026.

d) Ações em tesouraria

Em 7 de maio de 2025, o Conselho de Administração deliberou instituir um novo programa de recompra que autoriza a Diretoria do Bradesco a adquirir, no período de 08 de maio de 2025 a 08 de novembro de 2026, até 106.584.881 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo até 53.413.506 ações ordinárias e até 53.171.375 ações preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento, sem redução do capital social.

Em 31 de dezembro de 2025, permaneciam em tesouraria 7.500.000 ações ordinárias e 7.500.000 ações preferenciais, no montante de R\$ 168.625 mil. O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R\$ 10,65, R\$ 10,73 e R\$ 10,85 e por ação PN é de R\$ 11,53, R\$ 11,75 e R\$ 11,96 respectivamente.

e) Lucro por ação**i. Lucro por ação básico**

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme quadro a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$ mil)	11.690.044
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$ mil)	12.859.045
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	5.297.305
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	5.281.575
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$)	2,21
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$)	2,43

ii. Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

27) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2º semestre	2025
Rendas de cartão	4.179.677	8.117.791
Conta corrente	3.297.187	6.654.875
Operações de crédito	1.444.644	2.671.601
Cobrança	621.301	1.268.665
Administração de fundos	1.323.063	2.493.975
Mercado de Capitais/Assessoria financeira	9.369	17.071
Serviços de custódia e corretagens	548.265	1.063.361
Arrecadações	187.576	369.284
Outras	116.625	225.561
Total	11.727.707	22.882.184

28) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2º semestre	2025
Proventos	5.618.347	10.983.088
Benefícios	2.246.790	4.354.385
Encargos sociais	1.994.707	3.929.194
Participação dos empregados nos lucros	843.351	1.657.082
Treinamentos	72.766	105.663
Total	10.775.961	21.029.412

29) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2º semestre	2025
Serviços de terceiros	1.987.689	3.770.076
Depreciação e amortização	3.136.665	6.267.236
Processamento de dados	1.496.660	2.429.211
Comunicação	263.175	514.795
Manutenção e conservação de bens	569.193	1.149.462
Aluguéis	44.679	87.842
Serviços do sistema financeiro	622.021	1.207.052
Propaganda, promoções e publicidade	698.918	1.139.100
Segurança e vigilância	221.011	462.519
Transportes	278.196	570.337
Água, energia e gás	126.182	273.957
Materiais	42.246	81.994
Viagens	82.829	141.342
Outras	814.051	1.743.846
Total	10.383.515	19.838.769

30) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2º semestre	2025
Contribuição à Cofins	1.744.921	3.650.867
Contribuição ao PIS	283.550	593.266
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	349.216	681.273
Despesas com IPTU	46.201	125.839
Outras	53.629	99.212
Total	2.477.517	5.150.457

31) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2º semestre	2025
Outras receitas financeiras	1.500.472	3.069.424
Reversão de outras provisões operacionais	882.056	1.688.261
Receitas de recuperação de encargos e despesas	444.689	849.989
Outras (1)	1.160.597	1.658.624
Total	3.987.814	7.266.298

(1) Composto, principalmente, por receitas operacionais cujo saldos não são relevantes individualmente e não possuem classificação específica.

32) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2º semestre	2025
Outras despesas financeiras	242.723	667.087
Despesas com perdas diversas	296.544	682.862
Despesas com descontos concedidos	1.254.244	2.113.669
Amortização de ágio	10.577	19.087
Despesas com comercialização de cartões	2.274.662	4.287.896
Outras (1) (2)	4.342.634	7.769.716
Total	8.421.384	15.540.317

(1) Em 31 de dezembro de 2025, inclui *impairment* em: aquisição de direito para prestação de serviços financeiros, no valor de R\$ 22.470 mil; imobilizado/intangível, no valor de R\$ 3.166 mil e despesas com provisão para reestruturação conforme plano aprovado pela Administração, no valor de R\$ 1.201.144 mil; e

(2) Composto, principalmente, por despesas operacionais cujo saldos não são relevantes individualmente e não possuem classificação específica.

33) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2º semestre	2025
Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos	79.200	187.955
Constituição/reversão de provisões não operacionais (1)	(74.126)	(134.195)
Outros	9.294	10.954
Total	14.368	64.714

(1) Inclui, basicamente, a provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda.

34) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2º semestre	2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	8.055.532	14.512.803
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) às alíquotas vigentes	(3.624.989)	(6.530.761)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e de controle compartilhado	4.091.612	7.412.237
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis (1)	517.765	2.002.680
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	3.444.854	6.524.673
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(162.000)	(162.000)
Outros valores	357.398	789.457
Imposto de renda e contribuição social do período	4.624.640	10.036.286

(1) Contempla os valores relativos à Adesão ao Programa de Transação Integral (PTI).

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2º semestre	2025
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	516.055	(1.176.958)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	6.060.884	11.342.490
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	(59.975)	(59.975)
Prejuízo fiscal	(69.328)	(69.328)
Constituição/(realização) no período sobre:		
Base negativa de contribuição social	(793.977)	25
Prejuízo fiscal	(1.029.019)	32
Total dos impostos diferidos	4.108.585	11.213.244
Imposto de renda e contribuição social do período	4.624.640	10.036.286

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição	Realização	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	65.270.616	23.407.263	(13.585.543)	75.092.336
Provisões cíveis	2.683.324	153.926	(786.734)	2.050.516
Provisões fiscais	1.008.115	359.433	(1.008.115)	359.433
Provisões trabalhistas	955.504	849.188	(481)	1.804.211
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	621.443	144.112	(221.337)	544.218
Ajuste a valor justo – ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	-	21.585	-	21.585
Ágio amortizado	185.613	10.396	(7.387)	188.622
Outros	4.980.864	3.539.163	(3.609.762)	4.910.265
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	75.705.479	28.485.066	(19.219.359)	84.971.186
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	16.793.028	57	(129.303)	16.663.782
Subtotal	92.498.507	28.485.123	(19.348.662)	101.634.968
Ajuste a valor justo – Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	733.766	-	(71.512)	662.254
Total dos créditos tributários	93.232.273	28.485.123	(19.420.174)	102.297.222
Obrigações fiscais diferidas (Nota 34e)	932.487	175.246	(468.419)	639.314
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	92.299.786	28.309.877	(18.951.755)	101.657.908
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o ativo total	5,4%			5,5%

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro de 2025 - R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2026	8.100.454	6.461.637	-	-	14.562.091
2027	7.619.564	6.086.272	-	-	13.705.836
2028	6.506.441	5.199.657	76.800	63.415	11.846.313
2029	5.959.806	4.762.582	363.459	292.330	11.378.177
2030	4.974.965	3.974.998	768.889	616.367	10.335.219
2031	3.159.901	2.523.724	1.390.431	1.113.637	8.187.693
2032	2.984.644	2.383.593	1.696.736	1.358.792	8.423.765
2033	2.805.215	2.240.125	2.098.595	1.680.509	8.824.444
2034	2.638.303	2.106.667	2.252.194	1.803.474	8.800.638
2035	2.492.531	1.990.107	283.087	805.067	5.570.792
Total	47.241.824	37.729.362	8.930.191	7.733.591	101.634.968

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídas pelas Leis nº 14.467/22 e Lei nº 15.078/24.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 88.308.225 mil, sendo: R\$ 74.980.301 mil de diferenças temporárias e R\$ 13.327.924 mil de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldos em 1º de janeiro de 2025	Constituição	Realização/Baixas	Saldos em 31 de dezembro de 2025
Ajuste a valor justo – ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	197.983	95.027	(197.983)	95.027
Atualização de depósitos judiciais	58.512	5.437	(54.135)	9.814
Outros	675.992	74.782	(216.301)	534.473
Total dos impostos diferidos (Nota 34c)	932.487	175.246	(468.419)	639.314

35) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução CVM nº 94/22, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro de 2025 - R\$ mil			
	Controladores (1)	Controladas, coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
Ativos				
Disponibilidade	-	27.325	-	27.325
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	118.915.478	-	118.915.478
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	1.739.042	-	1.739.042
Imobilizado de uso (Direito de uso)	-	905.836	-	905.836
Operações de crédito, outros ativos e outros valores e bens	11	14.196.540	185.425	14.381.976
Passivos				
Depósitos à vista e de poupança	261	607.002	16.305	623.568
Depósitos interfinanceiros	-	5.266.044	-	5.266.044
Depósitos a prazo	5.144.469	2.401.840	384.200	7.930.509
Captações no mercado aberto	289.285	14.819.574	-	15.108.859
Recursos de emissões de títulos e dívidas subordinadas	28.982.300	6.744.104	912.486	36.638.890
Obrigações por empréstimos e repasses do exterior	-	157.263	-	157.263
Passivo de arrendamento	-	905.836	-	905.836
Instrumentos financeiros derivativos	-	48.635	-	48.635
Juros sobre capital próprio a pagar	3.171.676	-	-	3.171.676
Outros passivos	-	13.559.653	1.991	13.561.644

	2º semestre de 2025 - R\$ mil			
	Controladores (1)	Controladas, coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
Resultado				
Receitas de intermediação financeira	-	7.994.974	8	7.994.982
Despesas de intermediação financeira	(2.512.199)	(1.823.619)	(91.694)	(4.427.512)
Receita de prestação de serviços	52	143.085	154	143.291
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	94.549	(638.358)	(22.972)	(566.781)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 - R\$ mil			
	Controladores (1)	Controladas, coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
Resultado				
Receitas de intermediação financeira	-	14.601.159	16	14.601.175
Despesas de intermediação financeira	(4.477.481)	(3.455.855)	(202.564)	(8.135.900)
Receita de prestação de serviços	132	295.696	345	296.173
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	193.150	(1.280.819)	(59.636)	(1.147.305)

(1) Cidade de Deus Cia. Coml. de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A., Nova Cidade de Deus Participações S.A. e NCD Participações Ltda.;

(2) Empresas relacionadas na Nota 14; e

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado), que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência dos Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado).

Para 2025, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.185.662 mil para remuneração dos Administradores e de R\$ 53.824 mil para custear planos de previdência de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente às Resoluções da CMN nº 5.177/24 e nº 432/24, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2º semestre	2025
Remuneração de curto, médio e longo prazo	596.745	1.166.743
Pós emprego - Plano de previdência	25.691	51.586
Total	622.436	1.218.329

O Bradesco não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

b) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam, em conjunto, a seguinte participação acionária no Bradesco:

Participação acionária direta	Em 31 de dezembro de 2025
• Ações ordinárias	0,32%
• Ações preferenciais	1,05%
• Total de ações (1)	0,69%

(1) Em 31 de dezembro de 2025, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no Bradesco totalizou 2,10% de ações ordinárias, 1,09% de ações preferenciais e 1,59% do total de ações.

36) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) Gerenciamento de Riscos

Para o quarto trimestre de 2025 o Bradesco manteve os mesmos critérios divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, em especial quanto aos critérios relacionados a mensuração de acordo com os níveis hierárquicos, análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados no Nível 3 e metodologias utilizadas para determinar os valores justos.

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados conduz a Organização a um constante aprimoramento desta atividade.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Promove a disseminação da cultura de riscos a todos os funcionários, em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é composta por diversos comitês, comissões e áreas que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor Executivo de Riscos (Chief Risk Officer – CRO) e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões estratégicas.

Dentre os fóruns de governança relacionados ao tema, destacam-se:

- **Comitê de Riscos** tem a atribuição de avaliar o arcabouço de gerenciamento dos riscos da Organização e, eventualmente, propor aperfeiçoamentos e desafiar a estrutura de riscos da Organização frente às novas tendências e/ou ameaças, bem como assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital;
- **Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital – COGIRAC**, que tem por objetivo assessorar o Diretor-Presidente no desempenho das suas atribuições relacionadas à gestão e controle de todos os riscos e do capital da Organização.

Informações detalhadas a respeito do processo de gerenciamento de riscos, incluindo risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, riscos sociais, ambientais e climáticos, bem como das exposições a riscos do Bradesco, podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos da Organização.

b) Gerenciamento de Capital

O Índice de Basileia é um dos principais indicadores monitorados no processo de Gerenciamento de Capital, com o objetivo de mensurar a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos. Através de estratégias consistentes, o Banco busca superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em níveis que garantam a solidez e a sustentabilidade da estrutura de capital do Banco a longo prazo.

A tabela a seguir apresenta a composição do Patrimônio de Referência e dos Ativos Ponderados pelo Risco, conforme as normas estabelecidas pelo Bacen. No período analisado, o Bradesco manteve-se em conformidade com todos os requerimentos mínimos regulatórios.

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

Base de cálculo - Índice de Basileia	R\$ mil
	Basileia III
	Em 31 de dezembro de 2025
	Prudencial
Capital regulamentar - valores	
Capital Principal	124.320.006
Nível I	145.844.118
Patrimônio de Referência - PR	174.968.754
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores	
RWA total	1.108.961.848
Capital regulamentar como proporção do RWA	
Índice de Capital Principal - ICP	11,2%
Índice de Nível I	13,2%
Índice de Basileia	15,8%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA	
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação	2,50%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico	0,00%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,00%
ACP total (1)	3,50%
Margem excedente de Capital Principal	3,21%
Razão de Alavancagem (RA)	
Exposição total	2.141.573.090
RA	6,8%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)	
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	253.255.892
Total de saídas líquidas de caixa	160.033.728
LCR	158,3%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)	
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	1.136.032.540
Recursos estáveis requeridos (RSF)	925.369.687
NSFR	122,8%

(1) O não cumprimento das regras de ACP ocasiona restrições ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, sobras líquidas, recompra de ações, redução do capital social, e remuneração variável aos seus administradores.

c) Risco de Crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Adicionalmente, inclui o risco de concentração e o risco país/risco de transferência.

O gerenciamento de risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico por meio de modelos, instrumentos e procedimentos, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas e preservando a integridade e a independência dos processos.

A Organização controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito, compromissos de crédito, garantias financeiras prestadas, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

A Organização exerce continuamente o mapeamento de todas as atividades que podem gerar exposição ao risco de crédito, com as respectivas classificações quanto à probabilidade e magnitude, assim como a identificação dos seus gestores e planos de mitigação.

Risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual a Organização está exposta, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos.

A Organização mantém total controle sobre o custo de reposição e exposição potencial futura das operações nas quais existe o risco de crédito de contraparte. Assim toda a exposição referente a este risco faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes da Organização.

Em suma, a gestão de Risco de Crédito de Contraparte abrange a modelagem e o monitoramento (i) do consumo de limite de crédito das contrapartes, (ii) da parcela do ajuste ao valor justo de crédito da carteira de derivativos (CVA – *Credit Value Adjustment*), segregada por contraparte, e (iii) do respectivo capital regulatório e econômico. A metodologia adotada pela Organização estabelece que a exposição de crédito da carteira a uma dada contraparte pode ser calculada a partir do Custo de Reposição (RC) de suas operações em diferentes cenários do mercado financeiro, o que é possível através do processo de simulação de Monte Carlo.

No contexto de gestão de riscos, a Organização realiza estudos de projeção de capital, a exemplo do Teste de Estresse do ICAAP (Avaliação de Adequação de Capital) e do TEBU (Teste de Estresse Bottom-Up). Trata-se de programas multidisciplinares que envolvem minimamente as áreas de Negócio e os Departamentos Econômico, de Orçamento/Resultado e de Risco.

Com relação às formas de mitigação do risco de crédito de contraparte que a Organização está exposta, a mais usual é a composição de garantias como depósitos de margem e alienação de títulos públicos, que são realizados pela contraparte na própria Organização ou em outras instituições custodiantes, que também possuem seus riscos de contraparte devidamente avaliados.

A partir de junho/19, o cálculo do valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}) foi atualizado para a Abordagem SA-CCR (*Standardized Approach for Counterparty Credit Risk*), seguindo o Anexo I da Resolução BCB nº 229, de 2022.

Processo de gerenciamento do risco de crédito

O processo de gerenciamento do risco de crédito é realizado de maneira corporativa. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de crédito são realizados de maneira centralizada e independente.

Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo revisados ao menos uma vez por ano.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito exerce papel fundamental na segunda linha da Organização, participando ativamente do processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, realizando o acompanhamento de grandes riscos por meio do monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, nível de provisionamento frente às perdas esperadas e inesperadas.

Esta estrutura atua continuamente na revisão dos processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação e demandas de tecnologia da informação, bem como na revisão periódica do processo de avaliação de riscos visando à incorporação de novas práticas e metodologias.

As atribuições da estrutura de gerenciamento de risco de crédito seguem fielmente os preceitos de conformidade definidos pela Organização. A integração com as demais linhas ocorre de forma contínua e frequente, possibilitando assertividade na identificação, mensuração e controle do risco de crédito.

Concessão de crédito

O modelo de negócios diversificado permite o atendimento de diversos públicos, em canais direcionados e convenientes nas diversas regiões do Brasil. As estratégias de segmentação, tanto na Pessoa Física quanto na Pessoa Jurídica, também colaboram para um bom relacionamento com os clientes e para ofertas precisas de produtos e serviços.

Esse posicionamento tem reflexos positivos no perfil de crédito da Organização, sendo traduzido em um portfólio diversificado e pulverizado, tanto em termos de produtos como de segmentos. Isso é condizente com os riscos assumidos e com níveis de provisionamento e concentração adequados.

Sob a responsabilidade da área de Crédito, o processo de concessão apoia-se na Política de Crédito da Organização, primando pela segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos de crédito. Todo esse processo é permeado pela governança de gerenciamento de riscos e atende às determinações do Banco Central do Brasil.

As metodologias adotadas prezam pela agilidade e rentabilidade nos negócios, com procedimentos direcionados e adequados, orientados à concessão de operações de crédito e à fixação de limites operacionais.

Na avaliação e classificação do risco total do cliente ou grupo econômico, são considerados aspectos quantitativos (indicadores econômicos e financeiros) e qualitativos (dados cadastrais, comportamentais e transacionais), ligados à capacidade dos clientes de honrarem os seus compromissos.

Todas as propostas de negócios respeitam as alçadas operacionais, contidas nas Normas e Procedimentos de Crédito. Nas agências, a delegação de poder para a submissão de propostas depende do seu porte, da exposição total do cliente junto à Organização, das garantias oferecidas, do grau de restrição, bem como da sua classificação de risco de crédito (*rating*). Todas as propostas de negócio são submetidas para análise técnica e deferimento da área de Crédito.

Os Comitês de Crédito, por sua vez, têm por objetivo a tomada de decisões, dentro de sua alçada, sobre consultas de concessão de limites e operações propostas pelas áreas de negócios, previamente analisadas e com parecer da área de Crédito. De acordo com o montante financeiro, as propostas de operações/limites desse Comitê poderão ser submetidas ao Conselho de Administração para deliberação.

As propostas de crédito tramitam por um sistema automatizado e parametrizado, com o propósito de fornecer subsídios imprescindíveis para a análise, concessão e o acompanhamento dos créditos concedidos, minimizando os riscos inerentes às operações.

Para a concessão de créditos massificados de varejo, existem sistemas exclusivos de *Credit e Behavior Scoring*, que proporcionam agilidade e confiabilidade, além da padronização de procedimentos no processo de análise e deferimento dos créditos.

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando ampará-los com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando os montantes, as finalidades e os prazos dos créditos concedidos.

Classificação de risco de crédito

A Organização dispõe de um robusto processo de Governança, práticas e acompanhamentos. Dentre as práticas, pode ser citada a Governança de Alçadas de Concessão e de Recuperação de Crédito, as quais, dependendo do montante da operação ou da exposição total da contraparte, requerem aprovação no nível do Conselho de Administração. Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos, estudos de safras, capital, entre outros.

Além do processo e da governança de alçadas para aprovação de operações de crédito e recuperação, no apetite a riscos definido pela Organização são acompanhados os limites de concentração das operações para Grupo Econômico, Setor de Atividade Econômica e Transferência (concentração por países). Além dos indicadores de concentração, também foram estabelecidos no apetite a riscos indicadores de qualidade de novos créditos, nível de inadimplência e de ativos problemáticos, margem de capital econômico e despesa de provisão para perdas esperadas.

A metodologia de avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita a definição de Normas e Procedimentos de Crédito diferenciados em função das características e do porte do cliente. Com isto, oferece embasamento tanto para a correta precificação das operações, quanto para a definição de garantias adequadas a cada situação.

A metodologia aplicada segue também os requisitos estabelecidos pela Resolução nº 4.945 do Conselho Monetário Nacional e inclui as análises de riscos social e ambiental em projetos, que buscam avaliar o cumprimento da legislação pertinente por parte dos clientes, bem como atender aos “Princípios do Equador”, conjunto de regras que estabelecem critérios mínimos sociais e ambientais que devem ser atendidos para a concessão de crédito.

Em consonância com o compromisso de constante aperfeiçoamento metodológico, a classificação de risco de crédito de operações contratadas é distribuída em grupos homogêneos de risco de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 para fins de constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

De forma simplificada, as classificações de risco das operações são determinadas em função da qualidade creditícia dos grupos econômicos/clientes, definida pelo *Rating* Cliente, garantias atreladas ao contrato, características do produto de crédito, comportamento de atrasos no pagamento, valor do crédito contratado, dentre outras características da operação.

As classificações de *Rating* Cliente para grupos econômicos fundamentam-se em procedimentos estatísticos parametrizados, informações quantitativas e qualitativas, além do fator julgamental. As classificações são efetuadas por grupo econômico e acompanhadas periodicamente com o objetivo de preservar a qualidade da carteira de crédito.

Para as pessoas físicas, em geral, as classificações de *Rating* Cliente baseiam-se também em procedimentos estatísticos e análise de variáveis que discriminam o comportamento de risco. Isso é feito mediante aplicação de modelos estatísticos de avaliação de crédito.

O *Rating* Cliente é utilizado, em conjuntos com diversas variáveis de decisão, para análise de concessão e/ou renovação de operações e limites de crédito, assim como para o acompanhamento da deterioração do perfil de risco dos clientes.

Controle e acompanhamento

O risco de crédito tem seu controle e acompanhamento corporativo realizado por área independente, que calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de governança existente.

Esta área promove reuniões mensais com todos os executivos e diretores de produtos e segmentos, com o objetivo de posicioná-los quanto à evolução da carteira de crédito, inadimplência, ativos problemáticos, reestruturações, adequação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, recuperações de crédito, perdas, limites e concentrações de carteiras, alocação de capital econômico e regulamentar, dentre outros.

Além disso, acompanha todo e qualquer evento, interno ou externo, que possa trazer impacto significativo ao risco de crédito da Organização, tais como: fusões, falências, quebra de safra, além de monitorar os setores de atividade econômica em que a empresa tem as exposições mais representativas.

Comunicação interna

O risco de crédito é monitorado tempestivamente visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos pela Organização. Relatórios gerenciais de controle de risco são disponibilizados para todas as alçadas, desde as agências até a Alta Administração.

Com o objetivo principal de antecipar situações de risco, que possam impactar na liquidez dos créditos concedidos aos clientes, a área de monitoramento de risco de crédito fornece diariamente informações por meio de um sistema corporativo às agências, gerências nacionais, segmentos de negócios e áreas de concessão de crédito e recuperação de crédito. Este sistema apresenta informações dinâmicas da carteira de crédito e cadastrais, além de proporcionar a comparação entre as informações anteriores e as atuais, destacando pontos que deverão ser analisados de maneira mais profunda pelos gestores como: informações de ativo por segmento, produto, região, classificação de risco, inadimplência, perda esperada e inesperada, dentre outras, possibilitando a visualização das informações desde um nível macro até o mais detalhado e permitindo chegar à visão de uma operação de crédito específica.

A visualização e entrega das informações é feita por meio de relatórios, sendo possível a realização de pesquisas em diversos níveis, tais como segmentos de negócios, diretorias, gerências, regiões, produtos, funcionários e clientes, e sob vários aspectos (exposição, inadimplência, estágio, provisão, *write-off*, graus de restrição, participação de garantias reais, qualidade da carteira por tipo de *rating*, entre outros).

Mensuração do risco de crédito

Periodicamente a Organização avalia as perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros por meio de modelos quantitativos, que consideram a experiência histórica de perdas de créditos dos diferentes tipos de carteira (que pode variar de 2 a 7 anos), a qualidade e as características atuais dos clientes, das operações e dos mitigadores, de acordo com os processos e a governança interna.

A experiência de perda de créditos reais é ajustada para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, condições atuais e a visão da Organização sobre as condições econômicas futuras, que são incorporadas na mensuração por meio de modelos econométricos, que capturam efeitos correntes e futuros nas estimativas das perdas esperadas. As principais variáveis macroeconômicas utilizadas neste processo são taxas de juros brasileira, taxa de desemprego, índices de inflação e índices de atividade econômica.

A estimativa de perda esperada dos ativos financeiros é dividida em três categorias (estágios):

- Estágio 1: Ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito;
- Estágio 2: Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3: Ativos financeiros que apresentaram indicativos de que não serão honrados integralmente.

O aumento significativo no risco de crédito é avaliado com base em diferentes indicadores para classificação em estágios, de acordo com o perfil do cliente, o tipo do produto e o status de pagamento atual, conforme demonstramos abaixo:

Segmento Varejo:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou “*impaired*”): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial ou reestruturação de dívidas;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e
- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

Segmento Atacado:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou “*impaired*”): Ativos financeiros que estão com as obrigações relevantes vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que não atentaram aos critérios do estágio 3 e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e
- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

As perdas esperadas são baseadas na multiplicação dos parâmetros de risco de crédito: Probabilidade de descumprimento (PD), Perda dado o descumprimento (LGD) e Exposição ao descumprimento (EAD).

O parâmetro PD refere-se à probabilidade de descumprimento percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelos internos de avaliação, que no varejo utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características do cliente, tais como *rating* interno e segmento de negócio, e da operação, tais como produto e garantia e no caso do atacado utilizam modelos especialistas baseados em informações financeiras e análises qualitativas.

O LGD refere-se ao percentual de perda em relação a exposição em caso de descumprimento, considerando todos os esforços de recuperação, conforme modelo interno de avaliação que utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características da operação, tais como produto e garantia.

Clientes com exposição significativa possuem estimativas baseadas em análise individuais, que são embasadas na estrutura da operação e no conhecimento de especialista, visando capturar a complexidade e as particularidades de cada operação.

O EAD refere-se à exposição (valor contábil) do cliente perante a Organização no momento da estimação da perda esperada. No caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, o EAD terá a adição do valor esperado dos compromissos ou garantias financeiras prestadas que serão convertidos em crédito em caso de descumprimento do cliente.

Exposição ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	
	Valor bruto	Perda esperada
Ativos financeiros		
Caixa e disponibilidades em bancos (Nota 5)	12.020.632	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 6a) (1)	167.292.773	(3.519.114)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 8) (1)	66.497.548	(21.625)
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (Nota 9)	241.672.900	(3.597.803)
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 10)	353.983.208	-
Operações de crédito (Nota 12)	566.870.588	(39.041.611)
Outros ativos financeiros (Nota 13)	125.102.431	(2.723.615)
Compromissos de valores de crédito a liberar - <i>off - balance</i> (Nota 12g)	333.153.781	(1.449.466)
Beneficiários e garantias prestadas - <i>off - balance</i> (Nota 12g)	127.966.268	(1.280.381)
Total da exposição	1.994.560.129	(51.633.615)

(1) Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são reduzidos pela provisão para perda.

Concentração das operações de crédito

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Por concentração	
Maior devedor	4.013.413
Dez maiores devedores	27.034.845
Vinte maiores devedores	41.643.992
Cinquenta maiores devedores	67.806.274
Cem maiores devedores	88.500.438

Setor de atividade econômica

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	%
Setor público	9.685.827	1,4
Setor privado	659.492.375	98,6
Total	669.178.202	100,0
Pessoa jurídica	302.258.359	45,2
Atividades imobiliárias e construção	23.020.555	3,4
Varejo	38.200.325	5,7
Serviços	87.353.996	13,1
Transportes e concessão	21.412.703	3,2
Automobilística	7.077.751	1,1
Alimentícia	14.477.594	2,2
Atacado	18.668.408	2,8
Energia elétrica	10.459.175	1,6
Petróleo, derivados e atividades agregadas	5.521.756	0,8
Demais setores	76.066.096	11,4
Pessoa física	366.919.843	54,8

d) Indicador de Avaliação de Importância Sistêmica Global (IAISG)

Conforme definido por meio das Resoluções BCB nº 171/21 e nº 54/20, o Bradesco divulga anualmente a apuração das informações para a avaliação da importância sistêmica global (IAISG), calculada em bases consolidadas, a qual estabelece requerimento adicional de capital para as instituições financeiras classificadas como sistemicamente importantes. Para mais informações e detalhamentos, acesse o site bradescom.com.br na seção de Informações ao Mercado, item de Gerenciamento de Riscos.

e) Risco de Mercado

O processo de gerenciamento do risco de mercado é realizado de maneira corporativa, abrangendo desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de mercado são realizados de maneira centralizada e independente. Este processo permitiu à Organização ser a primeira instituição financeira no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado para a apuração da necessidade do capital regulamentar. O processo de gerenciamento é também revisado, no mínimo, anualmente pelos Comitês e aprovado pelo próprio Conselho de

Administração. As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira própria, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- *Value at Risk (VaR)*;
- Estresse (medida de impacto negativo de eventos extremos, com base em cenários históricos e prospectivos);
- Resultado; e
- Exposição Financeira/Concentração.

Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- Variação do valor econômico devido à variação de taxa de juros – ΔEVE (*Economic Value of Equity*); e
- Variação da receita líquida de juros devido à variação de taxa de juros – ΔNII (*Net Interest Income*).

VaR Modelo Interno – Carteira *Trading*

O VaR para o horizonte de 1 dia está demonstrado no quadro a seguir:

Fatores de riscos (1)	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Prefixado	8.265
IGP-M / IPCA	6.902
Cupom cambial	67
Moeda estrangeira	4.031
Renda variável	1.940
Soberanos/ <i>eurobonds</i> e <i>treasuries</i>	7.055
Outros	1.378
Efeito correlação/diversificação	(14.825)
VaR (<i>Value at Risk</i>)	14.814

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Análise de sensibilidade das exposições financeiras

As análises de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) da Organização, foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços, e neste

considerando o pior cenário com relação a posição apurada. Por exemplo: para uma cotação de preço Real/Dólar de R\$ 5,50 foi utilizado um cenário de R\$ 5,56, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 13,80% foi aplicado um cenário de 13,81%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,50 foi utilizado um cenário de R\$ 6,88, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 13,80% foi utilizado um cenário de 17,25%. Os cenários considerados para os fatores de riscos são de acordo com a posição apurada; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,50 foi utilizado um cenário de R\$ 8,25, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 13,80% foi utilizado um cenário de 20,70%. Os cenários considerados para os fatores de riscos são de acordo com a posição apurada.

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

I - Análise de Sensibilidade – Carteira *Trading*

		R\$ mil		
		Carteira <i>Trading</i> (1)		
		Em 31 de dezembro de 2025		
		Cenários		
		1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(318)	(102.871)	(195.792)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(294)	(54.032)	(102.722)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(2)	(347)	(688)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(2.184)	(54.595)	(109.190)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	476	11.888	23.776
Soberanos/ <i>eurobonds e treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	83	6.687	13.058
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(13)	(320)	(640)
Total sem correlação dos fatores de risco		(2.252)	(193.590)	(372.198)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 335 bps e 651 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Dez/2025.

Demonstramos a seguir, os impactos das exposições financeiras (valor justo) considerando, também, a Carteira *Banking* (composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*).

II - Análise de Sensibilidade – Carteiras *Trading* e *Banking*

		R\$ mil		
		Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> (1)		
		Em 31 de dezembro de 2025		
		Cenários		
		1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(10.533)	(3.584.634)	(7.069.069)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(17.802)	(2.747.631)	(4.869.645)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(1.899)	(231.410)	(447.013)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(4.244)	(106.104)	(212.207)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(35.194)	(879.844)	(1.759.689)
Soberanos/ <i>eurobonds</i> e <i>treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	2.442	239.377	465.818
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	935	23.368	46.735
Total sem correlação dos fatores de risco		(66.296)	(7.286.879)	(13.845.070)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 335 bps e 653 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Dez/2025.

f) Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras para a Organização em função dos potenciais impactos decorrentes das mudanças do clima e de danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente.

Esses riscos, quando associados às instituições financeiras são, em sua maioria, indiretos e advém das relações de negócios, incluindo aquelas com a cadeia de fornecimento e com os clientes por meio de atividades de financiamento e investimento. Conforme definidos no Art. 38-C da Resolução nº 4.557/17 do CMN, os Riscos Sociais compreendem a violação de direitos, garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum, como a prática de trabalho análogo à de escravo e ao trabalho infantil, os Riscos Ambientais abrangem a degradação do meio ambiente e uso excessivo de recursos naturais e os Riscos Climáticos, referem-se à possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos (riscos físicos). Em resposta ao aumento desses riscos, mudanças socioeconômicas precisam acontecer, causando a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados (riscos de transição).

Como direcionador desse trabalho utilizamos a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.945/2021 e Sistema de Autorregulação Bancária da Federação Brasileira de Bancos (SARB) nº 14/2014, que estabelecem princípios e diretrizes, observados nos princípios de relevância e proporcionalidade, bem como orientador na condução de nossos negócios, atividades e processos.

O processo de gerenciamento conta com uma estrutura de governança composta por comitês, políticas, normas e procedimentos, que visa a identificação, mensuração, mitigação, acompanhamento e reporte desses riscos em diversos processos. A seguir estão as atribuições das áreas que se destacam no gerenciamento e controle de riscos sociais, ambientais e climáticos:

Avaliação de Riscos SAC (Social, Ambiental e Climático)	Analisar e emitir parecer de riscos nas operações de crédito e em garantias imobiliárias que se enquadram no escopo;
	Analisar e monitorar operações de financiamento a projetos;
	Propor metodologias de avaliação SAC prévias às operações enquadrados no escopo e realizar aculturação das áreas chaves da organização em relação ao tema.

Metodologia e Governança de Riscos SAC

Propor as métricas de controle RSAC, atentando para a sua devida aprovação no processo de governança estabelecido;

Monitorar a exposição da carteira de crédito aos potenciais impactos SAC por setor;

Avaliar cenários associados às mudanças em padrões climáticos e à transição para uma economia de baixo carbono;

Reportar assuntos relacionados ao controle e monitoramento do risco SAC nas comissões e comitês executivos onde o tema é abordado, e garantir que os assuntos relevantes sejam reportados ao Conselho de Administração.

A Organização assumiu diversos compromissos e participa de iniciativas relacionadas aos aspectos sociais, ambientais e climáticos, tais como Princípios do Equador, Princípios para o Investimento Responsável (PRI), Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e Promoção do Trabalho Decente (Ethos), Programa das Ações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI), *Net Zero Banking Alliance* (NZBA), além de ser signatária do Pacto Global e integrar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI). Desde 2019 participa de iniciativas setoriais com foco no desenvolvimento de metodologias e ferramentas de gestão de risco climático para a indústria bancária, em linha com as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD).

g) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Organização possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Controle e acompanhamento

O gerenciamento do risco de liquidez da Organização é realizado através de ferramentas desenvolvidas em plataformas robustas e validadas pelas áreas independentes da Organização. Dentre as principais métricas e indicadores considerados no *framework* de risco de liquidez, destacam-se:

- **Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR):** consiste na verificação da suficiência de instrumentos líquidos para honrar as saídas líquidas de caixa da Organização nos próximos trinta dias em cenário de estresse;

- **Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR):** consiste na verificação da suficiência de *funding* estrutural para financiar os ativos de longo prazo do balanço da Organização;
- Perdas de depósitos para diferentes horizontes de tempo;
- Mapas de concentração das captações em diferentes visões (produto, prazo e contraparte); e
- Exercícios de estresse integrado onde diferentes dimensões de risco são abordadas.

Para as principais métricas foram estabelecidos limites, que podem ser estratégicos (aprovados até o nível do Conselho de Administração) ou operacionais (aprovados no Comitê Executivo), baseados em sinalizadores, que acionam diferentes níveis de governança conforme o percentual de utilização (consumo) dos seus respectivos limites.

Mitigação do Risco de Liquidez

A governança estabelecida para o gerenciamento do risco de liquidez contempla uma série de recomendações para mitigação do risco de liquidez, dentre as principais estratégias, destacam-se:

- Diversificação de captações quanto a contraparte, produto e prazo;
- Adoção de limites gerenciais de liquidez, além daqueles requeridos pelo regulador;
- Análise prévia de produtos que possam afetar a liquidez antes da sua implementação; e
- Simulações de estresse de liquidez da carteira.

Testes de Estresse

Em função da dinâmica e criticidade deste tema, a gestão e controle do risco de liquidez deve acontecer de forma diária e ser baseada em cenários de estresse. Desta forma, a principal métrica utilizada para o monitoramento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial é o Índice de Liquidez Curto Prazo (LCR), que mede a suficiência de recursos líquidos para honrar os compromissos nos próximos trinta dias considerando um cenário de estresse. Portanto, a gestão diária já é realizada através de teste de estresse.

De qualquer forma, adicionalmente ao LCR e outras métricas de monitoramento, são executadas simulações de cenários de estresse de longo prazo, dentro do programa de teste de estresse integrado (ICAAP por exemplo), para também avaliar uma eventual deterioração dos indicadores de liquidez para diferentes horizontes de tempo.

Comunicação Interna

A comunicação interna sobre o risco de liquidez, tanto entre os departamentos quanto entre as diversas camadas da governança interna é feita por meio de relatórios internos e comitês envolvendo as duas áreas (Tesouraria e Gerenciamento de Riscos Financeiros) e a administração sênior da Organização.

Adicionalmente, são distribuídos diariamente relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Alta Administração. Fazem parte deste

processo diversos instrumentos de análises que são utilizados no monitoramento da liquidez, tais como:

- Distribuição diária dos instrumentos de controle da liquidez;
- Atualização automática *intraday* dos relatórios de liquidez para a adequada gestão do Departamento de Tesouraria;
- Elaboração de relatórios com as movimentações passadas e futuras, com base em cenários;
- Verificação diária do cumprimento do nível mínimo de liquidez;
- Elaboração de relatórios complementares onde são apresentadas as concentrações das captações por tipo de produto, prazo e contraparte; e
- Relatórios semanais para a Alta Administração com o comportamento e as expectativas referentes à situação da liquidez.

O processo de gerenciamento de risco de liquidez conta com um sistema de alertas, que determina o nível adequado de reporte dos relatórios de risco de acordo com o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Desta forma, quanto menor forem os índices de liquidez, maiores níveis da Organização recebem os relatórios.

h) Apresentamos o balanço patrimonial por moedas - Consolidado**I - Balanço patrimonial por moedas**

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2025		
	Balanço	Nacional	Estrangeira (1) (2)
Ativo			
Disponibilidades	15.351.748	9.596.625	5.755.123
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	547.913.136	532.439.393	15.473.743
- Títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros	526.937.396	513.687.481	13.249.915
- Instrumentos financeiros derivativos	20.975.740	18.751.912	2.223.828
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	109.952.563	95.284.918	14.667.645
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	109.952.563	95.284.918	14.667.645
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.441.634.500	1.353.752.137	87.882.363
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	235.485.054	232.677.339	2.807.715
- Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	121.679.449	121.635.435	44.014
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	290.462.558	277.739.598	12.722.960
- Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	627.852.869	555.951.100	71.901.769
- Operações de arrendamento mercantil, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7.520.084	7.520.084	-
- Outros ativos financeiros	158.634.486	158.228.581	405.905
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.612.862	1.573.431	39.431
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	13.348.433	13.348.433	-
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	8.626.609	8.495.718	130.891
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	20.668.922	20.494.929	173.993
Impostos a compensar	12.779.690	12.407.960	371.730
Crédito tributário	118.702.047	118.670.741	31.306
Outros ativos	16.137.253	14.379.615	1.757.638
Total do Ativo	2.306.727.763	2.180.443.900	126.283.863

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2025		
	Balanco	Nacional	Estrangeira (1) (2)
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.585.281.245	1.446.061.817	139.219.428
- Recursos de instituições financeiras	427.099.494	371.867.964	55.231.530
- Recursos de clientes	721.274.151	648.719.573	72.554.578
- Recursos de emissão de títulos	306.260.682	294.842.999	11.417.683
- Dívidas subordinadas	54.714.526	54.714.526	-
- Outros passivos financeiros	75.932.392	75.916.755	15.637
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.562.103	14.614.260	3.947.843
Provisão para perda esperada	3.056.120	3.049.921	6.199
- Compromissos de empréstimos	1.775.512	1.769.597	5.915
- Garantias financeiras	1.280.608	1.280.324	284
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	445.994.253	445.972.890	21.363
Outras provisões	35.460.514	35.312.996	147.518
Impostos correntes	2.003.486	1.882.993	120.493
Impostos diferidos	5.450.471	5.366.186	84.285
Outros passivos	37.884.970	35.976.244	1.908.726
Total do passivo	2.133.693.162	1.988.237.307	145.455.855
Patrimônio líquido			
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	172.239.039	172.239.039	-
Participação de acionistas não controladores	795.562	795.562	-
Total do Patrimônio Líquido	173.034.601	173.034.601	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.306.727.763	2.161.271.908	145.455.855
Posição líquida de ativos e passivos			(19.171.992)
Derivativos - posição líquida (2)			13.836.792
Outras contas de compensação líquidas (3)			(224.924)
Posição cambial líquida (passiva) (4) (5)			(5.560.124)

(1) Valores expressos e/ou indexados, basicamente, em dólares norte-americanos;

(2) Excluídas as operações vencíveis em D+1, a serem liquidadas em moeda do último dia do mês;

(3) Referem-se a outros compromissos registrados em conta de compensação;

(4) Os ativos, passivos e resultados dos investimentos e dependências no exterior são convertidos para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local, sendo que os efeitos resultantes do processo de conversão, totalizaram no período findo em 31 de dezembro de 2025, R\$ (4.063.122) mil e foram registrados no resultado. Estes efeitos foram neutralizados pelos resultados obtidos pelos instrumentos financeiros utilizados para proteger os efeitos da variação cambial produzida pelos nossos investimentos no exterior. Para os investimentos no exterior que possuem moeda funcional diferente do real, os efeitos da conversão estão registrados no Patrimônio Líquido na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial no valor de R\$ 806.407 mil; e

(5) No período/exercício a variação cambial dos instrumentos financeiros reconhecida no resultado foi de R\$ (787.517) mil.

i) Valor justo de ativos e passivos financeiros

Valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	353.983.208	354.011.524
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	121.460.804	121.460.804
Títulos e valores mobiliários:		
Ao valor justo por meio do resultado (1)	163.773.659	163.773.659
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	66.475.923	66.475.923
Ao custo amortizado (1)	238.075.097	231.952.064
Instrumentos financeiros derivativos	21.193.646	21.193.646
Operações de crédito e arrendamento mercantil	527.828.977	511.211.711
Outros ativos financeiros	122.378.816	122.378.816
Passivos		
Recursos de instituições financeiras	480.405.504	480.841.337
Recursos de clientes	694.748.422	691.895.809
Recursos de emissão de títulos	324.689.775	324.966.808
Dívidas subordinadas	54.714.526	56.371.225
Instrumentos financeiros derivativos	17.312.624	17.312.624
Outros passivos financeiros	68.154.910	68.154.910

(1) Inclui títulos com características de concessão de crédito.

	Em 31 de dezembro de 2025 - R\$ mil			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado	150.571.108	10.583.881	2.618.670	163.773.659
Letras do tesouro nacional	51.536.310	-	-	51.536.310
Notas do tesouro nacional	47.879.838	-	-	47.879.838
Ações	13.968.359	-	957.746	14.926.105
Outros	37.186.601	10.583.881	1.660.924	49.431.406
Derivativos	1.706.553	2.949.017	(774.548)	3.881.022
Instrumentos financeiros derivativos (Ativos)	11.267.287	9.652.699	273.660	21.193.646
Instrumentos financeiros derivativos (Passivos)	(9.560.734)	(6.703.682)	(1.048.208)	(17.312.624)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	63.441.992	3.033.292	639	66.475.923
Letras do tesouro nacional	21.939.989	-	-	21.939.989
Letras financeiras do tesouro	11.967.209	-	-	11.967.209
Títulos de governos estrangeiros	7.858.952	-	-	7.858.952
Notas do tesouro nacional	11.567.335	-	-	11.567.335
Outros	10.108.507	3.033.292	639	13.142.438
Total	215.719.653	16.566.190	1.844.761	234.130.604
Públicos	173.828.336	-	640	173.828.976
Privados	41.891.317	16.566.190	1.844.121	60.301.628

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3):

	R\$ mil				
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Derivativos ativos	Derivativos passivos	Total
Em 1º de janeiro de 2025	1.566.274	1.204	137.552	(557.559)	1.147.471
Incluídos no resultado	308.819	63	-	-	308.882
Incluídos em outros resultados abrangentes	-	61	-	-	61
Aquisições	1.599.601	-	136.108	(490.649)	1.245.060
Liquidações	(726.464)	(689)	-	-	(727.153)
Vencimentos	(58.404)	-	-	-	(58.404)
Transferência entre níveis (1)	(71.156)	-	-	-	(71.156)
Em 31 de dezembro de 2025	2.618.670	639	273.660	(1.048.208)	1.844.761

(1) Estes papéis foram reclassificados entre os níveis 2 e 3, pois houve aumento no risco de crédito e a curva de spread possui parâmetros não observáveis. Quando há uma redução neste risco de crédito, os papéis são transferidos do nível 3 para o nível 2.

Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados no Nível 3

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2025					
	Impacto no resultado			Impacto no patrimônio		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	(28)	(9.841)	(19.247)	-	(9)	(17)
Cupom cambial	(54)	(6.508)	(12.485)	-	-	-
Moeda estrangeira	1.469	36.729	73.459	-	-	-
Renda variável	5.268	131.690	263.380	-	-	-

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	354.011.524	-	354.011.524	353.983.208
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (1)	120.288.677	106.410.234	5.253.153	231.952.064	238.075.097
Operações de crédito e arrendamento mercantil	-	-	511.211.711	511.211.711	527.828.977
Passivos					
Recursos de instituições financeiras	-	-	480.841.337	480.841.337	480.405.504
Recursos de clientes	-	-	691.895.809	691.895.809	694.748.422
Recursos de emissão de títulos	-	-	324.966.808	324.966.808	324.689.775
Dívidas subordinadas	-	-	56.371.225	56.371.225	54.714.526

(1) Inclui títulos com características de concessão de créditos.

37) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e o Banco Bradesco S.A. é o responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O plano de previdência complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores do Bradesco e de suas controladas equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

O Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo e Ágora Corretora de Seguros S.A. patrocinam planos de previdência complementar nas modalidades de contribuição variável e de benefício definido, por meio da Fundação Baneb de Seguridade Social – Bases, aos funcionários oriundos do Baneb.

O Banco Bradesco S.A. patrocina plano de previdência complementar na modalidade de contribuição variável, por meio da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – Capof, aos funcionários oriundos do Banco BEM S.A.

O Banco Bradesco S.A. patrocina plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido por meio da Caixa de Previdência Privada Bec – Cabec, aos funcionários oriundos do Banco do Estado do Ceará S.A.

O Banco Bradesco S.A., Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo, Bradesco Capitalização S.A., Bradescor Corretora de Seguros Ltda., Bradesco Kirton Corretora de Câmbio S.A. e a Bradesco Seguros S.A. patrocinam plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido, por meio do Multibra Fundo de Pensão, aos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A.

O Banco Bradesco S.A. assumiu ainda as obrigações do Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo com relação ao Seguro de Vida, Plano de Saúde e Indenização por Aposentadoria dos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A., bem como o Plano de Saúde de funcionários oriundos do Lloyds.

De acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/15, o Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuariais, calcularam os seus compromissos atuariais utilizando taxa real de juros e reconhecem em suas demonstrações financeiras a obrigação devida. Os recursos garantidores dos

planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis). Seguem as principais premissas utilizadas pelo atuário independente na avaliação atuarial dos nossos planos, com base no CPC 33 (R1):

Fatores de riscos	Em 31 de dezembro
	2025
Taxa nominal de desconto	3,50% - 11,32% a.a.
Taxa nominal de crescimentos salariais futuros	3,50% a.a.
Taxa nominal de crescimento dos benefícios da previdência social e dos planos	3,50% a.a.
Taxa inicial de crescimento de custos médicos	6,92% - 7,64% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT 2000 e BR-EMS
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Por Plano
Taxa de rotatividade esperada	-
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano

Considerando as premissas acima, de acordo com o CPC 33 (R1), o valor presente das obrigações atuariais dos planos de benefícios e de seus ativos para cobertura dessas obrigações, está representado abaixo:

	R\$ mil	
	Benefícios de aposentadoria	Outros benefícios pós-emprego
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025	
(i) Obrigações com benefícios projetados:		
No início do exercício	2.556.966	819.725
Custo do serviço corrente	327	-
Custo de juros	258.434	83.635
Contribuição do participante	467	-
Ganho/(perda) atuarial (1)	(11.271)	10.232
Transferências	-	-
Custo de serviço passado - alterações do plano	(18.286)	-
Eliminação antecipada de obrigações	-	-
Benefícios pagos	(262.798)	(52.264)
No encerramento do exercício	2.523.839	861.328
(ii) Ativos no plano pelo valor de mercado:		
No início do exercício	2.416.615	-
Rendimento esperado	245.129	-
Ganho/(perda) atuarial (1)	(98.294)	-
Contribuições recebidas:		
- Empregador	56.179	-
- Empregados	467	-
Transferências	-	-
Eliminação antecipada de obrigações	-	-
Benefícios pagos	(262.288)	-
No encerramento do exercício	2.357.808	-
(iii) Mudanças no superávit irrecuperável:		
No início do exercício	62.210	-
Juros sobre o superávit irrecuperável	6.642	-
Mudança no superávit irrecuperável (1)	986	-
No encerramento do exercício	69.838	-
(iv) Posição financiada:		
Planos deficitários (2)	235.869	861.328
Saldo líquido	235.869	861.328

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os efeitos de remensuração reconhecidos em Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes totalizaram R\$ (54.773) mil, líquido dos efeitos fiscais; e

(2) O Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuariais, calcularam os seus compromissos atuariais e reconhecem em suas demonstrações contábeis a obrigação atuarial devida.

O custo/(benefício) líquido dos planos de pensão, reconhecidos na demonstração do resultado, inclui os seguintes componentes:

	R\$ - mil
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Obrigações com benefícios projetados:	
Custo do serviço	(17.958)
Custo de juros sobre obrigações atuariais	341.787
Rendimento esperado dos ativos do plano	(244.914)
Juros sobre o superavit irre recuperável	6.642
Custo/(benefício) líquido dos planos de pensão	85.557

Perfil de vencimento do valor presente das obrigações dos planos de benefícios definido para os próximos anos:

	R\$ mil	
	Benefícios aposentadoria	Outros benefícios pós-emprego
Duração média ponderada (em anos)	7,91	9,53
2026	277.251	65.693
2027	292.614	68.711
2028	295.969	72.796
2029	298.759	76.963
2030	300.824	81.159
Após 2031	1.506.457	467.572

Em 2026 as contribuições esperadas para os planos de benefícios definido é de R\$ 23.972 mil.

A taxa de retorno de longo prazo dos ativos do plano baseia-se no seguinte:

- Expectativas de médio a longo prazo dos gestores dos ativos; e
- Títulos privados e públicos, parcela representativa da carteira de investimentos de nossas controladas, cuja rentabilidade é superior a inflação mais juros, com vencimentos de curto a longo prazo.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis) e a alocação média ponderada dos ativos pertencentes ao plano de previdência, por categoria de ativo, é a seguinte:

	Em 31 de dezembro de 2025		
	Ativos do Plano do Alvorada	Ativos do Plano do Bradesco	Ativos do Plano do Kirton
Categorias de ativo:			
Renda variável	-	1,6%	-
Renda fixa	95,6%	95,6%	100,0%
Imóveis	3,4%	1,7%	-
Outros	1,0%	1,2%	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefícios, demonstra o impacto na exposição atuarial (6,92% - 11,32% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto e inflação médica em 1 p.p.:

Taxa	Taxa de desconto/Taxa de inflação médica	Análise de Sensibilidade	Efeito no passivo atuarial	Efeito no valor presente das obrigações
Taxa de Desconto	11,72% - 12,32%	Aumento de 1 p.p.	redução	(237.741)
Taxa de Desconto	9,72% - 10,32%	Redução de 1 p.p.	aumento	272.395
Inflação Médica	7,92% - 8,64%	Aumento de 1 p.p.	aumento	70.578
Inflação Médica	5,92% - 6,64%	Redução de 1 p.p.	redução	(61.359)

O Bradesco, em suas dependências no exterior, proporciona para seus funcionários e administradores plano de pensão, de acordo com as normas estabelecidas pelas autoridades locais, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante.

As despesas totais com contribuições efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram de R\$ 264.395 mil.

Além desse benefício, o Bradesco e suas controladas oferecem aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas anteriormente, totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 4.712.236 mil.

38) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Organização Bradesco, apresentamos abaixo os resultados não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 24.549.089 mil, o resultado recorrente foi de R\$ 25.277.145 mil e o resultado não recorrente foi de R\$ (728.056) mil líquido de impostos (Provisão para reestruturação – R\$ (660.629) mil e demais – R\$ (67.427) mil).

b) Fundos de investimentos e carteiras

A Organização administra fundos de investimento e carteiras, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2025 atingiram R\$ 1.409.467.167 mil.

c) Recolhimento Compulsório

Em 2025, houve alterações nas regras de recolhimento compulsório conforme quadro a seguir:

Descrição	Norma Anterior	Norma Atual
Recursos de Depósitos de Poupança	Resolução BCB nº 188 de 23/2/2022 Sem previsão de dedução específica para crédito imobiliário.	Resolução BCB nº 512 de 10/10/2025 Inclui o Art. 6º-A na Resolução BCB nº 188, que permite a dedução do valor nominal das operações de crédito imobiliário na exigibilidade do recolhimento compulsório sobre depósitos de poupança livre. São elegíveis para dedução apenas as operações de crédito imobiliário contratadas a partir de 13/10/2025, que atendam aos parâmetros estabelecidos na Resolução CMN nº 5.255/2025. Limites para dedução (%): Até 5% da base de cálculo no período de 28/12 a 31/12/26 (cumprimento em jan/27); a partir de 2027, acréscimo de 1,5 ponto percentual ao ano, ajustado no primeiro período de cálculo de cada ano.

- d)** Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, informamos que o Banco Bradesco S.A. possui acordos para a compensação e liquidação de obrigações firmadas com determinadas contrapartes. As obrigações de pagamento para com o Banco Bradesco S.A., decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Bradesco junto à contraparte.
- e)** Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, resultante da conversão do PLP nº 68/2024, a qual integra parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui a Reforma Tributária sobre o Consumo. A referida lei dispõe, entre outros aspectos, sobre a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227, derivada do PLP nº 108/2024, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e estabeleceu regras gerais para sua administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita do imposto. A norma também definiu as alíquotas do IBS/CBS aplicáveis aos serviços financeiros entre 2027 e 2033, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%. Para as tarifas atualmente sujeitas ao ISS, está prevista, no mesmo período, uma redução da alíquota de 2% para 1,2%.

O Banco permanece acompanhando a evolução da regulamentação, bem como aguarda a publicação das normas e regras gerais complementares pela Receita Federal e Comitê Gestor do IBS, as quais serão necessárias para a plena implementação do novo modelo tributário. Até o momento não é possível mensurar, de forma precisa, os impactos decorrentes dessas mudanças.

- f)** Em 8 de agosto de 2024, nós, por meio das nossas controladas, celebramos um Acordo de Investimentos com a John Deere Brasil S.A. ("John Deere Brasil"), uma

subsidiária integral da Deere & Company (USA), uma das líderes globais no fornecimento de equipamentos agrícolas, de construção e silvicultura. Por meio deste acordo, deteremos uma participação de 50% no Banco John Deere S.A. ("Transação"). Essa parceria estratégica fortalecerá ainda mais o posicionamento nos setores de agronegócio e construção, expandindo a oferta de financiamento e serviços financeiros para clientes e concessionários na aquisição de equipamentos, peças e serviços do grupo John Deere. Em 10 de fevereiro de 2025, após o cumprimento das condições precedentes, legais e regulatórias, a aquisição foi concluída.

- g)** Em 1º de setembro de 2025 o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Atlântica Hospitais e Participações S.A. ("Atlântica"), companhia voltada ao investimento em hospitais, controlada indireta do Bradesco e da Bradseg Participações S.A., esta última controladora do Grupo Bradesco Seguros, celebrou, nesta data, um Acordo de Investimento com o grupo Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or") para inclusão do Hospital Glória D'Or na rede hospitalar "Atlântica D'Or" ("Transação"), expandindo assim a parceria celebrada com a Rede D'Or, divulgada ao mercado em 8 de maio e 1º de novembro de 2024 ("Parceria"), mantendo-se a estrutura societária existente, com participação de 50,01% para a Rede D'Or e 49,99% para Atlântica. A gestão médica do Hospital Glória D'Or será de responsabilidade da Rede D'Or. A consumação da transação está sujeita ao cumprimento de certas condições suspensivas, usuais em operações desta natureza, incluindo as devidas aprovações regulatórias.
- h)** Em 10 de novembro de 2025 o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Atlântica Hospitais e Participações S.A. ("Atlântica"), companhia voltada ao investimento em hospitais, controlada indireta do Bradesco e da Bradseg Participações S.A., (controladora do Grupo Bradesco Seguros), celebrou, nesta data, um Acordo de Investimento com o Grupo Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or") para inclusão da Maternidade São Luiz Star, localizada na cidade de São Paulo/SP, na estrutura "Atlântica D'Or" ("Transação"), mantendo-se a estrutura societária existente, com participação de 50,01% para a Rede D'Or e 49,99% para Atlântica. A gestão médica da Maternidade São Luiz Star permanecerá sob a responsabilidade da Rede D'Or. A consumação da Transação está sujeita ao cumprimento de certas condições suspensivas, usuais em operações desta natureza, incluindo as devidas aprovações regulatórias.

Vinícius Panaro
Contador - CRC 1SP324844/O-6



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Bradesco S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Bradesco S.A. ("Banco" ou "Bradesco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais do Banco Bradesco S.A., em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCB").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação ao Bradesco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações



financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (“BCB”). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo, e quando aplicável à suas investidas, que são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2d vii, 4, 9a, 12 e 36.c às demonstrações financeiras individuais, o Banco possui o montante de R\$ 51.633.615 mil de provisão para perdas esperadas (PE) associadas ao risco de crédito de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2025, conforme detalhado na nota explicativa nº 36.c.

O Banco reconhece a perda esperada para a vida toda do contrato em todos os contratos que apresentaram um aumento significativo do risco de crédito (*SICR – Significant Credit Risk*) desde o seu reconhecimento inicial ou apresentaram inadimplência da contraparte (*default*) (estágio 2 e 3, respectivamente) e uma perda esperada para 12 meses a partir da data do balanço para todos os outros contratos (estágio 1). O Banco calcula a perda esperada em grupos homogêneos, por meio de modelos ou, para certas exposições significativas, com base em uma avaliação individual, estimando os fluxos de caixa futuros, considerando o valor das garantias relacionadas. Para calcular a perda esperada em grupos homogêneos, o Banco separa os contratos com base em características de risco de crédito comuns e usa estimativas de probabilidade de inadimplência (*PD - Probability of Default*), o percentual da perda financeira no momento que a operação entrou em inadimplência (*LGD – Loss Given Default*) e a exposição financeira no momento da inadimplência (*EAD – Exposure at Default*), bem como identifica variáveis macroeconômicas relevantes e estima o impacto das projeções das condições econômicas futuras. O Banco projeta múltiplos cenários econômicos para essas variáveis macroeconômicas e pondera cada cenário de acordo com a probabilidade designada a eles.

Identificamos a avaliação das provisões de perdas esperadas como um principal assunto de auditoria, uma vez que a estimativa de perda esperada envolve incerteza significativa em sua mensuração, principalmente como resultado da complexidade dos modelos e subjetividade e precisão das premissas utilizadas. Dentre essas incertezas, estão: (i) as metodologias e premissas utilizadas para estimar as PDs, EADs e LGDs e a segmentação de contratos por características de risco de crédito comuns; (ii) os cenários macroeconômicos futuros e a respectiva ponderação de cada cenário de acordo com a probabilidade designada a eles; (iii) a identificação de aumento significativo de risco de crédito (estágio 2) e ativos problemáticos (estágio 3); e (iv) para a perda esperada avaliada



individualmente, os fluxos de caixa futuros, considerando a avaliação das garantias relacionadas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados ao processo de cálculo da PE. Isso incluiu controles relacionados: (i) ao desenvolvimento e aprovação da metodologia da PE, incluindo a definição do Banco de aumento significativo no risco de crédito (estágio 2) e ativos problemáticos (estágio 3); (ii) a determinação das metodologias e premissas utilizadas para estimar a PD, EAD, LGD, incluindo a segmentação de contratos por características de risco de crédito comuns, e os modelos usados para identificar as variáveis macroeconômicas futuras relevantes e estimar o impacto quantitativo dessas variáveis; e (iii) a validação independente dos modelos e definição da probabilidade de cada cenário, utilizados para o cálculo da PE; (iv) o cálculo da estimativa de PE; e (v) a projeção de fluxos de caixa esperados, incluindo os valores das garantias relacionadas, para PE calculada individualmente.
- Envolvemos profissionais com experiência e conhecimento especializados em risco de crédito que nos auxiliaram: (i) na avaliação qualitativa das metodologias de PE do Banco através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos; (ii) no teste da precisão das PDs, EADs e LGDs do Banco, na identificação das variáveis macroeconômicas relevantes e na estimativa do impacto quantitativo dessas variáveis, inspecionando as documentações dos modelos para determinar se estão compatíveis com suas intenções de uso; (iii) na avaliação da definição de aumento significativo no risco de crédito do Banco, analisando as métricas relevantes utilizadas pelo Banco e comparando-as com as práticas regulatórias e do setor aplicáveis; (iv) na verificação da precisão das estimativas de PDs, EADs e LGDs do Banco usando dados históricos e metodologias definidas pelo Banco; (v) na avaliação da base para a segregação de operações por características de risco de crédito comuns usadas na estimativa de PDs, EAD e LGD, observando correlações históricas; (vi) na avaliação da razoabilidade das variáveis macroeconômicas consideradas nos cenários futuros por meio de análise de regressão da correlação histórica dessas variáveis e risco de crédito e (vii) execução de análise quantitativa, aplicando os percentuais de impacto para cada cenário, os quais foram validados de forma independente.
- Comparamos os índices projetados pelo Banco nos cenários macroeconômicos futuros com projeções independentes de terceiros. Para uma seleção de contratos, avaliamos a PE calculada individualmente, avaliamos as premissas e inspecionamos a documentação relacionada utilizada pelo Banco para determinar os fluxos de caixa esperados, incluindo os de garantia.
- Para uma amostra dos contratos financeiros, avaliamos a aderência às políticas internas sobre a identificação do aumento significativo de risco de crédito e a classificação dos instrumentos financeiros.



Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a perda esperada de ativos financeiros no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2m, 4 e 24 às demonstrações financeiras individuais, o Banco é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas para os quais possui provisões registradas nos montantes de R\$ 706.508 mil, R\$ 4.556.702 mil e R\$ 4.009.357 mil, e divulgações de passivos contingentes possíveis no valor de R\$ 23.030.878 mil, R\$ 5.453.899 mil e R\$ 1.316.136 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025.

Para as provisões de processos judiciais, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização de supostos danos morais e patrimoniais referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito, ajustes de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança devido à implementação de planos econômicos pelo Governo Federal, outras ações cíveis específicas, ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido.

Identificamos a avaliação da mensuração das provisões e a divulgação de passivos contingentes para processos judiciais como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que, a avaliação exigiu um alto grau de julgamento dos auditores devido à natureza subjetiva das estimativas, julgamentos e premissas adotadas pelo Banco. No caso dos processos tributários e cíveis, as estimativas, julgamentos e premissas estão relacionadas a determinação da probabilidade de perda e do valor envolvido.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados a avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos processos judiciais. Dentre esses controles estão a avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais;
- Obtivemos e lemos as cartas recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos do Banco para certos processos tributários, e a documentação preparada pelos consultores jurídicos internos para certos processos cíveis e trabalhistas com a avaliação da probabilidade e estimativa do valor de perda de tais ações. Para demais processos, cíveis e trabalhistas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas para classificação da probabilidade de perda. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pelo Banco e, consideramos os dados e informações históricas relacionadas aos processos em questão, a fim de avaliar as provisões e divulgações feitas em relação a esses assuntos; e
- Envolvemos profissionais com experiência e conhecimentos especializados na área tributária, que auxiliaram na avaliação da probabilidade e estimativa de perda de



determinados processos tributários específicos em relação aos méritos técnicos e a documentação suporte da posição do Banco.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes, no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2f, 4 e 34 às demonstrações financeiras individuais, o Banco possui o montante de R\$ 102.297.222 mil de ativos relativos a créditos tributários, em 31 de dezembro de 2025.

O Banco reconhece esses créditos tributários considerando que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização. As estimativas de lucros tributáveis futuros do Banco são baseadas nos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, e exigem que o Banco estabeleça uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, tais como taxas de crescimento das principais linhas de negócios, taxas de juros e taxas de câmbio, podem ter um impacto significativo nas projeções e, consequentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.

Identificamos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria. A avaliação das estimativas de lucro tributável futuro e as premissas subjacentes às expectativas de geração dos lucros futuros exigem julgamento dos auditores devido à sensibilidade a pequenas mudanças nas premissas e ao grau de subjetividade associado a essas premissas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo de estimativa dos lucros tributáveis futuros. Dentre esses estão os controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas chaves para a elaboração do orçamento e as estimativas de lucros tributáveis futuros; e
- Envolvemos profissionais com habilidades e conhecimento especializados em finanças corporativas que nos auxiliaram na avaliação das premissas, incluindo taxas de crescimento das principais linhas de negócio, taxas de juros futuras e taxas de câmbio subjacentes às estimativas do Banco de lucros tributáveis futuros. Avaliamos a capacidade do Banco para projetar os lucros tributáveis com precisão ao compararmos os lucros tributáveis estimados para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2025 preparados no ano anterior, com os lucros tributáveis reais em 2025.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.



Avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência privada registradas em empresas controladas mensuradas pelo método de equivalência patrimonial

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2g, 14 e 36h às demonstrações financeiras individuais, o Bradesco possui participações societárias em empresas controladas do segmento de Seguros e Previdência. Essas controladas registraram provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e de previdência privada no montante de R\$ 435.727.256 mil em 31 de dezembro de 2025.

Para realizar o teste de adequação de passivos e para mensurar certas provisões técnicas o Bradesco utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na determinação de metodologias e definição de premissas que incluem, entre outras, longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros.

Identificamos a avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência privada como um assunto significativo de auditoria. Foi requerido julgamento complexo do auditor para avaliar a mensuração dessas provisões técnicas considerando que envolvem incertezas de mensuração significativas como resultado da complexidade dos modelos e metodologias atuariais, especificamente aquelas utilizadas para determinar a longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros. Mudanças menores nessas premissas poderiam resultar em mudanças significativas na mensuração dessas provisões técnicas. Adicionalmente, o esforço de auditoria associado com a avaliação da mensuração dessas provisões técnicas requereu o envolvimento de profissionais atuariais com habilidades e conhecimento especializados.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à mensuração das provisões técnicas e à realização do teste de adequação de passivos. Isto incluiu controles relativos ao desenvolvimento e aprovação de modelos e metodologia para determinação da longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros.
- Envolvermos profissionais atuariais com conhecimentos específicos que nos auxiliaram:
 - I. na avaliação das metodologias utilizadas na realização do teste de adequação de passivos e na mensuração das provisões técnicas mencionadas acima, mediante a comparação com requerimentos regulatórios e práticas de mercado;
 - II. na avaliação conceitual dos modelos e técnicas de modelagem, incluindo aqueles usados para determinar a longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros, ao inspecionar as documentações do modelo, para determinar se os modelos estão adequados para o uso pretendido;
 - III. nos testes sobre a razoabilidade das premissas relacionadas à expectativa de sinistros, ao utilizar modelos desenvolvidos de forma independente e informações históricas do Banco, para comparar as estimativas históricas com os pagamentos subsequentes realizados;
 - IV. na avaliação da precisão dos modelos do Banco para estimar longevidade, taxas de desconto e conversão em renda; e



- V. na avaliação da razoabilidade das premissas relacionadas a longevidade, taxas de desconto e conversão em renda ao comparar com as práticas regulatórias e da indústria aplicáveis

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência, no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Bradesco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Bradesco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, as demonstrações individuais do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras consolidadas

O Bradesco elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bradesco S.A. e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e foram apresentadas separadamente pelo Bradesco nesta data e sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, com data de 04 de fevereiro de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores

A Administração do Bradesco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Bradesco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Bradesco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Bradesco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Bradesco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Bradesco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Bradesco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Aos Conselheiros de Administração da ORGANIZAÇÃO BRADESCO

1. APRESENTAÇÃO

1.1. O ambiente macroeconômico, regulação relevante introduzida e as prioridades exercidas pelo COAUD no Exercício Social de 2025

Conforme destacado pelo Banco Central do Brasil - BACEN no Relatório de Política Monetária – RPM de dezembro de 2025¹, o **cenário internacional** continua marcado por elevada incerteza nas principais economias avançadas e emergentes — como esteve durante todo o ano de 2025 — em função da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos da América - EUA, com a imposição de tarifas comerciais, e da tensão geopolítica em várias regiões, com reflexos nas condições financeiras globais, exigindo cautela por parte de países emergentes. Nesse ambiente, o BACEN ressalta que *“a atividade global continuou crescendo, porém a taxas menores do que observada antes da pandemia, caracterizando uma tendência de desaceleração gradual”*, em virtude da combinação de políticas monetárias menos contracionistas em várias dessas jurisdições e políticas fiscais mais expansionistas sustentando a atividade nas principais economias, se contrapondo à persistente incerteza de política econômica, com perspectiva de que o aumento generalizado do endividamento soberano amplie riscos à sustentabilidade de suas dívidas e a incerteza sobre o crescimento e a inflação no longo prazo.

Quanto ao **cenário doméstico**, o BACEN pontua que a atividade econômica continua em trajetória de moderação no crescimento, com **Produto Interno Bruto - PIB** crescendo a um menor ritmo que o observado no início de 2025, com desaceleração pronunciada da demanda, sobretudo no consumo das famílias (com fatores limitantes para a expansão do consumo associados ao arrefecimento da renda disponível, refletindo menor expansão do rendimento do trabalho, crescimento mais lento da população ocupada e dos benefícios sociais, o aumento do endividamento e o comprometimento da renda com o serviço da dívida). Por seu lado, o **mercado de trabalho** apresenta resiliência, permanecendo aquecido, com desemprego baixo e rendimento real em alta, embora com alguns sinais de arrefecimento da ocupação. Nesse contexto, a estimativa de crescimento do PIB para 2025 é de 2,3%, e a projeção para 2026 é de 1,6%.

Com a **inflação** corrente e a esperada ainda acima da meta de 3% até o final de 2027 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de 4,46% em novembro), com projeções do Comitê de Política Monetária - Copom² de 3,5% no final de 2026 e 3,2% em junho de 2027, o BACEN continua a adotar política monetária cautelosa e

¹ Relatório de Política Monetária, Volume 1, Número 4, Dezembro 2025
(<https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202512/rpm202512p.pdf>)

² 275ª reunião do Copom, realizada em 9 e 10 de dezembro de 2025
(<https://www.bcb.gov.br/content/copom/atascopom/Copom275-not20251210275.pdf>)

contracionista, com a taxa básica de juros estabelecida em 15,00% ao ano (decisão tomada na reunião do Copom de junho de 2025), com o objetivo de assegurar a convergência da inflação à meta e a consequente estabilidade de preços, auxiliando na suavização das flutuações do nível de atividade econômica e no fomento ao pleno emprego. No ano de 2025, a apreciação do real e a redução dos preços das *commodities* — refletindo essa apreciação da moeda nacional e a queda das cotações internacionais — contribuíram para a desaceleração dos preços de alimentos e bens industriais, enquanto a inflação de serviços permaneceu elevada.

O BACEN confirma que, em linha com os efeitos esperados da política monetária contracionista, o **mercado de crédito** continua mostrando sinais de desaquecimento moderado, com arrefecimento do crédito livre às empresas (especialmente nas operações de crédito direcionado, desconto de duplicatas e recebíveis, redução de dívidas indexadas à moeda estrangeira, efeito do aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre algumas modalidades e do deslocamento de parte da demanda por financiamento para os mercados de capitais) e do crédito direcionado às famílias (financiamento imobiliário e crédito rural), contrastando com a expansão do crédito direcionado a empresas (Programa Emergencial de Acesso ao Crédito – PEAC e crédito rural) e o crescimento das concessões do crédito livre a pessoas físicas (retomada moderada do consignado para aposentados e pensionistas do INSS, contratações robustas do novo consignado privado, cartão de crédito, financiamento de veículos e operações de crédito emergencial, de alto custo — sugerindo aperto do orçamento das famílias).

A **inadimplência** apresenta indício de estabilização após seguidas elevações ao longo do ano de 2025, com as famílias apresentando endividamento em nível elevado e o comprometimento da renda com pagamentos de operações de crédito em nível recorde. Para 2025, a projeção de crescimento do crédito é de 9,4%, e para 2026 é de 8,6%, mantendo a expectativa de desaceleração, com esperado desempenho robusto do crédito direcionado, particularmente a pessoas jurídicas.

No **âmbito regulatório**, as demandas continuam a impactar diversas áreas da Organização Bradesco, em particular tecnologia da informação (gestão de crises cibernéticas associadas a eventos adversos), prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa (PLDFT), conduta (relacionamento com clientes e usuários de serviços financeiros, educação financeira, *suitability* de produtos, fraudes e golpes, clientes potencialmente vulneráveis, expansão do *open finance*), gestão corporativa de riscos (integração dos riscos Ambientais, Sociais e de Governança – ASG, ou ESG na sua expressão em inglês – e, particularmente, no Risco Climático), e o avanço na adoção completa das Normas Internacionais de Informação Financeira - NIIF para todas as instituições subordinadas à supervisão do Bacen, e não somente para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, com destaque para a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966, de 2021.

Além dos objetivos de promover a concorrência, a inovação e a eficiência no SFN, em 2025 o BACEN concentrou sua agenda da área de regulação no fortalecimento da segurança do PIX, criptoativos e aprimoramento da governança das instituições de

pagamento e fintechs, culminando com alterações no arcabouço normativo que objetivaram combater fraudes e lavagem de dinheiro, garantir a resiliência operacional, fortalecer a segurança cibernética, e a continuidade dos serviços financeiros, inclusive frente a crescentes tentativas de ataques cibernéticos que buscaram explorar vulnerabilidades operacionais e tecnológicas no SFN.

Dentre os avanços normativos com impactos operacionais relevantes destacamos a regulamentação da prestação de serviços de ativos virtuais (Resolução Conjunta CMN-BACEN nº 14 e Resoluções BCB nº 519, 520 e 521); Banking as a Service – BaaS (Resolução Conjunta CMN-BACEN nº 16); as novas regras para encerramento compulsório de contas de depósito e de contas de pagamento — medida que contribui para coibir a utilização das chamadas “contas-bolsão” (Resolução CMN nº 5.261 e Resolução BCB nº 518); a exigência de níveis mais robustos de capital e de patrimônio líquido para instituições autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central (Resolução Conjunta CMN-BACEN nº 14); requerimentos prudenciais de capital e liquidez em bases individuais ou subconsolidadas (Resoluções CMN nº 5.221, 5.222 e 5.223 e Resoluções BCB nº 477 e 478); o estabelecimento de novos padrões de governança e de gestão de riscos aplicáveis aos Provedores de Serviços de Tecnologia de Informação - PSTI (Resoluções BCB nºs 497 e 498); e a limitação de valores de transações de pagamento de PIX e TED realizadas por instituições de pagamento não autorizadas ou que se conectam à Rede do Sistema Financeiro Nacional por intermédio de PSTI (Resolução BCB nº 496).

Na área de contabilidade, o ano de 2025 marcou uma mudança significativa, com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2025 da Resolução CMN nº 4.966, de 2021, complementada pela Resolução CMN nº 5.244, de 2025, que refinou os critérios contábeis para os instrumentos financeiros e as operações de cobertura (“hedge accounting”), convergindo com as normas internacionais de informação financeira promulgadas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A Resolução CMN 4.966 estabeleceu novas regras para a classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, mas o impacto mais significativo está na exigência da constituição de provisão para perdas esperadas para um escopo ampliado de instrumentos financeiros e a adoção de níveis regulamentares (“pisos”) de provisão para perdas incorridas e esperadas, além da observância de outros procedimentos, alterando a dinâmica das baixas para prejuízo, resultando em uma mensuração de inadimplência com valores mais altos do que os calculados sob a égide da Resolução CMN 2.682, de 1999, vigente até 31 de dezembro de 2024.

Ainda, a Resolução CMN 4.966 alterou o critério de vedação do reconhecimento de receitas ainda não recebidas (*Stop-Accrual*), que deixou de ser o atraso da operação de crédito igual ou superior a sessenta dias e passou a ser o ativo financeiro com problema de recuperação de crédito — denominado de Ativo Problemático - AP. Portanto, se determinada operação de crédito passa a ser classificada como AP, a instituição deve cessar o reconhecimento de receitas não recebidas até que a operação deixe de ser classificada como tal. O impacto dessa mudança decorre da diferença entre dois efeitos: (1) as receitas que deixam de ser reconhecidas porque a operação possui atraso inferior a sessenta dias, mas está classificada como AP; e (2) as receitas

que passam a ser reconhecidas porque a operação possui atraso superior a sessenta dias, mas não está classificada como AP.

Já os valores de provisão mínima (“pisos”) para perdas incorridas foram introduzidos pela Resolução BCB nº 352, de 2023, e dependem do tipo de carteira e da faixa de atraso. Até 31 de dezembro de 2024, nos termos da Resolução CMN 2.682, após se tornar inadimplente e assim permanecer por três meses, a operação era classificada como risco “H”, sendo constituída provisão de 100%. Seis meses após a classificação como “H” (portanto, nove meses após o inadimplemento), a operação deveria ser baixada a prejuízo, tipicamente.

Nas novas regras, a baixa para prejuízo passa a depender também da perda esperada: uma operação deve ser baixada caso não seja mais provável que a instituição recupere o seu valor. Em tese, se não houver expectativa de recuperação, a mesma pode ser “baixada” antes do prazo de atingimento do nível máximo de provisão requerido pelos “pisos” de perda incorrida para operações inadimplentes. Por outro lado, mesmo que o atraso seja tal que a norma exija completo provisionamento, a instituição pode manter a operação em carteira ativa caso ainda tenha expectativa de recuperação.

Na **visão do COAUD**, corroborada pelos resultados da mais recente Pesquisa de Estabilidade Financeira – PEF³ realizada pelo BACEN, diante de tal ambiente macroeconômico, os principais aspectos a impactar o SFN estão relacionados ao cenário internacional (conflitos geopolíticos globais e o impacto no preço de *commodities* e na inflação global, política econômica norte-americana e as tarifas impostas a produtos brasileiros e o aumento da incerteza global), política fiscal (sustentabilidade da dívida pública e impacto nos preços de ativos, na curva de juros, na taxa de câmbio e na condução da política monetária), inadimplência e atividade (decorrente da desaceleração do crescimento econômico, das altas taxas de juros, do elevado nível do hiato de crédito/PIB e do endividamento das famílias e empresas), culminando em elevados custos de captação e no aumento do risco de mercado, afetando negativamente as instituições financeiras com a intensificação da inadimplência e com maiores provisões, o que pode levar ao aumento de aversão a risco (restrição de crédito) e impactar na liquidez dos mercados..

Ainda, os riscos operacionais decorrentes de incidentes cibernéticos e fraudes eletrônicas em um ambiente de crescente digitalização dos serviços financeiros, com ataques cada vez mais sofisticados, num cenário onde a interconexão do sistema financeiro que pode ampliar o potencial do impacto de uma falha numa única instituição financeira ou mesmo um PSTI. Além das perdas financeiras, esses ataques podem afetar a confiança dos clientes e levar a riscos reputacionais.

As diversas alterações na regulação prudencial ocorridas em 2025 não produziram efeito líquido relevante no resultado do exercício ou no Balanço Patrimonial da Organização Bradesco, que continua a apresentar ampla margem no atendimento aos requisitos prudenciais, viabilizando o crescimento robusto nas

³ Pesquisa de Estabilidade Financeira - PEF, Quarto Trimestre de 2025
(https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/pef/202511/RelatorioPEF_novembro2025.pdf)

contratações de operações de crédito, dentro dos critérios operacionais e apetite a risco estabelecidos.

Diante do ambiente macroeconômico e regulatório em constante e significativa transformação, e considerando ainda o processo de transformação interno resultante do *Change*, o Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD ou Comitê) da Organização Bradesco, nos termos de suas atribuições e responsabilidades, dedica atenção especial aos desafios resultantes, às prioridades estratégicas da Organização Bradesco e aos riscos associados, acompanhando os avanços e aprimoramentos na governança e sistemas de gestão de riscos e de controles internos associados às principais operações e produtos. O COAUD está focado primordialmente na integridade das Demonstrações Financeiras e controles internos a elas relacionados, na eficácia da Auditoria Interna Global - AIGL e na qualidade e independência da Auditoria Independente (KPMG), focando na transparência na divulgação da posição econômico-financeira e dos resultados da Organização Bradesco, desenvolvendo seus trabalhos em parceria com a Diretoria Executiva, a Auditoria Independente e a AIGL.

No Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2025, o COAUD objetivou entender e avaliar os efeitos do ambiente macroeconômico, do ciclo da política monetária e da taxa básica de juros nos negócios e resultados da Organização Bradesco, com atenção às políticas de concessão de crédito, inadimplência, constituição de provisões para perdas esperadas, mensuração dos instrumentos financeiros, premissas, julgamentos e modelos relacionados a componentes significativos das Demonstrações Financeiras (como valor recuperável de créditos tributários e ágios, provisões e passivos contingentes), divulgações contábeis relacionadas aos componentes significativos dessas Demonstrações Financeiras, e os efeitos de mudanças regulatórias no ambiente de controles internos.

Nesse processo, o Comitê se reuniu regularmente com os executivos responsáveis pela gestão do Banco Bradesco e do Grupo Bradesco Seguros (GBS), com interações frequentes com as áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Gerenciamento de Riscos Financeiros, *Compliance* e Gerenciamento de Riscos Não Financeiros, Auditoria Interna Global (acompanhando a execução do seu Plano de Trabalho conforme aprovado pelo COAUD), e os comitês de auditoria da Bradseg e da Bradesco Saúde.

Também, ao longo do Exercício Social, o COAUD recebeu atualizações regulares do sócio responsável pela auditoria independente da Organização Bradesco acerca dos processos internos da KPMG voltados ao acompanhamento de sua independência e sobre o progresso do trabalho em relação ao planejamento de auditoria, com foco em eventuais riscos novos e emergentes identificados para o período, sistemas de controles internos e gestão de riscos, e nos Principais Assuntos de Auditoria - PAAs. A KPMG Auditores Independentes continua a desafiar a administração nas questões mais relevantes e a fornecer opinião independente ao COAUD sobre julgamentos de questões materiais e o ambiente de controles internos.

1.2. O Comitê de Auditoria Estatutário na Organização Bradesco

Órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Organização Bradesco, o COAUD é estruturado nos termos da Resolução nº 4.910, de 2021, do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Resolução nº 23, de 2021, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), demais regulamentações aplicáveis, entre as quais a Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das S/A), e a Lei *Sarbanes-Oxley*, cuja observância é requerida para as Companhias registradas na *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC) e listadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE).

O COAUD Bradesco, doravante denominado COAUD, é composto por 1 (um) Conselheiro de Administração, e 3 (três) outros membros, sendo 1 (um) denominado Coordenador, e outro qualificado como Especialista Financeiro. Todos os membros atendem aos critérios de independência estabelecidos na regulamentação vigente e suas competências, conhecimento, habilidades e experiência são relevantes, compatíveis e adequadas ao segmento em que a Organização Bradesco atua.

O objetivo principal do COAUD é assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, e na recomendação da Auditoria Independente. No exercício de suas atribuições, o Comitê atua principalmente sobre (i) a qualidade, transparência e integridade das Demonstrações Financeiras – Individual e Consolidada; (ii) a efetividade dos controles internos para a mitigação dos riscos em processos relevantes a elas associados; e (iii) a assecuração da independência e qualidade dos trabalhos das Auditorias Independente e Interna.

O COAUD realiza reuniões trimestrais com o Conselho de Administração e com o Conselho Fiscal, ocasião em que apresenta o resultado dos trabalhos de suas atividades.

A composição no período de 1º de janeiro de 2025 a 04 de fevereiro de 2026 foi a seguinte:

Nome	Membro
Alexandre da Silva Glüher (coordenador)	Até 15/01/2025
Paulo Ricardo Satyro Bianchini (coordenador)	Desde 11/2018. Coordenação a partir de 17/04/2025
Amaro Luiz de Oliveira Gomes (especialista financeiro)	Desde 03/2021
Antonio José da Barbara (membro)	Desde 30/04/2025
Samuel Monteiro dos Santos Junior (membro)	Desde 09/06/2025

O senhor Amaro Gomes, tendo em conta seu conhecimento, competências, habilidades e experiência em contabilidade, auditoria e regulação do mercado financeiro, bem como os diversos cargos de liderança que ocupou em organizações onde tais atributos profissionais era requisito essencial, inclusive no âmbito internacional, é membro qualificado especialista financeiro, nos termos do art. 9º. da

Resolução CMN nº 4.910, de 2021, do art. 31-C da Resolução CVM nº 23, de 2021, e da seção 407 da Lei Sarbanes-Oxley.

2. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

2.1. Comitê de Auditoria Estatutário

O Regimento Interno detalhando as atribuições do COAUD está disponível no site www.bradesco.com.br/ri, área de Governança Corporativa. Em essência, a principal atribuição do Comitê é assessorar o Conselho de Administração no monitoramento, avaliação e revisão:

- Das responsabilidades da Diretoria Executiva para garantir:
 - A existência e funcionamento de sistema de controles internos eficaz e estruturado para proteger os ativos e as receitas da Organização, e para a elaboração das Demonstrações Financeiras;
 - A integridade das Demonstrações Financeiras Individual e Consolidada da Organização Bradesco, com atenção aos julgamentos e premissas contábeis significativos, bem como dos Relatórios da Administração e quaisquer anúncios formais e informações requeridas pelos reguladores e a elas relacionados;
 - A conformidade (*compliance*) com os padrões éticos, políticas, planos e procedimentos da Organização, bem como com leis e regulamentos;
- Da qualificação, independência e desempenho da Auditoria Independente, incluindo responsáveis pela Auditoria Atuarial, bem como o relacionamento com eles;
- Da independência, desempenho, capacitação e eficácia da Auditoria Interna;
- Da eficácia das políticas e procedimentos para recepção e tratamento de informações e denúncias acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Organização Bradesco.

Mensalmente, o COAUD elabora Relatório com os assuntos relevantes tratados em reuniões e devidamente registrados em Atas com recomendações e acompanhamentos de adequação, melhorias de processos e controles, instrumento disponibilizado no Portal de Governança denominado “Atlas” para conhecimento dos Membros do Conselho de Administração. Adicionalmente mantém o Conselho de Administração regularmente informado acerca dos assuntos associados às suas atribuições, em especial aqueles diretamente relacionados às Demonstrações Financeiras.

2.2. Administração da Organização Bradesco

A Administração é responsável:

- Pela definição e implementação de processos e procedimentos que visam a coletar dados para a elaboração das Demonstrações Financeiras, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil, das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), dos atos normativos pertinentes do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e, pelo Banco Bradesco ser listado na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), das normas estabelecidas pela SEC e pela Lei *Sarbanes-Oxley* (SOx);
- Pela elaboração das Demonstrações Financeiras de forma íntegra, gestão dos riscos, efetividade do sistema de controles internos, e por zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares; e
- Pelos processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a eliminação ou redução, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco.

2.3. Auditoria Independente

A KPMG é a responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras semestrais e anuais, e pela revisão das Informações Trimestrais (ITRs), emitindo relatórios que refletem o resultado de suas verificações e apresentando a sua opinião independente a respeito da fidedignidade dessas Demonstrações em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, emitidas pelo IASB, além da aderência às normas do CMN, da CVM, do Bacen, da SUSEP, da ANS e preceitos da legislação societária brasileira e regulamentação norte-americana aplicável ao Banco Bradesco e suas Controladas.

2.4. Auditoria Interna Global (AIGL)

Diretamente subordinada ao Conselho de Administração, a Auditoria Interna Global (AIGL) atua de forma independente e objetiva – livre de qualquer interferência quanto as questões de auditoria, seleção, escopo, procedimentos, frequência, tempo ou conteúdo do relatório – na avaliação dos controles internos e processos voltados para a eficácia operacional da Organização Bradesco. Mediante o uso de bases estatísticas e modelos, a Auditoria Interna prioriza as áreas e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis às operações e à estratégia, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles pertinentes, exercendo papel fundamental para auxiliar a administração na sua responsabilidade de proteger os ativos, a reputação e a sustentabilidade da

Organização. Com o uso de ferramentas de tecnologia avançada, como a AILA, a Inteligência Artificial da Auditoria Interna, tem dado suporte aos trabalhos desenvolvidos. De acordo com a regulamentação vigente e com o Regimento Interno, o COAUD e o Conselho de Administração têm a responsabilidade pela aprovação do Regimento Interno, do Plano de Trabalho e Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna Global.

Relevante reiterar que a AIGL se encontra Recertificada pela entidade IIA Brasil, com a revisão metodológica, avaliação da governança e dos papéis de trabalho, e da observância aos atributos recomendados internacionalmente.

2.5. Gerenciamento de Riscos Financeiros

A dependência de Gerenciamento de Riscos Financeiros, vinculada à Diretoria Executiva de Riscos, é responsável por fortalecer a visão corporativa dos riscos financeiros, através da identificação, avaliação, monitoramento e gestão de riscos, em articulação com as diversas áreas e empresas da Organização Bradesco.

2.6. Compliance e Gerenciamento de Riscos Não Financeiros – Controles Internos

A dependência de Compliance e Gerenciamento de Riscos Não Financeiros, vinculada à Diretoria Executiva de Riscos, apoia o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva na coordenação do Programa de Conduta Corporativa (*Compliance*), que consiste na conformidade com leis e regulamentos internos e externos, alinhado com a estratégia da Organização Bradesco e seu entorno social. Adicionalmente, responde pela elaboração de normas internas e pelo subsídio às áreas no cumprimento dos temas relacionados à integridade, conflito de interesses, ética e condutas – corporativa, concorrencial e anticorrupção. Também responde, de modo independente das áreas comerciais, pela Área Corporativa do Sistema de Controles Internos.

2.7. Gestão Corporativa de Riscos

A dependência de Gestão Corporativa de Riscos, vinculada à Diretoria Executiva de Riscos, tem a missão de fortalecer a atuação estratégica e integrada das áreas de controle, com responsabilidade sob o Plano Estratégico das segundas linhas, *Apetite a Riscos* (RAS), Governança de Riscos, Gestão de Projetos e Risco de Estratégia.

2.8. Ouvidorias - Serviço de Atendimento ao Consumidor

As Ouvidorias do Banco Bradesco e do Grupo Bradesco Seguros têm a competência de acompanhar o desempenho da Organização nos *Rankings* de Reclamações, reportando os principais eventos e contribuindo com recomendações para aprimoramentos e modificações de práticas e rotinas para atendimento das expectativas dos clientes e usuários. Para garantir o resultado e estimular a melhoria

continua dos processos, produtos e serviços, as Ouvidorias interagem com as Dependências e Empresas Ligadas, além de atuarem no relacionamento com órgãos reguladores e de proteção e defesa do consumidor. O COAUD mantém reuniões semestrais com a Ouvidoria (Banco Bradesco e Grupo Bradesco Seguros, neste caso através dos Comitês de Auditoria da Holding Bradseg e do Bradesco Saúde) para conhecimento da natureza dos registros e acompanhamento da implementação de recomendações.

2.9 Avaliação Independente de Modelos

Dependência responsável por avaliar, de modo independente, os modelos adotados nas diversas áreas do Banco Bradesco, como gerenciamento de riscos, cálculo de capital, teste de estresse, precificação, provisões, mediante o uso de ferramentas quantitativas voltadas para a certificação de tais modelos, de modo aprimorar a eficiência e a precisão, e reduzir custos no processo de tomada de decisões.

3. COMO O COAUD EXERCEU SUAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Preliminarmente, destacamos que o Capítulo 4 – Principais atividades e temas significativos considerados pelo COAUD deste Relatório, apresenta em detalhes os trabalhos desenvolvidos. Neste capítulo apresentamos um panorama geral com o objetivo de destacar alguns aspectos relevantes.

Considerando o ambiente macroeconômico e as prioridades para o Exercício Social de 2026, destacados na introdução deste Relatório, bem como a estratégia da Organização Bradesco, o COAUD dedicou atenção às informações sobre (i) os efeitos diretos e indiretos nos resultados das operações; (ii) riscos e incertezas e o impacto nos julgamentos, premissas e estimativas atuais e futuras relativas às informações contábeis, em particular provisões cíveis, trabalhistas e fiscais, e mensuração de ativos financeiros; (iii) os efeitos no capital econômico e regulatório e o impacto na liquidez; e (iv) procedimentos de revisão e conclusões da Auditoria Independente e da Auditoria Interna Global, e demais Linhas de Defesa.

Em particular, o COAUD intensificou o acompanhamento das premissas, modelos e julgamentos relativos ao risco de crédito, principalmente quanto à adequação dos parâmetros utilizados para desenvolver e calibrar os modelos de provisionamento, tendo em conta os dados históricos e a experiência recente. Adicionalmente, outras áreas de julgamentos contábeis significativos que demandaram atenção incluíram a mensuração de instrumentos financeiros, a avaliação do valor recuperável de ativos, a análise dos passivos contingentes, os investimentos em empresas ligadas e as provisões constituídas no Grupo Bradesco Seguros.

A Auditoria Independente compartilhou regularmente seus pontos de vista sobre a razoabilidade das premissas utilizadas nos modelos adotados, considerando o ambiente macroeconômico no desenho, implementação e operação dos controles relacionados a esses e a outros temas considerados pertinentes.

Relevante destacar que o COAUD permanece acompanhando a implementação da Estratégia Corporativa no âmbito do Processo de Transformação denominado “Change”, divulgado em meados de fevereiro/24 pelo Presidente do Banco Bradesco.

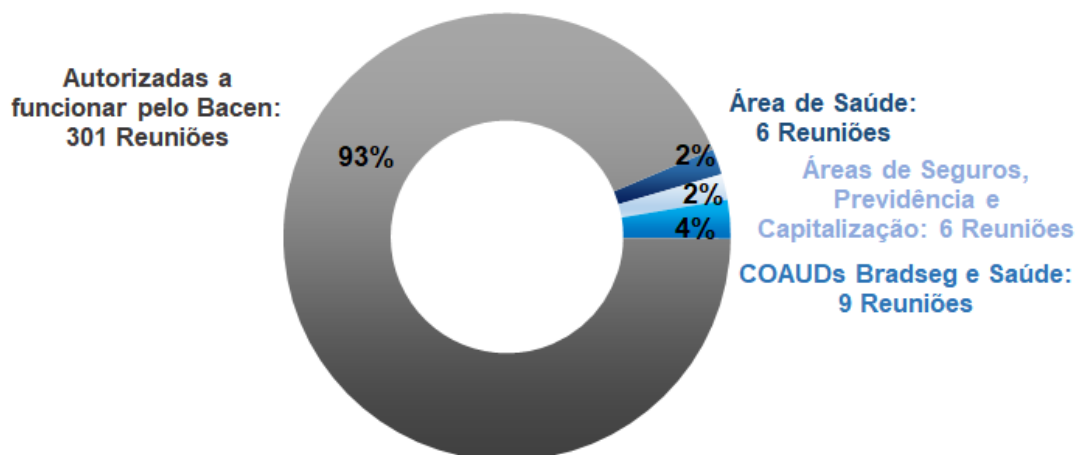
3.1. Reuniões e Capacitação

Com observância ao seu planejamento anual, o COAUD realizou reuniões (devidamente formalizadas em Atas, conforme requerido pela regulamentação vigente) com os representantes das áreas responsáveis pelos processos de negócios, contábeis, financeiros, tributários, e provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, assim como no acompanhamento pelas 2ª, 3ª e 4ª Linhas de Defesa, no âmbito da abordagem dos riscos e controles internos, e recebeu regularmente os Relatórios Gerenciais de “Acompanhamento das Operações de Crédito e Inadimplência”, “Riscos de Mercado e de Liquidez e Limites”, e da Comissão de Avaliação de Pendências Regulatórias e Auditoria Externa (CAPRAE).

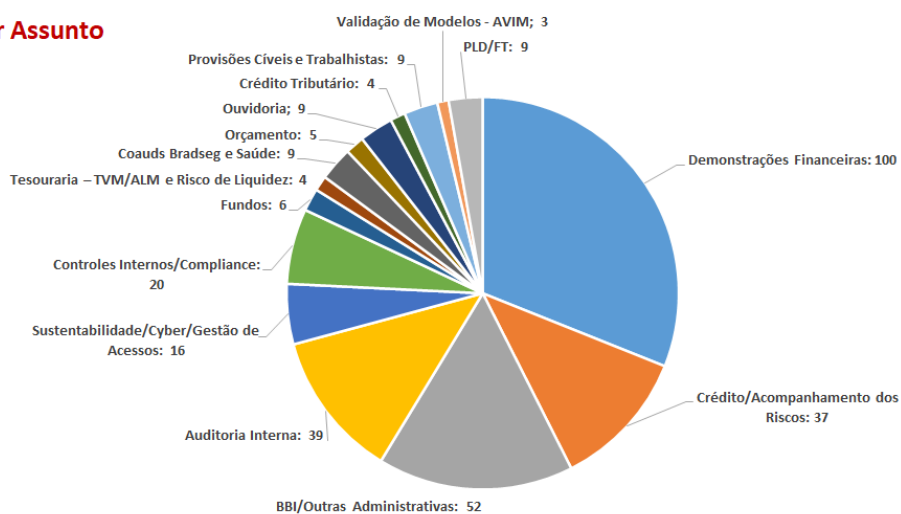
No exercício de 2025 o COAUD participou de **322** reuniões, destacando-se aquelas com o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, os Executivos das áreas de Negócios, de Tecnologia da Informação, de Gestão de Riscos, de Controle Interno, e de *Compliance*, bem como com a KPMG Auditores Independentes, a Auditoria Interna Global, e o Banco Central do Brasil (Bacen). Nessas ocasiões, o COAUD recebeu atualizações sobre assuntos relevantes e acompanhou, principalmente, as ações compromissadas e prioritárias estabelecidas; o apetite e a abordagem à gestão de riscos, incluindo riscos emergentes; a segurança cibernética; o uso de nuvem (*cloud*); Incidentes Relevantes, Sustentabilidade e ESG, com foco em impactos das mudanças climáticas e dos requisitos regulatórios do Bacen, CVM, SUSEP, ANS e SEC; implementação da Resolução CMN nº 4966 e seus impactos contábeis; prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa; conduta e tratamento de clientes potencialmente vulneráveis; governança; cidadania financeira; e o aprimoramento e desenvolvimento de modelos.

A seguir apresentamos o sumário das reuniões realizadas:

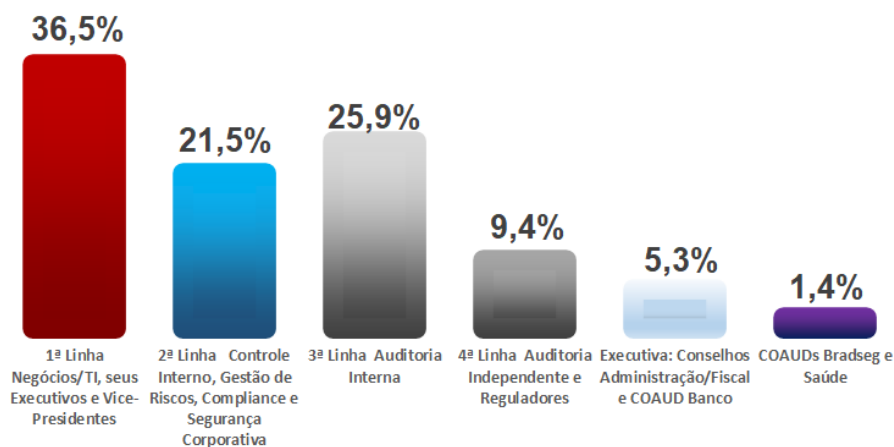
Por Instituições



Por Assunto



Por Linha de Defesa



No âmbito da educação continuada, o Comitê de Auditoria participou no decorrer de 2025 de diversas atividades de capacitação.

- 2º Congresso de Prevenção e Repressão a Fraudes, Segurança Cibernética e Bancária – FEBRABAN;
- Summit de Sustentabilidade – Negócios que Transformam;
- 93ª Mesa de Debates do ACI Institute – KPMG;
- 3ª Edição do Summit de Educação Financeira - Organização Bradesco: “Segurança Financeira - Estratégias para alcançar o bem-estar financeiro”;
- 26º Congresso IBGC: “Governança em um mundo disruptivo”;
- CONBRAI 2025: O Papel Transformador da Auditoria Interna na Governança Corporativa – IIA Brasil;
- 15º Congresso Internacional de Gestão de Riscos – Febraban/GRisc; e
- 94ª Mesa de Debates do ACI Institute.

3.2. Revisão das Demonstrações Financeiras

A revisão de Demonstrações Financeiras pelo COAUD no exercício de 2025 incluiu o Relatório Trimestral (ITR) para as datas-base de 31/03/2025 e 30/09/2025, e o Relatório Semestral para a data-base de 30/06/2025. É de responsabilidade da Administração a elaboração de Demonstrações Financeiras – Individual e Consolidada – da Organização Bradesco completas e exatas, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sejam estabelecidas pelo Bacen e/ou emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendadas pela CVM, extensivas à SUSEP e ANS, e com as IFRS, emitidas pelo IASB, que devem ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM.

Como parte dessa revisão, o COAUD avaliou a aplicação de políticas contábeis críticas, julgamentos contábeis e premissas significativas, e a conformidade com os requerimentos de divulgação, para garantir que fossem consistentes, apropriados e aceitáveis, de acordo com os requisitos relevantes para a elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras. O Comitê discutiu com as áreas técnicas e considerou as

métricas de desempenho relacionadas às prioridades estratégicas, de modo a acompanhar a evolução no período e identificar os principais aspectos a influenciar a consecução das metas orçamentárias, bem como analisar se foram apresentadas de forma equilibrada e refletindo os riscos e incertezas de forma adequada.

Adicionalmente, o COAUD avaliou a eficácia do sistema de controles internos relacionado à elaboração das Demonstrações Financeiras, com atenção e avaliação crítica das alterações, aprimoramentos e quaisquer desenvolvimentos que o afetem. Documentou-se de atualizações e confirmações regulares de que a Administração havia adotado as ações necessárias para remediar eventuais falhas ou fragilidades importantes para os processos e controles operacionais identificadas através da operação da estrutura de controles da Organização Bradesco. Os procedimentos adotados nas três Linhas de Defesa para identificar, monitorar, avaliar e mitigar impactos potencialmente relevantes foram regularmente reportados ao COAUD.

Finalmente, o COAUD dedicou atenção particular aos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) destacados pela Auditoria Independente por ocasião da emissão do seu Relatório e publicação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2025, acompanhando as discussões mais relevantes com as áreas responsáveis e a equipe de auditores independentes.

3.3. O COAUD e a Auditoria Independente

A KPMG é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, exercendo essa função desde 2011, promovendo, a cada 5 (cinco) anos, o rodízio do sócio e principais responsáveis pela realização de auditoria, de acordo com as melhores práticas do mercado. Dada a sua missão e responsabilidade, o COAUD reitera que apresentou ao Conselho de Administração a sua recomendação pela permanência da KPMG para a prestação de serviços de auditoria independente também para o exercício social de 2026.

3.3.1. Planejamento da Auditoria Independente e Execução dos Trabalhos

O COAUD revisou a abordagem e estratégia da Auditoria Independente para a auditoria do Exercício Social de 2025, discutindo com a KPMG o escopo geral e o planejamento dos trabalhos, a estratégia para riscos significativos identificados, a natureza e extensão da capacitação da equipe de auditores e o uso de especialistas (tecnologia da informação, atuária, finanças corporativas, tributação) necessários para realizar a auditoria planejada na Organização Bradesco. Ao longo do exercício de 2025 o COAUD recebeu atualizações regulares da KPMG sobre os avanços do processo de auditoria, apresentadas pelo sócio responsável e sua equipe sênior, com o objetivo de acompanhar o tratamento das questões de contabilidade e seus impactos nas Demonstrações Financeiras e demais relatórios relacionados ao sistema de controles internos e Principais Assuntos de Auditoria (PAAs). O COAUD deu ênfase às ações tomadas pela KPMG em relação aos PAAs apontados em seu Relatório relativo à data-base de 30/06/2025, bem como àqueles identificados no planejamento de auditoria

para a continuidade dos trabalhos do exercício de 2025, discutindo-os desde a etapa do planejamento.

O COAUD avaliou regularmente a eficácia, o desempenho e a independência da KPMG, focando no processo geral de auditoria e na qualidade dos resultados. A KPMG destacou a continuidade do investimento em recursos adicionais e novas tecnologias para o aprimoramento contínuo da qualidade e consistência na prestação de serviços de auditoria.

O Comitê, ao tomar conhecimento de pontos relevantes envolvendo a avaliação dos sistemas contábil e de controles internos, identificados em conexão com os exames das Demonstrações Financeiras, acompanhou as implementações das respectivas recomendações para o aprimoramento de processos, sistemas e mitigação de riscos.

A KPMG apresentou tempestivamente ao Comitê nos resultados e principais conclusões dos trabalhos de auditoria realizados ao longo do ano de 2025.

Adicionalmente, é oportuno destacar que o COAUD, ao tomar conhecimento de eventos relevantes que envolvam a KPMG, no Brasil e no Exterior, interpela imediatamente os auditores independentes, que apresentam tempestivamente explicações e explicações acerca da ocorrência, como foram regularizadas, riscos potencialmente identificados para o exercício independente dos trabalhos da empresa, e eventuais impactos aos trabalhos em andamento. Assuntos mantidos em processo de follow-up até suas plenas resolutividades.

3.3.2. Realização de “Outros Serviços” pela Auditoria Independente

No âmbito de sua atribuição de monitorar e avaliar a independência do auditor independente, o Comitê de Auditoria toma ciência da extensão e natureza da realização de “Outros Serviços” pela KPMG. A execução de tais serviços, não relacionados com a Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras, deve ser objeto de avaliação primordial e preliminar por parte do auditor independente, de acordo com a sua política de independência, e observados os requisitos estabelecidos pela regulamentação promulgada pelo CMN, pela CVM, pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, pela SEC, pelo *Public Company Accounting Oversight Board* – PCAOB, pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* – IESBA e pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* – IAASB, de forma a garantir que não representam conflito de interesses.

A contratação de tais serviços ocorre somente após confirmação pela KPMG de que foram considerados todos os requisitos de independência, bem como o atendimento aos melhores interesses da Organização Bradesco para contratar a KPMG para a realização de tais serviços, incluindo aspectos como trabalho intimamente relacionado àquele realizado para fins de auditoria independente; serviços que demandem a obtenção de evidência de auditoria apropriada para expressar uma conclusão destinada a aumentar o grau de confiança dos auditores; ou para averiguação de controles internos em complemento ao escopo normal dos trabalhos

de auditoria independente. Os “Outros Serviços” realizados pela KPMG no exercício de 2025 foram:

- Tivio Capital DTVM S/A – Demonstrações Financeiras de Fundos de Investimento;
- Banco Bradesco e Grupo Bradesco Seguros – Asseguração Limitada de “ESG”;
- Banco Bradesco Argentina – Demonstrações Financeiras do exercício de 2024;
- Bradesco Saúde - Due Diligence;
- Bradesco Saúde – Demonstrações Financeiras do “Grupo Santa”;
- Banco Bradesco e Empresas Ligadas – Demonstrações Financeiras de 2025;
- BradesCard México – Demonstrações Financeiras de 2024;
- Bradesco Investments Inc – Demonstrações Financeiras de 2025;
- Bradesco Bank e Global Advisors – Demonstrações Financeiras de 2025;
- Banco Bradesco Europa – Demonstrações Financeiras de 2025;
- Odontoprev S/A – Demonstrações Financeiras e Procedimentos Previamente Aprovados;
- Grupo Odontoprev – Asseguração do Preenchimento das Escriturações Contábeis;
- Odontoprev S/A – Asseguração Limitada / Lei do Bem;
- Odontored – Asseguração Limitada / Documentação do Risco de Solvência Institucional;
- Bradesco Comercializadora de Energia – Demonstrações Financeiras / base 30/06/2025;
- Bradescard México e Fideicomiso - Demonstrações Financeiras 31/12/2025;
- Odontored - Auditoria Atuarial / Reservas Técnicas;
- Multibrás Fundo de Pensão - Asseguração dos registros contábeis;
- Bradesco Securities UK – Demonstrações Financeiras 31/12/2025;
- Grupo Elopár – Revisão das ECF;
- Odontoprev – Asseguração Razoável das Provisões Técnicas;
- Bradescard México – Asseguração Limitada (Compliance e Preços de Transferência);
- Bradesco Seguros Argentina – Demonstrações Financeiras – 30/09/2025 até 30/06/2026;
- Bradesco Procyon Fund, Ltd – Demonstrações Financeiras 31/12/2025;
- ABPF Oncologia S/A – Demonstrações Financeiras 31/12/2025;
- Ictineo Plataforma S/A – SOFIPO – Demonstrações Financeiras 31/12/2025;
- Bradesco Gestão de Saúde-Demonstrações Financeira 06 e 12/2025;
- Tesouraria / Negócios Internacionais – base Prospectus Supplements;
- Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S/A – Demonstrações Financeiras 31/12/2025;

- Bradesco – Custódia e Serviços Financeiros / Relatório de Asseguração SOC 1 e de Asseguração Limitada – ANBIMA;
- Bradesco Global Funds – Demonstrações Financeiras 31/12/2025;
- Banco Bradesco e Bradesco Leasing – Formulário de Referência;
- Bradesco – Custódia e Serviços Financeiros – Demonstrações Contábeis dos Fundos de Investimento; e
- Bradesco Saúde Operadora de Planos – Asseguração Razoável em observância à legislação vigente.

O COAUD ao tomar CIÊNCIA das propostas de trabalhos não identificou razões objetivas para caracterizar conflitos de interesse, risco de perda de independência ou de objetividade na realização dos “Outros Serviços” pela KPMG. A avaliação da independência da KPMG considerou também a situação pessoal e a relação financeira que o auditor (sócio responsável e demais integrantes da equipe de profissionais envolvidos com a realização da auditoria) têm com a Organização Bradesco, analisando as possíveis ameaças e estabelecendo as medidas necessárias para solução.

Com base no planejamento apresentado pela KPMG e nas discussões subsequentes sobre os resultados dos trabalhos, o COAUD considera que os trabalhos desenvolvidos foram adequados aos negócios da Organização Bradesco.

3.4. O COAUD e a Auditoria Interna

Para permitir um efetivo e adequado acompanhamento das atividades realizadas pela Auditoria Interna Global (AIGL), em aderência ao seu Regimento Interno e regulamentação vigentes, o COAUD aprovou o Plano de Auditoria de 2025 e eventuais atualizações relevantes promovidas ao longo do exercício social. Além do foco contínuo nos requisitos da legislação e regulamentação em vigor, o COAUD atentou para a inclusão no escopo da Auditoria Interna de questões relacionadas à estratégia, governança e cultura, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, critérios contábeis, fiscais e tributários, tecnologia empregada ao negócio, conduta no relacionamento com clientes e conformidade, e resiliências - financeira e operacional.

Os resultados dos trabalhos da Auditoria Interna Global, juntamente com a avaliação da governança, gestão de riscos e estrutura de controle e processos, são regularmente relatados ao COAUD, em reuniões e por meio de relatórios e súmulas executivas, destacando os principais temas identificados, cobertura de auditoria e trabalhos desenvolvidos, proporcionando visão independente de riscos emergentes e impactos nos negócios.

Ao tomar conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações, o COAUD acompanha o estabelecimento de calendário adequado para remediar as questões indicadas, de responsabilidade da Diretoria Executiva, e monitora a sua execução, acompanhando as providências saneadoras adotadas pela Administração junto as áreas auditadas.

A Auditoria Interna Global mantém estreita relação de trabalho com a Auditoria Independente, que é informada das atividades e resultados dos trabalhos da Auditoria Interna, e tem acesso a todos os relatórios e registros de suporte.

Anualmente, a função da Auditoria Interna Global é submetida a processo de avaliação técnica conduzido pelo COAUD, cujos resultados são discutidos com a sua Diretoria Executiva. Também, a citada Diretoria é avaliada formalmente acerca de sua atuação estratégica, comportamental, independência e de resultados. Tais avaliações são itens importantes na manutenção do Programa de Certificação de Qualidade do *The Institute of Internal Auditors* (IIA), que visa a melhoria contínua da gestão dos processos da área e a adoção das melhores práticas (metodologias, ferramentas e gestão). A avaliação da Auditoria Interna referente ao Exercício Social de 2025 foi conduzida em observância à Resolução CMN nº 4.910, de 2021.

Ressaltamos que a Auditoria Interna tem respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria e às necessidades e exigências da Organização Bradesco e dos Órgãos Reguladores.

4. ATIVIDADES E TEMAS SIGNIFICATIVOS CONSIDERADOS PELO COAUD

4.1. Visão geral

O COAUD trabalhou em estreita colaboração com as dependências de Gestão Corporativa de Riscos, Gerenciamento de Riscos Financeiros e de *Compliance* e Gerenciamento de Riscos Não Financeiros, bem como outras áreas da Organização Bradesco, na observância dos procedimentos para gerenciar riscos e a estrutura de controle interno, para garantir que as áreas de responsabilidade comum foram tratadas apropriadamente nas agendas das reuniões com o Comitê com o objetivo de aprimorar a conectividade, coordenação e fluxo de informações, e dessa forma garantir uma compreensão profunda dos principais temas.

Entre os principais aspectos discutidos destacaram-se a responsabilidade pela identificação, mensuração, monitoramento, mitigação e supervisão dos controles e riscos, e a comunicação aos níveis adequados da administração mediante a elaboração de relatórios regulares, tempestivos e completos. Nessas reuniões, o COAUD objetivou identificar e discutir prioridades mútuas, melhorias e programas de remediação, e questões futuras em relação à gestão de riscos e controles internos, tendo como base a Matriz de Riscos Corporativos (Biblioteca de Riscos).

O COAUD tem acesso às Matrizes de Riscos das dependências da Organização Bradesco, possibilitando acompanhar, em particular, os riscos altos e muito altos tratados em cada Matriz, fortalecendo a visão tempestiva das operações versus controles versus riscos.

4.2. Detalhamento das principais atividades e temas significativos

O Programa de Trabalho do Comitê de Auditoria para o Exercício Social de 2025 teve como foco os principais processos, riscos e produtos inerentes aos negócios da Organização Bradesco. Destacamos a seguir os aspectos mais relevantes:

Atribuição/Área	Principais temas abordados e ações do COAUD
Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco (Banco Bradesco e Empresas Ligadas)	
Revisão das Demonstrações Financeiras, inclusive Notas Explicativas, Relatórios da Administração e do Auditor Independente	Principais políticas contábeis, práticas e critérios gerais adotados: - Discussão com a Contadoria Geral (CG), Controladoria, Gestão Corporativa de Riscos, Gestão de Riscos Financeiros, Compliance e Gestão de Riscos Não Financeiros, Grupo Bradesco Seguros, Auditoria Interna Global (AIGL) e Auditoria Independente (KPMG); - Avaliação criteriosa das políticas contábeis mais significativas, considerando a regulamentação vigente no Brasil, editadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e requeridas pelas autoridades reguladoras – Banco Central do Brasil (Bacen), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Agência Nacional de Saúde (ANS) – e as IFRS promulgadas pelo IASB; Preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas: Revisão dos procedimentos para a elaboração e divulgação de acordo com as IFRS promulgadas pelo IASB; Ambiente macroeconômico no Brasil: especial atenção para avaliar como a Administração abordou e refletiu as questões decorrentes do ambiente macroeconômico e os impactos na Organização Bradesco, nos relatórios financeiros e outras divulgações relevantes, tais como os efeitos presente e futuro e os reflexos potenciais identificados para operações e segmentos de negócio, como operações de crédito, seguros (vida e saúde) e previdência privada; Auditoria Independente: Reunião com a KPMG, antes das divulgações das Informações Trimestrais de 31/03/2025 e 30/09/2025, e das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2025 e anual de 31/12/2025, para avaliar os aspectos de independência dos auditores e do ambiente de controle na geração das informações divulgadas, inclusive quanto à observância da recomendação do COAUD para que as principais empresas do Conglomerado Bradesco de capital fechado e o Grupo Bradesco Seguros, que compõem as Demonstrações Financeiras Consolidadas, publiquem suas Demonstrações Financeiras em conjunto; Revisão das Demonstrações Financeiras – Individual e Consolidada – e Relatórios da Administração (ITR de 31/03/2025 e 30/09/2025) e semestral de 30/06/2025 e anual de 31/12/2025: endossando seu conteúdo, antes da aprovação pelo Conselho de Administração e sua autorização para divulgação, garantindo a conformidade com os requisitos legais e a aplicação adequada dos princípios contábeis pertinentes, e certificando que a Auditoria Independente emitiu o seu Relatório correspondente.

Empresas controladas	Destaque para atividades relacionadas ao Grupo Bradesco Seguros, Aarin, RCB e Banco Digio: Acompanhamento dos principais aspectos associados à elaboração das Demonstrações Financeiras, inclusive mediante discussões regulares com os Comitês de Auditoria do Grupo Segurador (Holding Bradseg e Bradesco Saúde). Em tal processo o COAUD exerce suas atribuições mediante reuniões de monitoramento com os responsáveis pelos registros contábeis e requerimentos legais aplicáveis à essas organizações, bem como os auditores interno e independente. Nessas ocasiões são discutidos temas relevantes diversos de caráter operacional, legal, fiscal, tributário e de tecnologia da informação, com destaque para estrutura administrativa, estratégias, resultados, gerenciamento de riscos, controles internos, apontamentos relevantes pela auditoria interna e pontos dos auditores independentes.
Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos	Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD): o cálculo da provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito considerando a probabilidade de o instrumento ser caracterizado como inadimplente e a expectativa de recuperação do instrumento. Tais parâmetros devem ser estimados de forma prospectiva, com base nas condições econômicas correntes e esperadas, considerando os estágios em que os instrumentos estão classificados. Como objetivam refletir a expectativa de perdas em cenários econômicos, envolve julgamentos significativos, especialmente considerando o grau de incerteza sob as condições macroeconômicas atuais e futuras. Entre os principais aspectos analisados pelo COAUD destacaram-se a redução ao valor recuperável; carteira de empréstimos e adiantamentos, incluindo avais, fianças e debêntures, com ênfase às expectativas de perdas futuras nos portfólios Massificados e Dívida Corporativa; Mensuração de instrumentos financeiros: Devido às condições de maior volatilidade no mercado, principalmente em decorrência do comportamento da inflação e da taxa básica de juros estabelecida pelo Bacen, o COAUD discutiu periodicamente os impactos nos modelos para avaliar a carteira de investimentos e derivativos, particularmente considerando as principais premissas, métricas e julgamentos significativos utilizados para a determinação do valor justo; Créditos tributários: Atenção especial dada ao cálculo dos ativos fiscais diferidos e às estimativas de recuperação (realização), principalmente quanto ao ambiente macroeconômico, nos resultados futuros da Organização e nos consequentes lucros tributáveis, com base no plano de negócios e orçamentos estabelecidos pela Administração. Em particular, tomar conhecimento das projeções de probabilidade e suficiência de lucros tributáveis futuros, reversões futuras de diferenças temporárias, estratégias de planejamento tributário em curso, e impactos de mudanças na legislação tributária. O COAUD também considerou os julgamentos da Administração relativos a questões fiscais em relação às quais o tratamento tributário apropriado é incerto ou sujeito a interpretação, e que estão em processo de discussão judicial e categorizados como contingentes (classificados como possíveis, e, portanto, objeto somente de Nota Explicativa); Valor Recuperável dos Ativos – Ágio (Goodwill) e outros ativos não financeiros: A Administração testou o valor recuperável (imparidade) do ágio (goodwill) e outros ativos não financeiros, com julgamentos que consideraram o crescimento de longo prazo, taxas de juros, fatores de

	desconto e fluxos de caixa esperados, em termos de conformidade com as normas contábeis e razoabilidade da previsão; Provisões e Passivos Contingentes: Processos legais e questões regulatórias – Julgamento em relação ao reconhecimento e mensuração de provisões, bem como a existência e a avaliação quanto aos passivos contingentes. As questões que requerem julgamentos significativos foram destacadas e a avaliação do COAUD considerou a integridade da base de dados, os critérios adotados para as provisões contábeis e respectivas suficiências, e acompanha com rigor crítico os aprimoramentos aos modelos e critérios adotados para a constituição de provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; Grupo Bradesco Seguros – Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização: o COAUD tomou conhecimento das premissas e julgamentos adotados pelo Grupo Bradesco Seguros (GBS) e se certificou da aderência dos processos aos requisitos estabelecidos pela Susep e ANS nas Notas Técnicas Atuariais, incluindo os Ativos Garantidores (títulos e valores mobiliários vinculados). Reunião de alinhamento com os Comitês da Holding Bradseg e Saúde acerca do resultado obtido pela PwC Auditoria Independente, responsável pela Auditoria Atuarial no Grupo Bradesco Seguros. Contabilidade de cobertura (hedge accounting): dentre os vários aspectos relacionados à contabilidade de cobertura abordados pelo COAUD, atenção particular para a governança específica no processo de contratação de operações e sua classificação contábil, tendo em conta os requerimentos estabelecidos pelos órgãos reguladores e os requisitos específicos das IFRS. O COAUD discutiu as principais características das operações de cobertura registradas, a observância da governança e controles internos (incluindo documentação necessária para habilitar o reconhecimento contábil específico), as condições macroeconômicas atuais e seu impacto nas previsões de fluxo de caixa prováveis e custo das operações, e a eficácia das estruturas ao longo do horizonte coberto.
Sustentabilidade, ESG e Risco Climático	
Estratégia da Organização Bradesco e requisitos regulatórios de Sustentabilidade, ESG e Risco Climático	Acompanhamento dos processos para incorporar os requisitos regulatórios e elaborar os relatórios de Sustentabilidade, incluindo tópicos associados à ESG e, particularmente, questões de riscos climáticos. Ao longo do exercício de 2025 o COAUD tomou conhecimento do alinhamento da estratégia da Organização Bradesco na contratação de operações de crédito e na gestão integrada de riscos, particularmente após a publicação da Resolução CMN nº 4.943, de 2021, que incluiu requisitos aplicáveis ao gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático na estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, e da Resolução CMN nº 4.945, de 2021, com aprimoramentos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e inovando no requerimento de divulgação de informações ao público em geral, com vigência a partir de julho de 2022. Adicionalmente, o COAUD tomou conhecimento dos processos em andamento para a observância dos requerimentos estabelecidos pela Resolução CVM nº 59, de 2021, que requer informações a serem prestadas a respeito de aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa. Adicionalmente, com a promulgação pelo <i>International Sustainability Standards Board</i> – ISSB, em junho de 2023, de normas internacionais com recomendações para a elaboração do relatório de sustentabilidade (IFRS S1) e para divulgações relacionadas ao clima (IFRS S2), a CVM determinou sua

	observância no Brasil, nos termos da Resolução CVM nº 193, de 2023, a partir do Exercício Social de 2026. Igual decisão tomou o CMN, por meio da Resolução nº 5.185, de 2024, determinando que as instituições financeiras de maior porte elaborem e divulguem, juntamente com suas demonstrações financeiras, o relatório de sustentabilidade em conformidade com os mencionados IFRS S1 e IFRS S2. O COAUD passou a dedicar tempo para compreender aspectos como sistemas de controle interno voltados para identificar, quantificar e divulgar tais riscos, os esforços para desenvolver medidas e métricas para o acompanhamento dos avanços e dos compromissos assumidos pela Organização Bradesco, e a governança adotada para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade na forma determinada pelos Reguladores. Vale observar que a integração de fatores sociais, ambientais e climáticos no gerenciamento de riscos, que faz parte da estratégia da Organização, já era objeto de acompanhamento pelo COAUD junto às áreas competentes, com foco nos avanços dos processos necessários para o atendimento de tais demandas regulatórias. As discussões ao longo do exercício envolveram a área de crédito, a Bradesco Asset Management (BRAM), a área de Gestão de Riscos Financeiros, os responsáveis pela gestão da estratégia de sustentabilidade, a Controladoria e a área de Sustentabilidade, responsável corporativo pela coordenação dos assuntos ESG – Ambiental, Social e de Governança, inclusive da elaboração do Relatório de Sustentabilidade.
Auditoria Independente	
Planejamento e execução da Auditoria Independente	Processo: Análise e discussão detalhada sobre o planejamento, andamento e execução do plano de auditoria; Execução: Obteve confirmação do auditor de que teve acesso total a todas as informações para realizar a auditoria conforme planejado; Recomendações: Discutiu e exerceu controle rígido sobre recomendações da Auditoria Independente e as ações necessárias para correção junto às unidades corporativas, acompanhando a implementação dos planos de ação pertinentes; Relatórios: Discutiu melhorias nos relatórios financeiros com base em novos padrões de contabilidade e melhores práticas; Posicionamentos acerca da Imagem – Reputacional: Na eventual citação da Auditoria Independente na mídia, seja esta qual for, em registros que requeiram explicações formais de seu sócio Líder, as mesmas ocorrem tempestivamente, com fundamentações da causa raiz e efetividade na condução das resolutividades requeridas pelos respectivos Órgãos demandantes dos Ofícios decorrentes. Registros mantidos em Atas de Reuniões; Revisão: Analisou os relatórios do auditor sobre a ITR para a data base de 31/03/2025 e 30/09/2025, bem como das Demonstrações Financeiras de 30/06/2025 e 31/12/2025, antes que o Auditor Independente as apresentasse ao Conselho de Administração.
Relacionamento	O Auditor Independente participou em várias reuniões do COAUD, permitindo que este atue como um canal de comunicação entre o Auditor e o Conselho de Administração, e acompanhe o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que

	se refere ao planejamento e execução dos respectivos trabalhos de auditoria.
Efetividade	Avaliamos o Auditor Independente e sua contribuição para a integridade das Demonstrações Financeiras em decorrência do seu trabalho.
Auditoria Interna	
Planejamento e execução da Auditoria Interna	Dispositivos legais e normativos: Verificação do cumprimento daqueles aplicáveis à Organização Bradesco, além de regulamentos internos, no âmbito dos esforços contínuos para desenvolver, implementar, aprimorar e manter um ambiente de controle forte e adequado à estrutura, operações e riscos; Plano de trabalho para 2026: Aprovação pelo COAUD previamente à submissão ao Conselho de Administração, com base em avaliação de risco abrangente, alinhamento à estratégia e demandas regulatórias; Execução do plano de auditoria: Recepção de relatórios e reportes regulares sobre as atividades de auditoria interna, permitindo ao COAUD o escrutínio adicional, bem como exercer controles rígidos sobre suas recomendações e as ações necessárias para correção junto às unidades corporativas, obrigadas a apresentar planos de ação de resolutividades.
Relacionamento	Reuniões com o COAUD: A Diretora Executiva da Auditoria Interna e outros representantes da área participaram regularmente de reuniões e o Comitê acompanhou o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento e execução dos respectivos trabalhos de auditoria.
Efetividade	O COAUD avalia regularmente a execução dos trabalhos da Auditoria Interna e sua contribuição para a integridade, adequação e eficácia dos sistemas de controles internos relacionados à contabilidade, contingências, riscos, financeiros e operacionais, a partir da aplicação de abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e aprimoramento contínuo dos processos relacionados.
Estrutura	Recursos: Análise do orçamento da Auditoria Interna para 2026, certificando a disponibilidade de recursos humanos e materiais necessários. De particular interesse para o COAUD foram temas como desenvolvimento, capacitação e treinamento da equipe, atração e manutenção de talentos, e iniciativas digitais necessárias para o aprimoramento dos processos de trabalho. Questões reportadas no instrumento "Avaliação Anual de 2025 da Auditoria Interna Global", conduzida pelo COAUD Bradesco.
Controles internos e Ouvidoria	
Sistema de Controles Internos	Sistema de Controles Internos: o COAUD acompanhou e monitorou, em discussões regulares com as áreas de Segurança Corporativa, Gestão de Riscos Financeiros, Compliance e Gestão de Riscos Não Financeiros, Gestão Corporativa de Riscos, AIGL, Auditoria Independente e demais áreas de negócio, a atuação das 3 (três) Linhas de Defesa, focando nas atribuições e responsabilidades de cada uma na observância e no aprimoramento dos

	controles adotados, visando a mitigar os riscos inerentes aos processos de negócios.
Ouvidorias	Bradesco e Grupo Bradesco Seguros: Reuniões periódicas com representantes da Ouvidoria do Bradesco e com os membros dos COAUDs da Holding Bradseg e Bradesco Saúde para discutir situações específicas de reclamações catalogadas pelos diversos Canais de Denúncias, particularmente em relação a práticas negociais, conduta, financeiras, contábeis, relatórios financeiros, auditoria e controles internos. De conhecimento dos detalhes apresentados quanto aos procedimentos vigentes normatizados e os praticados em desacordo a tais orientações, foram averiguados os registros das ações encaminhadas junto aos gestores de Negócio envolvidos com o tema para regularizar anomalias identificadas, de sorte a permitir, corporativamente, a melhoria dos processos e o acultramento das Áreas na comercialização de Produtos e Serviços da Organização Bradesco.
Negócios e concorrência	
Negócios e Concorrência	Gerenciamento das Carteiras de Crédito: Acompanhamento da evolução das carteiras de crédito. Atenção especial foi dada ao alinhamento da estratégia relacionada a ESG e à concessão de créditos, aos controles internos e governança, à evolução das contratações conduzidas por meio dos canais digitais e às prorrogações, renegociações, renovações, recuperações e baixas; Conduta, suitability e atendimento às pessoas potencialmente vulneráveis: Acompanhamento e monitoramento dos avanços nos processos voltados para observância dos requisitos regulamentares, dado o contingente de clientes caracterizados como “potencialmente vulneráveis” e as demandas de natureza regulatória; Relacionamento com Clientes: Acompanhamento quanto ao cumprimento de normas e atendimento ao consumidor, inclusive tendo em conta os temas identificados pela Organização Bradesco (Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC/Ouvidoria); Cidadania Financeira: Acompanhamento do Projeto voltado para o atendimento dos requisitos estabelecidos pela Resolução Conjunta nº 8, de 21/12/2023, instituindo medidas direcionadas à clientes e usuários pessoas naturais, incluindo empresários individuais; Inovação Tecnológica: atualizado periodicamente sobre os avanços e potenciais impactos do <i>Open Finance</i>, <i>Fintechs</i> e outras <i>startups</i>, uso de nuvem (<i>cloud</i>), inteligência artificial, Big Data, ativos digitais, entre outros.
Gestão de riscos	
Gestão de Riscos	Coordenação com outros Comitês: Participação em reuniões conjuntas com o Comitê de Riscos, a área de gestão de riscos, regulamentação e <i>compliance</i> , Auditoria Interna, e outros. Entre os tópicos discutidos destacamos o relatório sobre risco de modelo, gestão de risco do grupo, reclamações enviadas ao Canal Aberto, risco de fornecedor;

	Estratégia, estrutura e política para gestão de riscos: Acompanhamento dos trabalhos da área de Gerenciamento de Riscos Não Financeiros para avaliação da aderência do sistema de controles internos e na identificação, monitoramento e gestão dos riscos mais relevantes, bem como das atividades e resultados dos trabalhos das dependências de Gerenciamento de Riscos Financeiros e de Compliance e Gerenciamento de Riscos Não Financeiros, gestor corporativo do Sistema de Controles Internos, e da dependência de Gestão Corporativa de Riscos, responsável, dentre outros, pelo Plano Estratégico das Segundas Linhas; Áreas de Negócio: Reuniões com as diversas áreas de Negócios e de Controle, e com as Auditorias Independente e Interna, para acompanhamento dos principais processos, e certificação quanto ao comprometimento da Administração para a mitigação dos riscos e o aperfeiçoamento contínuo dos controles internos; Riscos de Mercado e Liquidez: Acompanhamento periódico, por intermédio de relatórios elaborados pela área de Gestão de Riscos Financeiros, dos resultados da carteira "trading" e os limites estabelecidos pela governança para <i>Value at Risk</i> (VAR), <i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR) e Reserva Mínima de Liquidez (RML) – Corretoras de Valores e Grupo Bradesco Seguros, bem como das principais exposições em moedas, índices e ativos, inclusive da Carteira "Banking", com correspondentes <i>Economic Value of Equity</i> (ΔEVE); Risco de Crédito: Acompanhamento mensal com as áreas de Gestão de Riscos Financeiros, Recuperação de Créditos, e ID – Setor de Cadastro, e Concessão de Crédito, incluso a gestão das Garantias, para conhecimento da evolução das principais carteiras de crédito e níveis de inadimplência (pessoas físicas, pessoas jurídicas, e seus respectivos segmentos, modalidade e setor da economia). Também foram discutidas as suficiências de provisão (vide tópico específico sobre PDD), níveis de concentração e abordagens para recuperação de crédito, com ênfase nas Expectativas de Perdas Futuras em portfólios massificados (requisito regulatório a partir de 1º de janeiro de 2025) e movimentação dos Ratings da Dívida Corporativa. Prestadores de Serviços: monitoramento da Governança na contratação, acompanhamento na qualidade dos serviços prestados, incluindo aplicação de penalidades e outras medidas adotadas.
Órgãos reguladores (Questões regulatórias e compliance)	
Demandas e Expectativas	Questionamentos do Bacen: Conhecimento do conteúdo dos Ofícios, das respostas e acompanhamento do progresso para atendimento às demandas e solução das recomendações e expectativas do Departamento de Supervisão Direta (Desup), do Departamento de Supervisão de Conduta (Decon), do Departamento de Supervisão Indireta (Desig) e do Departamento de Gestão Estratégica e Supervisão Especializada (Degef), relativamente à observância da regulamentação e requisitos específicos relacionados a modelos, conduta (por exemplo, fraudes e golpes, suitability e pessoas potencialmente vulneráveis, relacionamento com clientes), e prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.
Relacionamento com Órgãos Reguladores	Compliance: Acompanhamento da efetividade da área de Compliance e Gestão de Riscos Não Financeiros e demais estruturas responsáveis por garantir o cumprimento das leis, regras e regulamentos aplicáveis aos negócios;

	Relatórios submetidos aos órgãos reguladores: O COAUD discutiu os principais elementos dos Relatórios ICAAP e de Efetividade (Circular nº 3.978), encaminhados para o Bacen, e debateu sobre a necessidade de manter foco contínuo na qualidade e confiabilidade dos relatórios regulatórios.
Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo	Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa: Contínuo acompanhamento quanto ao aprimoramento no gerenciamento do processo de PLD, embasado nos resultados das inspeções regulares dos órgãos internos e externos, nas melhores práticas de gestão (metodologias, ferramentas e pessoas), permitindo a atuação da Área de Segurança Corporativa com visão centralizada de análise e despacho frente às movimentações de maior risco ocorridas nas transações de negócios e em contas correntes.
Tecnologia da informação	
Segurança e Controles em processos chave	Controles de aplicativos e gerais de tecnologia da informação: Acompanhamento das mudanças em andamento, segurança (lógica e física), operação computacional e registro, migração para CLOUD, análise e resolução de incidentes e problemas; <i>Cybersecurity:</i> Contínuo acompanhamento de medidas de segurança, mitigando os riscos associados.
Resolução CMN nº 4.966, de 2021 – Contabilidade para instrumentos financeiros nos termos do IFRS 9: aspectos operacionais, financeiros e tributários	Implementação dos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN 4.966, de 2021 a partir de 1º/1/2025 – Adoção dos preceitos contidos no IFRS 9 – Contabilização de instrumentos financeiros e tratamento tributário: O COAUD permanece acompanhando, por meio de reuniões regulares com a área de Contadoria Geral, coordenadora corporativa do mencionado Projeto. A Resolução CMN nº 4.966, de 2021, tem como principal impacto o cálculo da provisão para perdas com operações de crédito e outros instrumentos financeiros com base na perda esperada, escopo mais abrangente do que o estabelecido na Resolução CMN nº 2.682, de 1999, e com abordagem prospectiva mais ampla. Tais critérios estão em conformidade com o IFRS 9 – Instrumentos Financeiros promulgado pelo <i>International Accounting Standards Board</i> – IASB. Fato é que apesar de ser o IFRS 9 adotado, desde janeiro de 2018, para a elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas, a implementação da Resolução 4.966 requereu desenvolvimento de sistemas, adaptações, ajustes e adoção de ferramentas e modelos específicos no nível individual (para todas as instituições subordinadas à supervisão do Bacen). A propósito do escopo, a provisão nos termos da Resolução nº 2.682, de 1999, somente era aplicada a operações de crédito, instrumentos com características de crédito, arrendamento mercantil e garantias prestadas. Importante destacar que a partir de 1º/1/2025, a Resolução CMN nº 4.966, de 2021, exige que todos os ativos financeiros, inclusive títulos e valores mobiliários, garantias prestadas, compromissos de crédito e exposições não reconhecidas em contas patrimoniais (<i>off-balance sheet</i>) devem compor a base para a constituição da provisão para perdas esperadas. Quanto ao modelo de cálculo, a provisão passa a ser prospectiva, constituída com base no risco de crédito esperado, mensurado de acordo com a probabilidade de inadimplemento e a expectativa de recuperação do instrumento, levando em consideração as condições econômicas presentes e previsões futuras que possam afetar o risco de crédito dos instrumentos, bem como o valor de garantias e colaterais vinculados a operação.

	No âmbito tributário, a Lei nº 14.467, de 2022, que alterou as regras para as instituições financeiras deduzirem as perdas com operações de crédito, igualmente a partir de 2025, em alinhamento com os requisitos de provisionamento estabelecidos pela referida Resolução CMN nº 4.966, de 2021, viabilizando a manutenção do tratamento tributário (dedutibilidade e eventuais créditos tributários) das despesas decorrentes da aplicação do novo modelo, foi alterada com a edição da Lei nº 15.078, de 27/12/2024, esclarecendo que as mencionadas perdas poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. No entanto, a Lei nº 15.078 permitiu que, até 31 de dezembro de 2025, as instituições poderão optar, de forma irrevogável e irretratável, por efetuar as deduções à razão de 1/120 (um cento e vinte avos). Tal medida foi fundamental para esclarecer a questão e o COAUD acompanhará os impactos pertinentes, dada a decisão tomada de efetivar as deduções em 1/120 (um cento e vinte avos).
--	--

5. CONCLUSÃO

As atividades exercidas no âmbito de gestão de riscos, *compliance*, e avaliação do sistema de controles internos corporativo estão adequadamente direcionadas, considerando o porte e complexidade da Organização Bradesco. O COAUD registra como positivos os esforços contínuos que vêm sendo desenvolvidos para a garantia da eficiência das operações, das informações que geram os Relatórios Financeiros e Contábeis, bem como a observância às normas internas e externas a que se sujeitam as transações.

Relativamente às demandas do Banco Central do Brasil, o COAUD acompanha e monitora o atendimento àquelas apresentadas pelo Departamento de Supervisão de Conduta - Decon e pelo Departamento de Supervisão Direta - Desup relativas à observância da regulamentação e requisitos específicos relacionados a modelos, conduta, *suitability* e pessoas potencialmente vulneráveis, relacionamento com clientes, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLDFT).

O COAUD destaca os esforços da Diretoria Executiva para atender tempestivamente, com a qualidade requerida, os requerimentos do Bacen, o comprometimento da Alta Administração ao liderar os processos necessários, patrocinando e apoiando as ações voltadas ao pleno cumprimento dos pontos e recomendações, e adoção de procedimentos operacionais e práticas contábeis em linha com a política interna e ética empresarial da Organização Bradesco.

O Comitê de Auditoria revisou com a Diretoria Executiva as Demonstrações Financeiras auditadas da Organização Bradesco, para o exercício de 2025 e discutiu com a KPMG os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) e as recomendações para aprimoramento do sistema de controles internos, incluindo gestão de riscos, governança e tecnologia da informação, bem como monitorou a execução dos trabalhos de acordo com o planejamento apresentado no início do exercício, avaliando a qualificação e independência dos auditores independentes.

Relativamente aos principais itens reportados nas Demonstrações Financeiras, o COAUD, após análise e escrutínio dos relatórios apresentados pela área técnica, concordou com a conclusão da Diretoria Executiva de que:

(i) a provisão para perdas com operações de crédito é adequada, em particular face à conjuntura macroeconômica atual e às incertezas inerentes ao presente ambiente;

(ii) as previsões, estudos e expectativas de realização do ágio e dos créditos tributários, embasadas em premissas e estimativas de rentabilidade futura, suportam a recuperabilidade de tais ativos;

(iii) a avaliação dos instrumentos financeiros aos eventos que pudessem culminar em revisão ou novos julgamentos significativos, considerando o ambiente macroeconômico e a característica de tais ativos, onde o COAUD considerou satisfatório o tratamento contábil em relação às várias questões relacionadas à classificação nas carteiras de *Trading* e *Banking*, ao reconhecimento de receitas ou perdas, e à sua apresentação;

(iv) para as provisões e contingências, o COAUD certificou-se quanto à integridade das bases de dados e revisou os critérios e premissas adotados para a constituição das provisões fiscais, cíveis e trabalhistas, bem como quanto às informações disponíveis para a classificação de obrigações como “remoto”, “possível” e “provável”, concordando quanto ao volume de provisão constituído e que o nível das divulgações em Notas Explicativas fornecem informações adequadas aos investidores acerca dos passivos contingentes;

(v) para o Grupo Bradesco Seguros, o COAUD certificou-se que as Provisões Técnicas são aderentes às Notas Técnicas da Susep e ANS; as Provisões Técnicas Complementares relacionadas ao descasamento de ativos e passivos em IGPM, os ativos garantidores vinculados às Reservas Técnicas (TVM e Outros Ativos) foram avaliados corretamente, com base em procedimentos tecnicamente recomendados e requeridos pelos Órgãos Reguladores.

O COAUD acompanha os estudos contínuos relativos à gestão de passivos atrelados ao IGPM.

Dado o presente ambiente macroeconômico, o COAUD se concentrou na capacidade da Organização Bradesco em manter fortes controles internos no contexto dos desafios trazidos.

Tendo em conta as tratativas com a Diretoria Executiva e a Auditoria Independente e considerando os processos subjacentes utilizados para preparar os relatórios financeiros, o COAUD entende que as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2025 estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de forma compreensível, fornecendo aos acionistas as informações necessárias para a avaliação da posição financeira e do desempenho da Organização Bradesco, bem como dos aspectos relevantes do seu modelo de negócio, estratégia e riscos, e recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das citadas Demonstrações Financeiras.

6. PRIORIDADES DO COAUD PARA O EXERCÍCIO DE 2026

O ambiente macroeconômico no Brasil continua a apresentar desafios importantes, como destacado pelo Bacen e relatado na introdução deste Relatório, o que se reflete na taxa básica de juros mantida elevada no final de 2024, e de sua continuidade até dezembro de 2025, refletindo a manutenção de política monetária restritiva, objetivando o atingimento da meta de inflação estabelecida pelo CMN.

Além dos temas relevantes objeto de acompanhamento, o COAUD continuará a monitorar os impactos das mudanças no ambiente macroeconômico, particularmente nos processos necessários para a observância dos requisitos do IFRS 9 para o cálculo da perda esperada para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a implementação de mudanças regulatórias em grande escala, como as relativas a ESG, e em particular as demandas do Bacen quanto ao Risco Climático, a adoção integral do IFRS 9 para todos os instrumentos financeiros e o tratamento tributário e de capital regulamentar e a evolução das atividades dos controles internos do Grupo Bradesco Seguros (GBS).

Nesse contexto, o foco do COAUD continuará nos impactos no resultado (performance) da Organização Bradesco, no ambiente de riscos e controles internos, e nos modelos utilizados para a análise e cálculo da provisão para perdas com operações de crédito e para a avaliação de ativos e passivos, e discutirá cuidadosamente os principais julgamentos e premissas em relação aos cenários econômicos futuros, a razoabilidade das ponderações e julgamentos, e o impacto nas Demonstrações Financeiras e divulgações pertinentes.

Entre as ações específicas, o COAUD continuará a (i) aprimorar a comunicação com os Comitês de Auditoria das empresas controladas para garantir que haja um compartilhamento eficaz de conhecimentos, preocupações e respectivas soluções; (ii) monitorar a execução do Plano Anual da Auditoria Interna e do Plano de Trabalho da Auditoria Independente; (iii) buscar coordenação adequada com outros Comitês do Conselho de Administração, especialmente o de Risco, Regulamentação e Conformidade; e (iv) garantir a eficácia do COAUD, levando em consideração quaisquer áreas de melhoria e permitindo tempo suficiente para um debate de qualidade sobre os principais tópicos e questões identificados pelas Auditorias – Independente e Interna.

Adicionalmente, o COAUD concentrará esforços para compreender os impactos dos novos modelos negócios e concorrentes (Fintechs), da transformação digital no sistema bancário brasileiro e da evolução tecnológica digital (uso de Cloud e novos canais), sobretudo nos aspectos de atendimento às demandas do mercado (alinhadas à estratégia de Clientecentrismo) e do Banco Central do Brasil nas questões de conduta (Atendimento a clientes, Clientes potencialmente vulneráveis, e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo), do Projeto de Cidadania Financeira e foco na capacitação do quadro de funcionários, em especial aqueles envolvidos com as áreas de controle, riscos e auditoria interna, a fim de resguardar essas atividades e garantir a sua efetividade.

No âmbito da evolução tecnológica, tópico que tem demandado a atenção do Comitê diz respeito aos processos, riscos, controles, governança e oportunidades decorrentes do uso de Inteligência Artificial (AI) e *machine learning* (ML) como fundamentais em várias áreas da Organização, viabilizando o desempenho de atividades com maior precisão, rapidez e eficiência, entre outros atributos. Além da automação de tarefas operacionais, o uso de AI tende a disseminar significativa e rapidamente para ações como detecção de fraudes e transações suspeitas de lavagem de dinheiro, prevenção de ataques cibernéticos, *compliance*, simulações, suporte à tomada de decisões e gestão de riscos, entre outros.

Finalmente, considerando as crescentes expectativas relacionadas a ESG, com a aceleração no estabelecimento de requerimentos padronizados para divulgação promulgados pelo *International Sustainability Standards Board* - ISSB, impostos pelos reguladores (Resoluções CMN nº 4.943, 4.944, e 4.945, de 2021, que tratam de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, Resolução CVM nº 59, e Circular SUSEP nº 666, de 2022), os requisitos relacionados à gestão de riscos e comunicações ao público em geral relativas a ESG evoluirão e aumentarão rapidamente.

Diante das informações atuais, o COAUD mantém-se atento aos eventuais impactos decorrentes dos temas ESG nas Demonstrações Financeiras e ambiente de riscos. No entanto, considerando o interesse particular dos reguladores e investidores, continuará a acompanhar os aprimoramentos na qualidade dos dados, controles internos, processos, governança e divulgação nas Demonstrações Financeiras, bem como o papel das Auditorias – Independente e Interna.

Nesse contexto, manterá o monitoramento do cenário de Relatórios de Sustentabilidade e avaliará as implicações para a Organização Bradesco, incluindo a comunicação com as partes interessadas.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 4 de fevereiro de 2026.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA ORGANIZAÇÃO BRADESCO

PAULO RICARDO SATYRO BIANCHINI
(Coordenador)

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES
(Especialista Financeiro)

ANTONIO JOSÉ DA BARBARA
(Membro)

SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR
(Membro)

Demonstrações Financeiras Consolidadas

de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”



2025

Balanco Patrimonial Consolidado.....	152
Demonstração Consolidada do Resultado	153
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente.....	154
Demonstração Consolidada da Mutação do Patrimônio Líquido	155 – 156
Demonstração Consolidada do Fluxo de Caixa	157 - 158
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	159 - 299
Relatório dos Auditores Independentes	300 - 306
Relatório do Comitê de Auditoria	307
Parecer do Conselho Fiscal	308 - 309
Índice das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	
1) INFORMAÇÕES GERAIS.....	159
2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	159
3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS..	163
4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS.....	189
5) CAIXA, DISPONIBILIDADES EM BANCO E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	193
6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	193
7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	194
8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	202
9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO	203
10) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	204
11) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES.....	205
12) ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA.....	215
13) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E JOINT VENTURE.....	216
14) IMOBILIZADO DE USO.....	218
15) ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO.....	220
16) OUTROS ATIVOS	221
17) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	221
18) RECURSOS DE CLIENTES.....	221
19) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS.....	222
20) DÍVIDAS SUBORDINADAS	223
21) CONTRATOS DE SEGUROS	224
22) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	231
23) OUTROS PASSIVOS	234
24) ITENS NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL	235
25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	236
26) LUCRO POR AÇÃO.....	238
27) RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS.....	239
28) RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES	239
29) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	240
30) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	240
31) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA	240
32) RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA.....	240
33) DESPESAS DE PESSOAL	241
34) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	241
35) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	241
36) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	241
37) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	242
38) SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	246
39) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	250
40) GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	252
41) PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	293
42) OUTRAS INFORMAÇÕES.....	297

	R\$ mil		
	Nota	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos	5	137.031.197	146.614.670
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6a	547.789.769	371.883.348
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8	138.998.105	156.292.584
Ativos financeiros ao custo amortizado		1.312.915.509	1.216.802.612
- Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquido de provisão para perdas esperadas	10	235.485.054	196.233.298
- Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas esperadas	11	744.457.062	672.382.105
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas	9	259.546.571	266.991.967
- Outros ativos financeiros	16	73.426.822	81.195.242
Ativos não correntes mantidos para venda	12	3.757.502	3.494.950
Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	13	13.283.440	11.029.012
Imobilizado de uso	14	9.405.491	10.220.444
Ativos intangíveis e ágio	15	25.739.659	23.749.208
Impostos a compensar		12.884.446	11.764.176
Impostos diferidos	37	111.237.606	101.808.543
Outros ativos	16	17.284.492	15.824.815
Total do ativo		2.330.327.216	2.069.484.362
Passivo			
Passivos ao custo amortizado			
- Recursos de instituições financeiras	17	427.099.494	361.818.310
- Recursos de clientes	18	721.274.151	644.338.463
- Recursos de emissão de títulos	19	306.260.682	257.977.344
- Dívidas subordinadas	20	54.714.526	57.458.927
- Outros passivos financeiros	23	117.391.205	101.086.011
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6c	18.268.330	16.240.611
Provisão para perda esperada			
- Compromissos de empréstimos	11	1.815.386	2.447.791
- Garantias financeiras	11	1.266.804	1.257.645
Passivos de contratos de seguros	21	419.715.476	378.792.820
Outras provisões		20.563.201	20.033.774
Impostos correntes		2.003.486	2.043.616
Impostos diferidos	37c	1.895.931	1.664.666
Outros passivos	23	59.109.914	55.381.892
Total do passivo		2.151.378.586	1.900.541.870
Patrimônio líquido	25		
Capital social		87.100.000	87.100.000
Ações em tesouraria		(168.625)	(568.728)
Reservas de capital		35.973	35.973
Reservas de lucros		90.644.101	84.532.203
Capital integralizado adicional		70.496	70.496
Outros resultados abrangentes		804.043	(250.645)
Lucros/(prejuízos) acumulados		(70.835)	(2.509.646)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		178.415.153	168.409.653
Participação de acionistas não controladores		533.477	532.839
Total do patrimônio líquido		178.948.630	168.942.492
Total do passivo e patrimônio líquido		2.330.327.216	2.069.484.362

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Nota	R\$ mil		
		Exercícios findos em 31 de dezembro		
		2025	2024	2023
Receita de juros e similares		267.113.345	211.733.717	211.458.474
Despesa de juros e similares		(193.843.753)	(144.279.153)	(156.376.055)
Resultado líquido de juros	27	73.269.592	67.454.564	55.082.419
Resultado líquido de serviços e comissões	28	31.073.646	28.336.487	26.956.763
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	29	3.165.516	(2.249.836)	10.895.796
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(99.338)	1.031.353	1.841.022
Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira		3.583	2.704.502	262.501
Resultado de seguros e previdência	32	11.331.343	8.942.260	5.235.711
- Receita de seguros e previdência		61.111.265	57.340.928	51.252.827
- Despesa de seguros e previdência		(49.779.922)	(48.398.668)	(46.017.116)
Receitas operacionais		14.401.104	10.428.279	18.235.030
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	11	(28.677.857)	(26.636.777)	(30.176.989)
Constituição/(reversão) de perda esperada com demais ativos financeiros	8 e 9	(930.103)	(889.156)	(1.940.035)
Despesas de pessoal	33	(24.442.062)	(22.277.310)	(20.814.458)
Outras despesas administrativas	34	(16.072.374)	(16.582.966)	(16.286.260)
Depreciação e amortização	35	(7.063.267)	(6.371.096)	(6.025.244)
Outras receitas/(despesas) operacionais	36	(22.696.722)	(18.093.096)	(16.924.556)
Despesas operacionais		(99.882.385)	(90.850.401)	(92.167.542)
Resultado antes dos impostos e participações em coligadas		18.861.957	15.368.929	8.106.670
Resultado de participação em coligadas e <i>joint ventures</i>	13	2.162.627	1.531.585	2.101.681
Resultado antes da tributação sobre o lucro		21.024.584	16.900.514	10.208.351
Imposto de renda e contribuição social	37	2.900.052	641.639	4.294.414
Lucro líquido do período		23.924.636	17.542.153	14.502.765
Atribuível aos acionistas:				
Controladores		23.672.706	17.252.900	14.251.329
Não controladores		251.930	289.253	251.436
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R\$ por ação):				
- Lucro por ação ordinária	26	2,13	1,55	1,27
- Lucro por ação preferencial	26	2,35	1,71	1,41

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Nota	R\$ mil		
		Exercícios findos em 31 de dezembro		
		2025	2024	2023
Lucro líquido do período		23.924.636	17.542.153	14.502.765
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
- Ganhos/(perdas) não realizados		1.678.554	(9.562.432)	7.174.835
- Ganhos/(perdas) transferidos para o resultado	30	(99.338)	1.031.353	1.841.022
- Efeito dos impostos		(608.851)	3.611.789	(3.713.554)
Ganhos/(perdas) não realizados com <i>hedge</i>	7			
- <i>Hedge</i> de fluxo de caixa		(368.425)	973.180	738.831
- <i>Hedge</i> de investimento no exterior		328.791	(833.498)	(5.799)
- Efeito dos impostos		8.889	(47.218)	(343.838)
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior				
Variação cambial de conversão de subsidiária no exterior		(172.692)	417.975	11.915
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada				
Ganhos/(perdas) em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(864.846)	(2.225.375)	(956.499)
Efeito dos impostos		306.222	787.343	331.966
Outros		846.384	2.436.465	(1.200.819)
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido		1.054.688	(3.410.418)	3.878.060
Resultado abrangente do período		24.979.324	14.131.735	18.380.825
Atribuível aos acionistas:				
Controladores		24.727.394	13.842.482	18.129.389
Não controladores		251.930	289.253	251.436

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS | Muta  o do Patrimônio Líquido

	R\$ mil										
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Capital integralizado adicional	Outros resultados abrangentes	Lucros/((prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Estatutária						
Saldo em 1 de janeiro de 2023	87.100.000	(224.377)	35.973	12.584.615	60.558.807	70.496	(718.287)	127.704	159.534.931	475.906	160.010.837
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	14.251.329	14.251.329	251.436	14.502.765
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ganhos/perdas com <i>hedge</i>	-	-	-	-	-	-	5.066.964	-	5.066.964	-	5.066.964
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	11.915	-	11.915	-	11.915
Outros	-	-	-	-	-	-	(1.200.819)	(22.551)	(1.223.370)	-	(1.223.370)
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	3.878.060	14.228.778	18.106.838	251.436	18.358.274
Aumento/redução de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.183)	(23.183)
Constituição de reservas	-	-	-	756.090	3.054.908	-	-	(3.810.998)	-	-	-
Cancelamento de ações em tesouraria	-	224.377	-	-	(224.377)	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	-	(11.310.804)	(11.310.804)	(21.000)	(11.331.804)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	87.100.000	-	35.973	13.340.705	63.389.338	70.496	3.159.773	(765.320)	166.330.965	683.159	167.014.124
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	17.252.900	17.252.900	289.253	17.542.153
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ganhos/perdas com <i>hedge</i>	-	-	-	-	-	-	(6.264.858)	-	(6.264.858)	-	(6.264.858)
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	417.975	-	417.975	-	417.975
Outros	-	-	-	-	-	-	2.436.465	88.222	2.524.687	-	2.524.687
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	(3.410.418)	17.341.122	13.930.704	289.253	14.219.957
Aumento/redução de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.002)	(4.002)
Constituição de reservas	-	-	-	954.273	6.847.887	-	-	(7.802.160)	-	-	-
Aquisição de ações em tesouraria	-	(568.728)	-	-	-	-	-	-	(568.728)	-	(568.728)
Juros sobre o capital próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	-	(11.283.288)	(11.283.288)	(435.571)	(11.718.859)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	87.100.000	(568.728)	35.973	14.294.978	70.237.225	70.496	(250.645)	(2.509.646)	168.409.653	532.839	168.942.492
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	23.672.706	23.672.706	251.930	23.924.636
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados	-	-	-	-	-	-	380.996	-	380.996	-	380.996

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS | Muta  o do Patrimônio Líquido

	R\$ mil										
	Capital social	A��es em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Capital integralizado adicional	Outros resultados abrangentes	Lucros/(prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participa��o dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Estatutária						
abrangentes e ganhos/perdas com <i>hedge</i>											
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	(172.692)	-	(172.692)	-	(172.692)
Outros	-	-	-	-	-	-	846.384	-	846.384	-	846.384
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	1.054.688	23.672.706	24.727.394	251.930	24.979.324
Aumento/redu��o de participa��o de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(251.292)	(251.292)
Constitui��o de reservas	-	-	-	1.061.695	5.672.927	-	-	(6.734.622)	-	-	-
Aquisi��es de a��es em tesouraria	-	(222.621)	-	-	-	-	-	-	(222.621)	-	(222.621)
Cancelamento de a��es em tesouraria	-	622.724	-	-	(622.724)	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	-	(14.499.273)	(14.499.273)	-	(14.499.273)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	87.100.000	(168.625)	35.973	15.356.673	75.287.428	70.496	804.043	(70.835)	178.415.153	533.477	178.948.630

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra  es Financeiras Consolidadas.

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Atividades operacionais			
Resultado antes da tributação sobre o lucro	21.024.584	16.900.515	10.208.351
Ajustes para reconciliar o resultado antes da tributação ao caixa líquido das atividades operacionais:			
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	28.677.857	26.636.776	30.176.989
Mudança nos passivos de contratos de seguros que não afetam caixa	38.744.724	36.983.145	42.456.177
(Ganhos)/Perdas realizados líquidos nos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	99.338	(1.031.353)	(1.841.022)
Despesas com provisões e passivos contingentes	8.651.252	5.962.311	6.339.505
(Ganhos)/Perdas por redução ao valor recuperável de ativos	930.103	889.156	1.940.035
Depreciação	2.445.475	2.624.029	2.626.085
Amortização de ativos intangíveis	4.617.792	4.110.451	3.894.031
Resultado de participação em coligadas e <i>joint ventures</i>	(2.162.627)	(1.531.585)	(2.101.681)
(Ganhos)/Perdas na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	(183.210)	4.610	(69.294)
(Ganhos)/Perdas na alienação do imobilizado de uso, líquido	128.824	(206.129)	(139.024)
(Ganhos)/Perdas na venda de investimentos em coligadas	(75.760)	9.572	14.350
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	88.334	305.225	(239.325)
(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos	(477.695.664)	(243.462.720)	(280.034.814)
Depósitos compulsórios no Banco Central	(1.593.070)	(269.843)	(15.544.506)
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	(42.394.365)	34.811.727	(35.005.630)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(222.988.685)	(222.987.244)	(111.830.757)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(179.396.550)	10.561.049	(85.699.349)
Outros ativos	(31.322.994)	(65.578.409)	(31.954.572)
Aumento/(Redução) nas Variações em Passivos	305.928.405	187.376.170	180.319.296
Recursos de instituições financeiras	115.125.195	75.764.307	79.263.662
Recursos de clientes	133.119.132	65.790.467	82.532.445
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.027.719	698.391	2.200.896
Passivos de contratos de seguros	2.177.932	(2.982.547)	(2.419.920)
Outras provisões	(8.121.825)	(8.266.381)	(6.649.634)
Outros passivos	61.600.252	56.371.933	25.391.847
Caixa gerado pelas operações	(68.780.573)	35.570.173	(6.450.341)
Juros recebidos	119.910.827	102.544.122	102.617.786
Juros pagos	(106.027.455)	(80.755.464)	(88.961.324)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.636.799)	(7.130.346)	(7.383.749)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades operacionais	(62.534.000)	50.228.485	(177.628)
Atividades de investimento			
(Aquisição) de subsidiárias, líquida de caixa e equivalentes de caixa pagos	-	(211.140)	(84.767)
(Aquisição) de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(106.441.298)	(82.179.390)	(61.444.346)
Alienação de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	114.540.219	59.625.006	112.549.913
Vencimento de ativos financeiros ao custo amortizado	118.844.153	73.546.725	41.071.327
(Aquisição) de ativos financeiros ao custo amortizado	(106.760.956)	(75.033.463)	(47.841.394)
Alienação de ativos não correntes mantidos para venda	1.120.065	614.125	640.484
(Aquisição) de investimentos em coligadas	(2.889.926)	(1.160.720)	(14.333)
Alienação de investimentos em coligadas	65.458	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	401.192	479.427	978.932
(Aquisição) de imobilizado de uso	(5.022.225)	(2.296.075)	(1.953.063)
Alienação de imobilizado de uso	1.135.547	590.570	1.350.060
(Aquisição) de ativos intangíveis	(6.608.243)	(5.752.383)	(7.187.567)
Juros recebidos	51.446.230	26.763.769	45.540.986
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de investimento	59.830.216	(5.013.549)	83.606.232
Atividades de financiamento			
Recursos de emissão de títulos	156.468.949	54.734.757	105.259.934
Pagamento de recursos de emissão de títulos	(110.395.146)	(56.728.025)	(87.026.367)
Emissão de dívidas subordinadas	8.059.200	9.000.300	1.129.800

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Pagamento de dívidas subordinadas	(12.484.908)	(5.313.269)	(3.569.094)
Pagamento de arrendamento	(1.538.211)	(1.403.269)	(1.665.781)
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	(251.292)	(439.572)	(44.182)
Juros pagos	(39.516.788)	(16.416.686)	(28.219.163)
Juros sobre o capital próprio/ Dividendos pagos	(11.834.032)	(6.541.998)	(8.927.917)
Aquisição de Ações em Tesouraria	(222.621)	(568.728)	-
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de financiamento	(11.714.849)	(23.676.490)	(23.062.770)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(14.418.633)	21.538.446	60.365.834
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	208.023.801	186.790.580	126.185.421
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(88.334)	(305.225)	239.325
No encerramento do período	193.516.834	208.023.801	186.790.580
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(14.418.633)	21.538.446	60.365.834

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

1) INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco Bradesco S.A. (o “Bradesco”, o “Banco”, a “Companhia” ou a “Organização”) é uma companhia aberta constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil.

O Bradesco é um banco múltiplo, presente em todos os municípios brasileiros, constituído nos termos da regulamentação bancária brasileira, operando principalmente em dois segmentos: financeiro e seguros. O segmento financeiro inclui diversas áreas do setor bancário, atendendo a clientes pessoas físicas e jurídicas, atuando como banco de investimentos em operações bancárias nacionais e internacionais, administração de fundos de investimento, administração de consórcio e gestão de recursos. O segmento de seguros contempla os seguros de vida, planos de previdência complementar, saúde, acidentes e propriedades.

Os produtos bancários de varejo incluem depósitos à vista, em poupança, a prazo, fundos mútuos, serviço de câmbio e diversas operações de crédito, inclusive cheque especial, cartões de crédito e concessão de crédito com pagamento parcelado. Os serviços prestados a pessoas jurídicas incluem a administração de recursos e serviços de tesouraria, operações de câmbio, *corporate finance* e serviços de banco de investimento, operações de *hedge* e operações de financiamento, inclusive financiamento de capital de giro, arrendamento mercantil e concessão de crédito com pagamento parcelado. Esses serviços são realizados, principalmente, nos mercados locais, mas também incluem, em menor escala, serviços internacionais.

O Bradesco foi originalmente registrado na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”) passando também, posteriormente, a ser registrado na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“NYSE”).

As demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com as normas em IFRS, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2026.

2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras consolidadas da Organização foram preparadas de acordo com as normas internacionais - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e da divulgação das receitas e despesas durante o exercício. Estimativas e premissas são utilizadas nestas demonstrações financeiras consolidadas incluindo, mas não se limitando, à adequação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito de ativos e passivos financeiros, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, depreciação e amortização, perdas por redução ao valor recuperável dos ativos, vida útil dos ativos intangíveis, avaliação para realização de ativos fiscais, premissas para o cálculo dos passivos de contratos de seguros, Planos de Previdência Complementar e capitalização, provisões para contingências e provisões para potenciais perdas originadas de incertezas fiscais e tributárias. Itens que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as estimativas e premissas significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 4.

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas em todos os períodos apresentados e por todas as empresas da Organização incluindo os investimentos por

equivalência patrimonial.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras do Bradesco e de suas controladas diretas e indiretas, incluindo os fundos de investimento exclusivos e as sociedades de propósito específico.

Destacamos as principais empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Localização da Sede	Atividade	Participação total		Participação total do Capital Votante em	
			Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Ramo Financeiro – País						
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradescard S.A.	São Paulo - Brasil	Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BBI S.A.	São Paulo - Brasil	Banco de Investimentos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BERJ S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Losango S.A. Banco Múltiplo	Rio de Janeiro - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	São Paulo - Brasil	Adm. de Consórcios	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	São Paulo - Brasil	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora de Câmbio	99,97%	99,97%	99,97%	99,97%
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Digio S.A.	São Paulo - Brasil	Banco Digital	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Adm. de Ativos	61,56%	51,00%	61,56%	51,00%
Tempo Serviços Ltda.	Minas Gerais - Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ramo Financeiro – Exterior						
Banco Bradesco Europa S.A. (1)	Luxembourg - Luxembourg	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. Grand Cayman Branch (1)	Georgetown - Cayman Islands	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. New York Branch (1)	New York - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Inc. (1)	New York - Estados Unidos	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, UK. Limited (1)	Londres - Reino Unido	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Hong Kong Limited (1)	Hong Kong - China	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradescard México, Sociedad de Responsabilidad Limitada (2)	Jalisco - México	Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Bank (3)	Flórida - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ramo de Seguros, Previdência e de Capitalização - País						
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Capitalização S.A.	São Paulo - Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Saúde S.A.	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora/Saúde	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Seguros S.A.	São Paulo - Brasil	Seguradora	99,96%	99,96%	99,96%	99,96%
Bradesco Vida e Previdência S.A.	São Paulo - Brasil	Previdência/Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Odontoprev S.A. (4) (5)	São Paulo - Brasil	Saúde Dental	53,54%	52,89%	53,54%	52,89%
Ramo de Seguros - Exterior						
Bradesco Argentina de Seguros S.A. (1) (4)	Buenos Aires - Argentina	Seguradora	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%

	Localização da Sede	Atividade	Participação total		Participação total do Capital Votante em	
			Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Outras Atividades - País						
Andorra Holdings S.A.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradseg Participações S.A.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Nova Paiol Participações Ltda.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Corretora de Seguros Ltda.	São Paulo - Brasil	Corretora de Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Imobiliária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	São Paulo - Brasil	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundos de Investimento (6)						
Bradesco FIC FI RF Cred Priv Premium PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Brad Priv Performance FICFI RF Cred PRIV PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Brad Private PB FIC FI RF Cred Priv PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Ultra PGBL/VGBL FIC FI RF Cred Priv	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FIC de FI Renda Fixa A PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI Referenciado DI União	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	92,86%	92,90%	92,86%	92,90%
Alpha Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI R.F. PGBL/VGBL Fix Plus	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Fundo de Investimento RF Memorial	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Multigestores CRPR Prev PGBL/VGBL FIC FIM	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) A moeda funcional destas empresas no exterior é o Real;

(2) A moeda funcional desta empresa é o Peso Mexicano;

(3) A moeda funcional desta empresa é o Dólar;

(4) Informações contábeis utilizadas com defasagem de data de até 60 dias;

(5) Aumento de capital em novembro de 2025; e

(6) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Bradesco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

i. Controladas

São classificadas como controladas as empresas sobre as quais a Organização, possui o controle. A Organização possui o controle sobre a investida se estiver exposta a, ou tiver direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As subsidiárias são consolidadas em sua totalidade a partir do momento em que a Organização obtém o controle sobre as suas atividades até a data em que esse controle cesse.

Para aquisições que se enquadrem na definição de negócio, é aplicado o método do custo de aquisição. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo da contraprestação, incluindo os ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca. Ativos identificáveis adquiridos e obrigações e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente ao valor justo na data da aquisição, independentemente da extensão de qualquer participação de não controlador. A contraprestação transferida que exceder ao valor justo da participação da Organização nos ativos líquidos identificáveis e a participação dos acionistas não controladores adquiridos são registradas como ágio. Qualquer ágio resultante da combinação de negócio é testado para determinar se há alguma indicação de perdas por redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de redução desse valor, sendo baixado caso necessário. Se o custo da aquisição for inferior ao valor justo da participação da Organização nos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado consolidado.

Para aquisições que não se enquadrem na definição de negócio, a Organização aloca o custo entre os ativos e passivos individuais identificáveis. O custo dos ativos e passivos adquiridos é determinado: (a) pela contabilização de ativos e passivos financeiros ao seu valor justo na data da aquisição, e (b) pela alocação do saldo remanescente do custo de compra dos ativos e passivos para os ativos e passivos individuais, que não sejam instrumentos financeiros, com base no valor justo destes instrumentos na data da aquisição.

ii. Coligadas

São classificadas como coligadas todas as empresas sobre as quais a Organização possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando a Organização detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, a Organização poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração da investida ou participação no Conselho de Administração, com poder de voto.

Os investimentos em coligadas são registrados nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Organização pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente ao custo. As participações em coligadas incluem o ágio (líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável) identificado na aquisição.

iii. Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*)

A Organização participa de acordos contratuais em que duas ou mais partes se comprometem à realização de atividade econômica, sujeita ao controle conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre uma atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle (os empreendedores). *Joint venture* é um acordo conjunto, no qual a Organização com outras partes, detentoras do controle conjunto, têm o direito dos ativos líquidos sobre o acordo firmado. Os investimentos em empreendimento controlado em conjunto são registrados nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Organização pelo método de equivalência patrimonial.

iv. Entidades estruturadas

As entidades estruturadas são consolidadas quando o Grupo detém o controle. O Grupo tem controle se estiver exposto ou tiver direitos a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a entidade estruturada e tiver a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a entidade estruturada.

v. Transações e participações de não controladores

A Organização contabiliza a parte relacionada aos acionistas não controladores dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado. Nas transações de compras de participação com acionistas não controladores, a diferença entre o valor pago e a participação adquirida é registrada no patrimônio líquido. Ganhos ou perdas na venda para acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores são apresentados nas demonstrações consolidadas de resultado na rubrica de mesmo nome.

vi. Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Organização (exceto ganho e perda com variação cambial), incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as empresas, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiquem a existência de perdas por redução ao valor recuperável, que deva ser reconhecida nas Demonstrações Financeiras consolidadas. Práticas contábeis consistentes, bem como métodos de avaliação similares para transações, eventos e circunstâncias similares, são utilizadas para todas as empresas da Organização para fins de consolidação.

b) Conversão de moeda estrangeira**i. Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada empresa da Organização são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual a empresa atua (moeda funcional). As Demonstrações Financeiras

consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda de apresentação da Organização. As subsidiárias locais e estrangeiras adotam o Real como suas moedas funcionais, exceto a subsidiária do México que adota o Peso Mexicano como moeda funcional e o Bradesco Bank cuja moeda funcional é o Dólar.

ii. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, que são transações expressas ou liquidadas em moeda estrangeira, são convertidas à moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento em vigor na data do balanço. Itens não monetários mensurados pelo custo histórico denominado em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do reconhecimento inicial; ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final de cada período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como “Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira”.

No caso de alterações no valor justo dos ativos monetários denominados em moeda estrangeira, classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma separação é efetuada entre as variações cambiais relacionadas ao custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título, exceto perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido.

iii. Empresas controladas no exterior

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial consolidado apresentado são convertidos pela taxa cambial de fechamento na data de divulgação;
- As receitas e despesas para cada demonstração consolidada de resultado são convertidas em reais pelas taxas médias cambiais (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor na data da transação, caso em que as receitas e despesas são convertidas nas datas das operações); e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

As diferenças de câmbio decorrentes desse processo são alocadas no patrimônio líquido como "ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior".

Na consolidação, as diferenças de câmbio originadas na conversão do investimento líquido em empresas no exterior são classificadas em "Outros resultados abrangentes". Entretanto, se a controlada não for uma subsidiária integral, a parte proporcional de diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio líquido são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem: caixa, depósitos bancários, reserva bancária junto ao Banco Central do Brasil sem restrições e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Estes instrumentos são utilizados pela Organização para gerenciar os seus compromissos de curto prazo. Veja Nota 5 (a) – Caixa e equivalentes de caixa.

d) Ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

A Organização classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A organização classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Modelo de negócio:** configura a maneira pela qual a organização administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês *Solely Payment of Principal and Interest*). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

- **Teste SPPI:** O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em "Ganhos /(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado". As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em "Receita de juros e similares". Para mais detalhes sobre o tratamento de derivativos ativos, veja Nota 2(d) (iii).

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, na rubrica de "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" quando a Organização passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificadas como VJORA são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado. Veja Nota 2 (d)(viii) para mais detalhes sobre o tratamento de perdas de crédito esperada.

A Organização pode adicionalmente designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para os quais não exista a estratégia de negociação para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Neste caso, não há registro de quaisquer efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado de eventos subsequentes relativos a este ativo, com exceção de dividendos que representam o próprio resultado do investimento.

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como "Receita de juros e similares". No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

ii. **Passivos financeiros**

A Organização classifica seus passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto para os passivos financeiros para negociação.

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Organização são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

A Organização não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

Para mais detalhes sobre o tratamento de derivativos, veja Nota 2 (d) (iii).

- **Contratos de garantia financeira e compromissos de empréstimos**

Garantias financeiras são contratos que requerem a Organização a fazer pagamentos específicos perante o detentor da garantia financeira por uma perda que ele incorreu quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas Demonstrações Financeiras ao valor justo na data em que a garantia foi dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades da Organização sobre tais garantias são mensuradas pelo maior valor entre (i) o valor da provisão para perdas esperadas e (ii) o valor inicialmente reconhecido, menos, se apropriado o valor acumulado da receita da taxa de serviço. A receita de taxa de serviço financeiro é reconhecida de modo linear ao longo da garantia. Qualquer aumento do passivo referente às garantias é reconhecido na demonstração do resultado, na rubrica "Outras receitas/(despesas) operacionais".

As perdas de crédito esperadas, referentes aos Compromissos de empréstimos, são reconhecidas no passivo e são calculadas, conforme descrito na nota 40.2. Risco de crédito.

iii. Instrumentos financeiros derivativos e operações de "hedge"

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que o respectivo contrato é celebrado e são, subsequentemente, remensurados aos seus valores justos com as variações sendo reconhecidas na demonstração do resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

Os valores justos são obtidos a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos (por exemplo, opções negociadas em bolsa), incluindo transações recentes no mercado e técnicas de avaliação (*valuation* por exemplo, *swaps* e transações em moeda), modelos de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções, conforme apropriado. Na determinação do valor justo, são considerados os riscos de crédito da contraparte e o da própria entidade.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados, quando suas características econômicas e riscos não forem fortemente relacionados com aqueles do contrato principal e o contrato não for contabilizado pelo valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente pelos valores justos, com as alterações nos valores justos sendo incluídas na demonstração consolidada do resultado.

A Organização possui estruturas de *hedge* de fluxo de caixa, cujo objetivo é proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado à totalidade de ativo ou passivo reconhecido, ou a um componente dele. Os detalhes dessas estruturas estão apresentados na nota 40.3 – Risco de mercado.

iv. Reconhecimento

Inicialmente, a Organização reconhece os depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados e demais ativos e passivos financeiros na data da negociação, conforme as disposições contratuais do instrumento.

v. Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Organização efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas. Se uma renegociação ou modificação de termos de um ativo financeiro existente for tal que os fluxos de caixa do ativo modificado sejam substancialmente diferentes daqueles do ativo original não modificado, então o ativo financeiro original é baixado e o ativo financeiro modificado é reconhecido como um novo ativo financeiro e inicialmente mensurado pelo valor justo.

vi. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são confrontados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, a Organização possui a intenção e o direito legal

de compensar os valores e liquidá-los em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

vii. Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

Para outros instrumentos mais comumente tratados, a Organização utiliza modelos de avaliação conhecidos, que consideram dados observáveis no mercado, a fim de determinar o valor justo de instrumentos financeiros.

Para instrumentos mais complexos, a Organização utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

Os ajustes de avaliação são registrados levando-se em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de crédito e liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial.

Uma descrição detalhada da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota 40.4. Risco de Liquidez.

viii. Perdas de créditos esperadas

A Organização avalia as perdas esperadas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais), garantias financeiras e compromissos de empréstimos.

Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada da seguinte forma:

Ativos financeiros: é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a Organização espera reaver descontados pela taxa efetiva de juros da operação;

Garantias financeiras: é o valor presente da diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar ao detentor da garantia e os valores que a

Organização espera reaver descontados a uma taxa que reflita as condições de mercado; e

Compromissos de empréstimo: é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos, caso o compromisso fosse utilizado e os fluxos de caixa que a Organização espera reaver descontados a uma taxa que reflita as condições de mercado.

As perdas de crédito esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas esperadas para a vida inteira é aplicada quando um ativo financeiro, na data de relatório, tiver aumento significativo de risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses é aplicada quando o risco de crédito não tiver aumento significativo desde o seu reconhecimento inicial. A Organização pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou significativamente quando o ativo tiver baixo risco de crédito na data do relatório.

Com relação aos Títulos Públicos, a Organização desenvolveu internamente um estudo para avaliação do risco de crédito desses títulos, que demonstra que a perda esperada é igual a zero para os próximos 12 meses, isto é, não há necessidade de provisão para perdas de crédito.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro garantido reflete os fluxos de caixa, que podem resultar da execução do ativo, deduzido dos custos de obtenção e venda da garantia.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar fluxos de caixa futuros são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

Após o reconhecimento da perda de crédito esperada, a receita financeira é reconhecida utilizando a taxa de juros efetiva, que foi utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, sobre o valor contábil bruto da provisão, exceto para ativos com problema de recuperação de crédito, nos quais, a taxa mencionada é aplicada ao valor contábil líquido de provisão.

A totalidade ou a parte de um ativo financeiro, é baixada contra a respectiva perda de crédito esperada quando não há expectativa razoável de recuperação. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações

subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado.

Os critérios detalhados para cálculo da perda de crédito esperada e para determinação do aumento significativo do risco de crédito estão apresentados na nota 40.2. Risco de crédito.

e) Juros

As receitas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA e as despesas de juros de passivos classificados ao custo amortizado, são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, com exceção de instrumentos de patrimônio. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos futuros estimados em caixa durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Organização estima fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não perdas de crédito futuras.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos da transação, descontos ou prêmios, que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

f) Ativos não correntes mantidos para venda

Em alguns casos, um ativo é recebido após a execução de créditos inadimplentes. Estes ativos são mensurados pelo valor contábil ou pelo seu valor justo deduzidos das despesas venda – o que for menor, e o montante é registrado em “Ativos não correntes mantidos para venda”.

g) Imobilizado de uso

i. Reconhecimento e avaliação

Os imobilizados de uso são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (veja Nota 2(i) abaixo), quando aplicável. O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

O custo de ativos gerados internamente inclui o custo de materiais e mão de obra direta, bem como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à sua funcionalidade.

Quando as partes de um item possuem diferentes vidas úteis, e for praticável seu controle em separado, estas são contabilizadas como itens separados (principais componentes) do imobilizado de uso.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

Ganhos e perdas com a venda de imobilizado de uso são registrados, pela

diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, na demonstração do resultado, na rubrica “Outras receitas/(despesas) operacionais”.

ii. Custos subsequentes

O custo de reparo ou manutenção de um item do imobilizado de uso é reconhecido no valor do bem, quando for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados ao bem fluam para a Organização, por mais de um ano, e o seu custo puder ser mensurado de maneira confiável. Os demais custos de reparos e manutenção do imobilizado de uso são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o de arrendamento e sua vida útil. Terrenos não são depreciados. Vida útil e valores residuais são reavaliados a cada data do balanço e ajustados, quando aplicáveis.

h) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Podem ser decorrentes de combinações de negócios, tais como *ágio* e a compra de outros ativos intangíveis, ou não, como as licenças de software e a aquisição de direitos de exclusividade. Esses ativos são reconhecidos pelo custo. O custo de um ativo intangível, adquirido em uma combinação de negócios, é o seu valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

No geral, os ativos intangíveis identificados da Organização possuem vida útil definida. Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável (*impairment*) ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados - veja Nota 2(i) abaixo.

i. Ágio (*Goodwill*)

O ágio (ou ganho por compra vantajosa) é originado no processo de aquisição de controladas e *joint ventures* e é alocado a UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Organização, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada ou *joint venture* na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em “Ativos Intangíveis” e o ágio da aquisição de coligadas e *joint ventures* é incluído no valor dos investimentos de coligadas. Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Organização sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente, ou sempre que for observado um evento que cause

a redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem a consideração do valor contábil do ágio em relação à entidade vendida.

ii. **Software**

Software adquirido pela Organização é registrado ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando a Organização consegue demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, e utilizar o *software* de modo a gerar benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *software* desenvolvido internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil. Os *softwares* desenvolvidos internamente são registrados pelo seu custo capitalizado, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) (veja Nota 2(i) abaixo).

Gastos subsequentes com *software* são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a qual varia de dois a cinco anos a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados, quando necessário.

iii. **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis referem-se, basicamente, à carteira de clientes e aquisição de direito de prestação de serviços bancários. São registrados ao custo menos amortização e as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, e amortizados pelo período no qual o ativo deverá contribuir direta ou indiretamente para o fluxo de caixa futuro.

Esses ativos intangíveis são revisados anualmente, ou sempre que ocorrer eventos ou mudanças em circunstâncias que possam indicar uma irrecuperabilidade do valor contábil dos ativos. Se necessário, sua baixa ou *impairment* (veja Nota 2(i) abaixo) é reconhecida imediatamente no resultado.

i) **Arrendamento mercantil**

Arrendamentos da Organização (Arrendatário)

Como arrendatário, a Organização avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Organização aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

No início de um arrendamento, a Organização reconhece um “passivo de arrendamento” para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

O prazo do arrendamento é definido como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com (i) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (ii) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção. A Organização possui política descritiva para os prazos de arrendamentos de Imóveis, que considera o plano de negócio e premissas da administração, opções de prorrogação e as leis e normas locais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados da data inicial, descontados pela taxa incremental aplicada a cada contrato de acordo com o prazo do arrendamento.

Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber e pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

A taxa incremental aplicada pela Organização leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo *spread* de crédito.

Subsequentemente, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os juros incidentes sobre os fluxos de pagamento, remensurado para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento e reduzido para refletir os pagamentos efetuados.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo dos contratos, considerando a taxa nominal de desconto.

Os contratos e arrendamentos de imóveis com prazo indeterminado não foram considerados no escopo da IFRS 16 – Arrendamentos, pois tratam-se de locações nas quais o contrato pode ser rescindido a qualquer momento sem multa significativa. Dessa maneira, o contrato de aluguel não foi considerado como executável.

Arrendamento de curto prazo e baixo valor

A Organização aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de

reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

j) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment), exceto imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos, que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados, no mínimo, anualmente, para a verificação da existência de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação ao ágio não pode ser revertida. No tocante a outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de balanço para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por redução ao valor recuperável será revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável ou somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Organização tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Passivos contingentes não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável são apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras, quando relevantes.

Obrigações legais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras.

l) Contratos de Seguros

De acordo com a IFRS 17, contratos que atendem à definição de contratos de seguro, incluindo seguros, contratos de resseguro emitidos e mantidos, e contratos de investimento com participação discricionária que sejam emitidos por uma seguradora e devem ser mensurados sob suas regras. Um contrato de seguro é aquele em que uma parte aceita risco de seguro significativo de outra parte. O risco de seguro, conforme definido pela norma, é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor. Um contrato de investimento com participação discricionária é um contrato segundo o qual o detentor recebe um pagamento adicional, cujo valor ou prazo fica contratualmente a critério do emissor.

A norma também define que, após classificar os contratos em seu escopo, uma entidade deve avaliar se esses contratos possuem algum derivativo embutido, componentes distintos de investimento ou um bem distinto ou serviço não relacionado a seguro. Um componente de investimento é distinto se não estiver altamente interrelacionado com o contrato de seguro e se o titular da apólice puder comprar um contrato com termos e condições equivalentes na mesma jurisdição. Um bem ou serviço não relacionado a seguro é distinto se o titular da apólice puder se beneficiar do bem ou serviço sozinho ou em conjunto com outros recursos prontamente disponíveis para o titular da apólice.

A seguir apresentamos um resumo dos produtos da Organização que estão sob o alcance do IFRS 17:

- A carteira Vida foi dividida em três grupos: carteiras Vida Risco Curto Prazo, Vida Risco Longo Prazo e Vida Capitalização.
 - A carteira Vida Risco Curto Prazo contempla produtos com cobertura de riscos de mortalidade, incapacidade e morbilidade com uma duração máxima de três anos;
 - A carteira Vida Risco Longo Prazo contempla produtos com cobertura de riscos de mortalidade, incapacidade e morbilidade. A duração desta carteira está associada à expectativa de vida dos segurados ou tem uma duração superior a três anos;
 - A carteira Vida Capitalização contempla produtos com cobertura de riscos de mortalidade, incapacidade e morbilidade, além de opções de resgate. A duração dessa carteira está associada à expectativa de vida dos segurados.
- A carteira de Previdência foi dividida em três grupos: Previdência com Benefício Definido, Previdência Tradicional e PGBL/VGBL.
 - A carteira de Previdência com Benefício Definido abrange produtos que garantem um pagamento futuro definido quando o segurado atingir a data de aposentadoria. A duração dessa carteira está associada à expectativa de vida dos segurados;
 - A carteira de Previdência Tradicional abrange produtos que garantem uma taxa de juros mínima e atualização monetária tanto no período de diferimento como no de pagamento de renda. A duração dessa carteira está associada à expectativa de vida dos segurados;
 - A carteira PGBL/VGBL contempla produtos que garantem taxa de juros e atualização monetária apenas no período de pagamento de renda. A duração dessa carteira está associada à expectativa de vida dos segurados.
- A carteira de Saúde foi dividida em dois grupos: Saúde e Saúde Odontológica.
 - A carteira de Saúde considera produtos com cobertura completa de saúde. Estes produtos podem ser oferecidos, conforme elegibilidade, de forma individual (Saúde Individual) ou, contratados, de forma coletiva (Saúde Coletiva). Os produtos individuais têm sua duração associada à expectativa de vida dos segurados, enquanto os produtos coletivos têm duração de um ano, com renovação por prazo indeterminado a partir do segundo ano;
 - A carteira de Saúde Odontológica contempla apenas produtos com cobertura de saúde Odontológico. Estes produtos podem ser contratados individualmente (Saúde Individual) ou coletivamente (Saúde Coletiva). Os produtos individuais têm a sua duração associada à expectativa de permanência dos segurados e os produtos coletivos têm uma duração máxima de três anos.
- A carteira Não Vida foi dividida em dois grupos: Não Vida Longo Prazo e Não Vida Curto Prazo.
 - A carteira Não Vida Longo Prazo inclui dois produtos: (i) seguro consórcio e (ii) seguro habitacional;

- A carteira Não Vida Curto Prazo inclui todos os outros produtos de seguros Não Vida, tais como (mas não limitados a): automóvel, residencial, equipamentos, responsabilidade civil.

Nível de agregação

Para fins de mensuração, o IFRS 17 exige que os contratos de seguro sejam agregados com base em riscos semelhantes que são administrados em conjunto, os quais devem ser segregados por safras e depois divididos em três categorias: grupos de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial, grupos de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro e um grupo de contratos remanescentes na carteira, se houver. Essas agregações são denominadas Grupos de Contratos.

Limites do contrato

De acordo com o IFRS 17, os fluxos de caixa estão dentro do limite do contrato de seguro se resultarem de direitos e obrigações existentes no período das demonstrações financeiras sob o qual a entidade pode exigir que o segurado pague prêmios ou a entidade pode ser obrigada a fornecer cobertura de seguro ao segurado. Para contratos com participação discricionária, os fluxos de caixa estão dentro do limite do contrato se resultarem da obrigação substantiva da entidade de entregar caixa em uma data presente ou futura.

Reconhecimento Inicial

A Organização reconhece grupos de contratos de seguro emitidos ao ocorrer o primeiro dos seguintes eventos:

- O início do período de cobertura do grupo de contratos;
- A data de vencimento do primeiro pagamento do titular de apólice no grupo; ou
- A data quando um grupo de contratos se torna oneroso.

Novos contratos são incluídos no grupo quando atendem aos critérios de reconhecimento dentro do período das demonstrações financeiras, até o momento em que todos os contratos que se espera que sejam incluídos no grupo tenham sido reconhecidos.

Abordagem de mensuração

Para mensurar a responsabilidade pela cobertura remanescente de seus contratos de seguro, a Organização aplica o Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA), o Modelo de Taxa Variável (VFA) e o Modelo de Alocação de Prêmios (PAA), detalhados a seguir.

No Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA), os contratos de seguro emitidos são mensurados no reconhecimento inicial pelo total de: (i) fluxos de caixa futuros estimados, ajustados pelo valor do dinheiro no tempo, acrescido de ajuste de risco não financeiro; e (ii) a Margem Contratual de Seguros (CSM). A Organização aplica o Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA) às seguintes carteiras: Vida Risco Longo Prazo, Vida Capitalização, Previdência com Benefício Definido, Previdência Tradicional, Saúde Individual, Saúde Odontológico Individual e Não Vida Longo Prazo.

Como variação do Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA), o Modelo de Taxa Variável (VFA) segue os mesmos princípios do Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA), mas a mensuração posterior difere em relação à mensuração do CSM. O VFA é aplicado a contratos de participação direta que são contratos de seguros substancialmente relacionados a investimentos. Além disso, nesses tipos de contratos, a responsabilidade

para com os segurados está vinculada aos itens subjacentes. 'Itens subjacentes' são definidos como "Itens que determinam alguns dos valores a pagar a um tomador de seguro". Os itens subjacentes podem incluir quaisquer itens; por exemplo, uma carteira de referência de ativos, os ativos líquidos da entidade ou um subconjunto especificado dos ativos líquidos da entidade". A metodologia foi aplicada pela Organização para a carteira PGBL/VGBL.

Além do Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA) e do Modelo de Taxa Variável (VFA), o IFRS 17 disponibiliza, como forma de simplificar o processo de mensuração, o Modelo de Alocação de Prêmios (PAA). Este modelo simplificado é aplicável a contratos com período de cobertura de um ano ou menos e contratos para os quais a Organização razoavelmente espera que a medição resultante não difira materialmente daquela sob o Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA). A Organização aplica o Modelo de Alocação de Prêmio (PAA) às carteiras Vida Risco Curto Prazo, Saúde Coletiva, Saúde Odontológica Coletiva e Não Vida Curto Prazo, por estas carteiras terem períodos de cobertura iguais ou inferiores a um ano ou terem sido submetidas a um teste de aderência realizado pela Organização para verificar se o valor do passivo desses contratos medido pelo Modelo de Alocação de Prêmio (PAA) é igual ou semelhante ao valor do passivo desses contratos medido pelo Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA).

A Organização não emite contratos de resseguro; entretanto, possui contratos cedidos a resseguradores e aplica o Método de Alocação de Prêmios - PAA para mensurar os contratos de resseguros cedidos, uma vez que têm duração menor ou igual a um ano.

A Organização mensura as responsabilidades por sinistros ocorridos utilizando uma estimativa dos fluxos de caixa de cumprimento que serão trazidos a valor presente.

Taxa de desconto

A taxa de desconto é a taxa usada para refletir o valor do dinheiro no tempo dos fluxos de caixa futuros. Pode ser construído usando uma das duas metodologias: Top-Down ou Bottom-Up. Na metodologia Top-Down, a taxa de desconto é derivada da Taxa Interna de Retorno (TIR) de uma carteira de ativos. Na metodologia Bottom-Up, o cálculo da taxa de desconto é baseado em uma taxa livre de risco. Um risco de iliquidez é adicionado à taxa livre de risco para obter a taxa de desconto final. O risco de iliquidez reflete a compensação que um investidor exigiria pelas diferenças de liquidez entre um contrato de seguros, considerando as opções de resgate, e um ativo de referência. A Organização definiu pela utilização da taxa Bottom-Up para todas as suas carteiras mensuradas sob o IFRS 17.

Conforme opção descrita no normativo, foi definido que o efeito das mudanças nas taxas de desconto em relação ao reconhecimento inicial e mensurações subsequentes são alocadas diretamente em seus outros resultados abrangentes.

Ajuste de risco (RA)

O Ajuste de Risco (RA) é o ajuste feito pela Organização na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a compensação que ela exigiria para arcar com o risco da incerteza no valor e tempestividade dos fluxos de caixa decorrentes de riscos não financeiros. A Organização optou pela metodologia de custo de capital para as carteiras de Vida e Previdência, Saúde Odontológica, e para a carteira de Saúde utiliza-se a metodologia do nível de confiança. Em Não Vida, utiliza-se a metodologia de nível

de confiança para a Provisão de Cobertura Remanescente (PCR) e para a Provisão de Sinistros Incorridos (PSI).

A metodologia de custo de capital é construída com base na multiplicação do capital de risco que a obrigação de seguro exigirá dentro de seus limites por um custo de capital. O capital de risco que a obrigação de seguro exigirá dentro de seus limites é obtido por uma metodologia de aproximação que multiplica o capital de risco atual pela duração dos fluxos de caixa do seguro. O custo de capital é o retorno mínimo que os acionistas exigirão de uma carteira e é obtido por meio da metodologia Capital Asset Pricing Model (CAPM).

A metodologia do nível de confiança é baseada em recalculer os fluxos de caixa do contrato em um cenário de estresse definido. Nesse caso, o ajuste de risco será a diferença entre os fluxos de caixa do seguro no cenário de estresse definido e o fluxo de caixa do seguro no cenário base.

O percentil equivalente ao ajuste ao risco não financeiro é de 60% para as carteiras de Vida e Previdência. Já na carteira de Não Vida o percentil equivalente ao ajuste do risco não financeiro é de 75% e no Dental o nível de confiança é de 56%.

Para cálculo do nível de confiança para a carteira da Saúde, o Grupo utiliza um modelo interno de riscos onde realiza a apuração do nível de confiança para os contratos de seguros em sua carteira, sendo 60% de percentil para a Provisão de Cobertura Remanescente e 70% de percentil para a Provisão de Sinistros Incorridos.

Alocação da Margem Contratual de Seguros (CSM)

A Margem de Contratual de Seguros (CSM) para cada grupo de contratos de seguro é reconhecida no resultado de cada período para refletir as coberturas de seguro prestadas. O valor da Margem Contratual de Seguros (CSM) reconhecida em cada período é determinado pela identificação das unidades de cobertura, alocando a Margem Contratual de Seguros (CSM) no final do período (antes de reconhecer qualquer lançamento no resultado para refletir as coberturas prestadas naquele período), igualmente a cada unidade de cobertura prestada no período corrente e que se espera que venha a ser prestada no futuro e reconhecendo no resultado o valor alocado às unidades de cobertura prestadas no período.

Para os grupos de contratos medidos pelo Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA) e pela Abordagem da Taxa Variável (VFA), a alocação da Margem Contratual de Seguros (CSM) é calculada ao longo da vida do grupo de contratos de forma que reflita sistematicamente a transferência dos benefícios do seguro e /ou investimento ao abrigo do contrato.

A Organização aplicou julgamento e considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar as coberturas de contrato de seguro prestados para cada grupo de contratos e, portanto, as unidades de cobertura.

Referente aos contratos de Vida Longo Prazo e Previdência Tradicional o reconhecimento de CSM foi mediante a projeção do valor das provisões técnicas das carteiras de contratos de seguros. E para os contratos Previdência PGBL e VGBL foi com base na taxa de administração da carteira.

Para os ramos Não Vida, ou seja, Consórcio e Habitacional o reconhecimento da parcela da Margem Contratual de Seguros (CSM) no resultado é realizado com base na expectativa de prêmios da carteira exposta.

No caso do ramo da Saúde, no qual os contratos sujeitos ao Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA) são os da carteira individual, o reconhecimento da parcela da Margem Contratual de Seguros (CSM) no resultado é realizado com base no fluxo de pessoas expostas ao risco de saúde projetadas para períodos futuros.

Método de mensuração e avaliação dos fluxos de caixa de cumprimento

Ao estimar os fluxos de caixa de cumprimento incluídos dentro do escopo do contrato, a Organização considera o intervalo de todos os possíveis resultados de forma imparcial, especificando a quantidade de fluxos de caixa, tempo e probabilidade de cada cenário refletindo condições existentes na data de mensuração, usando uma expectativa média ponderada pela probabilidade, que representa a média de todos os cenários possíveis. Ao determinar os possíveis cenários, a Organização usa todas as informações razoáveis e suportáveis disponíveis sem custo ou esforço excessivo, que inclui informações sobre eventos passados, condições atuais e previsões futuras.

Ao estimar fluxos de caixa futuros, são incluídos os seguintes elementos dentro do limite do contrato:

- Prêmios e quaisquer fluxos de caixa adicionais resultantes desses prêmios;
- Indenizações informadas que ainda não foram pagas, indenizações ocorridas, mas ainda não relatadas, reivindicações futuras esperadas da apólice e potenciais entradas de caixa de recuperações de sinistros futuros cobertos por contratos de seguro existentes;
- Uma alocação dos fluxos de caixa de aquisição de seguros atribuíveis à carteira à qual pertence o contrato emitido;
- Uma alocação de despesas gerais fixas e variáveis diretamente atribuíveis ao cumprimento de contratos de seguro, incluindo custos indiretos, como contabilidade, recursos humanos, tecnologia da informação e suporte, depreciação do prédio, aluguel, manutenção e utilidades;
- Outros custos especificamente imputáveis ao tomador do seguro nos termos do contrato.

As estimativas de fluxo de caixa incluem variáveis de mercado diretamente observáveis e variáveis fora do mercado, como taxas de mortalidade, taxas de acidentes, custos médios de sinistros, probabilidades de sinistros graves.

A Organização reconhece e mensura o passivo pelos valores não pagos decorrentes de todos os grupos de forma agregada e não aloca tais fluxos de caixa de cumprimento a grupos específicos.

Para o cálculo da taxa de mortalidade a ser utilizada para mensuração dos contratos de seguros, a Organização calcula a taxa de mortalidade dos referidos contratos utilizando diferentes tábuas de mortalidade. A utilização de diferentes tábuas de mortalidade tem como objetivo refletir a probabilidade de vida e morte de um determinado grupo de segurados.

Ao aplicar a tábua de mortalidade para os grupos de segurados, a entidade utiliza os parâmetros como referência para projetar a quantidade de benefícios a serem pagos

aos detentores da apólice. A estimativa dos valores a serem pagos são incorporados na mensuração dos contratos de seguros da entidade.

A Organização utiliza como premissa, também, o índice de persistência para mensurar os fluxos de caixa de cumprimento. O índice de persistência tem como objetivo avaliar o tempo médio que o segurado fica vinculado ao plano até o referido cancelamento.

A Organização adota uma escolha de política contábil que calcula as mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento no final de cada período das demonstrações financeiras. Isso ocorre para mudanças em premissas não financeiras, financeiras e taxas de desconto. A Organização primeiro calcula as mudanças nas taxas de desconto e premissas financeiras sobre os fluxos de caixa de cumprimento (conforme esperado no início do período) e, em seguida, calcula as mudanças nesses fluxos de caixa a partir da mudança nas premissas não financeiras.

Fluxo de caixa de aquisição

A Organização inclui fluxos de caixa de aquisição de seguros na mensuração de um grupo de contratos de seguros se eles são diretamente atribuíveis a contratos individuais em um grupo, ao próprio grupo ou à carteira de seguros contratos a que o grupo pertence.

Dessa forma, registra-se o reconhecimento de uma despesa referente ao fluxo de caixa de aquisição no resultado em contrapartida de um aumento no Passivo de Cobertura Remanescente (PCR) referente aos contratos de seguros.

Separação de componentes

A Organização avalia seus produtos para determinar se alguns desses componentes são distintos e precisam ser separados e contabilizados aplicando outras normas contábeis. Quando esses componentes não relacionados a seguros não são distintos, são contabilizados em conjunto com o componente de seguros aplicando o IFRS 17. A Organização avaliou os contratos no escopo do IFRS 17 e concluiu não haver componentes a serem separados.

Componentes de investimentos e ativos subjacentes

A norma define componente de investimento como o valor que o contrato de seguro exige que a entidade restitua ao titular da apólice em todas as circunstâncias, independentemente da ocorrência de um evento segurado.

A norma define, também, ativo subjacente como o item que determina alguns dos valores a pagar ao titular da apólice. Itens subjacentes podem compreender quaisquer itens; por exemplo, carteira de referência de ativos, ativos líquidos da entidade ou subconjunto específico dos ativos líquidos da entidade. A Organização possui na carteira de Previdência contratos com obrigações atreladas aos ativos subjacentes.

Receita de Seguros

A Organização emite contratos de seguros e, no reconhecimento da receita proveniente desses contratos, reduz o seu Passivo de Cobertura Remanescente (PCR).

Para grupos de contratos de seguros mensurados pelo Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA) e pelo Modelo de Taxa Variável (VFA), a receita de seguros é composta pela soma das mudanças no Passivo de Cobertura Remanescente (PCR) devido a:

- Despesas com cobertura de seguros incorridas no período;
- Mudanças no ajuste de risco para risco não financeiro;

- O valor a ser liberado da Margem Contratual de Seguros (CSM) pelas coberturas prestadas no período;
- Outros valores, como ajustes de experiência para recebimentos de prêmios relacionados ao período atual ou passado, se houver.

A receita de seguros também inclui a parcela de prêmios relacionada à recuperação dos fluxos caixa de aquisição de seguros incluídos nas despesas com cobertura de seguros em cada período. Ambos os valores são medidos de forma sistemática com base na passagem do tempo.

Ao aplicar o Modelo de Alocação de Prêmio (PAA), a Organização reconhece a receita de seguros do período com base na passagem do tempo, alocando recebimentos de prêmio esperados, incluindo ajustes de experiência nos prêmios para cada período de cobertura.

Despesas de Contratos de Seguros

As despesas com cobertura de seguros decorrentes de um grupo de contratos de seguros emitidos compreendem:

- Alterações no Passivo de Sinistros Incorridos (PSI) relacionadas a sinistros e despesas incorridas no período, excluindo o reembolso de componentes de investimento;
- Alterações no Passivo de Sinistros Incorridos (PSI) relacionadas a sinistros e despesas incorridas em períodos anteriores (relacionadas a coberturas passadas);
- Outras despesas de cobertura de seguro diretamente atribuíveis incorridas no período;
- Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros;
- Componente de perda de grupos onerosos de contratos inicialmente reconhecidos no período;
- Mudanças no Passivo de Cobertura Remanescente (PCR) relacionadas a cobertura futura que não ajustam a Margem Contratual de Seguros (CSM), pois são mudanças no componente de perda nos grupos de contratos onerosos.

Receitas e Despesas Financeiras

A Companhia adota a segregação das receitas e despesas financeiras em observância ao parágrafo 118 do IFRS 17, sendo reconhecido na Demonstração de Resultados (DRE) o resultado de juros referente aos contratos de seguros e, em outros resultados abrangentes, o valor referente a variação nas taxas e hipóteses financeiras, para toda a carteira mensurada pela metodologia PAA e BBA. As receitas e despesas financeiras do portfólio VFA são alocadas integralmente na Demonstração do Resultado (DRE).

m) Planos de capitalização

Os títulos de capitalização registrados em “Outros passivos”, têm seus passivos financeiros e suas receitas calculadas no momento de sua emissão.

Os títulos são emitidos de acordo com os tipos de pagamentos, mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, cujo valor do depósito é capitalizado mensalmente pelo indexador Taxa Referencial – TR e por taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título e que forma o montante da rubrica de “Outros Passivos de Títulos de Capitalização”.

Ainda, os beneficiários dos títulos concorrem, através de sorteios, a prêmios em

dinheiro. Ao final do período de capitalização, pré-determinado quando da emissão do título, o beneficiário pode resgatar o valor nominal pago acrescido da Taxa Referencial – TR, mesmo que não tenha sido beneficiado em nenhum sorteio. Estes produtos são regulamentados pelo Órgão Regulador de seguros no Brasil, porém não atendem à definição de contrato de seguro segundo, a IFRS 17 – Contratos de Seguro e, portanto, são classificados como um passivo financeiro.

Os valores não reclamados dos planos de capitalização são desreconhecidos quando a obrigação legalmente expira, pelo fato de ser relacionado a desreconhecimento de passivo financeiro.

As despesas com colocação de títulos de capitalização são reconhecidas contabilmente quando incorridas.

n) Benefícios aos empregados

O Bradesco reconhece, prospectivamente, a condição superveniente ou deficitária de seus planos de benefícios definido e planos pós-aposentadoria como um ativo ou uma obrigação em seu balanço patrimonial, e reconhece as variações na condição financiada durante o ano em que ocorrem as variações, por meio do resultado do período.

i. Planos de contribuição definida

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de Plano de Previdência Complementar para seus funcionários e administradores. As obrigações das contribuições para Planos de Previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando são incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Organização, na qualidade de empregadora, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

ii. Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Organização, em relação aos planos de benefício definido, é referente exclusivamente aos planos de instituições adquiridas, e é separadamente calculada para cada plano, estimando-se o benefício definido futuro que os empregados farão jus pós emprego no desligamento da Organização ou momento da aposentadoria.

A obrigação líquida do Bradesco para os planos de benefício definido é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado conforme requerido pela norma contábil.

As remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano diferente da expectativa (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes.

Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

iii. Benefícios rescisórios

Os benefícios rescisórios são exigíveis quando o vínculo de emprego do funcionário é rescindido pela Organização antes da data normal da aposentadoria, ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.

Os benefícios que vencem em mais de doze meses após a data do balanço são descontados a valor presente.

iv. Benefícios de curto prazo

Benefícios como salários, contribuições para a seguridade social, licenças anuais remuneradas e licenças médicas remuneradas, participação nos lucros e bônus (quando pagáveis dentro de doze meses da data do balanço) e benefícios não monetários, tais como assistência médica, são registrados como despesa na demonstração do resultado, sem desconto ao valor presente, se a Organização tiver a obrigação legal ou construtiva de efetuar o pagamento como resultado de serviço passado realizado/efetuado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

o) Serviços e comissões

As receitas e despesas de serviços e comissões, que fazem parte e são diretamente alocáveis a taxa de juros efetiva de um ativo ou passivo financeiro, são incluídas na mensuração da taxa efetiva de juros.

As demais receitas de serviços e comissões, compostas substancialmente por taxas de manutenção de contas, taxas de administração de fundos de investimento, anuidade de cartões, tarifas de cobranças e consórcio, são reconhecidos, conforme requisitos da IFRS 15 - Receita de contratos com clientes, à medida em que as obrigações de desempenho são cumpridas. O preço é alocado à prestação de serviço mensal, sendo a receita alocada ao resultado da mesma maneira. Outras despesas com taxas e comissões são relacionadas, principalmente, com transações e taxas de serviços que são reconhecidos quando recebidos.

p) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos

contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido para as empresas financeiras, equiparadas e do ramo segurador é calculada a alíquota de 15% e 9% para as demais empresas. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos “Bancos” de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 (“MP”), convertida na Lei nº 14.446, em 19 de setembro de 2022, que elevou a alíquota da contribuição social sobre o Lucro Líquido dos setores segurador e financeiro em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 37 – Imposto de Renda e Contribuição Social.

q) Apresentação de relatório por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a tomada de decisões pela Diretoria Executiva (sendo o principal tomador de decisões operacionais), que é composta pelo Diretor-Presidente, Diretores Vice-Presidentes, Diretores Gerentes e Diretores Adjuntos. A Organização opera, principalmente, nos segmentos bancário e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização realiza operações no setor bancário através das agências localizadas no país, das agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. O segmento de seguros consiste em operações de seguros, Previdência Complementar e Capitalização, através da subsidiária Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

r) Patrimônio líquido

As ações preferenciais - não subordinadas (“preferenciais” ou “preferencial”) não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais e o direito de receber um dividendo mínimo por ação 10% (dez por cento) superior ao dividendo distribuído por ação aos detentores de ações ordinárias.

i. Custo de emissão de ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, reduzido de impostos, mitigando o valor de mensuração inicial das ações.

ii. Lucro por ação

A Organização apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Organização pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações adquiridas pela Organização e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

iii. Dividendos a pagar

Dividendos sobre ações são pagos e provisionados durante o exercício. Em Assembleia Geral de Acionistas, são destinados no mínimo o equivalente a 30% do Lucro Líquido Ajustado Anual, de acordo com o Estatuto Social. Dividendos que foram aprovados e declarados após a data-base das Demonstrações Financeiras, são divulgados na nota de eventos subsequentes.

iv. Transações de capital

Transações de capital são transações entre sócios, na qualidade de proprietários de um investimento. Essas transações alteram as participações societárias detidas pelo controlador em uma controlada. Desde que não haja perda de controle, a diferença entre o valor pago e o valor justo da transação é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS**a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2025****Alterações IAS 21 – Falta de Conversibilidade Entre Moedas**

As alterações, emitidas em agosto de 2023, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. A norma estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Organização concluiu que não houve impactos com a aplicação desta norma.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros**Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**

As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Organização concluiu que não haverá impactos iniciais com a aplicação desta norma.

Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos Referenciados à Eletricidade Dependente da Natureza

As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs). As emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de 'uso próprio', permitindo a contabilidade de *hedge* se esses contratos forem usados como instrumentos de *hedge* e adicionam novos requisitos de divulgação para ajudar os investidores a entenderem impacto desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa das empresas. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, com a possibilidade de aplicação antecipada, e a Organização concluiu que não haverá impactos iniciais com a aplicação desta norma.

Novo IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

A nova norma, emitida em abril de 2024, substitui o IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras e introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O IFRS 18 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Organização está avaliando os impactos da nova norma.

Novo IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública

A nova norma, emitida em maio de 2024, permite que as subsidiárias elegíveis utilizem as normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas, o que reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras dessas subsidiárias, mantendo, ao mesmo tempo, a utilidade da informação para os usuários de suas demonstrações financeiras. O IFRS 19 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Organização concluiu que não haverá impactos iniciais com a aplicação desta norma.

Emendas do IAS 21 - Moeda de Apresentação Hiperinflacionária

O IASB propôs alterações ao IAS 21 para tratar da falta de orientação sobre a tradução de demonstrações financeiras que deve ocorrer quando uma empresa apresenta suas demonstrações em moeda hiperinflacionária, mas possui moeda funcional não hiperinflacionária ou operações estrangeiras nessa condição. A proposta determina que isso deve ser feito pela utilização da taxa de fechamento para todos os valores, com divulgação sobre a adoção dessa abordagem e apresentação de informações resumidas sobre operações estrangeiras afetadas. As alterações entrarão em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Organização está avaliando os impactos da nova norma.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

A Organização adota estimativas e julgamentos que podem afetar o valor reportado de ativos e passivos no próximo exercício, sendo as melhores premissas determinadas conforme o padrão aplicável.

São avaliados continuamente, baseados em nossa experiência histórica e entre outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

Julgamentos

Informações sobre julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

- Nota 13 - Consolidação: se o Grupo detém o controle de fato sobre a investida; e investidas contabilizadas por equivalência patrimonial: se o Grupo tem influência significativa sobre a investida; e
- Nota 21 - Mensuração de passivos de seguros: São utilizadas metodologias considerando todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar a cobertura do contrato de seguro de acordo com o Modelo de Alocação de Prêmios (PAA), Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA) e Modelo de Taxa Variável (VFA).

Estimativas

As estimativas apresentam um risco significativo e podem ter um impacto material nos valores dos ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos. Abaixo quadro com as estimativas contábeis e suas respectivas notas:

Estimativas contábeis	Nota
• Valor justo dos instrumentos financeiros	40.4 / 29 e 30 / 6 a 8
• Perda de Crédito Esperada	40.2 / 10 e 11
• Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio	15
• Realização do crédito tributário	37
• Passivos de contratos de seguros	21
• Outras provisões	22

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas consistem, principalmente, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Esses instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, temos que usar uma quantidade significativa do nosso próprio julgamento para chegar à mensuração do valor justo de mercado. Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado.

Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses

fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos.

A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação. Para uma discussão detalhada sobre a determinação do valor justo de instrumentos financeiros, vide Nota 40.5.

Perda de crédito esperada

A mensuração da provisão para perdas esperadas com créditos para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo em outros resultados abrangentes, compromissos de empréstimos e garantias financeiras requer o uso de modelos quantitativos complexos e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda esperada de crédito, tais como:

- Determinar critérios para identificar o aumento significativo de risco de crédito;
- Selecionar modelos quantitativos e pressupostos apropriados;
- Estabelecer diferentes cenários prospectivos e suas ponderações;
- Agrupar ativos financeiros semelhantes; e
- Definir o prazo esperado de exposição ao risco de crédito para instrumentos sem vencimento contratual determinado.

O processo para determinar o nível de provisão para perda esperada de crédito exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

As premissas e técnicas utilizadas na mensuração da perda de crédito esperada estão detalhadas na nota 40.2. Risco de crédito.

Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio

A Organização analisa, pelo menos anualmente, se o valor contábil dos ativos intangíveis e do ágio (inclui ágios identificados na aquisição de coligadas e empresas de controle compartilhado) sofreram redução ao seu valor recuperável. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa independentes e a alocação de ágio para essas unidades. O valor contábil da unidade, incluindo o ágio alocado, é comparado ao valor em uso para determinar se há redução ao valor recuperável. Se o valor em uso de uma unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, o ágio sofrerá uma redução ao seu valor recuperável. Pode ser necessário realizar cálculos detalhados considerando mudanças no mercado em que um negócio opera (ex: concorrência e mudança regulatória). O cálculo é baseado no desconto de fluxos de caixa antes dos impostos a uma taxa de juros ajustada pelo risco apropriada para a unidade operacional, sendo que a determinação de ambos exige o exercício de julgamento. Embora as previsões sejam comparadas ao desempenho atual e a dados econômicos externos, os fluxos de caixa esperados refletem naturalmente a visão da Organização sobre o desempenho futuro.

Realização do crédito tributário

A determinação do valor de nosso imposto de renda passivo (incluindo contribuição social) é complexa e a nossa avaliação está relacionada à análise de nossos impostos diferidos ativos e passivos e do imposto de renda a pagar. Em geral, a nossa avaliação exige que estimemos os valores futuros de imposto de renda corrente e diferido. A nossa avaliação da possibilidade de realização de um imposto diferido é subjetiva e envolve avaliações e premissas, que são inerentemente incertas. O suporte para nossas avaliações e premissas pode mudar ao longo do tempo e é resultado de eventos ou circunstâncias não previstos, que afetam a determinação do valor de nosso passivo de impostos.

É necessário julgamento significativo para determinar se é provável que uma posição de imposto de renda seja sustentada com base em exame, mesmo após o resultado de qualquer procedimento administrativo ou judicial com base em méritos técnicos.

Também, é necessário julgamento para determinar o valor de um benefício elegível para reconhecimento em nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Adicionalmente, monitoramos a interpretação da legislação tributária e as decisões de autoridades fiscais e judiciais, para que possamos ajustar qualquer julgamento anterior de imposto de renda acumulado. Esses ajustes também podem resultar de nosso planejamento de imposto de renda ou resolução de controvérsias de imposto de renda e pode ser significativo para os nossos resultados operacionais em qualquer período.

Para informações adicionais sobre imposto de renda, vide Nota 37 – Imposto de Renda e Contribuição Social.

Passivos de contratos de seguros

Os passivos de contratos de seguros (reservas) são passivos constituídos para honrar compromissos futuros a favor de nossos segurados, veja a nota 2(k.I). São utilizadas expectativas de sinistralidade, mortalidade, longevidade, tempo de permanência, conversão em renda e taxa de juros. Essas premissas utilizadas baseiam-se na experiência da carteira da Companhia e são periodicamente revisadas.

Outras provisões

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

5) CAIXA, DISPONIBILIDADES EM BANCO E EQUIVALENTES DE CAIXA**a) Caixa, equivalentes de caixa e disponibilidades em bancos**

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Disponibilidades em moeda nacional	12.518.263	17.384.505
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.833.485	2.143.785
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1) (a)	167.865.086	171.195.511
Aplicações voluntárias no Banco Central	10.300.000	17.300.000
Caixa e equivalentes de caixa	193.516.834	208.023.801
Depósitos compulsórios no Banco Central (2)	111.379.449	109.786.380
Caixa, equivalentes de caixa e disponibilidades em bancos (b)	304.896.283	317.810.181
Caixa e disponibilidade em Bancos (b) - (a)	137.031.197	146.614.670

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Estão apresentados como “empréstimos para instituições financeiras” – Nota 10; e

(2) Os depósitos compulsórios no Banco Central referem-se a um saldo mínimo, que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil, com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros.

6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO**a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Ativos financeiros		
Títulos públicos brasileiros	395.031.887	263.224.363
Títulos emitidos por instituições financeiras	43.367.217	36.983.297
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	69.444.655	41.637.680
Aplicações em cotas de fundos	18.840.361	9.368.468
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	188.999	366.034
Títulos públicos de governos estrangeiros	66.555	468.521
Instrumentos financeiros derivativos	20.850.095	19.834.985
Total	547.789.769	371.883.348

b) Vencimento

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Vencimento em até um ano	104.436.644	53.549.658
Vencimento de um até cinco anos	324.982.243	228.464.602
Vencimento de cinco até dez anos	63.317.857	57.839.535
Vencimento acima de dez anos	12.676.571	8.119.026
Prazo indeterminado	42.376.454	23.910.527
Total	547.789.769	371.883.348

Os instrumentos financeiros dados em garantia classificados como “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”, totalizaram em 31 de dezembro de 2025, R\$ 81.235.231 mil (Em 31 de dezembro de 2024 - R\$ 15.626.382 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Instrumentos financeiros derivativos	18.268.330	16.240.611
Total	18.268.330	16.240.611

7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Bradesco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global.

Essas operações abrangem diversos tipos de derivativos, como *swaps* de taxas de juros e de moeda, futuros, opções, contratos a termo e derivativos de crédito.

A política de gestão de riscos do Bradesco fundamenta-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações realizadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo e classificados na categoria de valor justo no resultado (VJR) conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado.

O valor justo é, geralmente, determinado com base em cotações ou preços de mercado aplicáveis a ativos ou passivos que possuam características semelhantes. Quando essas cotações não estão disponíveis, o valor justo é estimado em informações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares. Nesses casos, a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

O valor justo dos *swaps* é determinado por meio de técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, utilizando curvas de rendimento que refletem os fatores de risco adequados. Estas curvas são aplicadas na precificação dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco. As informações utilizadas para construção de curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 e no mercado secundário doméstico e internacional.

O valor justo dos contratos de futuro e dos contratos a termo é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou por meio de metodologias similares às utilizadas na precificação para *swaps*.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

O valor justo dos derivativos de crédito é determinado com base em cotações de preços de mercado ou obtido junto a entidades especializadas. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades.

Para estimar o valor justo dos derivativos de balcão, é levado em consideração a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de *swaps*, opções e futuros, sendo registradas na B3. Já os derivativos realizados no Exterior referem-se a operações de *swaps*, termos, opções, derivativos de crédito e futuros efetuadas, substancialmente, nas Bolsas de Chicago e Nova York, bem como no mercado de balcão.

As macros estratégias de atuação são delimitadas pelas carteiras *Trading* (proprietária) e *Banking*. As operações da Carteira *Trading*, inclusive derivativos são realizadas com o objetivo de aproveitar movimentos direcionais de preços e/ou taxas, estratégias de arbitragem, *hedge*, *market maker*, podendo ser liquidadas total ou parcialmente antes do vencimento contratado originalmente. As operações da Carteira *Banking* são compostas por operações comerciais e os seus respectivos *hedges*.

Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco e a gestão eficiente dos riscos destas carteiras requer o uso conjunto de operações de derivativos e demais instrumentos, dentre eles, os títulos e valores mobiliários.

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	Valor de referência	Valor justo	Valor de referência	Valor justo
Contratos futuros				
Compromissos de compra:	232.864.244	(450.905)	211.703.083	313.498
- Mercado interfinanceiro	150.634.305	17.542	178.029.255	133.681
- Moeda estrangeira	54.344.313	(471.042)	22.985.640	140.203
- Outros	27.885.626	2.595	10.688.188	39.614
Compromissos de venda:	165.612.193	523.762	161.641.895	(174.595)
- Mercado interfinanceiro (1)	111.724.128	(21.535)	95.605.090	(107.908)
- Moeda estrangeira (2)	30.741.161	530.151	48.246.297	(29.358)
- Outros	23.146.904	15.146	17.790.508	(37.329)
Contratos de opções				
Compromissos de compra:	783.864.910	1.828.145	685.622.189	1.178.745
- Mercado interfinanceiro	718.584.779	106.261	528.190.365	504.563
- Moeda estrangeira	9.616.237	1.121.228	3.949.723	113.072
- Outros	55.663.894	600.656	153.482.101	561.110
Compromissos de venda:	790.685.040	(2.645.067)	672.980.325	(1.656.652)
- Mercado interfinanceiro	721.019.609	(113.341)	513.818.125	(440.226)
- Moeda estrangeira	15.908.308	(947.331)	6.870.683	(400.855)
- Outros	53.757.123	(1.584.395)	152.291.517	(815.571)
Contratos a termo				
Compromissos de compra:	76.859.205	(200.542)	64.273.935	2.528.685
- Moeda estrangeira	64.714.131	(1.459.502)	62.442.929	2.569.853
- Outros	12.145.074	1.258.960	1.831.006	(41.168)
Compromissos de venda:	53.889.171	456.033	47.310.325	(1.117.059)
- Moeda estrangeira (2)	45.530.533	520.221	46.463.548	(1.522.017)
- Outros	8.358.638	(64.188)	846.777	404.958
Contratos de swap				
Posição ativa:	928.071.044	9.550.875	1.080.360.424	13.634.425
- Mercado interfinanceiro	75.975.089	4.695.032	57.567.711	4.561.085
- Prefixados	315.081.578	454.827	692.873.598	379.570
- Moeda estrangeira	521.032.423	2.485.099	319.020.245	7.472.073
- IGP-M	31.221	29.994	41.362	41.865
- Outros	15.950.733	1.885.923	10.857.508	1.179.832
Posição passiva:	873.497.122	(6.480.535)	934.060.342	(10.973.770)

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	Valor de referência	Valor justo	Valor de referência	Valor justo
- Mercado interfinanceiro	32.343.513	(1.378.695)	246.185.275	(2.408.270)
- Prefixados	470.848.308	(725.508)	477.454.859	(314.670)
- Moeda estrangeira	355.159.513	(2.649.262)	202.546.445	(7.527.737)
- IGP-M	103.000	(116.300)	103.000	(158.893)
- Outros	15.042.788	(1.610.770)	7.770.763	(564.200)
Totais	3.905.342.929	2.581.766	3.857.952.518	3.733.277

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

(1) Inclui: (i) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 100.113.669 mil (Em dezembro de 2024 - R\$ 59.956.404 mil); e (ii) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção das aplicações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 6.034.612 mil (Em dezembro de 2024 - R\$ 24.468.458 mil); e

(2) Inclui *hedge* específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior. Os investimentos no exterior totalizam o montante de R\$ 10.625.523 mil (Em dezembro de 2024 - R\$ 42.019.674 mil).

Contratos de *swap* de taxa de juros, de moeda estrangeira e taxas cruzadas de moeda e juros são contratos nos quais pagamentos de juros ou de principal em uma ou duas moedas diferentes são trocados por um período contratual. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade ou não disposição potencial das contrapartes de cumprir os termos contratuais e ao risco associado à mudanças nas condições de mercado, devido à variações nas taxas de juros e na taxa de câmbio das moedas.

Os contratos de futuros de taxa de juros e de moeda e os contratos a termo de taxa de juros visam a entrega posterior de um instrumento a um preço ou uma rentabilidade específica. Os valores de referência constituem o valor nominal do respectivo instrumento, cujas variações de preço são liquidadas diariamente. O risco de crédito associado com os contratos de futuros é minimizado devido a essas liquidações diárias. Os contratos de futuros também estão sujeitos ao risco das variações nas taxas de juros ou no valor dos respectivos instrumentos.

Derivativos de crédito (Credit Default Swap – CDS)

Representam, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito (“default”), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025 (1)	Em 31 de dezembro de 2024
Risco recebido de Swaps de créditos:	1.840.305	1.954.290
- Títulos de dívidas emitidas por empresas	1.195.369	783.357
- Títulos públicos brasileiros	644.936	714.560
- Títulos de governos estrangeiros	-	456.373
Risco transferido de Swaps de créditos:	(137.560)	(1.120.806)
- Derivativos de títulos de empresas	(137.560)	(154.807)
- Derivativos de títulos públicos brasileiros	-	(705.922)
- Derivativos de títulos de governos estrangeiros	-	(260.077)

(1) O ajuste ao valor ao justo dos swaps de créditos de risco recebido é de R\$ (233.593) mil e de risco transferido R\$ (54.998) mil.

Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos até 2032. Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

Hedge contábil

A contabilidade de *hedge* é uma prática que utiliza instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de reduzir ou eliminar as assimetrias contábeis existentes em uma relação de proteção, entre um instrumento de *hedge* e um item protegido. Em outras palavras, essa metodologia busca compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições a fatores específicos que possam afetar o resultado ou os outros resultados abrangentes da instituição.

A efetividade do *hedge* pode ser afetada principalmente quando, durante o período da relação de proteção, alterações no cenário de risco de mercado ou no risco de crédito da contraparte ocorrerem.

Em 31 de dezembro de 2025, o Bradesco mantinha *hedge*, composto por:

Hedge de fluxo de caixa – Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros e no câmbio. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos, é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*.

Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria,

utilizam-se de contratos de DI Futuro na B3, *Swaps* e *FED funds*, sendo os prazos de vencimentos até 2032 tornando o fluxo de caixa prefixado. A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor.

Estratégia	R\$ mil			
	Objeto	Instrumento		
	Objeto de <i>hedge</i> (valor contábil)	Instrumento de <i>hedge</i> (valor nominal)	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido* (parcela efetiva)	Ajuste a valor justo no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Em 31 de dezembro de 2025				
Ativo				
Recebimentos de juros de aplicações em títulos	11.034.575	10.625.523	(39.611)	(21.786)
Passivo				
<i>Hedge</i> de Captações - pagamentos de juros	102.370.447	100.113.669	(238.820)	(131.650)
Em 31 de dezembro de 2024				
Ativo				
Recebimentos de juros de aplicações em títulos	24.913.057	24.468.458	(147.831)	(81.307)
Passivo				
<i>Hedge</i> de Captações - pagamentos de juros	61.308.525	59.956.404	258.194	142.045

* Bruto dos efeitos fiscais.

As alterações no valor do item objeto de *hedge* utilizado como base para reconhecer a inefetividade de *hedge* do período são refletidas no valor justo do instrumento por meio de teste de efetividade.

Em dezembro de 2021, o Bradesco liquidou de forma antecipada instrumentos de *hedge accounting* para proteção de fluxos de caixa. Dessa forma, o saldo de ajuste ao valor justo do instrumento de *hedge*, registrado no patrimônio líquido deve ser apropriado ao resultado, de acordo com o resultado do objeto de *hedge*. No exercício de 2025 foi apropriado ao resultado já líquido de efeitos fiscais, o montante de R\$ 9.979 mil, o saldo acumulado no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 5.468 mil, este montante será apropriado ao resultado até o ano de 2027.

Não houve reclassificações para o resultado de valores registrados em outros resultados abrangentes no acumulado em 31 de dezembro de 2025.

A parcela não efetiva é reconhecida diretamente em conta de resultado. No exercício em questão não houve parcela não efetiva.

Hedge de valor justo – Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de *hedge*. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações do instrumento, é avaliada pela metodologia de comparação do ajuste a valor justo dos instrumentos sendo reconhecida em conta de resultado, líquida dos efeitos tributários.

Referente ao risco de Captações Pré-fixadas, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria, utilizam-se contratos de DI Futuro, sendo os prazos de vencimentos até 2032. A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor.

Estratégia	R\$ mil				
	Instrumento		Objeto		
	Instrumento de hedge (valor de mercado)	Ajuste a valor justo	Objeto de hedge (valor contábil)	Ajuste a valor justo registrado no resultado* (parcela efetiva)	Ajuste a valor justo no resultado (líquido dos efeitos fiscais)
Ativo					
Hedge letra financeira	79.938	(1.405)	79.857	1.489	819
Total em 31 de dezembro de 2025	79.938	(1.405)	79.857	1.489	819

* Bruto dos efeitos fiscais

A parcela não efetiva do objeto de *hedge* é mantida em conta de patrimônio líquido. No período em questão não houve parcela não efetiva.

Hedge de investimentos no exterior – Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição à variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, a qual impacta o resultado da organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos, é avaliada pela metodologia de comparação de variação cambial do objeto e instrumento de *hedge*, sendo reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) inefetividade do *hedge*; ou (ii) na alienação ou alienação parcial da operação no exterior.

Referente ao risco de moeda, cuja moeda funcional é diferente do real, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria, utilizam-se de contratos *Forward* e Futuros de Dólar, tendo como objeto de *hedge* o investimento no exterior referenciado a MXN (Peso Mexicano) e USD (Dólar Americano).

A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor.

Estratégia	R\$ mil			
	Objeto	Instrumento		
	Objeto de hedge (valor contábil)	Instrumento de hedge (valor nominal)	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido* (parcela efetiva)	Ajuste a valor justo no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Ativo				
Hedge de variação cambial de investimento no exterior	5.177.416	5.876.575	(1.207.436)	(633.209)
Total em 31 de dezembro de 2025	5.177.416	5.876.575	(1.207.436)	(633.209)
Hedge de variação cambial de investimento no exterior	5.166.624	5.603.750	(1.536.225)	(805.635)
Total em 31 de dezembro de 2024	5.166.624	5.603.750	(1.536.225)	(805.635)

* Bruto dos efeitos fiscais.

As alterações no valor do item objeto de *hedge* utilizado como base para reconhecer a inefetividade de *hedge* do período são refletidas no valor justo do instrumento por meio de teste de efetividade.

A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Lucros não observáveis no reconhecimento inicial

Quando a avaliação depender de parâmetros não observáveis, qualquer ganho ou perda inicial em instrumentos financeiros são diferidos ao longo do prazo do contrato ou até que o instrumento seja resgatado, transferido, vendido ou o valor justo torne-se observável. Todos os derivativos, que fazem parte de relacionamentos de *hedge* qualificados, são avaliados com base em parâmetros de mercado observáveis.

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pela Organização, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pela Organização, principalmente, para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial. O resultado desses instrumentos financeiros são reconhecidos na rubrica "Ganhos e perdas líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", na demonstração do resultado.

Compensação de ativos e passivos financeiros

De acordo com a IFRS 7, o Bradesco deve apresentar os valores relativos a instrumentos financeiros sujeitos a acordos máster de compensação ou acordos similares. Um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e o seu valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial Consolidado quando, e somente quando, existe um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e o Banco pretende liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito de compensação é exercido mediante a ocorrência de determinados eventos, tais como a inadimplência de empréstimos bancários ou outros eventos de crédito. Tendo em vista a não ocorrência desses eventos, nos exercícios de 2025 e 2024 o Bradesco não compensou nenhum ativo e passivo financeiro em seu balanço patrimonial.

O quadro a seguir apresenta ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação:

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2025			Em 31 de dezembro de 2024		
	Montante bruto	Montante relacionado compensado no Balanço Patrimonial	Total líquido	Montante bruto	Montante relacionado compensado no Balanço Patrimonial	Total líquido
Ativos Financeiros						
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	218.329.819	-	218.329.819	178.260.906	-	178.260.906
Instrumentos Financeiros Derivativos	20.850.095	-	20.850.095	19.834.985	-	19.834.985
Passivos Financeiros						
Captações no Mercado Aberto	160.636.183	-	160.636.183	165.916.852	-	165.916.852
Instrumentos Financeiros Derivativos	18.268.330	-	18.268.330	16.240.611	-	16.240.611

8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES**a) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

	R\$ mil			
	Custo amortizado	Ajustes ao valor justo positivo não realizados	Ajustes ao valor justo negativo não realizados	Valor justo
Títulos públicos brasileiros	112.830.390	291.814	(6.405.576)	106.716.628
Títulos emitidos por empresas não financeiras	8.721.363	25.793	(90.252)	8.656.904
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.781.089	10.854	(3.193)	1.788.750
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	7.818.067	70.339	(71.589)	7.816.817
Títulos públicos de governos estrangeiros	8.167.066	16.372	(5.507)	8.177.931
Aplicações em cotas de fundos	90.743	31.365	-	122.108
Ações de companhias abertas e outras ações	6.583.814	394.761	(1.259.608)	5.718.967
Saldos em 31 de dezembro de 2025	145.992.532	841.298	(7.835.725)	138.998.105
Títulos públicos brasileiros	130.816.058	499.809	(7.486.852)	123.829.015
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.668.220	50.109	(68.505)	1.649.824
Títulos emitidos por instituições financeiras	4.058.853	2.427	(48.983)	4.012.297
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	8.898.238	193.226	(131.131)	8.960.333
Títulos públicos de governos estrangeiros	8.309.452	15.206	-	8.324.658
Aplicações em cotas de fundos	4.928.849	22.948	(3)	4.951.794
Ações de companhias abertas e outras ações	6.781.513	271.002	(2.487.852)	4.564.663
Saldos em 31 de dezembro de 2024	165.461.183	1.054.727	(10.223.326)	156.292.584

b) Vencimento

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Vencimento em até 1 ano	28.535.677	28.429.036	51.518.105	51.438.404
Vencimento entre 1 e 5 anos	47.427.746	46.441.083	38.658.601	37.659.332
Vencimento entre 5 e 10 anos	36.627.270	34.985.787	36.055.172	34.657.222
Vencimento acima de 10 anos	26.727.282	23.301.124	27.518.943	23.021.169
Vencimento indeterminado	6.674.557	5.841.075	11.710.362	9.516.457
Total	145.992.532	138.998.105	165.461.183	156.292.584

Os instrumentos financeiros dados em garantias, classificados como Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, totalizaram em 31 de dezembro de 2025, R\$ 27.494.154 mil (Em 31 de dezembro de 2024 - R\$ 31.880.243 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Investimentos em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	R\$ mil		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (PL)	Valor Justo
Ações de companhias abertas e outras ações	6.583.814	(864.847)	5.718.967
Total em 31 de dezembro de 2025	6.583.814	(864.847)	5.718.967
Ações de companhias abertas e outras ações	6.781.513	(2.216.850)	4.564.663
Total em 31 de dezembro de 2024	6.781.513	(2.216.850)	4.564.663

A Organização adotou a opção de designar no reconhecimento inicial instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes devido às particularidades de determinado mercado.

d) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a VJORA:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2023	41.160	2.979	92.745	136.884
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	(31.520)	(1.436)	(89.622)	(122.578)
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2024	9.640	1.543	3.123	14.306
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	9.594	(1.543)	-	8.051
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2025 (1)	19.234	-	3.123	22.357

(1) Não houve movimentação entre os estágios.

9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO**a) Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado**

	R\$ mil			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados (1)	Perdas brutas não realizadas (1)	Valor justo
Títulos e valores mobiliários:				
Títulos públicos brasileiros	135.339.275	505.190	(6.159.482)	129.684.983
Títulos emitidos por instituições financeiras e não financeiras	124.207.296	1.842.639	(4.526.832)	121.523.103
Saldos em 31 de dezembro de 2025	259.546.571	2.347.829	(10.686.314)	251.208.086

Títulos e valores mobiliários:				
Títulos públicos brasileiros	145.278.232	3.032.908	(8.559.744)	139.751.396
Títulos emitidos por instituições financeiras e não financeiras	121.713.735	23.020	(392.053)	121.344.702
Saldos em 31 de dezembro de 2024	266.991.967	3.055.928	(8.951.797)	261.096.098

(1) Os ganhos e perdas não são registrados contabilmente.

b) Vencimento

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Vencimento em até 1 ano	54.891.298	54.651.238	60.043.632	59.988.685
Vencimento entre 1 e 5 anos	138.622.149	137.128.315	148.260.712	147.475.479
Vencimento entre 5 e 10 anos	41.306.602	37.109.312	32.891.366	32.474.161
Vencimento acima de 10 anos	24.726.522	22.319.221	25.796.257	21.157.773
Total	259.546.571	251.208.086	266.991.967	261.096.098

Os instrumentos financeiros dados em garantias, classificados como ativos financeiros a custo amortizado, totalizaram em 31 de dezembro de 2025, R\$ 51.575.375 mil (Em 31 de dezembro de 2024 - R\$ 75.296.338 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a custo amortizado:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (1)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2023	370.902	186.825	4.587.539	5.145.266
Transferidos para o Estágio 1	-	(19.638)	(2.113)	(21.751)
Transferidos para o Estágio 2	(1.291)	-	(390)	(1.681)
Transferidos para o Estágio 3	(21.207)	(34.942)	-	(56.149)
Oriundos do Estágio 1	-	1.291	21.207	22.498
Oriundos do Estágio 2	19.638	-	34.942	54.580
Oriundos do Estágio 3	2.113	390	-	2.503
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	333.678	(83.815)	761.871	1.011.734
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2024	703.833	50.111	5.403.056	6.157.000
Transferidos para o Estágio 1	-	(1.740)	(4.970)	(6.710)
Transferidos para o Estágio 2	(13.372)	-	(60.084)	(73.456)
Transferidos para o Estágio 3	(103.901)	(20.530)	-	(124.431)
Oriundos do Estágio 1	-	13.372	103.901	117.273
Oriundos do Estágio 2	1.740	-	20.530	22.270
Oriundos do Estágio 3	4.970	60.084	-	65.054
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	32.296	150.206	(2.775.010)	(2.592.508)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2025	625.566	251.503	2.687.423	3.564.492

(1) O saldo da perda esperada está registrado como "Perda esperada com demais ativos financeiros" na Demonstração Consolidada do Resultado.

10) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Aplicações em operações compromissadas (1)	218.329.819	178.260.906
Empréstimos para instituições financeiras	17.155.248	18.160.221
Perda esperada	(13)	(187.829)
Total	235.485.054	196.233.298

(1) Em 31 de dezembro de 2025 inclui aplicações em operações compromissadas cedidas em garantia, no montante de R\$ 159.547.767 mil (2024 – R\$ 151.175.863 mil).

11) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES**a) Empréstimos e adiantamentos a clientes por tipo de produto**

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Pessoa Jurídica	350.445.791	316.936.343
- Financiamentos e repasses	137.576.819	132.471.486
- Financiamento à exportação	34.763.790	40.904.095
- Financiamento imobiliário	34.911.156	30.655.876
- Repasses BNDES/Finame	24.475.073	20.475.116
- Financiamento de veículos	23.074.448	21.934.635
- Importação	12.986.200	12.505.529
- Leasing	7.366.152	5.996.235
- Empréstimos	195.880.958	169.958.833
- Capital de giro	143.640.424	100.012.698
- Crédito rural	13.324.492	11.811.476
- Outros	38.916.042	58.134.659
- Operações com limites (1)	16.988.014	14.506.024
		-
Pessoa Física	441.022.363	403.303.243
- Financiamentos e repasses	161.548.810	144.876.576
- Financiamento imobiliário	112.626.278	102.627.589
- Financiamento de veículos	41.797.766	34.962.102
- Repasses BNDES/Finame	6.616.649	6.927.661
- Outros	508.117	359.224
- Empréstimos	189.710.201	177.325.731
- Crédito pessoal	165.277.140	140.843.129
- Crédito rural	17.680.946	15.530.021
- Outros	6.752.115	20.952.581
- Operações com limites (1)	89.763.352	81.100.936
Total da carteira	791.468.154	720.239.586
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(47.011.092)	(47.857.481)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	744.457.062	672.382.105

(1) Refere-se a operações com limites pré-estabelecidos em aberto vinculados à conta corrente e ao cartão de crédito, cujos limites de crédito são recompostos automaticamente à medida que os valores utilizados são pagos.

b) Arrendamentos financeiros a receber

Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem os seguintes arrendamentos financeiros a receber.

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Investimento bruto em arrendamento financeiro a receber:		-
Até um ano	296.547	2.247.876
De um a cinco anos	6.041.176	3.791.737
Mais de cinco anos	1.296.410	196.239
Perda por redução ao valor recuperável de arrendamento financeiro	(114.049)	(54.241)
Investimento líquido	7.520.084	6.181.611
		-
Investimento líquido em arrendamento financeiro:		-
Até um ano	291.293	2.227.115
De um a cinco anos	5.952.651	3.760.889
Mais de cinco anos	1.276.140	193.607
Total	7.520.084	6.181.611

c) Reconciliação do valor contábil bruto dos empréstimos e adiantamentos a clientes

Estágio 1	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	284.237.991	(4.468.832)	(3.884.782)	698.839	408.417	184.254.333	(145.544.269)	-	315.701.697
- Financiamentos	125.114.754	(1.474.567)	(917.207)	184.185	82.925	59.726.132	(53.000.739)	-	129.715.483
- Empréstimos	146.737.983	(2.714.895)	(2.840.003)	453.602	305.971	119.643.384	(89.906.141)	-	171.679.901
- Rotativos	12.385.254	(279.370)	(127.572)	61.052	19.521	4.884.817	(2.637.389)	-	14.306.313
Pessoa Física	347.118.719	(8.578.207)	(5.922.695)	3.021.912	2.124.940	154.675.235	(110.680.010)	-	381.759.894
- Financiamentos	132.000.312	(4.319.775)	(2.114.956)	1.293.018	338.579	47.277.523	(28.231.856)	-	146.242.845
- Empréstimos	149.534.314	(2.768.929)	(3.609.760)	1.226.064	1.327.474	87.818.313	(71.404.814)	-	162.122.662
- Rotativos	65.584.093	(1.489.503)	(197.979)	502.830	458.887	19.579.399	(11.043.340)	-	73.394.387
Total	631.356.710	(13.047.039)	(9.807.477)	3.720.751	2.533.357	338.929.568	(256.224.279)	-	697.461.591

Estágio 2	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	6.946.383	(698.839)	(980.903)	4.468.832	1.083.425	5.625.961	(4.835.380)	-	11.609.479
- Financiamentos	1.861.939	(184.185)	(232.953)	1.474.567	16.695	652.851	(1.100.599)	-	2.488.315
- Empréstimos	4.363.096	(453.602)	(709.386)	2.714.895	1.044.751	4.445.432	(3.249.280)	-	8.155.906
- Rotativos	721.348	(61.052)	(38.564)	279.370	21.979	527.678	(485.501)	-	965.258
Pessoa Física	21.911.700	(3.021.912)	(2.120.554)	8.578.207	1.486.976	9.110.534	(10.513.689)	-	25.431.262
- Financiamentos	8.443.459	(1.293.018)	(1.139.080)	4.319.775	197.647	1.450.117	(2.547.305)	-	9.431.595
- Empréstimos	9.169.428	(1.226.064)	(863.141)	2.768.929	1.156.186	4.936.120	(5.072.922)	-	10.868.536
- Rotativos	4.298.813	(502.830)	(118.333)	1.489.503	133.143	2.724.297	(2.893.462)	-	5.131.131
Total	28.858.083	(3.720.751)	(3.101.457)	13.047.039	2.570.401	14.736.495	(15.349.069)	-	37.040.741

Estágio 3	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	25.751.969	(408.417)	(1.083.425)	3.884.782	980.903	11.392.197	(6.940.573)	(10.442.821)	23.134.615
- Financiamentos	5.494.795	(82.925)	(16.695)	917.207	232.953	370.211	(962.246)	(580.276)	5.373.024
- Empréstimos	18.857.751	(305.971)	(1.044.751)	2.840.003	709.386	9.723.894	(6.197.172)	(8.537.794)	16.045.346
- Rotativos	1.399.423	(19.521)	(21.979)	127.572	38.564	1.298.092	218.845	(1.324.751)	1.716.245
Pessoa Física	34.272.824	(2.124.940)	(1.486.976)	5.922.695	2.120.554	19.548.998	(428.567)	(23.993.381)	33.831.207
- Financiamentos	4.432.804	(338.579)	(197.647)	2.114.956	1.139.080	874.378	(1.221.104)	(929.520)	5.874.368
- Empréstimos	18.621.969	(1.327.474)	(1.156.186)	3.609.760	863.141	9.363.748	639.941	(13.894.668)	16.720.231
- Rotativos	11.218.051	(458.887)	(133.143)	197.979	118.333	9.310.872	152.596	(9.169.193)	11.236.608
Total	60.024.793	(2.533.357)	(2.570.401)	9.807.477	3.101.457	30.941.195	(7.369.140)	(34.436.202)	56.965.822

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil				
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	316.936.343	201.272.491	(157.320.222)	(10.442.821)	350.445.791
- Financiamentos	132.471.488	60.749.194	(55.063.584)	(580.276)	137.576.822
- Empréstimos	169.958.830	133.812.710	(99.352.593)	(8.537.794)	195.881.153
- Rotativos	14.506.025	6.710.587	(2.904.045)	(1.324.751)	16.987.816
Pessoa Física	403.303.243	183.334.767	(121.622.266)	(23.993.381)	441.022.363
- Financiamentos	144.876.575	49.602.018	(32.000.265)	(929.520)	161.548.808
- Empréstimos	177.325.711	102.118.181	(75.837.795)	(13.894.668)	189.711.429
- Rotativos	81.100.957	31.614.568	(13.784.206)	(9.169.193)	89.762.126
Total	720.239.586	384.607.258	(278.942.488)	(34.436.202)	791.468.154

Estágio 1	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Pessoa Jurídica	230.134.580	(2.916.216)	(2.710.348)	1.246.997	154.248	181.188.473	(122.859.743)	-	284.237.991
- Financiamentos	97.907.233	(1.323.740)	(708.918)	373.026	19.783	66.259.620	(37.412.250)	-	125.114.754
- Empréstimos	121.553.604	(1.344.456)	(1.662.157)	784.061	129.848	110.636.823	(83.359.740)	-	146.737.983
- Rotativos	10.673.743	(248.020)	(339.273)	89.910	4.617	4.292.030	(2.087.753)	-	12.385.254
Pessoa Física	298.686.536	(6.602.772)	(6.661.202)	3.794.654	874.761	171.752.006	(114.725.264)	-	347.118.719
- Financiamentos	114.370.195	(3.538.512)	(1.490.449)	2.092.373	172.320	52.071.113	(31.676.728)	-	132.000.312
- Empréstimos	126.474.656	(1.731.143)	(2.599.174)	971.337	591.272	99.333.906	(73.506.540)	-	149.534.314
- Rotativos	57.841.685	(1.333.117)	(2.571.579)	730.944	111.169	20.346.987	(9.541.996)	-	65.584.093
Total	528.821.116	(9.518.988)	(9.371.550)	5.041.651	1.029.009	352.940.479	(237.585.007)	-	631.356.710

Estágio 2	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Pessoa Jurídica	12.538.317	(1.246.997)	(3.212.486)	2.916.216	263.379	3.230.759	(7.542.805)	-	6.946.383
- Financiamentos	1.909.771	(373.026)	(253.708)	1.323.740	25.790	449.416	(1.220.044)	-	1.861.939
- Empréstimos	9.848.560	(784.061)	(2.872.448)	1.344.456	230.002	2.533.070	(5.936.483)	-	4.363.096
- Rotativos	779.986	(89.910)	(86.330)	248.020	7.587	248.273	(386.278)	-	721.348
Pessoa Física	22.711.786	(3.794.654)	(2.449.308)	6.602.772	873.928	8.644.761	(10.677.585)	-	21.911.700
- Financiamentos	9.342.632	(2.092.373)	(915.436)	3.538.512	89.680	1.821.471	(3.341.027)	-	8.443.459
- Empréstimos	8.719.543	(971.337)	(945.892)	1.731.143	724.482	5.422.959	(5.511.470)	-	9.169.428
- Rotativos	4.649.611	(730.944)	(587.980)	1.333.117	59.766	1.400.331	(1.825.088)	-	4.298.813
Total	35.250.103	(5.041.651)	(5.661.794)	9.518.988	1.137.307	11.875.520	(18.220.390)	-	28.858.083

Estágio 3	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Pessoa Jurídica	26.748.453	(154.248)	(263.379)	2.710.348	3.212.486	13.496.446	(6.069.813)	(13.928.324)	25.751.969
- Financiamentos	4.912.796	(19.783)	(25.790)	708.918	253.708	641.571	590.574	(1.567.199)	5.494.795
- Empréstimos	19.843.042	(129.848)	(230.002)	1.662.157	2.872.448	12.440.323	(6.982.626)	(10.617.743)	18.857.751
- Rotativos	1.992.615	(4.617)	(7.587)	339.273	86.330	414.552	322.239	(1.743.382)	1.399.423
Pessoa Física	38.867.027	(874.761)	(873.928)	6.661.202	2.449.308	15.685.811	(2.992.744)	(24.649.091)	34.272.824
- Financiamentos	4.052.392	(172.320)	(89.680)	1.490.449	915.436	911.455	(1.002.640)	(1.672.288)	4.432.804
- Empréstimos	20.411.507	(591.272)	(724.482)	2.599.174	945.892	11.281.620	(3.691.827)	(11.608.643)	18.621.969
- Rotativos	14.403.128	(111.169)	(59.766)	2.571.579	587.980	3.492.736	1.701.723	(11.368.160)	11.218.051
Total	65.615.480	(1.029.009)	(1.137.307)	9.371.550	5.661.794	29.182.257	(9.062.557)	(38.577.415)	60.024.793

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil				
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Pessoa Jurídica	269.421.350	197.915.678	(136.472.361)	(13.928.324)	316.936.343
- Financiamentos	104.729.800	67.350.607	(38.041.720)	(1.567.199)	132.471.488
- Empréstimos	151.245.206	125.610.216	(96.278.849)	(10.617.743)	169.958.830
- Rotativos	13.446.344	4.954.855	(2.151.792)	(1.743.382)	14.506.025
Pessoa Física	360.265.349	196.082.578	(128.395.593)	(24.649.091)	403.303.243
- Financiamentos	127.765.219	54.804.039	(36.020.395)	(1.672.288)	144.876.575
- Empréstimos	155.605.706	116.038.485	(82.709.837)	(11.608.643)	177.325.711
- Rotativos	76.894.424	25.240.054	(9.665.361)	(11.368.160)	81.100.957
Total	629.686.699	393.998.256	(264.867.954)	(38.577.415)	720.239.586

d) Reconciliação de perdas esperadas empréstimos e adiantamentos a clientes

(Contemplam perdas esperadas com operações de crédito, compromissos a liberar e garantias financeiras prestadas)

Estágio 1	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	3.745.866	(118.034)	(120.475)	67.104	363.412	1.822.905	(2.524.802)	-	3.235.976
- Financiamentos	1.503.946	(24.415)	(17.434)	17.547	38.105	412.466	(776.010)	-	1.154.205
- Empréstimos	1.669.722	(81.136)	(97.220)	46.133	315.136	1.203.569	(1.581.706)	-	1.474.498
- Rotativos	572.198	(12.483)	(5.821)	3.424	10.171	206.870	(167.086)	-	607.273
Pessoa Física	7.257.404	(219.071)	(215.722)	286.340	1.036.097	3.243.381	(3.789.382)	-	7.599.047
- Financiamentos	374.887	(28.164)	(24.133)	41.539	79.521	240.966	(186.039)	-	498.577
- Empréstimos	3.461.557	(122.101)	(173.012)	211.741	749.624	2.144.110	(2.433.389)	-	3.838.530
- Rotativos	3.420.960	(68.806)	(18.577)	33.060	206.952	858.305	(1.169.954)	-	3.261.940
Total	11.003.270	(337.105)	(336.197)	353.444	1.399.509	5.066.286	(6.314.184)	-	10.835.023

Estágio 2	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	1.015.120	(67.104)	(163.469)	118.034	644.503	710.708	(914.577)	-	1.343.215
- Financiamentos	258.842	(17.547)	(44.988)	24.415	7.891	99.472	(103.965)	-	224.120
- Empréstimos	620.261	(46.133)	(113.420)	81.136	628.395	466.187	(721.385)	-	915.041
- Rotativos	136.017	(3.424)	(5.061)	12.483	8.217	145.049	(89.227)	-	204.054
Pessoa Física	3.200.306	(286.340)	(420.849)	219.071	785.417	2.243.170	(1.900.194)	-	3.840.581
- Financiamentos	404.722	(41.539)	(119.299)	28.164	48.875	181.708	98	-	502.729
- Empréstimos	2.107.776	(211.656)	(277.460)	122.296	679.648	1.390.225	(1.345.335)	-	2.465.494
- Rotativos	687.808	(33.145)	(24.090)	68.611	56.894	671.237	(554.957)	-	872.358
Total	4.215.426	(353.444)	(584.318)	337.105	1.429.920	2.953.878	(2.814.771)	-	5.183.796

Estágio 3	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	15.492.712	(363.412)	(644.503)	120.475	163.469	5.530.824	2.904.118	(10.442.821)	12.760.862
- Financiamentos	2.149.523	(38.105)	(7.891)	17.434	44.988	208.917	(97.512)	(580.276)	1.697.078
- Empréstimos	12.483.496	(315.136)	(628.395)	97.220	113.420	4.486.131	2.227.456	(8.537.794)	9.926.398
- Rotativos	859.693	(10.171)	(8.217)	5.821	5.061	835.776	774.174	(1.324.751)	1.137.386
Pessoa Física	20.851.509	(1.036.097)	(785.417)	215.722	420.849	12.772.323	12.868.093	(23.993.381)	21.313.601
- Financiamentos	1.710.662	(79.521)	(48.875)	24.133	119.299	476.260	1.298.384	(929.520)	2.570.822
- Empréstimos	12.317.493	(749.622)	(679.645)	173.013	277.460	6.314.435	7.841.495	(13.894.668)	11.599.961
- Rotativos	6.823.354	(206.954)	(56.897)	18.576	24.090	5.981.628	3.728.214	(9.169.193)	7.142.818
Total	36.344.221	(1.399.509)	(1.429.920)	336.197	584.318	18.303.147	15.772.211	(34.436.202)	34.074.463

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil				
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Originados	Constituição/ Reversão (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	20.253.698	8.064.437	(535.261)	(10.442.821)	17.340.053
- Financiamentos	3.912.311	720.855	(977.487)	(580.276)	3.075.403
- Empréstimos	14.773.479	6.155.887	(75.635)	(8.537.794)	12.315.937
- Rotativos	1.567.908	1.187.695	517.861	(1.324.751)	1.948.713
Pessoa Física	31.309.219	18.258.874	7.178.517	(23.993.381)	32.753.229
- Financiamentos	2.490.271	898.934	1.112.443	(929.520)	3.572.128
- Empréstimos	17.886.826	9.848.770	4.062.771	(13.894.668)	17.903.699
- Rotativos	10.932.122	7.511.170	2.003.303	(9.169.193)	11.277.402
Total	51.562.917	26.323.311	6.643.256	(34.436.202)	50.093.282

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

Estágio 1	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Pessoa Jurídica	3.710.730	(116.449)	(134.318)	166.683	63.654	2.411.870	(2.356.304)	-	3.745.866
- Financiamentos	1.269.857	(29.252)	(13.511)	68.404	6.305	620.597	(418.454)	-	1.503.946
- Empréstimos	1.919.049	(74.163)	(103.007)	91.372	53.871	1.596.733	(1.814.133)	-	1.669.722
- Rotativos	521.824	(13.034)	(17.800)	6.907	3.478	194.540	(123.717)	-	572.198
Pessoa Física	6.245.565	(185.973)	(259.775)	272.766	334.396	3.875.327	(3.024.902)	-	7.257.404
- Financiamentos	437.273	(37.461)	(23.115)	82.535	38.354	183.386	(306.085)	-	374.887
- Empréstimos	2.457.473	(76.558)	(108.329)	141.655	238.173	2.472.719	(1.663.576)	-	3.461.557
- Rotativos	3.350.819	(71.954)	(128.331)	48.576	57.869	1.219.222	(1.055.241)	-	3.420.960
Total	9.956.295	(302.422)	(394.093)	439.449	398.050	6.287.197	(5.381.206)	-	11.003.270

Estágio 2	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Pessoa Jurídica	2.407.449	(166.683)	(558.573)	116.449	109.540	510.283	(1.403.345)	-	1.015.120
- Financiamentos	277.782	(68.404)	(37.072)	29.252	15.227	66.023	(23.966)	-	258.842
- Empréstimos	1.968.250	(91.372)	(510.770)	74.163	90.757	386.785	(1.297.552)	-	620.261
- Rotativos	161.417	(6.907)	(10.731)	13.034	3.556	57.475	(81.827)	-	136.017
Pessoa Física	3.073.021	(272.766)	(379.103)	185.973	313.107	1.747.141	(1.467.067)	-	3.200.306
- Financiamentos	468.003	(82.535)	(71.207)	37.461	20.459	155.931	(123.390)	-	404.722
- Empréstimos	1.860.757	(141.655)	(239.411)	76.558	265.398	1.297.469	(1.011.340)	-	2.107.776
- Rotativos	744.261	(48.576)	(68.485)	71.954	27.250	293.741	(332.337)	-	687.808
Total	5.480.470	(439.449)	(937.676)	302.422	422.647	2.257.424	(2.870.412)	-	4.215.426

Estágio 3	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Pessoa Jurídica	17.045.918	(63.654)	(109.540)	134.318	558.573	7.338.511	4.516.910	(13.928.324)	15.492.712
- Financiamentos	2.405.662	(6.305)	(15.227)	13.511	37.072	326.738	955.271	(1.567.199)	2.149.523
- Empréstimos	13.348.041	(53.871)	(90.757)	103.007	510.770	6.786.917	2.497.132	(10.617.743)	12.483.496
- Rotativos	1.292.215	(3.478)	(3.556)	17.800	10.731	224.856	1.064.507	(1.743.382)	859.693
Pessoa Física	21.179.127	(334.396)	(313.107)	259.775	379.103	9.908.384	14.421.714	(24.649.091)	20.851.509
- Financiamentos	1.380.788	(38.354)	(20.459)	23.115	71.207	406.606	1.560.047	(1.672.288)	1.710.662
- Empréstimos	10.928.409	(238.173)	(265.398)	108.329	239.411	7.272.869	5.880.689	(11.608.643)	12.317.493
- Rotativos	8.869.930	(57.869)	(27.250)	128.331	68.485	2.228.909	6.980.978	(11.368.160)	6.823.354
Total	38.225.045	(398.050)	(422.647)	394.093	937.676	17.246.895	18.938.624	(38.577.415)	36.344.221

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil				
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Originados	Constituição/ Reversão (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Pessoa Jurídica	23.164.097	10.260.664	757.261	(13.928.324)	20.253.698
- Financiamentos	3.953.301	1.013.358	512.851	(1.567.199)	3.912.311
- Empréstimos	17.235.340	8.770.435	(614.553)	(10.617.743)	14.773.479
- Rotativos	1.975.456	476.871	858.963	(1.743.382)	1.567.908
Pessoa Física	30.497.713	15.530.852	9.929.745	(24.649.091)	31.309.219
- Financiamentos	2.286.064	745.923	1.130.572	(1.672.288)	2.490.271
- Empréstimos	15.246.639	11.043.057	3.205.773	(11.608.643)	17.886.826
- Rotativos	12.965.010	3.741.872	5.593.400	(11.368.160)	10.932.122
Total	53.661.810	25.791.516	10.687.006	(38.577.415)	51.562.917

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

e) Análise de sensibilidade

A mensuração da perda de créditos esperadas incorpora informações prospectivas a partir de projeções de cenários econômicos, que são desenvolvidos por uma equipe de especialistas e aprovados conforme governança de riscos da Organização. Cada cenário econômico possui a evolução ao longo do tempo de um rol de variáveis macroeconômicas, dentre as quais podemos destacar: índices de inflação (IPCA), índices de atividade econômica (PIB, desemprego, etc), taxas de juros brasileira e moedas, refletindo as expectativas e premissas de cada cenário. As projeções são revisadas minimamente anualmente, sendo mais tempestiva em casos de eventos relevantes que possam alterar de forma material as perspectivas futuras.

A estimativa da perda de crédito esperada é feita pela combinação de múltiplos cenários, que são ponderados de acordo com a probabilidade atribuída a cada cenário, sendo o cenário base o mais provável. Em vista a determinar possíveis oscilações da perda esperada decorrentes das projeções econômicas, foram feitas simulações alterando a ponderação dos cenários utilizados no cálculo da perda esperada. No quadro abaixo demonstramos as probabilidades atribuídas a cada cenário e os impactos:

	Em 31 de dezembro de 2025 - R\$ mil			
	Ponderação			Constituição/ (Reversão)
	Cenário Base	Cenário Otimista*	Cenário Pessimista**	
Simulação 1	100%	-	-	(320.747)
Simulação 2	-	100%	-	(624.285)
Simulação 3	-	-	100%	813.197

* Cenário em que a economia cresce mais que o esperado.

** Cenário em que a economia cresce menos do que o esperado.

f) Perda esperada de empréstimos e adiantamentos

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Constituição	34.438.405	36.478.523	34.849.384
Recuperações	(5.760.548)	(9.841.746)	(4.672.395)
Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito líquida de recuperações	28.677.857	26.636.777	30.176.989

g) Empréstimos e adiantamentos a clientes reestruturados

No total de “Empréstimos e adiantamentos a clientes com perda esperada”, onde estão incluídas as reestruturações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

Reestruturações podem ocorrer tanto em função de atrasos nos pagamentos ou de percepção de que a qualidade do crédito se deteriorou fortemente. O objetivo das reestruturações é adequar as operações à nova capacidade do cliente de pagar seu débito.

A tabela a seguir demonstra as mudanças efetuadas e a nossa análise da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes reestruturados:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Saldo inicial	34.755.068	39.111.735
Reestruturação	18.414.187	26.780.598
Recebimento/Outros (1)	(13.955.482)	(18.853.221)
Baixas	(12.601.134)	(12.284.044)
Saldo final	26.612.639	34.755.068
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	(13.582.459)	(19.091.460)
Empréstimos e adiantamentos aos clientes totais renegociados, líquido de perda esperada	13.030.180	15.663.608
Perda esperada sobre os empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do total dos empréstimos e adiantamentos renegociados	51,0%	54,9%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total	3,4%	4,8%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total, líquido de perda esperada	3,6%	5,2%

(1) Contempla a liquidação de contratos renegociados por meio da realização de novas operações.

No momento em que o empréstimo é modificado, a Administração considera as condições do novo empréstimo e o vencimento reestruturado, e não mais o considera vencido. A partir da data da modificação, os juros reestruturados começam a acumular, utilizando o método da taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos reestruturados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir desse ponto.

Esses instrumentos têm o seu reconhecimento de receita suspenso (*stop-accrual*), sendo contabilizados apenas no seu reconhecimento, pelo regime de caixa. Essa abordagem também se aplica a possíveis ganhos obtidos nas reestruturações.

Os eventuais ganhos provenientes da reestruturação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos, independentemente de serem operações ativas ou recuperadas de prejuízos.

12) ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Bens não de uso próprio		
Imóveis	1.184.225	1.082.436
Veículos e afins	426.895	343.948
Máquinas e equipamentos	1.742	546
Outros (1)	2.144.640	2.068.020
Total	3.757.502	3.494.950

(1) Contempla R\$ 2.060.445 mil de ações de companhias abertas recebidas em dação de pagamento, destinadas para alienação e estão disponíveis para venda.

Os ativos não circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes mantidos para venda por meio da execução de leilões, os quais ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não correntes mantidos para venda são destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e sua ocorrência é esperada em até um ano.

13) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E JOINT VENTURE**a) Composição dos investimentos em coligadas e joint venture**

Empresa	R\$ mil									
	Em 31 de dezembro de 2025							Acumulado em 31 de dezembro de 2025		
	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Ativo Circulante da investida	Ativo Não Circulante da investida	Passivo Circulante da investida	Passivo Não Circulante da investida	Resultado da equivalência patrimonial (1)	Receitas (2)	Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	20,00%	20,00%	109.290	5.862.399	2.236.478	5.255.969	2.299.487	13.635	995.371	68.175
Tecnologia Bancária S.A. (3)	24,55%	24,32%	249.118	766.711	2.473.255	668.796	1.579.574	7.841	254.190	31.939
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (3)	40,00%	40,00%	534.853	3.075.599	2.171.323	3.187.083	959.644	20.053	2.718.632	50.133
Elo Participações Ltda. (4)	50,01%	50,01%	1.242.721	1.433.582	6.152.357	597.993	4.375.461	1.020.208	762.567	2.040.008
Outras (5)			11.147.458					1.100.890		
Total geral em 31 de dezembro de 2025			13.283.440					2.162.627		

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Receita da intermediação financeira ou receita de prestação de serviços;

(3) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação a data-base das demonstrações financeiras, permitidos pela regulamentação;

(4) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento; e

(5) Inclui, basicamente, investimentos na Cielo S.A., Fleury S.A. e Banco John Deere. No acumulado em 31 de dezembro de 2025, a Organização recebeu dividendos e/ou juros sobre capital próprio de R\$ 123.957 mil referente à Empresa Cielo S.A. e R\$ 237.235 mil das demais empresas.

Empresa	R\$ mil									
	Em 31 de dezembro de 2024							Acumulado em 31 de dezembro de 2024		
	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Ativo Circulante da investida	Ativo Não Circulante da investida	Passivo Circulante da investida	Passivo Não Circulante da investida	Resultado da equivalência patrimonial (1)	Receitas (2)	Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	20,00%	20,00%	98.243	5.099.950	1.945.607	4.559.541	1.994.799	(4.715)	668.016	(23.575)
Tecnologia Bancária S.A. (3)	24,55%	24,32%	241.277	854.080	2.354.233	774.316	1.471.727	3.710	2.783.255	15.255
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (3)	40,00%	40,00%	552.687	2.667.390	2.356.236	3.026.387	854.949	37.633	2.252.238	94.083
Elo Participações Ltda. (4)	50,01%	50,01%	2.263.011	963.331	4.746.612	965.266	91.253	784.391	1.813.170	1.566.669
Outras (5) (6)			7.873.794					710.566		
Total geral em 31 de dezembro de 2024			11.029.012							
Total geral em 31 de dezembro de 2024								1.531.585		

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Receita da intermediação financeira ou receita de prestação de serviços;

(3) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação a data-base das demonstrações financeiras, permitidos pela regulamentação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Organização recebeu de dividendos de R\$ 2.204 mil referente à Empresa Tecnologia Bancária S.A.;

(4) Em agosto de 2024, foi realizado o leilão da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Cielo S.A. para conversão do seu registro de companhia aberta da categoria “A” para “B” na Comissão de Valores Mobiliários e saída do segmento Novo Mercado da B3 S.A., com isso, o total da participação da Organização na Cielo S.A. passou a ser de 50,72%, sendo 30,61% de participação direta e 20,11% de participação indireta, por meio das empresas do Grupo Elopár (em 31 de dezembro de 2023, a participação total era de 31,41%, sendo que a participação direta era de 30,06%). A Organização recebeu da Cielo S.A. juros sobre capital próprio de R\$ 151.453 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Mais informações na Nota 42;

(5) Inclui, basicamente, investimentos em companhia aberta e Cielo S.A.; e

(6) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento. A Organização recebeu de dividendos, R\$ 64.922 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 referente à Empresa Elo Participações Ltda.

A Organização não possui passivos contingentes de investimentos em coligadas, o qual é responsável em parte ou na totalidade.

b) Movimentação dos investimentos em coligadas

	R\$ mil	
	2025	2024
Saldo no início do período	11.029.012	9.616.840
Entradas	2.800.124	1.159.572
Baixas	(65.458)	-
Resultado de participações em coligadas	2.162.627	1.531.585
Dividendos/JCP	(2.533.771)	(1.695.067)
Outras	(109.094)	416.082
Saldo em 31 de dezembro	13.283.440	11.029.012

14) IMOBILIZADO DE USO

a) Composição por classe de imobilizado de uso

	R\$ mil			
	Vida útil estimada	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Edificações	4%	4.483.554	(1.609.574)	2.873.980
Terrenos	-	857.826	-	857.826
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	5.896.736	(2.949.984)	2.946.752
Sistemas de segurança e comunicações	10% a 20%	387.701	(262.853)	124.848
Sistemas de processamento de dados	20% a 40%	7.699.621	(5.290.697)	2.408.924
Sistemas de transportes	10% a 20%	338.092	(144.931)	193.161
Saldos em 31 de dezembro de 2025 (1) (2)		19.663.530	(10.258.039)	9.405.491
Edificações	4%	8.251.334	(5.391.615)	2.859.719
Terrenos	-	871.952	-	871.952
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	5.573.061	(2.866.228)	2.706.833
Sistemas de segurança e comunicações	10% a 20%	386.802	(267.132)	119.670
Sistemas de processamento de dados	20% a 40%	13.641.163	(10.208.530)	3.432.633
Sistemas de transportes	10% a 20%	367.431	(137.794)	229.637
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (1)		29.091.743	(18.871.299)	10.220.444

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma IFRS 16; e

(2) Em 2025 houve a baixa de bens já depreciados.

Celebramos contratos de arrendamento mercantil, basicamente, para imóveis e equipamentos de processamento de dados, que são registrados como edificações e equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Veja Nota 23 para a divulgação da obrigação.

b) Movimentação líquida do imobilizado de uso por classe

	R\$ mil						
	Edificações	Terrenos	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistema de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transporte	Total (1)
Saldo ajustado em 31 de dezembro de 2023	3.610.211	912.088	3.074.492	126.350	3.305.062	89.806	11.118.009
Adições/(Baixas)	(190.906)	(40.136)	7.551	23.881	1.750.744	175.330	1.726.464
Depreciação (2)	(559.586)	-	(374.968)	(30.293)	(1.621.935)	(35.499)	(2.622.281)
Redução ao valor recuperável	-	-	(242)	(268)	(1.238)	-	(1.748)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.859.719	871.952	2.706.833	119.670	3.432.633	229.637	10.220.444
Adições/(Baixas)	641.496	(14.126)	1.269.771	33.436	(248.520)	4.043	1.686.100
Depreciação (2)	(627.235)	-	(1.029.489)	(28.253)	(774.159)	(40.519)	(2.499.655)
Redução ao valor recuperável	-	-	(363)	(5)	(1.030)	-	(1.398)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.873.980	857.826	2.946.752	124.848	2.408.924	193.161	9.405.491

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma IFRS 16; e

(2) A diferença de R\$ 54.180 mil (2024 - R\$ 58.952 mil) em relação ao montante apresentado na nota 35 refere-se a despesas atribuíveis aos contratos de seguros os quais são apresentados na Demonstração do Resultado na rubrica "Resultado de seguros e previdência".

15) ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO

a) Movimentação dos ativos intangíveis e ágio por classe

	R\$ mil					
	Ágio	Ativos intangíveis				
		Aquisição de direitos financeiros (1)	Software (1)	Carteira de clientes (1)	Outros (1)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.596.649	5.811.168	8.463.216	1.115.481	120.632	22.107.146
Adições/(Baixas)	133.993	1.556.377	3.649.518	114.230	334.371	5.788.489
Redução ao valor recuperável	-	(498)	(35.478)	-	-	(35.976)
Amortização (2)	-	(1.831.669)	(1.789.426)	(253.491)	(235.865)	(4.110.451)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.730.642	5.535.378	10.287.830	976.220	219.138	23.749.208
Adições/(Baixas)	(125.639)	1.999.869	4.946.676	63.025	52.624	6.936.555
Redução ao valor recuperável	-	(22.470)	(1.772)	-	-	(24.242)
Amortização (2)	-	(1.853.479)	(2.791.502)	(180.253)	(96.628)	(4.921.862)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.605.003	5.659.298	12.441.232	858.992	175.134	25.739.659

(1) Taxa de amortização: aquisição de direitos bancários, carteira de clientes e outros – dentro dos prazos do contrato e *software* – até 10%; e
(2) A diferença de R\$ 304.070 mil (2024 - R\$ 304.431 mil) em relação ao montante apresentado na nota 35 refere-se a despesas atribuíveis aos contratos de seguros os quais são apresentados na Demonstração do Resultado na rubrica "Resultado de seguros e previdência".

b) Composição do ágio por segmento

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Bancário	6.101.977	6.230.002
Seguros	503.026	500.640
Total	6.605.003	6.730.642

As Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) alocadas no segmento bancário e de Seguros, Previdência e Capitalização são testados anualmente para perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio. Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio em 2025 e 2024.

16) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Ativos financeiros (1) (2)	73.426.822	81.195.242
Operações de câmbio (3)	31.881.934	44.132.289
Devedores por depósitos em garantia (4)	23.808.198	21.743.293
Negociação e intermediação de valores	6.014.189	5.848.323
Títulos e créditos a receber	5.904.620	6.032.514
Rendas a receber	5.817.881	3.438.823
Outros ativos	17.284.492	15.824.815
Devedores diversos	5.170.650	5.777.906
Despesas antecipadas	5.081.590	3.568.136
Relações interfinanceiras e interdependências	139.613	224.343
Outros (5)	6.892.639	6.254.430
Total	90.711.314	97.020.057

(1) Ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado;

(2) Em 2025 e 2024, não houve constituição de perdas esperadas para outros ativos financeiros;

(3) Refere-se, basicamente, a compras em moeda estrangeira efetuadas pela instituição para os clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrentes de operações de venda de câmbio;

(4) Refere-se a depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, inclusive garantias prestadas em dinheiro, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou juízos e os que garantem prestação de serviço de qualquer natureza; e

(5) Inclui, basicamente, material em estoque, valores a receber, outros adiantamentos, antecipações e pagamentos a ressarcir e propriedade para investimento.

17) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os passivos financeiros denominados de “Recursos de instituições financeiras” são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

a) Composição por natureza

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Depósitos à vista	1.203.130	1.419.303
Depósitos interfinanceiros	5.485.877	3.008.439
Captações no mercado aberto	349.702.217	283.049.765
Obrigações por empréstimos	38.999.650	46.769.666
Obrigações por repasses	31.708.620	27.571.137
Total	427.099.494	361.818.310

18) RECURSOS DE CLIENTES

Os passivos financeiros denominados de “Recursos de clientes” são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Depósitos à vista	36.792.675	44.119.254
Depósitos de poupança	124.461.404	132.502.157
Depósitos a prazo	560.020.072	467.717.052
Total	721.274.151	644.338.463

19) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS**a) Composição por tipo de papel emitido e localização**

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Títulos emitidos – País:		
Letras de crédito imobiliário	75.321.675	55.865.741
Letras de agronegócio	54.287.950	46.738.613
Letras financeiras	135.672.973	106.220.794
Letras imobiliárias garantidas	23.600.199	35.805.829
Subtotal	288.882.797	244.630.977
Títulos e valores mobiliários – Exterior:		
MTN Program Issues (1)	11.423.465	9.529.345
Subtotal	11.423.465	9.529.345
Certificados de operações estruturadas	5.954.420	3.817.022
Total geral	306.260.682	257.977.344

(1) Emissão de títulos no mercado internacional para aplicação em operações comerciais de câmbio, pré-financiamento à exportação, financiamento à importação e financiamento de capital de giro, substancialmente, a médio e longo prazo.

b) Movimentação líquida de recursos de emissão de títulos

	R\$ mil	
	2025	2024
Saldo inicial no período	257.977.344	244.966.258
Emissões	156.468.949	54.734.757
Juros	32.907.338	27.427.073
Liquidação e pagamentos de juros	(143.196.203)	(70.199.968)
Variação cambial	2.103.254	1.049.224
Saldo final em 31 de dezembro	306.260.682	257.977.344

20) DÍVIDAS SUBORDINADAS**a) Composição das dívidas subordinadas**

Vencimento	R\$ mil			
	Prazo original em anos	Valor da operação	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
No País:				
Letras Financeiras:				
2025	7	-	-	6.659.038
2027	7	13.000	24.005	640.590
2025	8	-	-	3.693.797
2026	8	694.800	1.380.842	1.193.335
2028	8	-	-	88.658
2030	8	2.368.200	3.923.963	3.365.783
2025	9	-	-	755.966
2027	9	89.700	187.469	163.973
2025	10	-	-	648.219
2026	10	196.196	655.486	571.365
2027	10	256.243	586.866	523.757
2028	10	248.300	567.279	505.316
2030	10	124.500	213.615	210.044
2031	10	7.270.000	13.246.380	11.319.069
2032	10	5.378.500	8.884.021	7.606.668
2033	10	531.000	700.964	626.578
2035	10	2.503.500	2.519.653	-
2026	11	2.500	4.531	4.337
2027	11	47.046	118.795	102.990
2028	11	74.764	176.548	159.193
Perpétua	-	19.064.300	21.524.109	18.620.251
Total geral (1)			54.714.526	57.458.927

(1) Inclui o montante de R\$ 50.648.748 mil (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 43.096.504 mil), referente as dívidas subordinadas registradas como “Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital” para fins de capital regulamentar.

b) Movimentação líquida das dívidas subordinadas

	R\$ mil	
	2025	2024
Saldo inicial no período	57.458.927	50.337.854
Emissões	8.059.200	9.000.300
Juros	8.397.038	6.378.786
Liquidação e pagamentos de juros	(19.200.639)	(8.258.013)
Saldo final em 31 de dezembro	54.714.526	57.458.927

21) CONTRATOS DE SEGUROS**a) Passivos de contratos de seguros**

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2025			Em 31 de dezembro de 2024		
	PAA	BBA/VFA	Total	PAA	BBA/VFA	Total
Passivo de cobertura remanescente (PCR)	2.705.391	400.033.295	402.738.686	3.413.117	359.997.742	363.410.859
- Valor presente dos fluxos de caixa futuros (BEL)	-	376.309.243	376.309.243	-	333.588.968	333.588.968
- Ajuste do risco não financeiro (RA)	-	1.419.950	1.419.950	-	1.713.661	1.713.661
- Margem de cobertura de seguros (CSM)	-	22.304.102	22.304.102	-	24.695.113	24.695.113
- Abordagem de alocação de prêmios (PAA)	2.705.391	-	2.705.391	3.413.117	-	3.413.117
Passivo de sinistros incorridos	15.034.052	1.942.738	16.976.790	13.527.747	1.854.214	15.381.961
- Melhor estimativa do passivo (BEL)	14.602.721	1.875.947	16.478.668	13.109.372	1.788.775	14.898.147
- Ajuste do risco não financeiro (RA)	431.331	66.791	498.122	418.375	65.439	483.814
Total dos passivos de contrato de seguros	17.739.443	401.976.033	419.715.476	16.940.864	361.851.956	378.792.820

b) Cobertura remanescente para modelo geral (BBA)/abordagem de taxa variável (VFA)

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2025			Em 31 de dezembro de 2024		
	Contratos Não Onerosos	Contratos onerosos	Total	Contratos Não Onerosos	Contratos onerosos	Total
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de saída futuros	442.481.502	29.420.780	471.902.282	415.934.920	32.862.946	448.797.866
- Fluxos de caixa de aquisição	4.114.779	94.408	4.209.187	3.789.618	119.449	3.909.067
- Sinistros e outras despesas diretamente atribuíveis	438.366.723	29.326.372	467.693.095	412.145.302	32.743.497	444.888.799
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de entrada futura	(91.025.507)	(4.567.532)	(95.593.039)	(109.275.236)	(5.933.662)	(115.208.898)
Ajuste de risco não financeiro	792.866	627.084	1.419.950	926.022	787.639	1.713.661
Margem de cobertura de seguros	22.189.750	114.352	22.304.102	24.594.993	100.120	24.695.113
Total de cobertura remanescente do modelo geral/modelo de taxa variável	374.438.611	25.594.684	400.033.295	332.180.699	27.817.043	359.997.742

c) Realização da margem de cobertura de seguros

	R\$ mil						
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Contratos de Seguro Emitidos							
- Seguro Direto	3.096.388	2.627.326	2.196.746	1.874.844	1.905.095	10.603.703	22.304.102
Modelo geral/ abordagem de taxa variável em 31 de dezembro de 2025	3.096.388	2.627.326	2.196.746	1.874.844	1.905.095	10.603.703	22.304.102
Contratos de Seguro Emitidos							
- Seguro Direto	2.450.329	2.180.759	1.840.336	1.603.463	1.410.985	15.209.241	24.695.113
Modelo geral/ abordagem de taxa variável em 31 de dezembro de 2024	2.450.329	2.180.759	1.840.336	1.603.463	1.410.985	15.209.241	24.695.113

d) Movimentação da Provisão de Cobertura Remanescente (PCR)

Valores reconhecidos para cobertura remanescente	R\$ mil						
	BBA/VFA				PAA	Total	
	Excluindo Componente de Perda			Componente de Perda	TOTAL BBA/VFA		Abordagem de alocação de prêmios
	BEL	RA	CSM	BEL			
Saldo inicial no exercício	326.129.277	1.713.661	24.695.113	7.459.691	359.997.742	3.413.117	363.410.859
Mudanças técnicas relacionadas ao período atual (Receita Seguros)	(5.574.087)	(183.388)	(1.777.555)	-	(7.535.030)	(53.576.235)	(61.111.265)
Contratos pelo método retrospectivo total	(558.471)	(23.137)	(554.386)	-	(1.135.994)	-	(1.135.994)
Contratos pelo método do valor justo	(3.925.741)	(111.194)	(470.583)	-	(4.507.518)	-	(4.507.518)
Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	(1.071.914)	(49.057)	(752.586)	-	(1.873.557)	-	(1.873.557)
Apropriação referente a melhor estimativa de saída	(17.961)	-	-	-	(17.961)	-	(17.961)
Apropriação referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	-	-	-	-	-	(53.576.235)	(53.576.235)
Mudanças técnicas relacionadas aos períodos futuros	6.852.561	(258.151)	(1.861.042)	2	4.733.370	(3.923.166)	810.204
Mudanças nas estimativas que ajustam a margem de cobertura de seguros	9.089.018	(396.880)	(8.714.884)	2	(22.744)	-	(22.744)
Mudanças nas estimativas que não ajustam a margem de cobertura de seguros (ORA)	(1.417.395)	(47.963)	-	-	(1.465.358)	-	(1.465.358)
Apropriação / constituição referente a melhor estimativa de saída	5.488	-	903.627	-	909.115	-	909.115
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(824.550)	186.692	5.950.215	-	5.312.357	(3.923.166)	1.389.191
Despesas de Seguros	254.253	-	-	247.134	501.387	4.454.622	4.956.009
Constituição de contratos onerosos	-	-	-	247.134	247.134	-	247.134
Custo de aquisição	254.253	-	-	-	254.253	4.454.622	4.708.875
Despesas financeiras	45.340.000	147.828	1.247.586	61.345	46.796.759	-	46.796.759
Despesas financeiras de contratos de seguro	45.340.000	147.828	1.247.586	61.345	46.796.759	-	46.796.759
Fluxos de caixa	(4.460.933)	-	-	-	(4.460.933)	52.337.053	47.876.120
Prêmios recebidos	43.647.318	-	-	-	43.647.318	56.622.055	100.269.373
Componente de investimento	(47.689.292)	-	-	-	(47.689.292)	-	(47.689.292)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(418.959)	-	-	-	(418.959)	(4.285.002)	(4.703.961)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	368.541.071	1.419.950	22.304.102	7.768.172	400.033.295	2.705.391	402.738.686

Valores reconhecidos para cobertura remanescente	R\$ mil						
	BBA/VFA					PAA	Total
	Excluindo Componente de Perda			Componente de Perda	TOTAL BBA/VFA	Abordagem de alocação de prêmios	
	BEL	RA	CSM	BEL			
Saldo inicial no exercício	295.007.749	1.832.047	24.414.758	6.637.197	327.891.751	3.256.881	331.148.632
Mudanças técnicas relacionadas ao período atual (Receita Seguros)	(5.297.914)	(168.464)	(2.328.612)	-	(7.794.990)	(49.545.938)	(57.340.928)
Contratos pelo método retrospectivo total	(596.582)	(30.954)	(947.502)	-	(1.575.038)	-	(1.575.038)
Contratos pelo método do valor justo	(3.979.828)	(114.747)	(858.995)	-	(4.953.570)	-	(4.953.570)
Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	(678.657)	(22.763)	(522.115)	-	(1.223.535)	-	(1.223.535)
Apropriação referente a melhor estimativa de saída	(42.847)	-	-	-	(42.847)	-	(42.847)
Apropriação referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	-	-	-	-	-	(49.545.938)	(49.545.938)
Mudanças técnicas relacionadas aos períodos futuros	(1.221.520)	(71.048)	1.736.361	(512.188)	(68.395)	(618.023)	(686.418)
Mudanças nas estimativas que ajustam a margem de cobertura de seguros	4.826.038	(128.048)	(4.692.900)	(512.188)	(507.098)	-	(507.098)
Mudanças nas estimativas que não ajustam a margem de cobertura de seguros (ORA)	(3.443.788)	(106.907)	-	-	(3.550.695)	-	(3.550.695)
Apropriação / constituição referente a melhor estimativa de saída	3.219	-	1.620.038	-	1.623.257	-	1.623.257
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(2.606.989)	163.907	4.809.223	-	2.366.141	(618.023)	1.748.118
Despesas de Seguros	224.162	-	-	1.334.682	1.558.844	3.838.715	5.397.559
Constituição de contratos onerosos	-	-	-	1.334.682	1.334.682	-	1.334.682
Custo de aquisição	224.162	-	-	-	224.162	3.838.715	4.062.877
Despesas financeiras	28.159.122	121.126	872.606	-	29.152.854	-	29.152.854
Despesas financeiras de contratos de seguro	28.159.122	121.126	872.606	-	29.152.854	-	29.152.854
Fluxos de caixa	9.257.678	-	-	-	9.257.678	46.481.482	55.739.160
Prêmios recebidos	51.516.743	-	-	-	51.516.743	50.320.197	101.836.940
Componente de investimento	(41.788.964)	-	-	-	(41.788.964)	-	(41.788.964)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(470.101)	-	-	-	(470.101)	(3.838.715)	(4.308.816)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	326.129.277	1.713.661	24.695.113	7.459.691	359.997.742	3.413.117	363.410.859

e) Movimentação da Provisão de Sinistro (PSI)

	R\$ mil						
	PSI - BBA e VFA			PSI - PAA			TOTAL PSI
	BEL	RA	Total Passivo de sinistros incorridos - BBA e VFA	BEL	RA	Total Passivo de sinistros incorridos - PAA	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.302.911	71.949	1.374.860	11.847.652	421.079	12.268.731	13.643.591
Despesas com prestação de seguros	5.017.325	(8.627)	5.008.698	35.831.413	(5.539)	35.825.874	40.834.572
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de seguros	5.017.325	(8.627)	5.008.698	35.831.413	(5.539)	35.825.874	40.834.572
Ajustes de passivos de sinistros incorridos	47.381	-	47.381	(60.730)	-	(60.730)	(13.349)
Despesas financeiras de contratos de seguro	113.966	6.708	120.674	837.611	30.374	867.985	988.659
Mudanças reconhecidas em outros resultados abrangente	(43.788)	(4.591)	(48.379)	(289.739)	(27.539)	(317.278)	(365.657)
Fluxos de caixa	(4.649.020)	-	(4.649.020)	(35.056.836)	-	(35.056.836)	(39.705.856)
Sinistros e outras despesas com prestação de seguros pagas	(4.649.020)	-	(4.649.020)	(35.056.836)	-	(35.056.836)	(39.705.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.788.775	65.439	1.854.214	13.109.371	418.375	13.527.746	15.381.960
Despesas com prestação de seguros	4.567.752	(7.945)	4.559.807	37.640.301	(32.150)	37.608.151	42.167.958
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de seguros	4.567.752	(7.945)	4.559.807	37.640.301	(32.150)	37.608.151	42.167.958
Ajustes de passivos de sinistros incorridos	(116.836)	-	(116.836)	(2.253)	-	(2.253)	(119.089)
Despesas financeiras de contratos de seguro	180.693	8.245	188.938	1.292.003	43.205	1.335.208	1.524.146
Mudanças reconhecidas em outros resultados abrangente	(4.997)	1.052	(3.945)	(31.013)	1.901	(29.112)	(33.057)
Fluxos de caixa	(4.539.440)	-	(4.539.440)	(37.405.688)	-	(37.405.688)	(41.945.128)
Sinistros e outras despesas com prestação de seguros pagas	(4.539.440)	-	(4.539.440)	(37.405.688)	-	(37.405.688)	(41.945.128)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.875.947	66.791	1.942.738	14.602.721	431.331	15.034.052	16.976.790

f) Margem de cobertura de seguros

	R\$ mil							
	Exercício findo em 31 de dezembro							
	2025				2024			
	Contratos avaliados por meio do valor justo em transição	Contratos avaliados pelo método retrospectivo total	Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	Total	Contratos avaliados por meio do valor justo em transição	Contratos avaliados pelo método retrospectivo total	Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro	7.921.046	9.192.926	7.581.141	24.695.113	11.313.062	8.591.633	4.510.063	24.414.758
Mudanças em relação ao período atual	(470.583)	(554.386)	(752.586)	(1.777.555)	(858.995)	(947.502)	(522.115)	(2.328.612)
- Margem de cobertura de seguros reconhecidos no período	(470.583)	(554.386)	(752.586)	(1.777.555)	(858.995)	(947.502)	(522.115)	(2.328.612)
Mudanças em relação aos períodos futuros	(1.843.864)	(1.246.122)	1.228.944	(1.861.042)	(2.586.246)	1.126.523	3.196.084	1.736.361
- Contratos inicialmente reconhecidos	255.242	134.585	5.560.388	5.950.215	136.643	53.780	4.618.800	4.809.223
- Mudanças nas estimativas que ajustam a margem de cobertura de seguros	(2.099.106)	(1.380.707)	(4.331.444)	(7.811.257)	(2.722.889)	1.072.743	(1.422.716)	(3.072.862)
Total de mudanças técnicas	(2.314.447)	(1.800.508)	476.358	(3.638.597)	(3.445.241)	179.021	2.673.969	(592.251)
Despesas financeiras de contratos de seguro	32.886	392.804	821.896	1.247.586	53.225	422.272	397.109	872.606
Saldo final em 31 de dezembro	5.639.485	7.785.222	8.879.395	22.304.102	7.921.046	9.192.926	7.581.141	24.695.113

g) Movimentação de outros resultados abrangentes

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2025	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	3.614.624	1.265.455
Mudanças nos outros resultados abrangentes	901.156	2.349.169
Receitas e despesas reconhecidas no período em Outros resultados abrangentes	1.498.415	3.916.352
Imposto diferido	(597.259)	(1.567.183)
Saldo final em 31 de dezembro	4.515.780	3.614.624

h) Receita de seguros

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Valores relacionados a mudanças nas responsabilidades por cobertura remanescente (PCR)	61.111.265	57.340.928	51.252.827
Saídas referentes a contratos do modelo geral	5.574.087	5.296.714	4.806.022
- Expectativa de sinistros ocorridos e Despesas	5.301.873	5.029.705	4.701.972
- Recuperação de Fluxo de Caixa de Aquisição	254.253	224.162	116.814
- Ajustes experiência	17.961	42.847	(12.764)
Mudança no ajuste de risco não financeiro	183.388	169.664	171.746
Margem de cobertura de seguros reconhecidos para modelo geral e taxa variável	1.777.555	2.328.612	1.656.674
Saídas referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	53.576.235	49.545.938	44.618.385
Receita de Seguro	61.111.265	57.340.928	51.252.827

i) Despesa financeira de seguros

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Mudanças na obrigação de pagar decorrente do retorno de investimento	(14.160.134)	(8.459.749)	11.547.973
Acreditação de juros	(34.160.771)	(21.681.764)	22.338.084
Valores reconhecidos no resultado	(48.320.905)	(30.141.513)	33.886.057
Efeito das variações nas taxas de juros	1.498.415	3.916.352	1.871.540
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	1.498.415	3.916.352	1.871.540
Despesas financeiras de contratos de seguro emitidos	(46.822.490)	(26.225.161)	35.757.597

j) Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem por objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Ocorrência/Pagamento	R\$ mil									
	Ano de pagamento 1	Ano de pagamento 2	Ano de pagamento 3	Ano de pagamento 4	Ano de pagamento 5	Ano de pagamento 6	Ano de pagamento 7	Ano de pagamento 8	Ano de pagamento 9	Ano de pagamento 10
Ano de ocorrência 1	3.350.667	3.604.249	3.274.280	3.273.808	3.296.445	3.306.163	3.318.327	3.311.737	3.324.954	3.331.002
Ano de ocorrência 2	3.452.361	3.847.199	3.494.977	3.508.883	3.521.591	3.526.705	3.539.966	3.542.422	3.551.502	-
Ano de ocorrência 3	3.181.843	3.499.560	3.174.162	3.184.224	3.205.116	3.207.657	3.222.305	3.234.388	-	-
Ano de ocorrência 4	3.095.780	3.459.562	3.207.486	3.223.295	3.242.090	3.253.282	3.262.688	-	-	-
Ano de ocorrência 5	3.082.673	3.487.210	3.078.953	3.071.630	3.091.574	3.115.309	-	-	-	-
Ano de ocorrência 6	4.454.289	4.325.114	4.010.617	4.012.414	4.034.607	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 7	4.566.465	5.038.121	4.812.415	4.857.834	-	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 8	4.918.706	5.294.584	5.056.597	-	-	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 9	5.364.165	5.696.584	-	-	-	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 10	5.516.396	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos acumulados até a data base	5.516.396	5.696.584	5.056.597	4.857.834	4.034.607	3.115.309	3.262.688	3.234.388	3.551.502	3.331.002
Estimativa dos sinistros até a data base	19.900.189	7.198.107	5.613.467	5.140.266	4.267.857	3.244.240	3.346.298	3.298.429	3.598.850	3.331.002
Sinistros estimados a pagar até a data base	14.383.793	1.501.523	556.870	282.432	233.250	128.931	83.610	64.041	47.348	-

R\$ mil	
Sinistros estimados a pagar	17.281.798
Ajuste ao valor presente	(1.288.563)
Ajuste pelo risco não financeiro	238.737
Outras estimativas	744.818
Passivo para sinistros incorridos em 31 de dezembro de 2025	16.976.790

22) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**a) Ativos contingentes**

A Organização Bradesco mantém discussões, administrativas e judiciais, referentes a eventuais pagamentos a maior ou indevidos de tributos e contribuições federais. Os ativos contingentes, relativos aos tributos em discussão, bem como a estimativa dos valores a serem recuperados, quando aplicável, somente são reconhecidos quando o ganho da ação e o respectivo crédito forem praticamente certos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

I) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprimorados os parâmetros de mensuração para o registro da provisão, que é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, propensão a perda e correção monetária das médias apuradas, além da avaliação individual em casos específicos.

II) Processos cíveis

São pleitos de indenização referentes a produtos e serviços bancários e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas, conforme, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprimorados os parâmetros de mensuração para o registro da provisão, cujo os critérios próprios aplicados a cada tipo específico, os quais podem envolver o valor médio dos processos ou avaliação individual, sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Em relação as ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate à inflação nas décadas de 80 e 90, o Bradesco, embora tenha cumprido a legislação e regulamentação vigente à época, provisionou referidos processos, considerando as ações em que foi citado e as correspondentes perspectivas de

perdas de cada demanda, tendo em vista as decisões e as matérias ainda em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em dezembro de 2017, com mediação da Advocacia Geral da União (AGU) e interveniência do Banco Central do Brasil (BCB), as entidades representativas dos bancos e dos poupadores, firmaram acordo relacionado aos litígios de planos econômicos, com a finalidade de encerramento dessas ações, no qual foram estabelecidos condições e cronograma para os poupadores exercerem o direito a adesão. O referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1º de março de 2018. Em 11 de março de 2020 as entidades signatárias celebraram aditivo prorrogando o acordo coletivo pelo prazo de 5 (cinco) anos, o Supremo Tribunal Federal homologou a prorrogação do acordo por 30 meses. Em 16 de dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou o pedido de prorrogação do acordo por mais 30 meses. Em 23 de maio de 2025, o STF proferiu decisão reconhecendo a constitucionalidade dos planos econômicos, mas também validou o acordo firmado entre poupadores, bancos e entidades para o pagamento das diferenças de correção monetária, prorrogando o período para adesão em mais 24 meses a contar a partir do julgamento. Considerando tratar de acordo voluntário, o qual não obriga o poupador a adesão, não existe estimativa de quantos o farão. Destaca-se que, o Bradesco entende que possui provisionamento para cobrir os processos elegíveis ao referido acordo.

III) Provisão para riscos fiscais

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas, dos quais destacamos:

- PIS e Cofins – R\$ 3.467.535 mil (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 3.263.824 mil): pleiteia calcular e recolher as contribuições ao PIS e a Cofins somente sobre venda de mercadorias/prestação de serviços (faturamento), excluindo das bases de cálculo as receitas financeiras;

- PIS e Cofins – R\$ 951.899 mil (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 838.178 mil): pleiteia assegurar as empresas o direito de recolher as contribuições ao PIS e a Cofins pelo regime cumulativo (alíquota 3,65% sobre vendas de mercadorias/prestação de serviços);

- INSS - Contribuição ao SAT – R\$ 560.495 mil (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 527.030 mil): em ação ordinária movida pela Federação Nacional dos Bancos - Febraban, desde abril de 2007, em nome de seus associados, é questionado o enquadramento dos bancos no grau de risco mais elevado, no que tange ao Risco de Acidentes de Trabalho - RAT, o que acabou por elevar a alíquota da respectiva contribuição de 1% para 3%, conforme Decreto no 6.042/07; e

- Contribuições Previdenciárias – R\$ 11.293 mil (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 1.989.629 mil): relativas às contribuições previdenciárias sobre aportes em planos de previdência privada, referentes aos períodos anteriores, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias. No período, houve processos incluídos no Programa de Transação Integral (PTI) criado pela Portaria MF nº 1.384/2024.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema

judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV) Movimentação das provisões segregadas por natureza

	R\$ mil			
	Trabalhista	Cível	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.622.138	8.587.613	7.059.304	20.269.055
Atualização monetária	386.536	467.504	391.955	1.245.995
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	2.272.455	2.355.332	88.529	4.716.316
Pagamentos	(4.667.726)	(3.583.198)	(82.628)	(8.333.552)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.613.403	7.827.251	7.457.160	17.897.814
Atualização monetária	224.294	422.466	626.644	1.273.404
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	4.953.345	2.087.918	336.585	7.377.848
Pagamentos	(3.429.390)	(3.418.776)	(1.670.547)	(8.518.713)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.361.652	6.918.859	6.749.842	18.030.353

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram em 31 de dezembro de 2025, R\$ 1.456.696 mil para processos trabalhistas, R\$ 11.124.335 mil (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 11.570.068 mil) para os processos cíveis e R\$ 43.095.893 mil (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 46.932.523 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2012 a 2015 – R\$ 11.141.274 mil (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 12.239.074 mil): glosa de despesas operacionais de captação (CDI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas da Organização;
- COFINS – Anos bases de 1999 a 2014 – R\$ 10.475.878 mil (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 9.906.689 mil): autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98);
- IRPJ e CSLL – Anos bases de 2006 a 2020 – R\$ 7.749.082 mil (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 9.429.961 mil): lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos;
- Autuação de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2008 a 2019 – R\$ 3.502.232 mil (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 3.216.302 mil): relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos;
- PIS e COFINS – Autuações e glosas de compensações – R\$ 1.967.940 mil (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 1.919.536 mil): relativas à inconstitucional ampliação

da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), oriundas de empresas adquiridas;

- Juros Sobre Capital Próprio – Ano base 2019 e 2021 – R\$ 933.359 mil (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 196.906 mil): autuações de IRPJ/CSLL relativas aos anos de 2019 e 2021 questionando a dedutibilidade nas bases de cálculo dos tributos acima da despesa relativa ao Juros Sobre Capital Próprio;
- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2000 a 2014 – R\$ 835.865 mil (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 1.280.106 mil): relativas às glosas de despesas e exclusões sobre receitas de superveniência de depreciação, despesas de insuficiência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal; e
- PLR – Participação nos Lucros e Resultados – Anos bases de 2009 a 2011 – R\$ 202.467 mil (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 192.607 mil): autuações para exigência de contribuição previdenciária sobre valores pagos aos empregados como participação nos lucros e resultados, por suposto desatendimento das regras contidas na Lei nº 10.101/00 oriundas de empresas adquiridas.

23) OUTROS PASSIVOS

a) Outros passivos

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Passivos financeiros	117.391.205	101.086.011
Operações de cartões de crédito (1)	49.053.015	35.852.340
Operações de câmbio (2)	32.050.063	41.677.829
Obrigações com cessões de crédito	3.488.479	3.846.323
Planos de capitalização	10.266.997	9.707.588
Negociação e intermediação de valores	19.285.262	6.852.160
Passivo financeiro de arrendamento (Nota 23b)	3.247.389	3.149.771
Outros passivos	59.109.914	55.381.892
Recursos em trânsito de terceiros (3)	6.130.263	9.417.841
Provisão para pagamentos a efetuar	14.897.313	13.036.420
Credores diversos	7.717.585	6.591.177
Sociais e estatutárias	9.111.650	8.628.253
Outros impostos a pagar	2.272.401	1.827.943
Obrigações por aquisição de bens e direitos	625.933	929.055
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.030.874	853.978
Obrigações por cotas de fundos de investimento	3.799.034	2.868.334
Outros (4)	13.524.861	11.228.891
Total	176.501.119	156.467.903

(1) Referem-se a valores a pagar para estabelecimentos comerciais;

(2) Referem-se, basicamente, a vendas em moeda estrangeira efetuadas pela instituição a clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrente de operações de venda de câmbio;

(3) Referem-se, basicamente, as ordens de pagamento emitidas no país e o valor das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior; e

(4) Inclui, basicamente, créditos por recursos a liberar e obrigações por recursos de pagamentos.

b) Passivo de arrendamento

	R\$ mil
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	3.619.393
Remensuração e novos contratos	443.933
Pagamentos	(1.403.269)
Apropriação de encargos financeiros	489.714
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	3.149.771
Remensuração e novos contratos	1.300.638
Pagamentos	(1.538.211)
Apropriação de encargos financeiros	335.191
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	3.247.389

Vencimento dos arrendamentos

O vencimento destes passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025 está dividido da seguinte forma: R\$ 730.937 mil até 1 ano (R\$ 830.847 mil até 1 ano em dezembro de 2024), R\$ 1.730.439 mil entre 1 a 5 anos (R\$ 2.010.127 mil entre 1 a 5 anos em dezembro de 2024) e R\$ 495.566 mil com mais de 5 anos (R\$ 282.065 mil com mais de 5 anos em dezembro de 2024).

24) ITENS NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL

O quadro abaixo, demonstra os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off balance*):

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Compromissos de valores de crédito a liberar (1)	358.376.828	341.763.232
Beneficiários e garantias prestadas (2)	125.119.738	119.229.609
Créditos abertos para importação	356.071	897.221
Total	483.852.637	461.890.062

(1) Inclui, limites a liberar de cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário, conta garantida e cheque especial; e

(2) Referem-se a garantias prestadas, que em sua maior parte são realizadas com clientes Corporate.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Segundo essas garantias, geralmente, possuímos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos.

Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito. As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avaliar acordos públicos e privados de emissão de dívida, incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da Administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos para garantir a *performance* de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar o beneficiário de um terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito.

25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital e direitos dos acionistas****i. Composição do capital social em quantidade de ações**

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Ordinárias	5.303.870.781	5.330.304.681
Preferenciais	5.288.141.247	5.311.865.547
Subtotal	10.592.012.028	10.642.170.228
Em tesouraria (ordinárias) (1)	(7.500.000)	(23.843.100)
Em tesouraria (preferenciais) (1)	(7.500.000)	(21.344.200)
Total em circulação	10.577.012.028	10.596.982.928

(1) Em janeiro de 2025, houve aquisição de 4.970.900 ações em Tesouraria. Em 07 de fevereiro de 2025, foi aprovado o cancelamento de 50.158.200 ações mantidas em Tesouraria de emissão da Companhia (item d). No 1º trimestre, houve aquisição de 15.000.000 para serem mantidas em Tesouraria.

Todos os acionistas têm direito a receber, no total, um dividendo obrigatório de, no mínimo, 30% do lucro líquido anual do Bradesco, conforme apresentado nos registros contábeis estatutários, ajustado após apropriação às reservas. A Organização não tem nenhuma obrigação a pagar permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro líquido por ação diluído não difere de seu lucro líquido por ação básico.

Em ocorrendo alguma operação que altere a quantidade de ações, simultaneamente à operação no mercado brasileiro, obedecendo aos mesmos prazos, é adotado igual procedimento no mercado internacional, para os papéis negociados em Nova Iorque – EUA e Madri – Espanha.

b) Reservas**Reservas de capital**

A reserva de capital é composta, principalmente, por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao Capital Social; e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Reservas de lucros

Nos termos da Legislação Societária, (conforme apresentado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) o Bradesco e suas subsidiárias brasileiras devem destinar 5% de seu lucro societário anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal, cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva pode ser usada para aumentar o capital ou absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos.

A Reserva Estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Organização, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social.

c) Juros sobre o capital próprio / Dividendos

A distribuição do resultado é calculada sobre o lucro societário, conforme apresentado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em reunião do Conselho de Administração de 20 de março de 2025, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro trimestre de 2025, no valor de R\$ 2.300.000 mil, sendo R\$ 0,207112492 por ação ordinária e R\$ 0,227823742 por ação preferencial, cujo pagamento ocorreu em 31 de outubro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração de 18 de junho de 2025, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro semestre de 2025, no valor de R\$ 3.000.000 mil, sendo R\$ 0,270146729 por ação ordinária e R\$ 0,297161402 por ação preferencial, cujo pagamento ocorreu em 30 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração de 18 de setembro de 2025, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao segundo semestre de 2025, no valor de R\$ 3.000.000 mil, sendo R\$ 0,270146729 por ação ordinária e R\$ 0,297161402 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 30 de abril de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração de 18 de dezembro de 2025, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio complementares, relativos ao segundo semestre de 2025, no valor de R\$ 3.900.000 mil, sendo R\$ 0,351190748 por ação ordinária e R\$ 0,386309823 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 31 de julho de 2026.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	24.549.089	
(-) Reserva legal	1.061.695	
Base de cálculo ajustada	23.487.394	
Juros sobre o capital próprio (bruto) mensais pagos	2.299.273	
Juros sobre o capital próprio (bruto) intermediários pagos	5.300.000	
Juros sobre o capital próprio (bruto) intermediários provisionados	3.000.000	
Juros sobre o capital próprio (bruto) complementares provisionados	3.900.000	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(2.174.891)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 31 de dezembro de 2025	12.324.382	52,47
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 31 de dezembro de 2024	9.590.795	52,90

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo ajustada.

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio, conforme segue:

Descrição	R\$ mil				
	Por ação (bruto)		Valor pago bruto	IRRF (15%)	Valor pago líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,206998	0,227698	2.307.588	(346.138)	1.961.450
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos	0,359141	0,395055	4.000.000	(600.000)	3.400.000
Juros sobre o capital próprio intermediários provisionados	0,179571	0,197528	2.000.000	(300.000)	1.700.000
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados	0,267251	0,293976	2.975.700	(446.355)	2.529.345
Total acumulado em 31 de dezembro de 2024	1,012961	1,114257	11.283.288	(1.692.493)	9.590.795
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,206998	0,227698	2.299.273	(344.891)	1.954.382
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos (1)	0,477259	0,524985	5.300.000	(795.000)	4.505.000
Juros sobre o capital próprio intermediários provisionados (2)	0,270147	0,297161	3.000.000	(450.000)	2.550.000
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados	0,351191	0,386310	3.900.000	(585.000)	3.315.000
Total acumulado em 31 de dezembro de 2025	1,305595	1,436154	14.499.273	(2.174.891)	12.324.382

(1) Pagos em 31 de outubro de 2025 e 30 de janeiro de 2026; e

(2) A serem pagos até 30 de abril de 2026.

d) Ações em tesouraria

Em 7 de maio de 2025, o Conselho de Administração deliberou instituir um novo programa de recompra que autoriza a Diretoria do Bradesco a adquirir, no período de 08 de maio de 2025 a 08 de novembro de 2026, até 106.584.881 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo até 53.413.506 ações ordinárias e até 53.171.375 ações preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento, sem redução do capital social.

Em 31 de dezembro de 2025, permaneciam em tesouraria 7.500.000 ações ordinárias e 7.500.000 ações preferenciais, no montante de R\$ 168.625 mil. O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R\$ 10,65, R\$ 10,73 e R\$ 10,85 e por ação PN é de R\$ 11,53, R\$ 11,75 e R\$ 11,96 respectivamente.

26) LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro por ação básico

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme quadro a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$ mil)	11.272.719	8.215.667	6.786.352
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$ mil)	12.399.987	9.037.233	7.464.977
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	5.297.305	5.315.458	5.330.305
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	5.281.575	5.298.682	5.311.866
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$)	2,13	1,55	1,27
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$)	2,35	1,71	1,41

b) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

27) RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Receita de juros e similares			
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	36.244.964	27.775.382	28.323.764
Empréstimos e adiantamentos a clientes:			
- Operações de crédito	119.109.898	101.676.019	102.035.197
- Operações de arrendamento mercantil	800.929	868.103	582.589
Ativos financeiros:			
- Ao valor justo por meio do resultado	52.873.127	27.842.234	28.363.663
- Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	13.719.216	24.537.302	16.906.668
- Ao custo amortizado	32.407.932	20.118.794	25.277.210
Depósitos compulsórios no Banco Central	11.905.271	8.894.336	9.943.391
Outras receitas financeiras de juros	52.008	21.547	25.992
Total	267.113.345	211.733.717	211.458.474
Despesa de juros e similares			
Recursos de instituições financeiras:			
- Depósitos interfinanceiros	(521.525)	(1.115.457)	(1.943.998)
- Captação no mercado aberto	(38.659.676)	(29.159.155)	(31.529.801)
- Obrigações por empréstimos e repasses	(7.858.916)	(7.768.802)	(5.834.892)
Recursos de clientes:			
- Poupança	(9.041.498)	(7.977.114)	(9.017.597)
- A prazo	(47.141.946)	(35.409.570)	(42.262.374)
Recursos de emissão de títulos	(32.910.202)	(26.420.100)	(25.887.914)
Dívidas subordinadas	(8.397.038)	(6.378.786)	(7.007.236)
Passivos de contratos de seguros	(48.480.520)	(29.398.557)	(32.173.621)
Provisões técnicas de capitalização	(832.432)	(651.612)	(718.622)
Total	(193.843.753)	(144.279.153)	(156.376.055)
Resultado líquido de juros	73.269.592	67.454.564	55.082.419

28) RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Resultado líquido de serviços e comissões			
Rendas de cartões	10.314.150	9.751.730	9.469.889
Contas correntes	6.663.008	6.885.129	7.026.304
Cobrança	1.349.286	1.540.117	1.717.627
Operações de crédito	2.809.149	1.335.952	1.163.831
Administração de fundos	1.538.038	1.394.247	1.485.465
Administração de consórcios	3.135.339	2.673.025	2.289.698
Serviços de custódia e corretagem	1.490.464	1.429.362	1.234.554
Mercado de capitais / Assessoria financeira	2.158.120	1.668.543	1.222.074
Arrecadações	369.284	389.389	430.208
Outras	1.246.808	1.268.993	917.113
Total	31.073.646	28.336.487	26.956.763

29) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	729.533	(3.150.222)	8.862.367
Instrumentos financeiros derivativos	2.435.983	900.386	2.033.429
Total	3.165.516	(2.249.836)	10.895.796

30) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Os ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao VJORA consistem, principalmente, do registro das variações no valor justo de ativos financeiros, sendo substancialmente títulos de renda fixa.

31) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os ganhos e perdas líquidos de operações em moeda estrangeira consiste, principalmente, em ganhos ou as perdas nas negociações de moeda e as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional.

32) RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Receita dos contratos PAA	53.576.235	49.545.938	44.618.387
Receita dos contratos BBA	7.450.972	7.781.746	6.331.612
Receita de Contratos VFA	84.058	13.244	302.828
Receita de seguros e previdência	61.111.265	57.340.928	51.252.827
Sinistros ocorridos	(41.200.237)	(39.763.947)	(38.789.671)
Custos de aquisição	(4.708.875)	(4.062.877)	(3.515.668)
Despesas administrativas	(3.601.469)	(3.273.232)	(3.606.269)
Contratos onerosos	(247.134)	(1.334.682)	(70.204)
Resultado de resseguros	(22.207)	36.070	(35.304)
Despesas de contratos de seguros	(49.779.922)	(48.398.668)	(46.017.116)
Resultado de seguros e previdência	11.331.343	8.942.260	5.235.711

33) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Proventos	(12.834.443)	(11.094.886)	(10.319.187)
Benefícios	(5.035.853)	(5.519.234)	(5.270.848)
Encargos sociais	(4.377.868)	(3.938.917)	(3.738.015)
Participação dos empregados nos lucros	(2.074.010)	(1.585.405)	(1.384.381)
Treinamentos	(119.888)	(138.868)	(102.027)
Total	(24.442.062)	(22.277.310)	(20.814.458)

34) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Serviços de terceiros	(4.645.744)	(5.063.242)	(4.621.396)
Comunicação	(651.461)	(667.275)	(859.605)
Processamento de dados	(2.952.896)	(2.485.590)	(2.245.256)
Propaganda, promoções e publicidade	(1.287.243)	(1.178.882)	(1.094.300)
Manutenção e conservação de bens	(1.216.104)	(1.394.827)	(1.361.129)
Sistema financeiro	(1.565.474)	(1.456.682)	(1.625.586)
Aluguéis	(98.853)	(138.169)	(50.968)
Segurança e vigilância	(463.084)	(535.032)	(588.602)
Transporte	(609.484)	(700.702)	(747.356)
Água, energia e gás	(280.484)	(343.500)	(332.342)
Materiais	(113.387)	(140.124)	(122.965)
Viagens	(178.934)	(142.942)	(108.158)
Outras	(2.009.226)	(2.335.999)	(2.528.597)
Total	(16.072.374)	(16.582.966)	(16.286.260)

35) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Despesa com amortização	(4.617.792)	(3.806.020)	(3.463.989)
Despesa com depreciação	(2.445.475)	(2.565.076)	(2.561.255)
Total	(7.063.267)	(6.371.096)	(6.025.244)

36) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Despesas tributárias	(8.089.531)	(6.874.960)	(7.343.849)
Despesas com provisões judiciais	(8.655.168)	(5.953.971)	(6.351.410)
Resultado na alienação de ativos não correntes, investimentos e imobilizado de uso, líquido	130.146	191.948	193.968
Despesas com comercialização de cartões	(4.466.598)	(4.240.502)	(3.544.693)
Outras (1)	(1.615.571)	(1.215.611)	121.428
Total	(22.696.722)	(18.093.096)	(16.924.556)

(1) Composto, principalmente, por receitas e despesas operacionais cujos saldos não são relevantes individualmente e não possuem classificação específica.

37) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	21.024.584	16.900.514	10.208.351
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) às alíquotas vigentes	(9.461.063)	(7.605.231)	(4.593.758)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas e <i>joint ventures</i>	973.182	689.213	945.756
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis (1)	3.046.366	1.026.745	1.152.929
Juros sobre o capital próprio	6.524.673	5.077.509	5.089.859
Outros valores (2)	1.816.894	1.453.403	1.699.628
Imposto de renda e contribuição social do exercício	2.900.052	641.639	4.294.414

(1) Contempla os valores relativos à Adesão ao Programa de Transação Integral (PTI); e

(2) Inclui, basicamente: (i) a equalização da alíquota efetiva das empresas financeiras exceto banco, empresas do ramo segurador e das empresas não financeiras, em relação a demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(7.061.716)	(7.414.511)	(6.622.719)
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	10.034.914	8.194.223	11.152.253
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	(454.315)	(168.131)	(148.548)
Prejuízo fiscal	(351.064)	(202.260)	(176.932)
Constituição sobre:			
Base negativa de contribuição social	209.295	69.624	34.413
Prejuízo fiscal	522.938	162.694	55.947
Total dos impostos diferidos	9.961.768	8.056.150	10.917.133
Imposto de renda e contribuição social	2.900.052	641.639	4.294.414

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Constituição	Realização	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	71.073.481	27.594.707	(16.948.286)	81.719.902
Provisões cíveis	3.427.730	463.454	(903.478)	2.987.706
Provisões fiscais	3.428.498	538.174	(1.252.195)	2.714.477
Provisões trabalhistas	1.165.970	961.001	(183.121)	1.943.850
Ativos não financeiros mantidos para venda	699.334	214.299	(273.408)	640.225
Ajuste a valor de mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e Derivativos	15.813	21.773	(3.481)	34.105
Outros	6.276.457	4.634.250	(4.502.865)	6.407.842
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	86.087.283	34.427.658	(24.066.834)	96.448.107
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	18.755.350	732.233	(805.379)	18.682.204
Subtotal	104.842.633	35.159.891	(24.872.213)	115.130.311
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos em VJORA	2.356.352	225.640	(989.610)	1.592.382
Total dos créditos tributários (1)	107.198.985	35.385.531	(25.861.823)	116.722.693
Obrigações fiscais diferidas (1)	7.055.108	1.100.043	(774.133)	7.381.018
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (1)	100.143.877	34.285.488	(25.087.690)	109.341.675

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Constituição	Realização	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	59.099.785	16.581.669	(8.155.178)	67.526.276
Provisões cíveis	3.778.419	355.631	(706.320)	3.427.730
Provisões fiscais	3.241.356	290.403	(103.261)	3.428.498
Provisões trabalhistas	2.068.011	278.344	(1.180.385)	1.165.970
Impairment de títulos e investimentos	3.249.695	1.586.509	(1.288.999)	3.547.205
Ativos não financeiros mantidos para venda	735.678	193.066	(229.410)	699.334
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	270.017	3.592	(257.796)	15.813
Outros	5.760.081	3.305.650	(2.789.274)	6.276.457
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	78.203.042	22.594.864	(14.710.623)	86.087.283
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	18.893.423	232.318	(370.391)	18.755.350
Subtotal	97.096.465	22.827.182	(15.081.014)	104.842.633
Ajuste a valor de mercado dos títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.180.023	4.810.633	(3.634.304)	2.356.352
Total dos créditos tributários (1)	98.276.488	27.637.815	(18.715.318)	107.198.985
Obrigações fiscais diferidas (1)	7.365.091	663.702	(973.685)	7.055.108
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (1)	90.911.397	26.974.113	(17.741.633)	100.143.877

(1) O imposto de renda e contribuição social diferido, ativo e passivo, estão compensados no balanço patrimonial por entidade tributável, cujo valor em 2025 foi de R\$ (5.485.087) mil (2024 - R\$ (5.548.220) mil).

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro de 2025 - R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2026	9.621.727	7.519.719	151.279	43.152	17.335.877
2027	8.627.534	6.826.894	165.918	60.867	15.681.213
2028	7.286.429	5.768.848	281.828	156.461	13.493.566
2029	6.583.736	5.216.181	603.812	407.804	12.811.533
2030	5.720.605	4.414.712	935.804	679.480	11.750.601
2031	3.730.116	2.949.911	1.539.679	1.150.859	9.370.565
2032	3.281.096	2.587.352	1.772.660	1.396.868	9.037.976
2033	3.066.360	2.422.614	2.149.245	1.709.662	9.347.881
2034	3.156.306	2.443.013	2.302.591	1.834.036	9.735.946
2035	2.925.831	2.299.123	419.912	920.287	6.565.153
Total	53.999.740	42.448.367	10.322.728	8.359.476	115.130.311

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídas pelas Leis nº 14.467/2022 e Lei nº 15.078/24.

e) Impostos diferidos passivos

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Constituição	Realização/Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	443.139	258.277	(227.301)	474.115
Superveniência de depreciação	726.203	329.534	-	1.055.737
Atualização de depósitos judiciais	2.008.528	331.827	(118.186)	2.222.169
Outros	3.877.238	180.405	(428.646)	3.628.997
Total dos impostos diferidos	7.055.108	1.100.043	(774.133)	7.381.018

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Constituição	Realização/Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.150.588	60.628	(768.077)	443.139
Superveniência de depreciação	616.829	190.634	(81.260)	726.203
Atualização de depósitos judiciais	1.787.400	251.639	(30.511)	2.008.528
Outros	3.810.274	160.801	(93.837)	3.877.238
Total dos impostos diferidos	7.365.091	663.702	(973.685)	7.055.108

f) Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2025			Em 31 de dezembro de 2024		
	Base	Imposto	Líquido	Base	Imposto	Líquido
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	674.736	(293.740)	380.996	(10.616.772)	4.351.914	(6.264.858)
Conversão de subsidiária no exterior	(313.985)	141.293	(172.692)	759.955	(341.980)	417.975
Contratos de seguros	1.498.415	(597.259)	901.156	4.271.216	(1.922.047)	2.349.169
Outros	(99.585)	44.813	(54.772)	158.720	(71.424)	87.296
Total	1.759.581	(704.893)	1.054.688	(5.426.881)	2.016.463	(3.410.418)

38) SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Organização opera, principalmente, nos setores bancários e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização também realiza operações no setor bancário, por meio de agências localizadas no país, de agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. Além disso, exerce atividades de seguros, Previdência Complementar e Capitalização por meio de sua subsidiária, a Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

As informações a seguir sobre segmentos foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referentes à alocação de recursos para investimentos e outros fins. Nossa Administração usa uma variedade de informações contábeis, que inclui a consolidação proporcional das coligadas e *joint ventures* e a não consolidação de fundos exclusivos. Desta forma, as informações dos segmentos demonstradas nas tabelas a seguir, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Bacen, que considera os procedimentos específicos e demais disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras e os valores totais.

As principais premissas do segmento para receitas e despesas incluem: (i) os excessos de caixa mantidos pelo segmento de Seguros, Previdência Complementar e de Capitalização, que são incluídos nesse segmento, resulta em um aumento da receita líquida de juros; (ii) os salários e benefícios e os custos administrativos incluídos dentro do segmento de seguros, Planos de Previdência Complementar e de capitalização, que consistem somente de custos relacionados diretamente com essas operações; e (iii) os custos incorridos no segmento de operações bancárias, relacionados à infraestrutura da rede de agências e outras despesas gerais indiretas, que não estão alocadas.

Nossas operações são, substancialmente, realizadas no país. Além disso, possuímos uma agência em Nova Iorque, uma agência em Grand Cayman e uma agência em Londres, principalmente, para complementar nossos serviços bancários e de assessoria relativos às atividades de importação e exportação a clientes brasileiros. Além disso, contamos também com nossas controladas no exterior: Banco Bradesco Europa S.A. (Luxemburgo), Bradesco Securities, Inc. (Nova Iorque), Bradesco Securities UK Limited (Londres), Cidade Capital Markets Ltd. (Grand Cayman), Bradesco Securities Hong Kong Limited (Hong Kong), Bradesco Trade Services Limited (Hong Kong), Bradescard Mexico, Sociedad de Responsabilidad Limitada (México) e o Bradesco Bank.

Nenhuma receita de transações com um único cliente ou contraparte atingiu 10% da receita da Organização nos exercícios findos em 2025 e 2024.

Todas as operações entre segmentos operacionais são realizadas como um braço da Organização. As receitas e despesas entre segmentos são eliminados na coluna "Outras operações, ajustes e eliminações". As receitas e despesas diretamente associadas a cada segmento são incluídas no segmento operacional correspondente.

	Em 31 de dezembro de 2025 - R\$ mil								
	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização	Outras Atividades	Eliminações	DRE Gerencial	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Ajustes (3)	DRE Contábil IFRS
Receitas da intermediação financeira (4)	235.516.116	8.506.979	355.635	(286.293)	244.092.437	(5.190.067)	(5.505.872)	36.786.608	270.183.106
Despesas da intermediação financeira	(154.883.751)	(18.430)	-	428.749	(154.473.432)	1.530.732	8.416.250	(49.317.303)	(193.843.753)
Margem financeira	80.632.365	8.488.549	355.635	142.456	89.619.005	(3.659.335)	2.910.378	(12.530.695)	76.339.353
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(36.370.035)	-	-	-	(36.370.035)	1.069.096	-	5.692.979	(29.607.960)
Resultado bruto da intermediação financeira	44.262.330	8.488.549	355.635	142.456	53.248.970	(2.590.239)	2.910.378	(6.837.716)	46.731.393
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	13.887.736	-	33.747	13.921.483	-	-	(1.709.037)	12.212.446
Receitas de prestação de serviços	39.563.634	2.061.017	142.372	(133.187)	41.633.836	(8.008.985)	(2.469.449)	(81.756)	31.073.646
Despesas de pessoal/administrativas (5)	(46.173.552)	(5.138.904)	(133.738)	274.376	(51.171.818)	2.410.916	(403.143)	1.586.342	(47.577.703)
Despesas tributárias	(7.520.187)	(1.484.930)	(22.812)	-	(9.027.929)	899.826	-	38.572	(8.089.531)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	(225.416)	610.771	-	-	385.355	1.776.372	-	900	2.162.627
IR/CS e Outras receitas/despesas	(15.496.030)	(8.354.473)	(272.913)	(317.392)	(24.440.808)	5.512.110	(37.786)	6.378.242	(12.588.242)
Lucro líquido em 31 de dezembro de 2025	14.410.779	10.069.766	68.544	-	24.549.089	-	-	(624.453)	23.924.636
Total do ativo	2.036.011.553	507.789.849	3.278.326	(164.478.058)	2.382.601.670	(29.930.004)	(45.943.903)	23.599.453	2.330.327.216
Investimentos em coligadas e joint ventures	86.292.770	5.612.184	318.322	(86.267.687)	5.955.589	7.392.844	-	(64.993)	13.283.440
Total do passivo	1.820.238.662	463.807.578	191.759	(78.210.371)	2.206.027.628	(29.930.004)	(45.943.903)	21.224.865	2.151.378.586

(1) Referem-se a: ajustes de exclusão dos efeitos da consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo EloPar, etc.);

(2) Ajustes de consolidação de fundos exclusivos;

(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas demonstrações financeiras da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes a perda esperada de ativos financeiros, combinação de negócios e contratos de seguros;

(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira"; e

(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

	Em 31 de dezembro de 2024 - R\$ mil								
	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização	Outras Atividades	Eliminações	DRE Gerencial	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Ajustes (3)	DRE Contábil IFRS
Receitas da intermediação financeira (4)	169.745.125	37.327.260	318.644	(408.624)	206.982.405	(1.550.303)	(2.959.039)	10.746.673	213.219.736
Despesas da intermediação financeira	(98.810.413)	(30.050.169)	-	412.038	(128.448.544)	607.296	5.490.039	(21.927.944)	(144.279.153)
Margem financeira	70.934.712	7.277.091	318.644	3.414	78.533.861	(943.007)	2.531.000	(11.181.271)	68.940.583
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(33.123.621)	-	-	-	(33.123.621)	-	-	5.597.688	(27.525.933)
Resultado bruto da intermediação financeira	37.811.091	7.277.091	318.644	3.414	45.410.240	(943.007)	2.531.000	(5.583.583)	41.414.650
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	11.520.350	-	27.238	11.547.588	-	-	(1.788.424)	9.759.164
Receitas de prestação de serviços	36.213.830	1.923.437	81.549	(68.529)	38.150.287	(6.170.251)	(2.325.142)	(1.318.407)	28.336.487
Despesas de pessoal/administrativas (5)	(44.525.627)	(4.571.572)	(71.301)	393.183	(48.775.317)	2.228.548	(276.322)	1.591.719	(45.231.372)
Despesas tributárias	(6.313.204)	(1.391.406)	(18.380)	-	(7.722.990)	848.030	-	-	(6.874.960)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	121.511	243.403	843	-	365.757	1.164.800	-	1.028	1.531.585
IR/CS e Outras receitas/despesas	(13.425.161)	(5.945.008)	(164.642)	(355.306)	(19.890.117)	2.871.880	70.464	5.554.372	(11.393.401)
Lucro líquido em 31 de dezembro de 2024	9.882.440	9.056.295	146.713	-	19.085.448	-	-	(1.543.295)	17.542.153
Total do ativo	1.811.529.557	451.777.909	2.712.775	(138.098.385)	2.127.921.856	(14.081.367)	(60.714.873)	16.358.746	2.069.484.362
Investimentos em coligadas e joint venture	79.828.981	4.727.047	1.413	(79.218.884)	5.338.557	5.756.348	-	(65.893)	11.029.012
Total do passivo	1.607.412.734	416.694.321	33.384	(58.879.501)	1.965.260.938	(14.081.367)	(60.714.873)	10.077.172	1.900.541.870

(1) Referem-se a: ajustes de exclusão dos efeitos da consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo EloPar, etc.);

(2) Ajustes de consolidação de fundos exclusivos;

(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas demonstrações financeiras da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes a perda esperada de ativos financeiros, combinação de negócios e contratos de seguros;

(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a “Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”, “Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” e “Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira”; e

(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

	Em 31 de dezembro de 2023 - R\$ mil								
	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização	Outras Atividades	Eliminações	DRE Gerencial	Empresas Proporcionalis (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Ajustes (3)	DRE Contábil IFRS
Receitas da intermediação financeira (4)	164.122.043	39.941.507	481.208	(670.653)	203.874.105	(2.864.178)	(4.249.260)	27.697.126	224.457.793
Despesas da intermediação financeira	(97.495.630)	(32.892.243)	(18)	685.410	(129.702.481)	552.467	6.914.030	(34.140.071)	(156.376.055)
Margem financeira	66.626.413	7.049.264	481.190	14.757	74.171.624	(2.311.711)	2.664.770	(6.442.945)	68.081.738
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(37.110.675)	-	-	-	(37.110.675)	-	-	4.993.651	(32.117.024)
Resultado bruto da intermediação financeira	29.515.738	7.049.264	481.190	14.757	37.060.949	(2.311.711)	2.664.770	(1.449.294)	35.964.714
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	9.800.620	-	32.469	9.833.089	-	-	(3.788.649)	6.044.440
Receitas de prestação de serviços	34.269.254	1.164.685	4.899	(33.100)	35.405.738	(5.340.755)	(1.879.319)	(1.228.901)	26.956.763
Despesas de pessoal/administrativas (5)	(42.122.774)	(4.717.591)	(46.488)	423.907	(46.462.946)	1.905.911	(618.004)	2.049.077	(43.125.962)
Despesas tributárias	(6.582.213)	(1.436.686)	(22.734)	-	(8.041.633)	697.784	-	-	(7.343.849)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	151.414	421.723	-	-	573.137	1.527.554	-	990	2.101.681
IR/CS e Outras receitas/despesas	(9.198.676)	(3.468.750)	(141.073)	(438.033)	(13.246.532)	3.521.217	(167.447)	3.797.740	(6.095.022)
Lucro líquido em 31 de dezembro de 2023	6.032.743	8.813.265	275.794	-	15.121.802	-	-	(619.037)	14.502.765
Total do ativo	1.661.529.233	409.370.722	3.277.809	(110.126.067)	1.964.051.697	(10.074.444)	(38.502.618)	12.048.614	1.927.523.249
Investimentos em coligadas e joint ventures	73.163.988	3.028.413	1.105	(72.298.485)	3.895.021	5.792.357	-	(70.538)	9.616.840
Total do passivo	1.468.271.968	370.561.631	68.561	(37.827.582)	1.801.074.578	(10.074.444)	(38.502.618)	8.011.609	1.760.509.125

(1) Referem-se a: ajustes de consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo EloPar, Crediare, etc.);

(2) Ajustes de consolidação decorrente da "não consolidação" de fundos exclusivos;

(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas demonstrações financeiras da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes a perda esperada de ativos financeiros, modelos de negócio, taxa efetiva de juros e combinação de negócios;

(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira"; e

(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

Adicionalmente, atendendo ao disposto no artigo 11º da Resolução CMN 4.818, destacamos, conforme apresentado no quadro e nota (3) acima, os ajustes oriundos das diferenças existentes entre os critérios, procedimentos e regras utilizadas para a elaboração dos segmentos operacionais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Bacen e o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB. Os principais ajustes no patrimônio líquido e resultado respectivamente são: (i) perdas esperadas de ativos financeiros – R\$ 636 milhões (2024 – R\$ (1.823) milhões) – R\$ (498) milhões (2024 – R\$ (1.974) milhões); (ii) outros – R\$ (1.080) milhões (2024 – R\$ 3.103 milhões) – R\$0 (2024 – R\$ 8 milhões); (iii) contratos de seguro – R\$ 1.663 milhões (2024 – R\$ 1.835 milhões) – R\$ (528) milhões (2024 – R\$ (19) milhões); e (iv) combinação de negócios – R\$ 4.956 milhões (2024 – R\$ 4.807 milhões) – R\$ 149 milhões (2024 – R\$ 153 milhões).

39)TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Ativo								
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	15.086	569.106	-	-	15.086	569.106
Empréstimos e adiantamentos a clientes e outros ativos	11	9	4.515.700	2.850.123	185.425	168.778	4.701.136	3.018.910
Passivo								
Recursos de clientes e instituições financeiras	5.434.015	3.984.694	1.171.315	1.135.148	400.505	457.928	7.005.835	5.577.770
Recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas	28.982.300	22.980.518	-	-	912.486	711.521	29.894.786	23.692.039
Outros passivos (4)	3.171.676	2.873.187	13.786.032	13.384.216	1.991	1.527	16.959.699	16.258.930

	Acumulado em 31 de dezembro - R\$ mil							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Resultado								
Resultado líquido de juros	(4.477.481)	(2.955.759)	(202.736)	116.185	(202.548)	(134.856)	(4.882.765)	(2.974.430)
Receita de prestação de serviços	132	120	434.790	165.045	345	85	435.267	165.250
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	193.150	108.791	(2.689.489)	(2.599.747)	(59.636)	(18.356)	(2.555.975)	(2.509.312)

(1) Cidade de Deus Cia. Coml. de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A., Nova Cidade de Deus Participações S.A. e NCD Participações Ltda.;

(2) Empresas relacionadas na Nota 13;

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria; e

(4) Inclui juros sobre capital próprio.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência complementar dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado).

Para 2025, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.185.662 mil para remuneração dos Administradores e de R\$ 53.824 mil para custear planos de previdência de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente às Resoluções da CMN nº 5.177/24 e nº 432/24, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O Bradesco não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2025	2024	2023
Remuneração de curto, médio e longo prazo	1.166.743	611.936	647.189
Pós Emprego - Planos de previdência	51.586	547.789	613.100
Total	1.218.329	1.159.725	1.260.289

b) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam em conjunto, diretamente, a seguinte participação acionária no Bradesco:

Participação acionária direta	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Ações ordinárias	0,32%	0,32%
Ações preferenciais	1,05%	0,93%
Total de ações (1)	0,69%	0,63%

(1) Em 31 de dezembro de 2025, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no Bradesco totalizou 2,10% de ações ordinárias, 1,09% de ações preferenciais e 1,59% do total de ações (em 31 de dezembro de 2024 - 1,62% de ações ordinárias, 0,96% de ações preferenciais e 1,29% do total de ações).

40) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados conduz a Organização a um constante aprimoramento desta atividade.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Promove a disseminação da cultura de riscos a todos os funcionários, em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

Escopo do Gerenciamento de Riscos

Gerenciar riscos é uma das prioridades da Organização e, para tanto, os procedimentos estabelecidos são baseados nas melhores práticas de mercado e aculturação contínuo, de forma a manter os riscos em níveis aceitáveis.

Este gerenciamento permite o atingimento dos objetivos estratégicos, perenidade dos negócios, tempestividade e eficácia na decisão de alocação de recursos, além de preparar a Organização para enfrentar mudanças repentinas no cenário econômico, regulatório ou tecnológico.

O escopo do gerenciamento de riscos da Organização alcança a mais ampla visão, permitindo que os riscos do Consolidado Econômico-Financeiro¹ sejam suportados pelo Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos. Os principais riscos acompanhados pela Organização são: solvência, liquidez, crédito, mercado, social e ambiental, climático, modelo, operacional, estratégia, contágio, segurança cibernética, compliance e reputacional.

Declaração de Appetite a Riscos (RAS)

O apetite a riscos refere-se aos tipos e níveis de riscos que a Organização se dispõe a admitir na realização dos seus negócios e objetivos. A Declaração de Appetite a Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS) é um importante instrumento para reforçar a disseminação da cultura de risco da Organização.

A Declaração de Appetite a Riscos é revisada anualmente², ou sempre que necessário, pelo Conselho de Administração e monitorada permanentemente por fóruns da Alta Administração e áreas de negócio e controle.

O acompanhamento do apetite se dá por meio de monitoramento dos indicadores estabelecidos, através de processos efetivos de controles, em que os gestores são informados quanto às exposições a riscos e a respectiva utilização dos limites vigentes. O reporte é realizado por meio de sistema de alertas, o que facilita a comunicação e destaca as eventuais exceções, que requerem medidas de adequação, permeando todas as esferas da Organização, apoiando a Alta Administração na avaliação se os resultados estão coesos com o apetite a riscos.

¹ Inclui o escopo regulamentar do Conglomerado Prudencial e demais empresas do Consolidado.

² O Comitê de Riscos, em relação a RAS, tem as seguintes atribuições: a) avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Appetite a Riscos e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada; e b) supervisionar a observância, pela diretoria da instituição, dos termos da RAS.

Dimensões do Apetite a Riscos

Para os diversos tipos de riscos, sendo estes mensuráveis e não mensuráveis, a Organização estabeleceu abordagens de controles, observando as principais dimensões globais: Solvência, Liquidez, Rentabilidade, Crédito, Mercado, Operacional, Segurança Cibernética, Social, Ambiental e Climático, Reputação, Modelo e Riscos Qualitativos.

Estrutura de gerenciamento de risco e capital

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é composta por diversos comitês, comissões e áreas que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor Executivo de Riscos (*Chief Risk Officer* – CRO) e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões estratégicas.

Dentre os fóruns de governança relacionados ao tema, destacam-se:

- **Conselho de Administração** aprova e revisa as estratégias de gerenciamento de riscos, políticas e estruturas de gerenciamento dos riscos e do capital, incluindo o apetite e os limites de exposição por tipos de riscos, bem como o programa de testes de estresse, seus resultados e os cenários e premissas aplicados;
- **Comitê de Riscos** tem a atribuição de avaliar o arcabouço de gerenciamento dos riscos da Organização e, eventualmente, propor aperfeiçoamentos e desafiar a estrutura de riscos da Organização frente às novas tendências e/ou ameaças, bem como assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital;
- **Comitê de Integridade e Conduta Ética** tem por objetivo propor ações quanto à disseminação e cumprimento dos Códigos de Conduta Ética da Organização, corporativo e setoriais, e das regras de condutas relacionadas aos temas de integridade, anticorrupção e concorrencial, de modo a assegurar sua eficácia e efetividade;
- **Comitê de Auditoria** revisa a integridade das demonstrações financeiras e recomenda à Diretoria Executiva correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- **Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital – COGIRAC**, que tem por objetivo assessorar o Diretor-Presidente no desempenho das suas atribuições relacionadas à gestão e controle de todos os riscos e do capital da Organização.

Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos

A metodologia Corporativa de Gerenciamento de Riscos e Controles está alinhada com os principais Frameworks internacionais de gestão de riscos, permitindo que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados.

Face à complexidade dos produtos e serviços ofertados e do perfil das atividades da Organização, faz-se necessário o estabelecimento de estrutura robusta de gestão de riscos. Neste contexto, a atuação é realizada por meio do Modelo de Três Linhas, de forma que todos contribuam para proporcionar segurança razoável de que os objetivos especificados sejam alcançados:

- **Primeira linha**, representada pelas áreas de negócio e áreas de suporte, responsáveis por identificar, avaliar, responder ao risco, reportar e gerenciar os riscos inerentes como parte das atividades do dia a dia, mantendo os riscos dentro dos níveis aceitáveis;
- **Segunda linha**, representada pelas áreas de monitoramento, responsáveis por estabelecer políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos e conformidade para o desenvolvimento e/ou monitoramento dos controles da primeira linha, além da validação independente de modelos.
- **Terceira linha**, representada pela área de Auditoria Interna Global, que é responsável por avaliar de maneira independente a eficácia do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas alcançam os seus objetivos, reportando os resultados de seus trabalhos ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e Alta Administração.

Programa de Testes de Estresse

A estrutura de gerenciamento de riscos dispõe de um programa de testes de estresse caracterizado por um conjunto de processos e rotinas, que abrangem metodologias, documentação e governança, cujo objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição.

Os testes de estresse são exercícios de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias específicos no capital, na liquidez ou no valor de um portfólio particular da Organização, sendo utilizados como uma ferramenta para o gerenciamento de riscos.

Os testes de estresse são exercícios de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias específicos no capital, na liquidez ou no valor de um portfólio particular da Organização, sendo utilizados como uma ferramenta para o gerenciamento de riscos.

Os resultados dos testes de estresse são insumos para avaliação dos níveis de capital e de liquidez da instituição, para a elaboração dos respectivos planos de contingência, para a avaliação da adequação de capital e para o plano de recuperação.

No Programa de Testes de Estresse os cenários e resultados são validados pelo COGIRAC, avaliados pelo Comitê de Riscos e deliberados pelo Conselho de Administração, que também é o responsável pela aprovação do Programa e pelas diretrizes a serem seguidas.

40.1. Gerenciamento de capital

A Organização exerce a gestão de capital abrangendo as áreas de controle e de negócios, conforme as diretrizes da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração. Sua estrutura de governança é composta por Comissões e Comitês, com o Conselho de Administração como órgão máximo.

A Organização possui uma estrutura dedicada ao cumprimento das determinações do Banco Central do Brasil relacionadas ao gerenciamento de capital. Além disso, fornece à Alta Administração análises e projeções sobre a disponibilidade e necessidade de capital, identificando ameaças e oportunidades que contribuem para o planejamento da suficiência e otimização dos níveis de capital.

Processo corporativo de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização e para suportar os riscos inerentes às suas atividades.

A Organização adota uma postura prospectiva de três anos ao elaborar o seu plano de capital, antecipando suas necessidades e estabelecendo procedimentos e ações de contingência para cenários adversos. Isso leva consideração possíveis mudanças nas condições regulatórias, econômicas e de negócios em que atua.

Para assegurar uma composição sólida de capital que apoie o desenvolvimento de suas atividades e garanta a adequada cobertura dos riscos incorridos, a organização realiza um acompanhamento periódico das projeções de capital considerando uma margem de capital gerencial (buffer), que é adicionada aos requerimentos mínimos regulatórios.

A definição do buffer gerencial está alinhada às práticas de mercado e aos requerimentos regulatórios, observando diversos aspectos, como impactos adicionais gerados por cenários de estresse, riscos qualitativos e riscos não capturados pelo modelo regulatório.

Os resultados das projeções do capital da Organização são submetidos à avaliação da Alta Administração, conforme governança estabelecida. Além disso, a suficiência de capital regulamentar da Organização é demonstrada pela apuração periódica do Índice de Basileia, Índice de Nível I e Índice de Capital Principal.

Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR), Índices de Capital e Liquidez

A tabela a seguir apresenta as principais métricas estabelecidas pela regulamentação prudencial, tais como capital regulamentar, razão de alavancagem e os indicadores de liquidez:

Base de cálculo - Índice de Basileia	R\$ mil	
	Basileia III	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
	Prudencial	
Capital regulamentar - valores		
Capital Principal	124.320.006	106.012.668
Nível I	145.844.118	124.632.919
Patrimônio de Referência - PR	174.968.754	149.109.173
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores		
RWA total	1.108.961.848	1.008.667.813
Capital regulamentar como proporção do RWA		
Índice de Capital Principal - ICP	11,2%	10,5%
Índice de Nível I	13,2%	12,4%
Índice de Basileia	15,8%	14,8%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA		
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação	2,50%	2,50%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPCContracíclico	0,00%	0,00%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,00%	1,00%
ACP total (1)	3,50%	3,50%
Margem excedente de Capital Principal	3,21%	2,51%
Razão de Alavancagem (RA)		
Exposição total	2.141.573.090	1.860.789.433
RA	6,8%	6,7%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)		
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	253.255.892	184.606.844
Total de saídas líquidas de caixa	160.033.728	130.795.356
LCR	158,3%	141,1%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)		
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	1.136.032.540	991.711.546
Recursos estáveis requeridos (RSF)	925.369.687	818.326.687
NSFR	122,8%	121,2%

(1) O não cumprimento das regras de ACP ocasiona restrições ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, sobras líquidas, recompra de ações, redução do capital social, e remuneração variável aos seus administradores.

40.2. Risco de crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Adicionalmente, inclui o risco de concentração e o risco país/risco de transferência.

O gerenciamento de risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico por meio de modelos, instrumentos e procedimentos, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas e preservando a integridade e a independência dos processos.

A Organização controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito, compromissos de crédito, garantias financeiras prestadas, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

A Organização exerce continuamente o mapeamento de todas as atividades que podem gerar exposição ao risco de crédito, com as respectivas classificações quanto à probabilidade e magnitude, assim como a identificação dos seus gestores e planos de mitigação.

Risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual a Organização está exposta, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos.

A Organização mantém total controle sobre o custo de reposição e exposição potencial futura das operações nas quais existe o risco de crédito de contraparte. Assim toda a exposição referente a este risco faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes da Organização.

Em suma, a gestão de Risco de Crédito de Contraparte abrange a modelagem e o monitoramento (i) do consumo de limite de crédito das contrapartes, (ii) da parcela do ajuste ao valor justo de crédito da carteira de derivativos (CVA – *Credit Value Adjustment*), segregada por contraparte, e (iii) do respectivo capital regulatório e econômico. A metodologia adotada pela Organização estabelece que a exposição de crédito da carteira a uma dada contraparte pode ser calculada a partir do Custo de Reposição (RC) de suas operações em diferentes cenários do mercado financeiro, o que é possível através do processo de simulação de Monte Carlo.

No contexto de gestão de riscos, a Organização realiza estudos de projeção de capital, a exemplo do Teste de Estresse do ICAAP (Avaliação de Adequação de Capital) e do TEBU (Teste de Estresse *Bottom-Up*). Trata-se de programas multidisciplinares que envolvem minimamente as áreas de Negócio e os Departamentos Econômico, de Orçamento/Resultado e de Risco.

Com relação às formas de mitigação do risco de crédito de contraparte que a Organização está exposta, a mais usual é a composição de garantias como depósitos de margem e alienação de títulos públicos, que são realizados pela contraparte na própria Organização ou em outras instituições custodiantes, que também possuem seus riscos de contraparte devidamente avaliados.

Processo de gerenciamento do risco de crédito

O processo de gerenciamento do risco de crédito é realizado de maneira corporativa. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de crédito são realizados de maneira centralizada e independente.

Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo revisados ao menos uma vez por ano.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito exerce papel fundamental na segunda linha da Organização, participando ativamente do processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, realizando o acompanhamento de grandes riscos por meio do monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, nível de provisionamento frente às perdas esperadas e inesperadas.

Esta estrutura atua continuamente na revisão dos processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação e demandas de tecnologia da informação, bem como na revisão periódica do processo de avaliação de riscos visando à incorporação de novas práticas e metodologias.

As atribuições da estrutura de gerenciamento de risco de crédito seguem fielmente os preceitos de conformidade definidos pela Organização. A integração com as demais linhas ocorre de forma contínua e frequente, possibilitando assertividade na identificação, mensuração e controle do risco de crédito.

Concessão de crédito

O modelo de negócios diversificado permite o atendimento de diversos públicos, em canais direcionados e convenientes nas diversas regiões do Brasil. As estratégias de segmentação, tanto na Pessoa Física quanto na Pessoa Jurídica, também colaboram para um bom relacionamento com os clientes e para ofertas precisas de produtos e serviços.

Esse posicionamento tem reflexos positivos no perfil de crédito da Organização, sendo traduzido em um portfólio diversificado e pulverizado, tanto em termos de produtos como de segmentos. Isso é condizente com os riscos assumidos e com níveis de provisionamento e concentração adequados.

Sob a responsabilidade da Área de Crédito, o processo de concessão apoia-se na Política de Crédito da Organização, primando pela segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos de crédito. Todo esse processo é permeado pela governança de gerenciamento de riscos e atende às determinações do Banco Central do Brasil.

As metodologias adotadas prezam pela agilidade e rentabilidade nos negócios, com procedimentos direcionados e adequados, orientados à concessão de operações de crédito e à fixação de limites operacionais.

Na avaliação e classificação do risco total do cliente ou grupo econômico, são considerados aspectos quantitativos (indicadores econômicos e financeiros) e qualitativos (dados cadastrais, comportamentais e transacionais), ligados à capacidade dos clientes de honrarem os seus compromissos.

Todas as propostas de negócios respeitam as alçadas operacionais, contidas nas Normas e Procedimentos de Crédito. Nas agências, a delegação de poder para a submissão de propostas depende do seu porte, da exposição total do cliente junto à Organização, das garantias oferecidas, do grau de restrição, bem como da sua classificação de risco de crédito (*rating*). Todas as propostas de negócio são submetidas para análise técnica e deferimento da Área de Crédito.

Os Comitês de Crédito, por sua vez, têm por objetivo a tomada de decisões, dentro de sua alçada, sobre consultas de concessão de limites e operações propostas pelas áreas de negócios, previamente analisadas e com parecer da Área de Crédito. De acordo com o montante financeiro, as propostas de operações/limites desse Comitê poderão ser submetidas ao Conselho de Administração para deliberação.

As propostas de crédito tramitam por um sistema automatizado e parametrizado, com o propósito de fornecer subsídios imprescindíveis para a análise, concessão e o acompanhamento dos créditos concedidos, minimizando os riscos inerentes às operações.

Para a concessão de créditos massificados de varejo, existem sistemas exclusivos de *Credit e Behavior Scoring*, que proporcionam agilidade e confiabilidade, além da padronização de procedimentos no processo de análise e deferimento dos créditos.

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando ampará-los com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando os montantes, as finalidades e os prazos dos créditos concedidos.

Classificação de risco de crédito

A Organização dispõe de um robusto processo de Governança, práticas e acompanhamentos. Dentre as práticas, pode ser citada a Governança de Alçadas de Concessão e de Recuperação de Crédito, as quais, dependendo do montante da operação ou da exposição total da contraparte, requerem aprovação nos níveis do CEO ou Conselho de Administração. Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos, estudos de safras, capital, entre outros.

Além do processo e da governança de alçadas para aprovação de operações de crédito e recuperação, no apetite a riscos definido pela Organização são acompanhados os limites de concentração das operações para Grupo Econômico, Setor de Atividade Econômica e Transferência (concentração por países). Além dos indicadores de concentração, também foram estabelecidos no apetite a riscos indicadores de qualidade de novos créditos, nível de inadimplência e de ativos problemáticos, margem de capital econômico e despesa de provisão para perdas esperadas.

A metodologia de avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita a definição de Normas e Procedimentos de Crédito diferenciados em função das características e do porte do cliente. Com isto, oferece embasamento tanto para a correta precificação das operações, quanto para a definição de garantias adequadas a cada situação.

A metodologia aplicada segue também os requisitos estabelecidos pela Resolução nº 4.945 do Conselho Monetário Nacional e inclui as análises de riscos social e ambiental em projetos, que buscam avaliar o cumprimento da legislação pertinente por parte dos clientes, bem como atender aos “Princípios do Equador”, conjunto de regras que estabelecem critérios mínimos sociais e ambientais que devem ser atendidos para a concessão de crédito.

Em consonância com o compromisso de constante aperfeiçoamento metodológico, a classificação de risco de crédito de operações contratadas é distribuída em grupos homogêneos de risco de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 para fins de constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

De forma simplificada, as classificações de risco das operações são determinadas em função da qualidade creditícia dos grupos econômicos/clientes definida pelo *Rating*

Cliente, garantias atreladas ao contrato, características do produto de crédito, comportamento de atrasos no pagamento, valor do crédito contratado, dentre outras características da operação.

As classificações de *Rating* Cliente para grupos econômicos fundamentam-se em procedimentos estatísticos parametrizados, informações quantitativas e qualitativas, além do fator julgamental. As classificações são efetuadas por grupo econômico e acompanhadas periodicamente com o objetivo de preservar a qualidade da carteira de crédito.

Para as pessoas físicas, em geral, as classificações de *Rating* Cliente baseiam-se também em procedimentos estatísticos e análise de variáveis que discriminam o comportamento de risco. Isso é feito mediante aplicação de modelos estatísticos de avaliação de crédito.

O *Rating* Cliente é utilizado, em conjuntos com diversas variáveis de decisão, para análise de concessão e/ou renovação de operações e limites de crédito, assim como para o acompanhamento da deterioração do perfil de risco dos clientes.

Controle e acompanhamento

O risco de crédito tem seu controle e acompanhamento corporativo realizado por área independente, que calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de governança existente.

Esta área promove reuniões mensais com todos os executivos e diretores de produtos e segmentos, com o objetivo de posicioná-los quanto à evolução da carteira de crédito, inadimplência, ativos problemáticos, reestruturações, adequação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, recuperações de crédito, perdas, limites e concentrações de carteiras, alocação de capital econômico e regulamentar, dentre outros.

Além disso, acompanha todo e qualquer evento, interno ou externo, que possa trazer impacto significativo ao risco de crédito da Organização, tais como: fusões, falências, quebra de safra, além de monitorar os setores de atividade econômica em que a empresa tem as exposições mais representativas.

Comunicação interna

O risco de crédito é monitorado tempestivamente visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos pela Organização. Relatórios gerenciais de controle de risco são disponibilizados para todas as alçadas, desde as agências até a Alta Administração.

Com o objetivo principal de antecipar situações de risco, que possam impactar na liquidez dos créditos concedidos aos clientes, a área de monitoramento de risco de crédito fornece diariamente informações por meio de um sistema corporativo às agências, gerências nacionais, segmentos de negócios e áreas de concessão de crédito e recuperação de crédito. Este sistema apresenta informações dinâmicas da carteira de crédito e cadastrais, além de proporcionar a comparação entre as informações anteriores e as atuais, destacando pontos que deverão ser analisados de maneira mais profunda pelos gestores como: informações de ativo por segmento, produto, região, classificação de risco, inadimplência, perda esperada e inesperada, dentre outras, possibilitando a visualização das informações desde um nível macro até o mais detalhado e permitindo chegar à visão de uma operação de crédito específica.

A visualização e entrega das informações é feita por meio de relatórios, sendo possível a realização de pesquisas em diversos níveis, tais como segmentos de negócios, diretorias, gerências, regiões, produtos, funcionários e clientes, e sob vários aspectos (exposição, inadimplência, estágio, provisão, *write-off*, graus de restrição, participação de garantias reais, qualidade da carteira por tipo de *rating*, entre outros).

Mensuração do risco de crédito

Periodicamente a Organização avalia as perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros por meio de modelos quantitativos, que consideram a experiência histórica de perdas de créditos dos diferentes tipos de carteira (que pode variar de 2 a 7 anos), a qualidade e as características atuais dos clientes, das operações e dos mitigadores, de acordo com os processos e a governança interna.

A experiência de perda de créditos reais é ajustada para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, condições atuais e a visão da Organização sobre as condições econômicas futuras, que são incorporadas na mensuração por meio de modelos econométricos, que capturam efeitos correntes e futuros nas estimativas das perdas esperadas. As principais variáveis macroeconômicas utilizadas neste processo são taxas de juros brasileira, taxa de desemprego, índices de inflação e índices de atividade econômica.

A estimativa de perda esperada dos ativos financeiros é dividida em três categorias (estágios):

- Estágio 1: Ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito;
- Estágio 2: Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3: Ativos financeiros que apresentaram indicativos de que não serão honrados integralmente.

O aumento significativo no risco de crédito é avaliado com base em diferentes indicadores para classificação em estágios, de acordo com o perfil do cliente, o tipo do produto e o status de pagamento atual, conforme demonstramos abaixo:

Segmento Varejo:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou "*impaired*"): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial ou reestruturação de dívidas;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e
- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

Segmento Atacado:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou "*impaired*"): Ativos financeiros que estão com as obrigações relevantes vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que não atentaram aos critérios do estágio 3 e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e
- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

As perdas esperadas são baseadas na multiplicação dos parâmetros de risco de crédito: Probabilidade de descumprimento (PD), Perda dado o descumprimento (LGD) e Exposição ao descumprimento (EAD).

O parâmetro PD refere-se à probabilidade de descumprimento percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelos internos de avaliação, que no varejo utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características do cliente, tais como *rating* interno e segmento de negócio, e da operação, tais como produto e garantia e no caso do atacado utilizam modelos especialistas baseados em informações financeiras e análises qualitativas.

O LGD refere-se ao percentual de perda em relação a exposição em caso de descumprimento, considerando todos os esforços de recuperação, conforme modelo interno de avaliação que utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características da operação, tais como produto e garantia.

Clientes com exposição significativa possuem estimativas baseadas em análise individuais, que são embasadas na estrutura da operação e no conhecimento de especialista, visando capturar a complexidade e as particularidades de cada operação.

O EAD refere-se à exposição (valor contábil) do cliente perante a Organização no momento da estimação da perda esperada. No caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, o EAD terá a adição do valor esperado dos compromissos ou garantias financeiras prestadas que serão convertidos em crédito em caso de descumprimento do cliente.

Exposição ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	Valor bruto	Perda esperada	Valor bruto	Perda esperada
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos (Nota 5)	137.031.197	-	146.614.670	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 6)	551.306.606	(3.516.837)	371.883.348	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 8) (1)	138.998.105	(22.357)	156.292.584	(14.306)
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (Nota 10)	235.485.067	(13)	196.421.127	(187.829)
Empréstimos e adiantamentos a clientes (Nota 11)	791.468.154	(47.011.092)	720.239.586	(47.857.481)
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (Nota 9)	263.111.062	(3.564.491)	273.148.967	(6.157.000)
Outros ativos financeiros (Nota 16)	73.426.822	-	81.195.242	-
Compromissos de valores de crédito a liberar - <i>off balance</i> (Nota 11 e 24)	358.376.828	(1.815.386)	342.660.453	(2.447.791)
Beneficiários e garantias prestadas - <i>off balance</i> (Nota 11 e 24)	125.119.738	(1.266.804)	119.229.609	(1.257.645)
Total da exposição	2.674.323.579	(57.196.980)	2.407.685.586	(57.922.052)

(1) Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são reduzidos pela provisão para perda.

Empréstimos e adiantamentos a clientes**Concentração do risco de crédito**

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Maior devedor	0,5%	0,7%
Dez maiores devedores	3,5%	4,4%
Vinte maiores devedores	5,4%	7,0%
Cinquenta maiores devedores	8,7%	10,9%
Cem maiores devedores	11,5%	14,0%

Por setor de atividade

A análise de concentração de risco de crédito apresentada abaixo está baseada no setor de atividade no qual a contraparte atua.

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025	%	Em 31 de dezembro de 2024	%
Setor público	9.695.176	1,2	6.853.540	1,0
Setor privado	781.772.978	98,8	713.386.046	99,0
Total	791.468.154	100,0	720.239.586	100,0
Pessoa jurídica	350.445.791	44,3	316.936.343	44,0
Atividades imobiliárias e construção	25.188.642	3,2	23.610.490	3,3
Varejo	41.304.495	5,2	37.709.778	5,2
Serviços	115.073.789	14,5	79.995.896	11,1
Transportes e concessão	28.635.592	3,6	28.680.534	4,0
Automobilística	7.228.928	0,9	7.553.422	1,0
Alimentícia	15.258.682	1,9	13.677.857	1,9
Atacado	20.564.676	2,6	20.378.978	2,8
Energia elétrica	10.541.406	1,3	8.633.777	1,2
Petróleo, derivados e atividades agregadas	5.568.769	0,7	6.918.329	1,0
Demais setores	81.080.812	10,2	89.777.282	12,5
Pessoa física	441.022.363	55,7	403.303.243	56,0

Mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias reais, formalizadas por meio de instrumentos jurídicos como alienações fiduciárias, hipotecas, pela utilização de garantias fidejussórias, tais como avais e fianças de terceiros, ou ainda pela utilização de instrumentos financeiros, como os derivativos de crédito, ou acordos de compensação (netting). A avaliação da eficiência desses instrumentos é realizada considerando o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte dos garantidores e a segurança jurídica dos contratos. Os principais tipos de garantias reais são: depósitos a prazo; aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários; imóveis residenciais e comerciais; bens móveis como veículos, aeronaves; incluem-se ainda entre as garantias reais, títulos comerciais como duplicatas, cheques e faturas de cartão de crédito. Entre os avais e fianças destacam-se as garantias bancárias.

Os derivativos de crédito são contratos bilaterais no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro e seu risco é transferido para a contraparte vendedora da proteção. Normalmente, esta recebe uma remuneração ao longo da vigência da operação. No caso de descumprimento do tomador (*default*), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte vendedora recebe o ativo subjacente em troca do referido pagamento.

No quadro abaixo está demonstrado o valor justo das garantias nas operações de empréstimos e adiantamentos a clientes.

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	Valor Contábil (1)	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil (1)	Valor Justo da Garantia
Pessoa Jurídica	350.445.791	248.842.209	316.936.343	177.693.556
Estágio 1	315.701.697	225.184.657	284.237.991	167.357.458
Estágio 2	11.609.479	8.416.815	6.946.383	5.014.721
Estágio 3	23.134.615	15.240.737	25.751.969	5.321.377
			-	-
Pessoa Física	441.022.363	417.170.096	403.303.243	278.052.177
Estágio 1	381.759.894	380.871.896	347.118.719	248.932.254
Estágio 2	25.431.262	21.377.870	21.911.700	18.284.746
Estágio 3	33.831.207	14.920.330	34.272.824	10.835.177
Total	791.468.154	666.012.305	720.239.586	455.745.733

(1) Do saldo contábil total de operações de crédito R\$ 324.425.508 mil (Em 31 de dezembro 2024 - R\$ 438.532.231 mil) referem-se a operações sem garantias.

40.3. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros de mercado dos instrumentos financeiros detidos pela Organização, uma vez que suas operações ativas e passivas podem apresentar descasamentos de montantes, prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado, controlado e reportado. O perfil de

exposição a risco de mercado da Organização está alinhado às diretrizes estabelecidas pelo processo de governança, com limites monitorados tempestivamente de maneira independente das áreas de negócios.

Todas as operações que expõem a Organização a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, sendo todo o processo aprovado pela estrutura de governança.

Em consonância com as melhores práticas de Governança Corporativa, tendo por objetivo preservar e fortalecer a administração do risco de mercado na Organização, bem como atender aos dispositivos da Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional, o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Risco de Mercado, cuja revisão é realizada, no mínimo, anualmente pelos Comitês competentes e pelo próprio Conselho de Administração, fornecendo as principais diretrizes de atuação para aceitação, controle e gerenciamento do risco de mercado. Além desta política, a Organização dispõe de normas específicas para regulamentar o processo de gerenciamento de risco de mercado, conforme segue:

- Classificação das Operações;
- Reclassificação das Operações;
- Negociação de Títulos Públicos ou Privados;
- Utilização de Derivativos;
- *Hedge*.

Processo de gerenciamento do risco de mercado

O processo de gerenciamento do risco de mercado é realizado de maneira corporativa, abrangendo desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de mercado são realizados de maneira centralizada e independente. Este processo permitiu a Organização ser a primeira instituição financeira no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado para a apuração da necessidade do capital regulamentar. O processo de gerenciamento é também revisado, no mínimo, anualmente pelos Comitês e aprovado pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado da Carteira *Trading* são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidas à aprovação do Conselho de Administração.

Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira própria, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- *Value at Risk* (VaR);
- Estresse (medida de impacto negativo de eventos extremos, com base em cenários históricos e prospectivos);

- Resultado; e
- Exposição Financeira / Concentração.

Carteira Banking: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- Variação do valor econômico devido à variação de taxa de juros - ΔEVE (*Economic Value of Equity*); e
- Variação da receita líquida de juros devido à variação de taxa de juros - ΔNII (*Net Interest Income*).

Modelos de mensuração do risco de mercado

A mensuração e o controle do risco de mercado são feitos por meio de metodologias de Estresse, *Value at Risk* (VaR) e Análise de Sensibilidade, além de limites de Gestão de Resultados e de Exposição Financeira. O uso de diversas metodologias para a mensuração e avaliação dos riscos é importante, pois elas são sempre complementares e seu uso combinado permite a captura de diversos cenários e situações.

Carteiras *Trading* e Regulatória

Os riscos da Carteira *Trading* são controlados, principalmente por Estresse e VaR. No caso do Estresse, que tem o objetivo de quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos extremos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições da Organização, a análise utiliza cenários de estresse elaborados pela área de Risco de Mercado e pela área Econômica da Organização a partir de dados históricos e prospectivos para os fatores de risco nos quais a Organização esteja posicionada.

Para a apuração do VaR é adotada a metodologia Delta-Normal, com nível de confiança de 99%, sendo que o horizonte aplicado leva em consideração o número de dias necessários para se desfazer das exposições existentes. A metodologia é aplicada às Carteiras *Trading* e Regulatória (posições da Carteira *Trading* mais exposição em moeda estrangeira e *commodities* da Carteira *Banking*). Cabe destacar que para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções são aplicados os modelos de simulação histórica e Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois. Para apuração das volatilidades, correlações e retornos históricos é adotada uma janela mínima de 252 dias úteis.

Para fins regulatórios, a necessidade de capital referente às ações da Carteira *Banking* do Conglomerado Prudencial é realizada por meio da avaliação do risco de crédito, conforme determinação do Banco Central do Brasil, ou seja, não estão contempladas no cálculo de risco de mercado.

Risco de taxa de juros da Carteira *Banking*

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são feitos, principalmente, a partir das metodologias de variação do *Economic Value of Equity* (EVE) e do *Net Interest Income* (NII), que medem, respectivamente, o impacto econômico sobre as posições e o impacto no resultado da Organização de acordo com os cenários elaborados pelas áreas especialistas e avaliados pela Comissão Técnica de Testes de Estresse - COTES da Organização. Estes cenários buscam determinar movimentos positivos e negativos que possam ocorrer nas curvas de taxa de juros e

consequentemente afetar as aplicações e captações da Organização.

A metodologia EVE consiste em reprecificar a carteira sujeita à variação de taxas de juros levando-se em consideração aumentos ou decréscimos nas taxas utilizadas para a apuração do valor presente e o prazo total dos ativos e passivos. Assim, apura-se o valor econômico da carteira tanto com as taxas de juros de mercado na data da análise como com os cenários projetados. Desta forma, a diferença entre os valores obtidos para a carteira será o Delta EVE.

No caso do NII, a metodologia tem como objetivo apurar a variação na receita líquida de juros da Organização (margem bruta) em função de eventuais variações no nível de taxa de juros, ou seja, a diferença entre o NII apurado no cenário base e o NII apurado nos cenários de aumento ou decréscimos nas taxas de juros será o Delta NII.

Para a mensuração do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são utilizadas premissas comportamentais dos clientes quando necessário. Como referência, no caso dos depósitos à vista e de poupança, que não possuem vencimento definido, são realizados estudos para verificação dos seus comportamentos históricos, bem como a possibilidade de manutenção dos mesmos. Através destes estudos, são definidos o montante estável (parcela core) assim como o critério de alocação ao longo do tempo.

Apreçamento de Instrumentos Financeiros

Com o intuito de adotar as melhores práticas de mercado relacionadas à apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, foi instituída a Comissão de Marcação a Mercado (CMM), que é responsável pela aprovação ou encaminhamento à Comissão de Risco de Mercado e Liquidez dos modelos de marcação a mercado. A CMM é formada por representantes das áreas de negócios, *back-offices* e riscos, cabendo à área de riscos a coordenação da Comissão e a submissão dos assuntos avaliados para aprovação de acordo com a governança estabelecida, conforme o caso.

Sempre que possível adotam-se preços e taxas das bolsas de valores, mercadorias e futuros e mercados secundários. Na impossibilidade de encontrar tais referências de mercado, são utilizados preços disponibilizados por outras fontes (por exemplo: *Bloomberg*, *Reuters* e Corretoras). Como última opção, são adotados modelos proprietários para apreçamento dos instrumentos, que também seguem o mesmo procedimento de aprovação da CMM e são submetidos aos processos de validação e avaliação da Organização.

Os critérios de marcação a mercado são revisados periodicamente, conforme processo de governança, podendo sofrer modificações em decorrência de alterações nas condições de mercado, da criação de novas classes de instrumentos, do estabelecimento de novas fontes de dados ou do desenvolvimento de modelos considerados mais adequados.

Os instrumentos financeiros para serem incluídos na Carteira *Trading* devem ser aprovados no Comitê Executivo de Tesouraria ou de Produtos, Serviços e Parcerias e ter os seus critérios de apreçamento definidos pela CMM.

A Organização adota os seguintes princípios para o processo de marcação a mercado:

- **Comprometimento:** a Organização empenha-se em garantir que os preços utilizados reflitam o valor de mercado das operações. Na ausência de fonte de informações, a Organização pratica os melhores esforços para estimar o valor de

- mercado dos instrumentos financeiros;
- **Frequência:** os critérios de marcação a mercado formalizados são aplicados diariamente;
- **Formalismo:** a CMM é responsável por assegurar a qualidade metodológica e a formalização dos critérios de marcação a mercado;
- **Consistência:** o processo de coleta e aplicação dos preços é realizado de maneira consistente, garantindo sua uniformidade na Organização;
- **Transparência:** assegurar que a metodologia seja acessível às áreas de Auditorias Interna e Externa, Validação Independente de Modelos e Órgãos Reguladores.

Controle e acompanhamento

O risco de mercado é controlado e acompanhado por área independente que, diariamente calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de governança existente.

Além dos reportes diários, quinzenalmente são discutidas as posições da Carteira *Trading* no Comitê Executivo de Tesouraria, neste fórum, os resultados e os riscos são avaliados e as estratégias são debatidas. Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital – COGIRAC e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo os mesmos revisados ao menos uma vez por ano.

No caso de rompimento de qualquer um destes limites, a diretoria da área de negócio responsável pela posição e o COGIRAC são informados tempestivamente sobre o consumo do limite, para a tomada de decisão. Havendo necessidade de aumento do limite e/ou alteração ou manutenção das posições, o Conselho de Administração é convocado para deliberação do novo limite ou revisão da estratégia de posição.

Comunicação interna

A Área de risco de mercado disponibiliza relatórios gerenciais diários de controle das posições às áreas de negócio e à Alta Administração, além de reporte semanal e apresentações periódicas ao Conselho de Administração.

Os reportes são realizados de acordo com um sistema de alertas, que determina os destinatários dos relatórios de risco conforme o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Assim, quanto maior o consumo do limite de risco, mais membros da Alta Administração recebem os relatórios.

Hedge e utilização de derivativos

Com o objetivo de padronizar a utilização de instrumentos financeiros destinados para *hedge* das operações e uso de derivativos pela área de Tesouraria, a Organização elaborou normas específicas que foram aprovadas pelos Comitês competentes.

As operações de *hedge* executadas pela área de Tesouraria da Organização devem, necessariamente, cancelar ou mitigar os riscos de descasamentos de quantidades, prazos, moedas ou indexadores das posições dos livros da Tesouraria, sendo utilizados, para tanto, os ativos e derivativos autorizados para negociação em cada um dos seus livros, com o objetivo de:

- Controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de

- riscos vigentes;
- Alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e
- Reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

Hedge de fluxo de caixa

O Bradesco mantém *hedges* de fluxo de caixa, vide maiores detalhes na nota 7.

Derivativos padronizados e de uso contínuo

A área de Tesouraria da Organização pode utilizar derivativos padronizados (negociados em bolsa) e os de uso contínuo (negociados em balcão) com a finalidade de obtenção de resultados e também com a finalidade de construção de *hedges*. Classificam-se como derivativos de uso contínuo aqueles habituais de mercado negociados em balcão, tais como *swaps vanilla* (taxas de juros, moedas, *Credit Default Swap*, entre outros), operações a termo (moedas, por exemplo), opções *vanilla* (moeda, Índice Bovespa), entre outros. Já os derivativos não padronizados que não estão classificados como de uso contínuo ou as operações estruturadas têm o seu uso condicionado à autorização do Comitê competente.

Evolução da exposição

Nesta seção, são apresentadas as evoluções da exposição financeira, o VaR calculado pelo modelo interno e o seu *backtesting* e a análise de estresse.

Exposição financeira – Carteira *Trading* (Valor Justo)

Fatores de Riscos	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Prefixado	76.704.911	38.242.679	124.477.896	10.549.194
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) / IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	12.020.758	10.982.367	2.438.885	2.010.863
Cupom cambial	341.370	-	668.191	-
Moedas estrangeiras	9.035.717	8.638.662	14.134.242	13.689.527
Renda variável	24.558.158	24.644.617	10.344.471	9.979.524
Soberanos/ <i>eurobonds e treasuries</i>	22.300.246	20.512.300	21.988.976	19.627.310
Outros	10.799.051	128.243	2.839.750	235.287
Total	155.760.211	103.148.868	176.892.411	56.091.705

VaR Modelo Interno – Carteira *Trading*

O VaR da Carteira *Trading*, líquido de efeitos fiscais e com o horizonte de 1 dia, foi de R\$ 14.814 mil, no final do quarto trimestre de 2025 tendo o fator de risco IGP-M / IPCA como a maior participação no risco da Carteira.

Fatores de Riscos	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Prefixado	8.265	1.395
IGP-M / IPCA	6.902	5.403
Cupom cambial	67	181
Moedas estrangeiras	4.031	4.580
Soberanos/ <i>eurobonds e treasuries</i>	7.055	4.112
Renda variável	1.940	2.829
Outros	1.378	7.155
Efeito correlação/diversificação	(14.825)	(9.480)
VaR no final do ano	14.813	16.175
VaR médio no ano	26.386	14.916
VaR mínimo no ano	9.836	4.982
VaR máximo no ano	61.733	45.150

VaR Modelo Interno – Carteira Regulatória

O capital é calculado pelo modelo VaR Delta-Normal com base na Carteira Regulatória, composta pela Carteira *Trading* e as exposições Cambial e de *Commodities* da Carteira *Banking*. Adicionalmente, para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções, são aplicados os modelos de riscos de simulação histórica e o Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois, sendo este risco de opção adicionado ao VaR da Carteira. Cabe destacar que, o valor em risco é extrapolado para o horizonte regulatório⁽¹⁾ (maior entre 10 dias e o horizonte da carteira) pelo método da raiz do tempo. Os valores de VaR e VaR Estressado demonstrados a seguir são para o horizonte de dez dias e estão líquidos de efeitos fiscais.

Fatores de Riscos	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	VaR	VaR Estressado	VaR	VaR Estressado
Taxa de juros	45.660	56.835	20.444	23.846
Taxa de câmbio	16.876	31.998	24.497	21.405
Preço de mercadoria (<i>Commodities</i>)	13.284	76.852	995	2.247
Preço de ações	7.697	18.547	23.212	30.064
Efeito correlação/diversificação	(36.598)	(79.430)	(19.896)	(28.643)
VaR no final do ano	46.919	104.802	49.252	48.919
VaR médio no ano	76.840	95.545	67.082	98.963
VaR mínimo no ano	33.671	26.010	32.264	33.126
VaR máximo no ano	195.304	243.961	124.674	272.495

Obs.: VaR para o horizonte de 10 dias e líquidos de efeitos fiscais.

Para efeito da apuração da necessidade de capital regulamentar, segundo o modelo interno, deve-se levar em consideração as regras descritas nas Circulares no 3.646/13 e 3.674/13 do Banco Central do Brasil, como o uso do VaR e do VaR Estressado sem efeitos fiscais, da média dos últimos 60 dias e seu multiplicador.

VaR Modelo Interno – *Backtesting*

A metodologia de risco aplicada é avaliada, continuamente, através de técnicas de *backtesting*, que consistem na comparação do VaR com período de manutenção de 1

⁽¹⁾ É adotado o máximo entre o período de manutenção (*holding period*) da carteira e 10 dias, que é o horizonte regulatório mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

dia e o resultado hipotético, obtido com as mesmas posições utilizadas no cálculo do VaR, e o resultado efetivo, aqui considerando também a movimentação do dia para o qual o VaR foi estimado.

O principal objetivo deste acompanhamento é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos ocorridos deve ser compatível com o número de rompimentos aceitos pelos testes estatísticos realizados para o nível de confiança estabelecido. Outro objetivo é aprimorar os modelos utilizados pela Organização, através das análises realizadas para diferentes períodos de observação e níveis de confiança do VaR, tanto para o VaR Total como por fator de risco.

Os resultados diários, efetivo e hipotético, referentes aos últimos 250 dias úteis não ultrapassaram, em nenhuma ocasião, o respectivo VaR com nível de confiança de 99% no mês de dezembro de 2025. Da mesma forma, em setembro de 2025, os resultados diários, efetivo e hipotético, dos últimos 250 dias úteis também não excederam o VaR correspondente para o mesmo nível de confiança.

De acordo com o documento publicado pelo *Basel Committee on Banking Supervision*⁽²⁾, os rompimentos seriam classificados como “Má-sorte ou os mercados se moveram de forma não prevista pelo modelo”, ou seja, a volatilidade foi, significativamente, maior do que o esperado e/ou as correlações foram diferentes daquelas assumidas pelo modelo.

Análise de Estresse – Carteira Trading

A Organização avalia, também, diariamente, os possíveis impactos nas posições em cenários de estresse para um horizonte de 20 dias úteis, com limite estabelecido no processo de governança. Dessa forma, considerando o efeito de diversificação entre os fatores de risco e os valores líquidos de efeitos fiscais.

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
No final do ano	191.803	124.714
Médio do ano	143.694	238.134
Mínimo do ano	51.893	98.257
Máximo do ano	354.628	473.851

Obs.: Valores líquidos de efeitos fiscais.

Análise de sensibilidade das exposições financeiras

As análises de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras Trading e *Banking*) da Organização, foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros, sendo 1,0% de variação para preços;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado; e

⁽²⁾ O Comitê de Supervisão Bancária da Basileia é uma organização que congrega autoridades de supervisão bancária, visando a fortalecer a solidez dos sistemas financeiros.

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado.

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

Análise de Sensibilidade – Carteira *Trading*

		R\$ mil					
		Carteira <i>Trading</i> (1)					
		Em 31 de dezembro de 2025			Em 31 de dezembro de 2024		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(318)	(102.871)	(195.792)	(69)	(24.757)	(50.192)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(294)	(54.032)	(102.722)	(110)	(9.118)	(16.071)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(2)	(347)	(688)	(5)	(670)	(1.330)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(2.184)	(54.595)	(109.190)	(2.401)	(60.037)	(120.073)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	476	11.888	23.776	(1.971)	(49.268)	(98.536)
Soberanos/ <i>Eurobonds</i> e <i>Treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	83	6.687	13.058	(26)	(6.451)	(13.634)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(13)	(320)	(640)	(61)	(1.515)	(3.029)
Total sem correlação dos fatores de risco		(2.252)	(193.590)	(372.198)	(4.643)	(151.816)	(302.865)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e
(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 335 bps e 651 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Dez/2025 (Dez/2024 - os valores foram de aproximadamente 372 bps e 722 bps nos cenários 2 e 3 respectivamente).

Demonstramos também, abaixo, a Análise de sensibilidade das Carteiras *Trading* e *Banking*.

		R\$ mil					
		Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> (1)					
		Em 31 de dezembro de 2025			Em 31 de dezembro de 2024		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(10.533)	(3.584.634)	(7.069.069)	(10.217)	(4.085.285)	(7.975.990)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(17.802)	(2.747.631)	(4.869.645)	(12.890)	(2.209.541)	(3.908.207)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(1.899)	(231.410)	(447.013)	(1.834)	(262.983)	(507.774)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(4.244)	(106.104)	(212.207)	(5.335)	(133.384)	(266.768)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(35.194)	(879.844)	(1.759.689)	(32.045)	(801.129)	(1.602.258)
Soberanos/ <i>Eurobonds</i> e <i>Treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	2.442	239.377	465.818	2.296	272.371	525.099
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	935	23.368	46.735	(45)	(1.115)	(2.230)
Total sem correlação dos fatores de risco		(66.295)	(7.286.878)	(13.845.070)	(60.070)	(7.221.066)	(13.738.128)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e
(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 335 bps e 653 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Dez/2025 (Dez/2024 - os valores foram de aproximadamente 372 bps e 726 bps nos cenários 2 e 3 respectivamente).

Risco de mercado - Seguros

No item 40.6 Risco de seguros/subscrição, apresenta-se a análise de sensibilidade referente à taxa de desconto aplicada no cálculo do valor presente das obrigações futuras. Os efeitos dessa sensibilidade sobre os passivos de seguros estão diretamente vinculados à Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ), a qual sofre variações em função das taxas de juros e da inflação. Nesse contexto, seria possível sua inclusão no presente item. Todavia, considerando que tal sensibilidade impacta diretamente a mensuração do passivo atuarial, compreende-se que sua apresentação é mais adequada no item 40.6 Risco de seguros/subscrição, uma vez que este já contempla as demais análises de sensibilidade relacionadas ao passivo.

40.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Organização possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Controle e acompanhamento

O gerenciamento do risco de liquidez da Organização é realizado através de ferramentas desenvolvidas em plataformas robustas e validadas pelas áreas independentes da Organização. Dentre as principais métricas e indicadores considerados no framework de risco de liquidez, destacam-se:

- **Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR):** consiste na verificação da suficiência de instrumentos líquidos para honrar as saídas líquidas de caixa da Organização nos próximos trinta dias em cenário de estresse;
- **Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR):** consiste na verificação da suficiência de *funding* estrutural para financiar os ativos de longo prazo do balanço da Organização;
- Perdas de depósitos para diferentes horizontes de tempo;
- Mapas de concentração das captações em diferentes visões (produto, prazo e contraparte);
- Exercícios de estresse integrado onde diferentes dimensões de risco são abordadas.

Para as principais métricas foram estabelecidos limites, que podem ser estratégicos (aprovados até o nível do Conselho de Administração) ou operacionais (aprovados no Comitê Executivo), baseados em sinalizadores, que acionam diferentes níveis de governança conforme o percentual de utilização (consumo) dos seus respectivos limites.

Mitigação do Risco de Liquidez

A governança estabelecida para o gerenciamento do risco de liquidez contempla uma série de recomendações para mitigação do risco de liquidez, dentre as principais

estratégias, destacam-se:

- Diversificação de captações quanto a contraparte, produto e prazo;
- Adoção de limites gerenciais de liquidez, além daqueles requeridos pelo regulador;
- Análise prévia de produtos que possam afetar a liquidez antes da sua implementação;
- Simulações de estresse de liquidez da carteira.

Testes de Estresse

Em função da dinâmica e criticidade deste tema, a gestão e controle do risco de liquidez deve acontecer de forma diária e ser baseada em cenários de estresse. Desta forma, a principal métrica utilizada para o monitoramento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial é o Índice de Liquidez Curto Prazo (LCR), que mede a suficiência de recursos líquidos para honrar os compromissos nos próximos trinta dias considerando um cenário de estresse. Portanto, a gestão diária já é realizada através de teste de estresse.

De qualquer forma, adicionalmente ao LCR e outras métricas de monitoramento, são executadas simulações de cenários de estresse de longo prazo, dentro do programa de teste de estresse integrado (ICAAP por exemplo), para também avaliar uma eventual deterioração dos indicadores de liquidez para diferentes horizontes de tempo.

Comunicação Interna

A comunicação interna sobre o risco de liquidez, tanto entre as áreas quanto entre as diversas camadas da governança interna são feitas por meio de relatórios internos, comitês e a administração sênior da Organização.

Adicionalmente, são distribuídos diariamente relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Alta Administração. Fazem parte deste processo diversos instrumentos de análises que são utilizados no monitoramento da liquidez, tais como:

- Distribuição diária dos instrumentos de controle da liquidez;
- Atualização automática intraday dos relatórios de liquidez para a adequada gestão da área de Tesouraria;
- Elaboração de relatórios com as movimentações passadas e futuras, com base em cenários;
- Verificação diária do cumprimento do nível mínimo de liquidez;
- Elaboração de relatórios complementares onde são apresentadas as concentrações das captações por tipo de produto, prazo e contraparte;
- Relatórios semanais para a Alta Administração com o comportamento e as expectativas referentes à situação da liquidez.

O processo de gerenciamento de risco de liquidez conta com um sistema de alertas, que determina o nível adequado de reporte dos relatórios de risco de acordo com o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Desta forma, quanto menor forem os índices de liquidez, maiores níveis da Organização recebem os relatórios.

Fluxos de caixa não descontados para passivos financeiros e contratos de seguros

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos e contratos de seguros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente até a data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados.

	R\$ mil						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total em 31 de dezembro de 2025	Total em 31 de dezembro de 2024
Recursos de instituições financeiras	261.433.270	16.974.480	40.810.535	24.320.616	5.696.705	349.235.606	353.942.812
Recursos de clientes	182.454.287	31.337.461	135.375.260	312.088.318	660.278	661.915.604	617.308.449
Recursos de emissão de títulos	14.712.077	6.983.022	61.872.772	214.804.075	10.022.934	308.394.880	254.136.285
Dívidas subordinadas	14.720	390.535	1.783.125	10.221.028	85.893.990	98.303.398	106.160.891
Passivos de contratos de seguros	562.119.491	14.143.799	8.427.420	29.882.220	82.520.029	697.092.959	852.353.171
Outros passivos financeiros (1)	58.032.775	41.212.188	10.522.773	7.110.100	513.369	117.391.205	101.086.011
Total do passivo em 31 de dezembro de 2025	1.078.766.620	111.041.485	258.791.885	598.426.357	185.307.305	2.232.333.652	
Total do passivo em 31 de dezembro de 2024	1.232.136.722	107.755.472	272.535.530	469.141.649	203.418.246		2.284.987.619

(1) Inclui, basicamente, operações de cartões de crédito, operações de câmbio, negociação e intermediação de valores, *leasing* e planos de capitalização.

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, empréstimos e adiantamentos. A Administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

A tabela anterior mostra os fluxos de caixa contratuais não descontados referentes aos passivos financeiros da Organização. Os fluxos de caixa que a Organização estima para esses instrumentos variam significativamente em relação a essa análise. Por exemplo, espera-se que depósitos à vista de clientes mantenham saldo estável ou crescente, e não se espera que esses depósitos serão sacados imediatamente.

Na Organização, a administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e dos instrumentos financeiros utilizados.

Fluxos de caixa não descontados para derivativos

Todos os derivativos da Organização são liquidados pelo valor líquido, que incluem:

- Derivativos cambiais - opções de moeda de mercado de balcão, futuros de moeda, opções de moeda negociadas em bolsa; e
- Derivativos de taxas de juros - swaps de taxas de juros, contratos com taxas futuras, opções de taxas de juros, outros contratos de taxas de juros, contratos de futuros de taxas de juros negociados em bolsa e opções de taxas de juros negociadas em bolsa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros derivativos, que serão liquidados pelo valor líquido, agrupados com base no período remanescente desde a data da apresentação até o seu respectivo vencimento. Os valores divulgados na tabela representam fluxos de caixa não descontados.

	R\$ mil						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total em 31 de dezembro de 2025	Total em 31 de dezembro de 2024
Diferencial de swap a pagar	1.278.422	6.950	1.114.530	126.479	13.443.688	15.970.069	15.833.154
Termo de moedas/outros	5.488.324	460.875	1.207.137	162.460	-	7.318.796	3.015.522
• Obrigações por compra a termo	2.821.652	401.040	1.128.318	156.333	-	4.507.343	255.209
• Obrigações por venda a termo	2.666.672	59.835	78.819	6.127	-	2.811.453	2.760.313
Prêmio de opções lançadas	896.675	73.265	374.303	1.249.227	40.007	2.633.477	1.656.654
Outros	1.408.550	451.799	1.137.646	332.434	-	3.330.429	2.504.000
Total de derivativos passivos em 31 de dezembro de 2025	9.071.971	992.889	3.833.616	1.870.600	13.483.695	29.252.771	
Total de derivativos passivos em 31 de dezembro de 2024	3.251.465	986.235	2.573.578	4.008.358	12.189.694		23.009.330

Balço patrimonial por prazos

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros e passivos de contratos de seguros da Organização, segregados por prazo, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes na data das Demonstrações Financeiras:

	R\$ mil							
	Circulante			Não circulante			Total em 31 de dezembro de 2025	Total em 31 de dezembro de 2024
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Prazo indeterminado		
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos	137.031.197	-	-	-	-	-	137.031.197	146.614.670
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	530.580.191	3.533.128	2.294.280	7.234.164	4.148.006	-	547.789.769	371.883.348
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	9.185.740	18.252.721	6.831.650	46.441.083	58.286.911	-	138.998.105	156.292.584
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	162.908.322	152.968.753	103.909.969	215.517.705	109.152.313	-	744.457.062	672.382.105
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquido de provisão para perdas	186.589.622	40.311.106	6.410.950	2.173.376	-	-	235.485.054	196.233.298
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas	17.808.782	14.206.301	22.876.215	138.622.149	66.033.124	-	259.546.571	266.991.967
Outros ativos financeiros (1)	39.932.064	15.626.624	7.313.008	8.245.307	2.309.819	-	73.426.822	81.195.242
Total dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2025	1.084.035.918	244.898.633	149.636.072	418.233.784	239.930.173	-	2.136.734.580	
Total dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2024	910.635.292	197.604.624	124.564.422	451.709.544	207.079.332	-		1.891.593.214
Passivo								
Recursos de instituições financeiras	327.014.095	56.709.308	20.169.509	21.273.661	1.932.921	-	427.099.494	361.818.310
Recursos de clientes (2)	208.009.606	66.066.548	102.249.281	344.688.780	259.936	-	721.274.151	644.338.463
Recursos de emissão de títulos	16.357.292	25.082.829	45.445.374	209.382.550	9.992.637	-	306.260.682	257.977.344
Dívidas subordinadas	14.708	385.063	1.641.087	5.798.538	25.351.021	21.524.109	54.714.526	57.458.927
Outros passivos financeiros (3)	58.032.775	41.212.188	10.522.773	7.110.100	513.369	-	117.391.205	101.086.011
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.081.928	4.807.769	3.251.792	6.865.717	1.261.124	-	18.268.330	16.240.611
Provisão para Perda Esperada							-	
Compromissos de Empréstimos	399.154	809.769	482.777	78.040	45.646	-	1.815.386	2.447.791
Garantias Financeiras	49.250	47.722	103.581	28.125	1.038.126	-	1.266.804	1.257.645
Passivos de contratos de seguros (2)	350.974.072	13.770.963	7.966.651	23.762.581	23.241.209	-	419.715.476	378.792.820
Total dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025	962.932.880	208.892.159	191.832.825	618.988.092	63.635.989	21.524.109	2.067.806.054	
Total dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2024	885.388.340	180.580.649	214.445.408	459.523.561	62.859.713	18.620.251		1.821.417.922

(1) Inclui, basicamente, operações de câmbio, devedores por depósitos em garantia e negociação e intermediação de valores;

(2) Os depósitos à vista, de poupança e os passivos de contratos de seguros, representadas por produtos "VGBL" e "PGBL" estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e

(3) Inclui, basicamente, operações de cartões de crédito, operações de câmbio, negociação e intermediação de valores, leasing financeiro e planos de capitalização.

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos da Organização, segregados em circulante e não circulante, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, na data das Demonstrações Financeiras:

	R\$ mil			
	Circulante	Não circulante	Total em 31 de dezembro de 2025	Total em 31 de dezembro de 2024
Ativo				
Total dos ativos financeiros	1.478.570.623	658.163.957	2.136.734.580	1.891.593.214
Ativos não correntes mantidos para venda	3.757.502	-	3.757.502	3.494.950
Investimentos em coligadas	-	13.283.440	13.283.440	11.029.012
Imobilizado de uso	-	9.405.491	9.405.491	10.220.444
Ativos intangíveis e ágio	-	25.739.659	25.739.659	23.749.208
Impostos a compensar	2.985.740	9.898.706	12.884.446	11.764.176
Impostos diferidos	29.940.580	81.297.026	111.237.606	101.808.543
Outros ativos	13.715.226	3.569.266	17.284.492	15.824.815
Total dos ativos não financeiros	50.399.048	143.193.588	193.592.636	177.891.148
Total do ativo em 31 de dezembro de 2025	1.528.969.671	801.357.545	2.330.327.216	
Total do ativo em 31 de dezembro de 2024	1.292.074.023	777.410.339		2.069.484.362
Passivo				
Total dos passivos financeiros	1.363.657.864	704.148.190	2.067.806.054	1.821.417.922
Outras provisões	6.335.334	14.227.867	20.563.201	20.033.774
Impostos correntes	2.003.486	-	2.003.486	2.043.616
Impostos diferidos	-	1.895.931	1.895.931	1.664.666
Outros passivos	54.408.571	4.701.343	59.109.914	55.381.892
Total dos passivos não financeiros	62.747.391	20.825.141	83.572.532	79.123.948
Total do patrimônio líquido	-	178.948.630	178.948.630	168.942.492
Total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025	1.426.405.255	903.921.961	2.330.327.216	
Total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	1.339.534.649	729.949.713		2.069.484.362

40.5. Valor justo de ativos e passivos financeiros

A tabela a seguir apresenta a composição dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	462.536.378	60.865.737	3.537.559	526.939.674
Títulos públicos brasileiros	395.031.887	-	-	395.031.887
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	48.387.660	17.519.436	3.537.559	69.444.655
Títulos emitidos por instituições financeiras	20.916	43.346.301	-	43.367.217
Aplicações em cotas de fundos	18.840.361	-	-	18.840.361
Títulos públicos de governos estrangeiros	66.555	-	-	66.555
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	188.999	-	-	188.999
Derivativos	(333.439)	3.689.752	(774.548)	2.581.765
Instrumentos financeiros derivativos (ativos)	9.266.882	11.309.553	273.660	20.850.095
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	(9.600.321)	(7.619.801)	(1.048.208)	(18.268.330)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	135.065.868	3.051.953	880.284	138.998.105
Títulos públicos brasileiros	106.709.836	-	6.792	106.716.628
Títulos emitidos por empresas não financeiras	6.617.424	2.039.480	-	8.656.904
Títulos emitidos por instituições financeiras	776.277	1.012.473	-	1.788.750
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	7.816.817	-	-	7.816.817
Títulos públicos de governos estrangeiros	8.177.931	-	-	8.177.931
Aplicações em cotas de fundos	122.108	-	-	122.108
Ações de companhias abertas e outras ações	4.845.475	-	873.492	5.718.967
Total	597.268.807	67.607.442	3.643.295	668.519.544

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	308.064.812	41.731.862	2.251.689	352.048.363
Títulos públicos brasileiros	263.224.363	-	-	263.224.363
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	30.626.530	8.759.461	2.251.689	41.637.680
Títulos emitidos por instituições financeiras	4.010.896	32.972.401	-	36.983.297
Aplicações em cotas de fundos	9.368.468	-	-	9.368.468
Títulos públicos de governos estrangeiros	468.521	-	-	468.521
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	366.034	-	-	366.034
Derivativos	(2.537.088)	6.551.467	(420.005)	3.594.374
Instrumentos financeiros derivativos (ativos)	3.199.679	16.497.753	137.553	19.834.985
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	(5.736.767)	(9.946.286)	(557.558)	(16.240.611)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	152.116.761	3.061.706	1.114.117	156.292.584
Títulos públicos brasileiros	123.817.265	-	11.750	123.829.015
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.467.682	182.142	-	1.649.824
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.115.295	2.879.564	17.438	4.012.297
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	8.960.333	-	-	8.960.333
Títulos públicos de governos estrangeiros	8.324.658	-	-	8.324.658
Aplicações em cotas de fundos	4.951.794	-	-	4.951.794
Ações de companhias abertas e outras ações	3.479.734	-	1.084.929	4.564.663
Total	457.644.485	51.345.035	2.945.801	511.935.321

Reconciliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3):

	R\$ mil				
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Derivativos ativos	Derivativos passivos	Total
Em 31 de dezembro de 2023	801.331	1.564.028	152.986	(529.396)	1.988.949
Incluído no resultado	(196.056)	(138.588)	-	-	(334.644)
Incluído em outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Entradas	1.690.098	9.342	-	(28.162)	1.671.278
Alienações	(43.684)	(56.600)	(15.433)	-	(115.717)
Transferência entre categorias	-	(248.782)	-	-	(248.782)
Transferência entre níveis (1)	-	(15.283)	-	-	(15.283)
Em 31 de dezembro de 2024	2.251.689	1.114.117	137.553	(557.558)	2.945.801
Incluído no resultado	566.624	2.152	-	-	568.776
Incluído em outros resultados abrangentes	-	(200.831)	-	-	(200.831)
Entradas	1.672.199	-	136.107	(490.650)	1.317.656
Alienações	(899.235)	(17.716)	-	-	(916.951)
Transferência entre categorias	17.438	(17.438)	-	-	-
Transferência entre níveis (1)	(71.156)	-	-	-	(71.156)
Em 31 de dezembro de 2025	3.537.559	880.284	273.660	(1.048.208)	3.643.295

(1) Estes papéis foram reclassificados entre os níveis 2 e 3, pois houve aumento ou redução no risco de crédito e a curva de spread possui parâmetros não observáveis.

As tabelas a seguir demonstram os ganhos/(perdas) devido a variações no valor justo, incluindo os ganhos e perdas realizados e não realizados, registrados no resultado para os instrumentos financeiros ativos e passivos classificados no Nível 3:

	R\$ mil		
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Resultado líquido de juros	37.698	30.616	68.314
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	(233.754)	(169.204)	(402.958)
Total em 31 de dezembro de 2024	(196.056)	(138.588)	(334.644)
Resultado líquido de juros	452.988	2.152	455.140
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	113.636	(200.831)	(87.195)
Total em 31 de dezembro de 2025	566.624	(198.679)	367.945

Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados como Nível 3

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2025					
	Impacto no resultado (1)			Impacto no patrimônio (1)		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	(28)	(9.841)	(19.247)	-	(77)	(151)
Índices de preços	-	-	-	-	-	-
Cupom cambial	(54)	(6.508)	(12.485)	-	-	-
Moeda estrangeira	1.469	36.729	73.459	-	-	-
Renda variável	10.321	258.037	516.075	4.804	120.105	240.211

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2024					
	Impacto no resultado (1)			Impacto no patrimônio (1)		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	-	-	-	(1)	(326)	(624)
Índices de preços	-	-	-	-	-	-
Cupom cambial	-	-	-	(1)	(189)	(371)
Moeda estrangeira	-	-	-	94	2.354	4.708
Renda variável	4.632	115.811	231.622	10.672	266.793	533.585

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as datas indicadas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme os cenários abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado.

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	Valor Justo				Valor Contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros (1)					
Empréstimos e adiantamentos					
· a instituições financeiras	-	235.513.370	-	235.513.370	235.485.054
· a clientes	-	-	617.337.432	617.337.432	635.182.964
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	139.327.089	104.670.553	5.262.708	249.260.350	263.111.062
Passivos financeiros					
Recursos de instituições financeiras	-	-	427.535.327	427.535.327	427.099.494
Recursos de clientes	-	-	718.421.538	718.421.538	721.274.151
Recursos de emissão de títulos	-	-	306.537.715	306.537.715	306.260.682
Dívidas subordinadas	-	-	56.371.225	56.371.225	54.714.526

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2024				
	Valor Justo				Valor Contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros (1)					
Empréstimos e adiantamentos					
· a instituições financeiras	-	196.235.524	-	196.235.524	196.233.298
· a clientes	-	-	727.760.109	727.760.109	720.239.586
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	151.449.296	98.794.868	10.067.466	260.311.630	273.148.967
Passivos financeiros					
Recursos de instituições financeiras	-	-	374.212.384	374.212.384	361.818.310
Recursos de clientes	-	-	644.856.874	644.856.874	644.338.463
Recursos de emissão de títulos	-	-	259.054.688	259.054.688	257.977.344
Dívidas subordinadas	-	-	58.990.729	58.990.729	57.458.927

(1) Os valores de empréstimos e adiantamentos estão apresentados líquidos da provisão para perdas ao valor recuperável.

40.6. Risco de seguro/subscrição

O risco de subscrição é o risco transferido por qualquer contrato de seguro, onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra, e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O risco advém de uma situação econômica que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento, bem como para fins de precificação e cálculos de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorre para fazer face aos eventos de sinistros. Deste modo, o processo de gerenciamento de riscos busca diversificar as operações de seguros visando primar pelo balanceamento

da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos, e a Companhia deve efetuar a indenização de todos os sinistros cobertos, ocorridos durante a vigência do contrato. O custo estimado de sinistros inclui as despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Deste modo, considerando as incertezas inerentes ao processo, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente da inicialmente prevista.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM (*Asset Liability Management*). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento permanente da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como a avaliação de eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; e; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de bens

Os riscos associados aos seguros de bens incluem, entre outros:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscritos pela Companhia, em geral, é de curta duração. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos principais riscos inerentes às principais linhas de negócios de seguros de bens:

- Seguro de automóveis inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros; e

- Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex.: incêndio, explosão e interrupção do negócio), desastres naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente) e seguro de responsabilidades.

Principais riscos associados aos seguros de vida e previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimentos, longevidade, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados aos seguros de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que prevejam o benefício de resgate. Por outro lado, taxas de persistências elevadas para produtos deficitários podem elevar as perdas futuras desses produtos;
- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como, níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos, e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Principais riscos associados ao seguro saúde

Os riscos associados aos seguros saúde incluem, entre outros:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Para o seguro saúde individual, onde algumas de suas provisões são calculadas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros esperados futuros e prêmios esperados futuros), além dos riscos citados acima, existe o risco biométrico, que inclui a experiência de mortalidade e longevidade, o risco de comportamento do segurado, que inclui a sua experiência de persistência, e o risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de bens, seguros de vida e previdência e seguros saúde

A Diretoria de Gestão de Riscos monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição. A implementação dessas políticas, o tratamento de sinistros, resseguros, e a constituição de provisões técnicas desses riscos são realizados por cada Superintendência Técnica. A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como, análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Para os seguros de vida e previdência e o seguro saúde, o risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota, para o cálculo das provisões técnicas, premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada/assistida.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever.

O risco de um elevado nível de despesas é monitorado, principalmente, pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Especificamente, para os seguros de vida e previdência, os riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe.

Concentração de riscos

A Companhia atua em todo território nacional, de modo que as potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos no âmbito do negócio por ramo de atuação. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos baseada nos valores de passivos de seguros:

Passivos de seguros	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro					
	2025			2024		
	Bruto	Resseguro	Líquido	Bruto	Resseguro	Líquido
Vida	25.973.963	29.021	25.944.942	23.171.925	36.481	23.135.444
Previdência	371.419.090	-	371.419.090	335.365.124	-	335.365.124
Não vida	3.680.736	38.510	3.642.226	3.603.722	49.327	3.554.396
Saúde	18.641.687	-	18.641.687	16.651.963	-	16.651.963

Teste de sensibilidade

O objetivo do teste de sensibilidade é mensurar o impacto no resultado da Companhia, caso ocorram alterações isoladas, razoavelmente possíveis, em premissas inerentes às suas operações que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos riscos e que sejam consideradas relevantes na data do balanço.

Como fatores de risco, elegeram-se as seguintes premissas:

- Taxa de juros livre de risco – representa o nível mínimo de rentabilidade que pode ser tomado como certo pela Companhia. O teste avaliou o impacto de um aumento na curva da taxa de juros livre de risco;
- Conversão em renda – O teste avaliou o impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade;
- Longevidade (*Improvement*) – representa a expectativa de vida de um indivíduo, com base no ano de seu nascimento, sua idade atual e outros fatores demográficos, incluindo sexo. O teste avaliou o impacto de um aumento na estimativa de melhoria na expectativa de vida para contratos de anuidade;
- Taxa de desconto – representa a taxa aplicada no cálculo do valor presente das obrigações futuras. O teste avaliou o impacto de um aumento e uma redução na taxa de desconto; e
- Sinistralidade – é o principal indicador dos contratos de seguros e equivale à relação entre as despesas e a receita que a Companhia recebeu pelo contrato. O teste avaliou o impacto de um aumento na sinistralidade.

Resultados do teste de sensibilidade

O quadro abaixo apresenta o impacto no resultado da Companhia para os seguros de vida com cobertura de sobrevivência, previdência e vida individual, considerando variações nas premissas mencionadas anteriormente:

Taxa de Juros - Variação de +5% (*)	Em 31 de dezembro de 2025 (**)
Previdência	(222.505)

(*) Para melhor refletir o risco da taxa de juros, foi sensibilizada a rentabilidade projetada dos saldos e não foi sensibilizada a taxa *bottom-up*, utilizada para descontar os fluxos.

Longevidade (<i>Improvement</i>) - Variação de +0,2%	Em 31 de dezembro de 2025 (**)
Previdência	(123.072)

(**) O resseguro não está sujeito à aplicação do choque, pois trata-se de contrato não proporcional e imaterial.

Os testes de sensibilidade em Conversão e Renda do produto Previdência e Longevidade do produto Vida não foram apresentados pois resultaram em zero impacto.

No âmbito do risco de seguros, apresenta-se na tabela a seguir, os efeitos da sensibilidade sobre a taxa de desconto (*bottom-up*, taxa livre de risco, risco de iliquidez) nos passivos de seguros, segregados por linha de negócio. A taxa livre de risco utilizada no desconto dos passivos a valor presente é a Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) divulgada pela Ambima/SUSEP. Como fator de choque elegeu-se o DV1 (*Dollar Value of 1 basis point*), por ser uma métrica amplamente utilizada no mercado financeiro para mensurar risco de taxa de juros com o objetivo de facilitar comparações entre diferentes instrumentos, uma vez que traduz a sensibilidade para uma unidade

monetária. Os resultados provenientes dessa análise de sensibilidade estão apresentados tanto no Resultado quanto no Patrimônio Líquido (PL), todavia, a Companhia definiu como política contábil o reconhecimento dos ajustes decorrentes das variações nas taxas de juros diretamente em PL, reforçando a consistência e a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Taxa de Desconto	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2024					
	Resultado			Patrimônio Líquido		
	Oficial	Inferior (-1%)	Superior (+1%)	Oficial	Inferior (-1%)	Superior (+1%)
Vida e Previdência	3.956.551	3.918.652	3.997.692	7.751.092	7.534.736	7.956.746
Não Vida	837.096	921.705	921.677	2.007.872	2.100.354	2.094.096
Saúde	1.873.524	1.874.060	1.872.988	8.756.460	8.722.887	8.789.476

Taxa de Desconto	Em 31 de dezembro de 2025					
	Resultado			Patrimônio Líquido		
	Oficial	Inferior (-1%)	Superior (+1%)	Oficial	Inferior (-1%)	Superior (+1%)
	Oficial	Inferior (-1%)	Superior (+1%)	Oficial	Inferior (-1%)	Superior (+1%)
Vida e Previdência	2.987.896	2.954.938	3.020.711	7.459.983	7.273.532	7.639.164
Não Vida	750.983	749.097	749.080	1.978.010	1.985.027	1.973.621
Saúde	3.098.623	3.099.198	3.098.047	8.240.677	8.205.431	8.275.426

Para os seguros não vida, vida coletivo e saúde incluindo odontológico, o quadro abaixo apresenta o impacto nas despesas com sinistros no resultado da Companhia, caso houvesse aumento em 1 ponto percentual na sinistralidade, nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

Sensibilidade - Variação de 1%	R\$ mil			
	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Não Vida	(59.208)	(56.151)	(58.954)	(55.887)
Vida	(40.389)	(38.389)	(40.143)	(38.185)
Saúde	(248.572)	(226.001)	(248.572)	(226.001)

O efeito da referida sensibilidade é linear. Considerando a sinistralidade apurada no período de outubro de 2024 a setembro de 2025, observou-se variações inferiores e superiores em Não Vida, respectivamente, de -1 e 5 pontos percentuais, inferiores e superiores em Vida, respectivamente, de -3 e 5 pontos percentuais, e inferiores e superiores em Saúde, respectivamente, de -2 e 2. Cabe destacar que tais variações são monitoradas de forma contínua.

Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam

através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência do descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia e suas controladas, bem como a desvalorização de contratos, decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte.

Este risco pode se materializar de diversas formas, entre outras:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Gerenciamento do risco de crédito

A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. O gerenciamento de risco de crédito referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como AM Best, Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos.

Neste sentido, o gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. É um processo realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

Política de resseguro

Por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, a compra de resseguro apresenta, naturalmente embutido em sua operação, o risco de crédito. Entretanto, no Brasil esse risco é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto à SUSEP que são classificados como local, admitido ou eventual. Os resseguradores classificados como admitido e eventual, com sede no exterior, devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor.

A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem à Diretoria Executiva, sendo observados os requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns deles visando minimizar o risco de crédito intrínseco à operação, e considerado o patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos.

Outro aspecto importante nessa gestão de resseguro é o fato de que a Companhia busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito.

Praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóveis, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria, com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou por evento.

Atualmente, parte expressiva dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Resseguros S.A. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo capital e rating superiores aos mínimos estabelecidos pela legislação brasileira, o que, no entendimento da Administração, reduz o risco de crédito.

Exposição ao crédito de seguro

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia adota uma política para gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à imagem da Companhia.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros, possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;
- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente; e
- Zelar pelo cumprimento de padrões éticos.

Dentro deste cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controles Internos para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar, junto às dependências interna e externa da Companhia, os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

40.7. Risco operacional

O risco operacional é representado pela possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Organização, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização.

Processo de Gerenciamento do Risco Operacional

A política de gestão do risco operacional estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades para assegurar a identificação e o gerenciamento eficiente do risco, garantindo a existência de uma estrutura adequada e compatível com a natureza e a complexidade das operações da Organização.

Ela orienta o monitoramento da exposição ao risco, define limites aceitáveis de perdas e apoia a adequada alocação de capital. Além disso, promove a disseminação da cultura de riscos entre os colaboradores e terceiros, de forma que compreendam seus papéis e responsabilidades na identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional, em conformidade com os requisitos regulatórios aplicáveis. A política também contempla mecanismos para avaliação de riscos associados a novos produtos, serviços, processos e sistemas.

O gerenciamento do risco operacional ocorre de maneira corporativa e envolve diferentes áreas com atribuições específicas, assegurando uma estrutura eficiente que permita avaliar adequadamente os riscos e apoiar os gestores e a Alta Administração na tomada de decisão. O processo compreende etapas como identificação, avaliação e monitoramento contínuo dos riscos operacionais inerentes às atividades da Organização.

O processo de gerenciamento considera ainda o ambiente regulatório, sendo seus principais resultados e aspectos reportados periodicamente à Alta Administração e ao Regulador. Esses procedimentos são suportados por um sistema de controles internos, certificados de forma independente quanto à sua efetividade e execução, de modo a assegurar o atendimento ao apetite de risco estabelecido pela Organização. Os eventos de perdas operacionais são analisados e discutidos com as partes envolvidas, incluindo a Alta Administração, pois além de representarem desafios, fornecem insights para o aprimoramento contínuo dos processos. Essas análises contribuem para o fortalecimento da gestão de riscos e o aumento da resiliência operacional na Organização.

Metodologia de Mensuração do Risco Operacional

Em atendimento ao disposto na Resolução BCB nº 356/23, a Organização realiza o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao Risco Operacional mediante abordagem padronizada (RWAopad). Além disso, utiliza os dados internos de perdas operacionais, os quais são elementos para apuração do capital econômico de risco operacional baseado em modelo interno. Neste contexto, os eventos de risco operacional são classificados em:

Eventos de Risco Operacional

Fraudes Internas	Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição.
Fraudes Externas	Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI).
Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho	Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição.
Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços	Situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados.

Controle e Acompanhamento

A mensuração do risco operacional é realizada por meio um sistema estruturado e centralizado para captura, armazenamento, consolidação e gestão das perdas operacionais. Essa solução permite análises quantitativas e qualitativas, estudos de impacto, relatórios gerenciais e identificação de padrões históricos, bem como serve de insumo para o cálculo do capital econômico e regulatório.

Adicionalmente, a Organização utiliza uma solução integrada para gestão de riscos que documenta análises de risco, controles e ações mitigadoras que subsidiam a gestão de incidentes relevantes e a revisão de cenários utilizados em modelos internos, contribuindo para a consistência metodológica e a priorização das iniciativas de mitigação.

Comunicação Interna

A elaboração e o envio dos relatórios gerenciais seguem padrões estabelecidos pelas normas regulatórias e são submetidos à Diretoria Executiva por meio de comissões e comitês de Risco e ao Conselho de Administração. Esses materiais consolidam a visão institucional sobre a exposição ao risco operacional e fornecem subsídios para a tomada de decisão estratégica.

O conjunto de informações são reportadas mensalmente e contemplam o monitoramento do Indicador de Appetite a Risco Operacional (RAS), o acompanhamento do orçamento frente ao realizado de perdas operacionais e a análise de incidentes relevantes, considerando o critério de relevância estabelecido no art. 6º da Instrução Normativa BCB nº 33/20.

Adicionalmente, são submetidos às instâncias de governança os resultados das mensurações do capital regulatório e econômico. Esse processo reforça a aderência regulatória e contribui para a avaliação integrada do nível de capital necessário para a adequada cobertura dos riscos.

Estratégias de mitigação do risco operacional

Para a mitigação do risco operacional, a Organização adota um conjunto integrado de práticas que envolve a disseminação contínua da cultura de riscos, por meio de treinamentos, campanhas internas e ações de capacitação, incluindo prestadores de

serviços terceirizados. Esse processo é complementado pelo desenho e pela implementação de controles preventivos e preditivos, alinhados ao mapeamento e à avaliação dos riscos críticos associados às áreas, processos e produtos.

As ações mitigatórias são conduzidas de forma orientada a risco, apoiando a tomada de decisão. O acompanhamento sistemático dos impactos ao Apetite a Risco (RAS) é realizado com avaliações especializadas e análise de causa raiz, assegurando a compreensão dos principais ofensores e correções tempestivas.

Adicionalmente, a Organização conduz revisões periódicas de processos de gerenciamento, fortalecendo a capacidade de prevenção e detecção de incidentes. O processo de captura, registro, reconciliação e monitoramento de perdas operacionais garante a rastreabilidade, acurácia dos dados e conformidade com as exigências regulatórias aplicáveis.

Em 2025, a Organização implementou a ABR – Abordagem Baseada em Riscos com o objetivo de identificar e priorizar riscos, para concentrar os esforços e os recursos das Áreas de Riscos nos temas/processos mais críticos e que requerem maior profundidade.

Essa metodologia visa revisar o modelo operacional de Compliance/Controles Internos, proporcionando eficiência operacional e atuação preditiva e preventiva, aumentar a senioridade do quadro, com foco em gestão de riscos, negócios e análise de dados para tomada de decisão mais assertiva, além de integrar a célula de Business Analytics para maior cobertura, ampliação de testes em base de dados e diagnósticos mais apurados e tempestivos.

41) PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e o Banco Bradesco S.A. é o responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O plano de previdência complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores do Bradesco e de suas controladas equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

O Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo e Ágora Corretora de Seguros S.A. patrocinam planos de previdência complementar nas modalidades de contribuição variável e de benefício definido, por meio da Fundação Baneb de Seguridade Social – Bases, aos funcionários oriundos do Baneb.

O Banco Bradesco S.A. patrocina plano de previdência complementar na modalidade de contribuição variável, por meio da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – Capof, aos funcionários oriundos do Banco BEM S.A.

O Banco Bradesco S.A. patrocina plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido por meio da Caixa de Previdência Privada Bec – Cabec, aos funcionários oriundos do Banco do Estado do Ceará S.A.

O Banco Bradesco S.A., Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo, Bradesco Capitalização S.A., Bradescor Corretora de Seguros Ltda., Bradesco Kirton Corretora de Câmbio S.A. e a Bradesco Seguros S.A. patrocinam plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido, por meio do Multibra Fundo de Pensão, aos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A.

O Banco Bradesco S.A. assumiu ainda as obrigações do Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo com relação ao Seguro de Vida, Plano de Saúde e Indenização por Aposentadoria dos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A., bem como o Plano de Saúde de funcionários oriundos do Lloyds.

O Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuariais, calcularam os seus compromissos atuariais utilizando taxa real de juros e reconhecem em suas Demonstrações Financeiras a obrigação devida. Os recursos garantidores dos planos de Previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis). Seguem as principais premissas utilizadas pelo atuário independente na avaliação atuarial dos nossos planos:

Fatores de riscos	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Taxa nominal de desconto	3,50% - 11,32% a.a.	3,50% - 10,94% a.a.
Taxa nominal de crescimentos salariais futuros	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa nominal de crescimento dos benefícios da previdência social e dos planos	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa inicial de crescimento de custos médicos	6,92% - 7,64% a.a.	7,23% - 7,64% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT 2000 e BR-EMS	AT 2000 e BR-EMS
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Por Plano	Por Plano
Taxa de rotatividade esperada	-	-
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano

Considerando as premissas acima, o valor presente das obrigações atuariais dos planos de benefícios e de seus ativos para cobertura dessas obrigações, está representado abaixo:

	R\$ mil			
	Benefícios de aposentadoria		Outros benefícios pós-emprego	
	Acumulado em 31 de dezembro		Acumulado em 31 de dezembro	
	2025	2024	2025	2024
(i) Obrigações com benefícios projetados:				
No início do exercício	2.556.966	2.794.954	819.725	857.347
Custo do serviço corrente	327	1.179	-	-
Custo de juros	258.434	249.162	83.635	78.223
Contribuição do participante	467	465	-	-
Ganho/(perda) atuarial (1)	(11.271)	(218.019)	10.232	(65.504)
Transferências	-	(278)	-	-
Custo de serviço passado - alterações do plano	(18.286)	-	-	-
Eliminação antecipada de obrigações	-	(1.284)	-	-
Benefícios pagos	(262.798)	(269.280)	(52.264)	(50.341)
No encerramento do exercício	2.523.839	2.556.899	861.328	819.725
(ii) Ativos no plano pelo valor de mercado:				
No início do exercício	2.416.615	2.402.006	-	-
Rendimento esperado	245.129	214.092	-	-
Ganho/(perda) atuarial (1)	(98.294)	(125.943)	-	-
Contribuições recebidas:				
- Empregador	56.179	195.343	-	-
- Empregados	467	465	-	-
Transferências	-	(134)	-	-
Eliminação antecipada de obrigações	-	-	-	-
Benefícios pagos	(262.288)	(269.281)	-	-
No encerramento do exercício	2.357.808	2.416.548	-	-
(iii) Mudanças no superávit irrecuperável:				
No início do exercício	62.210	57.939	-	-
Juros sobre o superávit irrecuperável	6.642	5.471	-	-
Mudança no superávit irrecuperável (1)	986	(1.200)	-	-
No encerramento do exercício	69.838	62.210	-	-
(iv) Posição financiada:				
Planos deficitários (2)	235.869	202.561	861.328	819.725
Saldo líquido	235.869	202.561	861.328	819.725

(1) No período findo em 31 de dezembro de 2025, os efeitos de remensuração reconhecidos em Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes totalizaram R\$ (54.773) mil (2024 - R\$ 87.297 mil), líquido dos efeitos fiscais; e

(2) O Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuariais, calcularam os seus compromissos atuariais e reconhecem em suas demonstrações financeiras a obrigação atuarial devida.

O custo/(benefício) líquido dos planos de pensão, reconhecidos na demonstração do resultado, inclui os seguintes componentes:

	R\$ - mil	
	Acumulado em 31 de dezembro	
	2025	2024
Obrigações com benefícios projetados:		
Custo do serviço	(17.958)	977
Custo de juros sobre obrigações atuariais	341.787	327.252
Rendimento esperado dos ativos do plano	(244.914)	(214.085)
Juros sobre o superávit irrecuperável	6.642	5.469
Custo/(benefício) líquido dos planos de pensão	85.557	119.613

Perfil de vencimento do valor presente das obrigações dos planos de benefícios definido para os próximos anos:

	R\$ mil	
	Benefícios aposentadoria	Outros benefícios pós-emprego
Duração média ponderada (em anos)	7,91	9,53
2026	277.251	65.693
2027	292.614	68.711
2028	295.969	72.796
2029	298.759	76.963
2030	300.824	81.159
Após 2031	1.506.457	467.572

Em 2026 as contribuições esperadas para os planos de benefícios definido é de R\$ 23.972 mil.

A taxa de retorno de longo prazo dos ativos do plano baseia-se no seguinte:

- Expectativas de médio a longo prazo dos gestores dos ativos; e
- Títulos privados e públicos, parcela representativa da carteira de investimentos de nossas controladas, cuja rentabilidade é superior a inflação mais juros, com vencimentos de curto a longo prazo.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis) e a alocação média ponderada dos ativos pertencentes ao plano de previdência, por categoria de ativo, é a seguinte:

	Em 31 de dezembro					
	Ativos do Plano do Alvorada		Ativos do Plano do Bradesco		Ativos do Plano do Kirtton	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Categorias de ativo:						
Renda variável	-	-	1,6%	4,9%	-	-
Renda fixa	95,6%	95,2%	95,6%	90,5%	100,0%	100,0%
Imóveis	3,4%	3,8%	1,7%	2,3%	-	-
Outros	1,0%	1,0%	1,1%	2,3%	-	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefícios, demonstra o impacto na exposição atuarial (6,92% - 11,32% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto e inflação médica em 1 p.p.:

Taxa	Taxa de desconto/Taxa de inflação médica	Análise de Sensibilidade	Efeito no passivo atuarial	Efeito no valor presente das obrigações
Taxa de Desconto	11,72% - 12,32%	Aumento de 1 p.p.	redução	(237.741)
Taxa de Desconto	9,72% - 10,32%	Redução de 1 p.p.	aumento	272.395
Inflação Médica	7,92% - 8,64%	Aumento de 1 p.p.	aumento	70.578
Inflação Médica	5,92% - 6,64%	Redução de 1 p.p.	redução	(61.359)

O Bradesco, em suas dependências no exterior, proporciona para seus funcionários e administradores plano de pensão, de acordo com as normas estabelecidas pelas autoridades locais, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante.

As despesas totais com contribuições efetuadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram de R\$ 346.851 mil (2024 – R\$ 1.007.631 mil).

42) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, resultante da conversão do PLP nº 68/2024, a qual integra parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui a Reforma Tributária sobre o Consumo. A referida lei dispõe, entre outros aspectos, sobre a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227, derivada do PLP nº 108/2024, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e estabelece regras gerais para sua administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita do imposto. A norma também definiu as alíquotas do IBS/CBS aplicáveis aos serviços financeiros entre 2027 e 2033, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%. Para as tarifas atualmente sujeitas ao ISS, está prevista, no mesmo período, uma redução da alíquota de 2% para 1,2%.

O Banco permanece acompanhando a evolução da regulamentação, bem como aguarda a publicação das normas e regras gerais complementares pela Receita Federal e Comitê Gestor do IBS, as quais serão necessárias para a plena implementação do novo modelo tributário. Até o momento não é possível mensurar, de forma precisa, os impactos decorrentes dessas mudanças.

- b) Em 8 de agosto de 2024, nós, por meio das nossas controladas, celebramos um Acordo de Investimentos com a John Deere Brasil S.A. ("John Deere Brasil"), uma subsidiária integral da Deere & Company (USA), uma das líderes globais no fornecimento de equipamentos agrícolas, de construção e silvicultura. Por meio deste acordo, deteremos uma participação de 50% no Banco John Deere S.A. ("Transação"). Essa parceria estratégica fortalecerá ainda mais o posicionamento nos setores de agronegócio e construção, expandindo a oferta de financiamento e serviços financeiros para clientes e concessionários na aquisição de equipamentos, peças e serviços do grupo John Deere. Em 10 de fevereiro de 2025, após o cumprimento das condições precedentes, legais e regulatórias, a aquisição foi concluída.
- c) Em 1º de setembro de 2025 o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Atlântica Hospitais e Participações S.A. ("Atlântica"), companhia voltada ao investimento em hospitais, controlada indireta do Bradesco e da Bradseg Participações S.A., esta última controladora do Grupo Bradesco Seguros, celebrou, nesta data, um Acordo de Investimento com o grupo Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or") para inclusão do Hospital Glória D'Or na rede hospitalar "Atlântica D'Or" ("Transação"), expandindo assim a parceria celebrada com a Rede D'Or, divulgada ao mercado em 8 de maio e 1º de novembro de 2024 ("Parceria"), mantendo-se a estrutura societária existente, com participação de 50,01% para a Rede D'Or e 49,99% para Atlântica. A gestão médica do Hospital Glória D'Or será de responsabilidade da Rede D'Or. A consumação da transação está sujeita ao cumprimento de certas condições

suspensivas, usuais em operações desta natureza, incluindo as devidas aprovações regulatórias.

- d) Em 10 de novembro de 2025 o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Atlântica Hospitais e Participações S.A. ("Atlântica"), companhia voltada ao investimento em hospitais, controlada indireta do Bradesco e da Bradseg Participações S.A., esta última controladora do Grupo Bradesco Seguros, celebrou, nesta data, um Acordo de Investimento com o Grupo Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or") para inclusão da Maternidade São Luiz Star, localizada na cidade de São Paulo/SP, na estrutura "Atlântica D'Or" ("Transação"), expandindo assim a parceria celebrada com a Rede D'Or, divulgada ao mercado em 8 de maio de 2024, com duas expansões similares comunicadas em 2024 e 2025, ("Parceria"), mantendo-se a estrutura societária existente, com participação de 50,01% para a Rede D'Or e 49,99% para Atlântica. A gestão médica da Maternidade São Luiz Star permanecerá sob a responsabilidade da Rede D'Or. A expansão da Parceria está alinhada com a estratégia da Atlântica de investir na cadeia de valor do setor de saúde por meio de parcerias com players estabelecidos na operação de hospitais. A consumação da Transação está sujeita ao cumprimento de certas condições suspensivas, usuais em operações desta natureza, incluindo as devidas aprovações regulatórias.
- e) Em 27 de fevereiro de 2026, celebramos um acordo vinculante para uma reorganização societária, entre empresas controladas que consolidará todo o segmento de negócios de saúde da Organização Bradesco sob uma única entidade de capital aberto, a Odontoprev S.A. ("Odontoprev"). Nos termos do acordo, o Bradesco se tornará o acionista controlador direto da Odontoprev, com 91,35% de participação, e a Odontoprev será renomeada para "Bradsaúde S.A.", atuando como a companhia holding para todas as nossas operações de saúde. A transação envolve uma cisão parcial da Bradseg Participações S.A. e a incorporação de ações da Bradesco Gestão de Saúde S.A. pela Odontoprev. A reorganização visa simplificar nossa estrutura societária e integrar nossos negócios de saúde para capturar sinergias operacionais e comerciais. Os termos da operação foram negociados por um comitê independente da Odontoprev e foram suportados por um parecer (*fairness opinion*) emitido pelo Citigroup Global Markets Inc.

Em 06 de março de 2026, em continuidade ao acordo celebrado em 27 de fevereiro de 2026, comunicamos aos acionistas e ao mercado em geral os seguintes desdobramentos da Operação: (i) divulgação das informações decorrentes do laudo de avaliação (datado de 5 de março de 2026) das ações da BGS, a valor de mercado, para fins de determinação do valor do aumento de capital da Odontoprev decorrente da Incorporação de Ações, nos termos dos artigos 8º e 252 da Lei nº 6.404/1976; e, como consequência da finalização de tais providências; e (ii) convocação da Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Odontoprev ("AGE Odontoprev"), para em síntese deliberar sobre: (a) a aprovação da Incorporação de Ações (conforme definido no Fato Relevante Operação) da BGS pela Odontoprev, incluindo o Protocolo e Justificação da Incorporação (conforme definido no Fato Relevante Operação) aditado pelo Primeiro Aditamento, e os respectivos laudos de avaliação; (b) o consequente aumento de capital da Odontoprev; (c) a reforma do estatuto social da Odontoprev, inclusive com a alteração de sua denominação social para "Bradsaúde S.A."; e (d) a Contribuição de Ativos (conforme definido no Fato Relevante Operação) para a Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.; tudo conforme descrito no Fato Relevante da Operação.

A conclusão da operação está sujeita às aprovações de acionistas e à autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), entre outras condições usuais.

Data-Base 25.3.2026

Conselho de Administração

Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Alexandre da Silva Glüher

Membros

Denise Aguiar Alvarez
Maurício Machado de Minas
Rubens Aguiar Alvarez
Rogério Pedro Câmara
*Ivan Luiz Gontijo Júnior

Membros Independentes

Paulo Roberto Simões da Cunha
Denise Pauli Pavarina
*Regina Helena Jorge Nunes
*Paulo Rogério Caffarelli

Diretoria

Diretor-Presidente

Marcelo de Araújo Noronha

Diretores Vice-Presidentes

Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Guilherme Muller Leal
Bruno D'Ávila Melo Boetger

Diretores Executivos

Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Juliano Ribeiro Marcílio
André Luís Duarte de Oliveira
Cintia Scovine Barcelos de Souza
Fernando Freiburger
José Augusto Ramalho Miranda
Marcos Valério Tescarolo
Renata Geiser Mantarro
Vinicius Urias Favarão
Silvana Rosa Machado
Túlio Xavier de Oliveira
Francesco Di Marcello
Júlio César Bueno
Alexandre Panico
Carlos Henrique Villela Pedras

Diretores

Affonso Correa Taciro Junior
Afranio Carlos Camargo Dantzger
Alessandro Zampieri
Alex de Brito Bonifácio
Alexandre Cesar Pinheiro Quercia
Ana Luisa Rodela Blanco
André Costa Carvalho
André Ferreira Gomes
Antonio Campanha Junior
Bráulio Miranda Oliveira
Bruno Funchal
Bruno Rosa Cardoso
Clayton Neves Xavier
Cristiano Adjuto e Campos
Cristina Coelho de Abreu Pinna
Daniela Pinheiro de Castro
Danilo Luis Damasceno
Fábio Monteiro Chehab
Fábio Suzigan Dragone
Fernando Antônio Tenório
Fernando Honorato Barbosa
Fernando Julião de Souza Amaral
Francisco Armando Aranda
Francisco Henrique França Fernandes
Henrique Leme Pinto
Jeferson Ricardo Garcia Honorato
José Leandro Borges
Juliana Laham
Julio Cardoso Paixão
Júlio César de Almeida Guedes
Leandro José Diniz
Leandro Karam Correa Leite
Leandro Marçal Araújo
Letícia Cardelli Buso Gomes
Lucas Nogueira e Nogueira
Luís Claudio de Freitas Coelho Pereira
Luiz Philipe Roxo Biolchini
Manoel Guedes de Araujo Neto
Marcelo Souza Ramos
Márcio Renato Ribeiro Silva
Marco Aurélio Galicioli
Marcos Alexandre Pina Cavagnoli
Marcos Daniel Boll

Marina Bauab Carvalho Werebe
Marina Claudia González Martin de Carvalho
Marina Gravina Veasey
Mateus Pagotto Yoshida
Nairo José Martinelli Vidal Júnior
*Nilton Pereira dos Santos Junior
Patrícia Kessler de Assumpção
Patrícia Soares Martil
Rafael Forte Araújo Cavalcanti
Rafael Padilha de Lima Costa
Régis Eduardo Preenhaça Carreira
Renato Camargo Nascimento Junior
Ricardo Barbieri de Andrade
Ricardo Eleutério da Silva
Roberto França
*Rogério Hufienbaeher
Romero Gomes de Albuquerque
Rubia Becker
Ruy Celso Rosa Filho
Soraya Bahde
Telma Maria dos Santos Calura
Vinicius Panaro

Diretores Regionais

Altair Luiz Guarda
Amadeu Emilio Suter Neto
César Cabús Berenguer Silvan
Deborah D'Ávila Pereira Campani Santana
Edmir José Domingues
Heberclely Magno dos Santos Lima
José Roberto Guzela
Marcelo Magalhães
Marcos Alberto Willemann
Nelson Pasche Junior
Welder Coelho de Oliveira

Comitês Subordinados ao Conselho de Administração

Comitês Estatutários

Comitê de Auditoria

*Rogério Pedro Câmara – Coordenador
Amaro Luiz de Oliveira Gomes – Membro Qualificado
Antônio José da Barbara – Membro

Comitê de Remuneração

Alexandre da Silva Glüher – Coordenador
Maurício Machado de Minas
Fabio Augusto Iwasaki (Membro não Administrador)

Comitês Não Estatutários

Comitê de Integridade e Conduta Ética

Alexandre da Silva Glüher – Coordenador
Maurício Machado de Minas
Rubens Aguiar Alvarez
Rogério Pedro Câmara
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Paulo Rogério Caffarelli
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Vinicius Urias Favarão
Silvana Rosa Machado
Affonso Correa Taciro Junior

Comitê de Riscos

Maurício Machado de Minas – Coordenador
Paulo Roberto Simões da Cunha
Regina Helena Jorge Nunes

Comitê de Nomeação e Sucessão

Luiz Carlos Trabuco Cappi – Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Maurício Machado de Minas
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Marcelo de Araújo Noronha

Comitê de Sustentabilidade e Diversidade

Ivan Luiz Gontijo Júnior – Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Denise Aguiar Alvarez
Maurício Machado de Minas
Denise Pauli Pavarina
Marcelo de Araújo Noronha
Bruno D'Ávila Melo Boetger
Juliano Ribeiro Marcílio
Silvana Rosa Machado
André Costa Carvalho
Fabiana Costa Tolentino

Comitê Estratégico

Luiz Carlos Trabuco Cappi – Coordenador

Alexandre da Silva Glüher
Maurício Machado de Minas
Rogério Pedro Câmara
Marcelo de Araújo Noronha

Comitê Subordinado ao Diretor-Presidente

Comitê Executivo de Divulgação

André Costa Carvalho – Coordenador
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Guilherme Muller Leal
Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Vinicius Urias Favarão
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Antonio Campanha Junior
Marina Claudia González Martin de Carvalho
Vinicius Panaro

Conselho Fiscal

Membros Efetivos

*José Maria Soares Nunes
*Joaquim Caxias Romão
*Ava Cohn

Membros Suplentes

*Marcos Aparecido Galende
*Joaquim Kiyoshi Kavakama
*Vicente Carmo Santo

Ouvidoria

Marcos Daniel Boll – Ouvidor

Departamento de Contadoria Geral

Vinicius Panaro
Contador – CRC 1SP324844/O-6

***eleição pendente de homologação pelo BACEN. Consequentemente não tomou posse do cargo**



Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Bradesco S.A.
Osasco – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bradesco S.A. e suas controladas (“Banco” ou “Bradesco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, consolidada do Bradesco em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IFRS Accounting Standards).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Bradesco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras consolidadas de entidades de interesse público no Brasil e nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação das provisões de perdas esperadas de ativos financeiros

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2d viii, 4, 8d, 9c, 10, 11, 38 e 40.2 às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco possui o montante de R\$ 57.196.980 mil de provisão de perdas esperadas (PE) relacionadas aos contratos de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2025, conforme detalhado na nota explicativa nº 40.2.

O Banco reconhece a perda esperada para a vida toda do contrato em todos os contratos que apresentaram um aumento significativo do risco de crédito (SICR – Significant Credit Risk) desde o seu reconhecimento inicial ou apresentaram inadimplência da contraparte (default) (estágio 2 e 3, respectivamente) e uma perda esperada para 12 meses a partir da data do balanço para todos os outros contratos (estágio 1). O Banco calcula a perda esperada em grupos homogêneos, por meio de modelos ou, para certas exposições significativas, com base em uma avaliação individual, estimando os fluxos de caixa futuros, considerando o valor das garantias relacionadas. Para calcular a perda esperada em grupos homogêneos, o Banco separa os contratos com base em características de risco de crédito comuns e usa estimativas de probabilidade de inadimplência (PD – Probability of Default), o percentual da perda financeira no momento que a operação entrou em inadimplência (LGD – Loss Given Default) e a exposição financeira no momento da inadimplência (EAD – Exposure at Default), bem como identifica variáveis macroeconômicas relevantes e estima o impacto das projeções das condições econômicas futuras. O Banco projeta múltiplos cenários econômicos para essas variáveis macroeconômicas e pondera cada cenário de acordo com a probabilidade designada a eles. Identificamos a avaliação das provisões de perdas esperadas como um principal assunto de auditoria, uma vez que a estimativa de perda esperada envolve incerteza significativa em sua mensuração, principalmente como resultado da complexidade dos modelos e subjetividade e precisão das premissas utilizadas. Dentre essas incertezas,



estão: (i) as metodologias e premissas utilizadas para estimar as PDs, EADs e LGDs e a segmentação de contratos por características de risco de crédito comuns; (ii) os cenários macroeconômicos futuros e a respectiva ponderação de cada cenário de acordo com a probabilidade designada a eles; (iii) a identificação de aumento significativo de risco de crédito (estágio 2) e ativos problemáticos (estágio 3); e (iv) para a perda esperada avaliada individualmente, os fluxos de caixa futuros, considerando a avaliação das garantias relacionadas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados ao processo de cálculo da PE. Isso incluiu controles relacionados: (i) ao desenvolvimento e aprovação da metodologia da PE, incluindo a definição do Banco de aumento significativo no risco de crédito (estágio 2) e ativos problemáticos (estágio 3); (ii) a determinação das metodologias e premissas utilizadas para estimar a PD, EAD, LGD, incluindo a segmentação de contratos por características de risco de crédito comuns, e os modelos usados para identificar as variáveis macroeconômicas futuras relevantes e estimar o impacto quantitativo dessas variáveis; e (iii) a validação independente dos modelos e definição da probabilidade de cada cenário, utilizados para o cálculo da PE; (iv) o cálculo da estimativa de PE; e (v) a projeção de fluxos de caixa esperados, incluindo os valores das garantias relacionadas, para PE calculada individualmente.
- Envolvemos profissionais com experiência e conhecimento especializados em risco de crédito que nos auxiliaram: (i) na avaliação qualitativa das metodologias de PE do Banco através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos e com base nas *IFRS Accounting Standards*; (ii) no teste da precisão das PDs, EADs e LGDs do Banco, na identificação das variáveis macroeconômicas relevantes e na estimativa do impacto quantitativo dessas variáveis, inspecionando as documentações dos modelos para determinar se estão compatíveis com suas intenções de uso; (iii) na avaliação da definição de aumento significativo no risco de crédito do Banco, analisando as métricas relevantes utilizadas pelo Banco e comparando-as com as práticas regulatórias e do setor aplicáveis; (iv) na verificação da precisão das estimativas de PDs, EADs e LGDs do Banco usando dados históricos e metodologias definidas pelo Banco; (v) na avaliação da base para a segregação de operações por características de risco de crédito comuns usadas na estimativa de PDs, EAD e LGD, observando correlações históricas; (vi) na avaliação da razoabilidade das variáveis macroeconômicas consideradas nos cenários futuros por meio de análise de regressão da correlação histórica dessas variáveis e risco de crédito e (vii) execução de análise quantitativa, aplicando os percentuais de impacto para cada cenário, os quais foram validados de forma independente.
- Comparamos os índices projetados pelo Banco nos cenários macroeconômicos futuros com projeções independentes de terceiros. Para uma seleção de contratos, avaliamos a PE calculada individualmente, avaliamos as premissas e inspecionamos a documentação relacionada utilizada pelo Banco para determinar os fluxos de caixa esperados, incluindo os de garantia.
- Para uma amostra dos contratos financeiros, avaliamos a aderência às políticas internas sobre a identificação do aumento significativo de risco de crédito e a classificação dos instrumentos financeiros.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a perda esperada de ativos financeiros no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2k, 4 e 22 às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas para os quais possui provisões registradas nos montantes de R\$ 6.749.842 mil, R\$ 6.918.859 mil e R\$ 4.361.652 mil, e divulgações de passivos contingentes classificados como perdas possíveis no valor de R\$ 43.095.893 mil, R\$ 11.124.335 mil e R\$ 1.456.696 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025.

Para as provisões de processos judiciais, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização de supostos danos morais e patrimoniais referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito, ajustes de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança devido à implementação de planos econômicos pelo Governo Federal, outras ações cíveis específicas, ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido.

Identificamos a avaliação da mensuração das provisões e a divulgação de passivos contingentes para processos judiciais como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que, a avaliação exigiu um alto grau de julgamento dos auditores devido à natureza subjetiva das estimativas, julgamentos e premissas adotadas pelo Banco. No caso dos processos tributários e cíveis, as estimativas, julgamentos e premissas estão relacionadas a determinação da probabilidade de perda e do valor envolvido.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados a avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos processos judiciais. Dentre esses controles estão a avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais;
- Obtivemos e lemos as cartas recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos do Banco para certos processos tributários, e a documentação preparada pelos consultores jurídicos internos para certos processos cíveis e trabalhistas com a avaliação da probabilidade e estimativa do valor de perda de tais ações. Para demais processos, cíveis e trabalhistas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas para classificação da probabilidade de perda. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pelo Banco e, consideramos os dados e informações históricas relacionadas aos processos em questão, a fim de avaliar as provisões e divulgações feitas em relação a esses assuntos; e
- Envolvemos profissionais com experiência e conhecimentos especializados na área tributária, que auxiliaram na avaliação da probabilidade e estimativa de perda de determinados processos tributários específicos em relação aos méritos técnicos e a documentação suporte da posição do Banco.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2p, 4 e 37c às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco possui o montante de R\$ 116.722.693 mil de ativos relativos a créditos tributários, em 31 de dezembro de 2025.

O Banco reconhece esses ativos fiscais diferidos considerando que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização. As estimativas de lucros tributáveis futuros do Banco são baseadas nos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, e exigem que o Banco estabeleça uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, tais como taxas de crescimento das principais linhas de negócios, taxas de juros e taxas de câmbio, podem ter um impacto significativo nas projeções e, conseqüentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.

Identificamos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria. A avaliação das estimativas de lucro tributável futuro e as premissas subjacentes às



expectativas de geração dos lucros futuros exigem julgamento dos auditores devido à sensibilidade a pequenas mudanças nas premissas e ao grau de subjetividade associado a essas premissas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo de estimativa dos lucros tributáveis futuros. Dentre esses estão os controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas chaves para a elaboração do orçamento e as estimativas de lucros tributáveis futuros; e
- Envolvermos profissionais com habilidades e conhecimento especializados em finanças corporativas que nos auxiliaram na avaliação das premissas, incluindo taxas de crescimento das principais linhas de negócio, taxas de juros futuras e taxas de câmbio subjacentes às estimativas do Banco de lucros tributáveis futuros. Avaliamos a capacidade do Banco para projetar os lucros tributáveis com precisão ao compararmos os lucros tributáveis estimados para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2025 preparados no ano anterior, com os lucros tributáveis reais em 2025.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensuração de determinados passivos de contratos de seguros emitidos de acordo com o modelo geral de mensuração e abordagem de taxa variável

Conforme descrito nas notas explicativas nº 21, 4 e 21 às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco possui passivos de contratos de seguros mensurados de acordo com o Modelo Geral de Mensuração (BBA) e a Abordagem de Taxa Variável (VFA) no montante de R\$ 400.033.295 mil em 31 de dezembro de 2025.

Esses passivos de seguros são mensurados pela soma dos fluxos de caixa esperados no cumprimento contratual e, quando aplicável, da margem de serviço contratual. Os fluxos de caixa de cumprimento contratual compreendem uma estimativa dos fluxos caixa esperados que surgem dentro dos limites dos contratos de seguros, incluindo para o pagamento de sinistros e benefícios, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e um ajuste de risco explícito relacionado ao risco não financeiro. Passivos de seguros são o resultado de um conjunto complexo de modelos. A estimativa dos fluxos de caixa de cumprimento contratual requer uso de premissas determinadas com base em modelos e metodologias atuariais, incluindo aquelas relacionadas a longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros.

Identificamos a avaliação da mensuração dos passivos de seguros mensurados de acordo com o Modelo Geral de Mensuração (BBA) e a Abordagem de Taxa Variável (VFA) como assunto significativo de auditoria. Foi requerido julgamento complexo do auditor para avaliar a mensuração desses passivos de seguros considerando que envolvem incertezas de mensuração significativas como resultado da complexidade dos modelos e metodologias atuariais, especificamente aquelas utilizadas para determinar a longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros. Mudanças menores nessas premissas poderiam resultar em mudanças significativas na mensuração desses passivos de seguros. Adicionalmente, o esforço de auditoria associado com a avaliação da mensuração desses passivos de seguros requereu o envolvimento de profissionais atuariais com habilidades e conhecimento especializados.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à mensuração de passivos de seguros mensurados de acordo com o Modelo Geral de Mensuração (BBA) e a Abordagem de Taxa Variável (VFA). Isto incluiu controles relativos ao desenvolvimento

e aprovação de modelos e metodologias para determinação da longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros.

- Envolvermos profissionais atuariais com conhecimentos específicos que nos auxiliaram:
 - (i) na avaliação das metodologias utilizadas na mensuração de passivos de seguros para conformidade com os *IFRS Accounting Standards*;
 - (ii) na avaliação conceitual dos modelos e técnicas de modelagem, incluindo aqueles usados para determinar a longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros, ao inspecionar as documentações do modelo, para determinar se os modelos estão adequados para o uso pretendido;
 - (iii) nos testes sobre a razoabilidade das premissas relacionadas à expectativa de sinistros, ao utilizar modelos desenvolvidos de forma independente e informações históricas do Banco, para estimar essas premissas e comparar estas com as premissas do Banco;
 - (iv) na avaliação da precisão dos modelos do Banco para estimar longevidade, taxas de desconto e conversão em renda; e
 - (v) na avaliação da razoabilidade das premissas relacionadas a longevidade, taxas de desconto e conversão em renda ao comparar com as práticas regulatórias e da indústria aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração de determinados passivos de contratos de seguros emitidos de acordo com o modelo geral de mensuração e abordagem de taxa variável, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração do Bradesco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IFRS Accounting Standards), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Bradesco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Bradesco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas



Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Bradesco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Bradesco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Bradesco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha



proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Cláudio', enclosed within a large, loopy circular flourish.

Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Relatório do Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Bradesco sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – NIRF (International Financial Reporting Standards – IFRS)

Adicionalmente ao relatório deste Comitê de Auditoria relativo às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), emitido em 4 de fevereiro de 2026, analisamos também o conjunto completo das Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - NIRF (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Como mencionado no relatório acima citado, levamos em consideração os trabalhos realizados pelos auditores independentes e o sistema de controles internos mantidos pelas diversas áreas do conglomerado financeiro Bradesco, principalmente as áreas de Auditoria Interna Global, Gerenciamento de Riscos Financeiros, Compliance e Gerenciamento de Riscos Não Financeiros, Cyber Risk e Resiliência Operacional e Gestão Corporativa de Riscos.

São de responsabilidade da Administração a definição e a implementação de sistemas de informações contábeis e gerenciais utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras das empresas que compõem o conglomerado financeiro Bradesco, em observância às práticas contábeis brasileiras e internacionais.

A Administração é também responsável por processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e o gerenciamento dos riscos das operações da Organização Bradesco.

A Auditoria Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras Consolidadas, com observância aos requisitos estabelecidos nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, e emitir relatório sobre a apresentação adequada de tais demonstrações financeiras consolidadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as IFRS aplicáveis.

Compete à Auditoria Interna Global aferir a qualidade dos sistemas de controles internos da Organização Bradesco e a regularidade das políticas e dos procedimentos definidos pela Administração, inclusive daqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

Ao Comitê de Auditoria compete avaliar a qualidade e a efetividade das auditorias Interna e Independente e a adequação dos sistemas de controles internos, bem como analisar o conjunto das demonstrações financeiras, emitindo, quando aplicável, as recomendações pertinentes.

Com base nas revisões e discussões acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração, a aprovação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, auditadas pela KPMG Auditores Independentes, relativas ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (NIRF).

Cidade de Deus, Osasco, SP, 25 de março de 2026.

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA
(Especialista Financeiro)

ANTONIO JOSÉ DA BARBARA
(Membro)

ROGÉRIO PEDRO CÂMARA (*)
(Membro)

(*) Em homologação junto ao Banco Central do Brasil.

Deliberado pelo Conselho de Administração do Bradesco que o Senhor Rogério, acima citado, atuará como Membro e Coordenador do Comitê de Auditoria.

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. (Bradesco) referentes ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2025 e, com base nas informações recebidas em reuniões com: (i) administradores e gestores de áreas; (ii) Comitê de Auditoria e nos seus relatórios; e (iii) KPMG Auditores Independentes Ltda. e nos seus relatórios, concluíram que os citados documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Bradesco e que os controles internos são adequados ao porte e à complexidade de seus negócios.

Diante do exposto, os membros do Conselho Fiscal emitem a opinião de que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Bradesco, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, estão em condições adequadas para serem apreciados pelos seus acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 4 de fevereiro de 2026.

José Maria Soares Nunes

Joaquim Caxias Romão

Vicente Carmo Santo

Ludmila de Melo Souza

Ava Cohn

PARECER COMPLEMENTAR DO CONSELHO FISCAL

Adicionalmente, em face dos eventos subsequentes ocorridos, os membros do Conselho Fiscal examinaram a Nota Explicativa 42.e, anexada complementarmente às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2025, e estão de acordo com o seu teor.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 25 de março de 2026.

José Maria Soares Nunes (*)

Joaquim Caxias Romão (*)

Ava Cohn (*)

(*) Em homologação pelo Banco Central do Brasil

Para mais informações, favor contatar:

André Carvalho
Diretor de Relações com Investidores
investidores@bradesco.com.br

Cidade de Deus, s/nº - Prédio Vermelho - 2º andar

Osasco-SP

Brasil

banco.bradesco/ri



